



# Editoração Casa Civil

# CEARÁ

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 05 de julho de 2013

SÉRIE 3 ANO V N°123

Caderno 3/3

Preço: R\$ 5,50

### PERÍCIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ

O(A) SECRETÁRIO(A) DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto N°30.086 de 02 de fevereiro de 2010, e em conformidade com o art.63, inciso II, alínea 'a' da Lei N°9.826, de 14 de maio de 1974, RESOLVE EXONERAR, DE OFÍCIO, o(a) servidor(a) **CARLOS AUGUSTO DA COSTA MONTEIRO FILHO**, matrícula 168092-17, lotado(a) no(a) COORDENADORIA DE MEDICINA-LEGAL, do Cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de Assistente Técnico, símbolo DAS-2 integrante da Estrutura organizacional do(a) PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ a partir de 31 de Maio de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 28 de junho de 2013.

Francisco José Bezerra Rodrigues  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
Adilina Feitosa e Feitosa  
PERITO-GERAL EM EXERCÍCIO  
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

O(A) SECRETÁRIO(A) DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições a que lhe foram delegadas pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Ceará, nos termos do Parágrafo Único do art.88 da Constituição do Estado do Ceará e do Decreto N°30.086 de 02 de fevereiro de 2010 e em conformidade com o art.8º combinado com o inciso III do art.17 da Lei N°9.826, de 14 de maio de 1974, e também combinado com o(a) Decreto N°29.304 de 30 de Maio de 2008 e publicada no Diário Oficial do Estado em 04 de Junho de 2008, RESOLVE NOMEAR, o(a) servidor(a) **MARIA JUCILENE MOREIRA LIMA**, para exercer o cargo de Direção e Assessoramento, de provimento em comissão de ASSISTENTE TÉCNICO, símbolo DAS-2 lotado(a) no(a) COORDENADORIA DE MEDICINA-LEGAL, integrante da Estrutura Organizacional do(a)

PERICIA FORENSE DO ESTADO DO CEARÁ a partir de 03 de Junho de 2013. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 28 de junho de 2013.

Francisco José Bezerra Rodrigues  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
Adilina Feitosa e Feitosa  
PERITO-GERAL EM EXERCÍCIO  
Antônio Eduardo Diogo de Siqueira Filho  
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

\*\*\* \*\*

### ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ

**PORTARIA N°420/2013** - O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR a servidora **MARIANA MAIA PINHEIRO DE ABREU MENESES**, ocupante do cargo de SECRETÁRIA EXECUTIVA, matrícula nº000.054-1-X, desta ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, a **viajar** à cidade de Brasília-DF, a fim de participar da reunião de trabalho em Brasília com o CESPE para tratar dos concursos da PMCE e CBMCE reesentando o Diretor Geral da Academia, concedendo-lhe Duas diárias e meia, no valor unitário de R\$350,48 (Trezentos e Cinquenta Reais e Quarenta e Oito Centavos) acrescidos de 60%, no valor total de R\$1.401,92 (Hum Mil Quatrocentos e Um Reais e Noventa e Dois Centavos), mais uma ajuda de custo no valor total de R\$350,48 (Trezentos e Cinquenta Reais e Quarenta e Oito Centavos), e passagem aérea, para o trecho FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA, no valor de R\$2.320,20 (Dois Mil Trezentos e Vinte Reais e Vinte Centavos), perfazendo um total de R\$4.072,60 (Quatro Mil Setenta e Dois Reais e Sessenta Centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º e 3º do artigo 4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8º e 10, classe I do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da AESP/CE. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de junho de 2013.

John Roosevelt Rogério de Alencar  
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

#### VIAGEM DA SERVIDORA MARIANA MAIA PINHEIRO DE ABREU MENESES PARA À CIDADE DE BRASÍLIA-DF

NOME	POSTO/GRADUAÇÃO	PERÍODO	QUANT.	DIÁRIAS VALOR	ACRÉSC (%)	TOTAL	AJUDA DE CUSTO	PASSAGEM AÉREA	TOTAL
MARIANA MAIA PINHEIRO DE ABREU DE MENEZES	SECRETÁRIA EXECUTIVA DA AESP	20 A 22/06/2013	2,5	350,48	60%	1.401,92	350,48	2.320,20	4.072,60

Kátia Valéria Barros Pinheiro  
ORIENTADORA DA CÉLULA DE GESTÃO DE PESSOAS

\*\*\* \*\*

**PORTARIA N°425/2013** - O DIRETOR GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da reunião em Brasília para tratar dos concursos da PMCE e CBMCE, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagem aérea de acordo com o artigo 3º; alínea "b", §1º e §3º do art.4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8 e 10 do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da AESP. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 21 de junho de 2013.

John Roosevelt Rogério de Alencar  
DIRETOR GERAL

Registre-se e publique-se.

#### ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA N°425/2013 DE 21 DE JUNHO DE 2013

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR	DIÁRIAS ACRÉSCIMO	TOTAL	AJUDA DE CUSTO	PASSAGEM	TOTAL
AMARÍLIO LOPES REBOUÇAS	TEN.CEL.BM/DAS-1	III	20 A 22/06/2013	FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA	2,5	189,25	60%	757,00	189,25	2.320,20	3.266,45
EWERTON MAVIGNIER GUMARÃES	CAPPME/DAS-1	III	20 A 22/06/2013	FORTALEZA/BRASÍLIA/FORTALEZA	2,5	189,25	60%	757,00	189,25	2.320,20	3.266,45
TOTAL											6.532,90

**PORTARIA Nº436/2013 – DG/AESP/CE** - O DIRETOR-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no que lhe confere a Lei Nº14.629, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de março de 2010 e o Decreto Nº30.187, de 14 de maio de 2010, e a Lei 15.191, de 19 de julho de 2012. CONSIDERANDO que compete a Academia Estadual de Segurança Pública - AESP/CE, Órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS/CE, realizar, direta ou indiretamente mediante convênio ou contrato, a unificação e execução, com exclusividade, das atividades de ensino das instituições que compõem o sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado; CONSIDERANDO o teor da decisão prolatada nos autos do Processo nº0023796-97.2008.8.06.0001- Procedimento Ordinário, pelo Juiz da 8ª Vara da fazenda pública Francisco Luciano Lima Rodrigues, RESOLVE: **Desligar, TATIANA FRANCELINO MOREIRA LEITÃO** do Curso de Formação e Treinamento Profissional para o Cargo de Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe do Estado do Ceará regulado pelo Edital nº14/2006 de 07 de março de 2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº046, de 08 de março de 2006. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Fortaleza, aos 25 de junho de 2013.

John Roosevelt Rogério de Alencar – Cel PM  
DIRETOR-GERAL

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº437/2013 – DG/AESP/CE** - O DIRETOR-GERAL DA ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições legais e, fundamentado no que lhe confere a Lei Nº14.629, de 26 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial do Estado em 11 de março de 2010 e o Decreto Nº30.187, de 14 de maio de 2010, e a Lei 15.191, de 19 de julho de 2012. CONSIDERANDO que compete a Academia Estadual de Segurança Pública - AESP/CE, Órgão vinculado à Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS/CE, realizar, direta ou indiretamente mediante convênio ou contrato, a unificação e execução, com exclusividade, das atividades de ensino das instituições que compõem o sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Estado; CONSIDERANDO o teor da decisão prolatada nos autos do Processo nº0132049-46.2012.8.06.0001- Agravo de instrumento, pelo Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, tendo como referência a Ação Ordinária nº0038508-53.2012.8.06.0001, RESOLVE: **Desligar, MARCOS ANTÔNIO DE ALENCAR IZABEL** do Curso de Formação Profissional ao Cargo de Delegado de Polícia Civil – 1ª Classe, regulado pelo Edital nº14/2006 de 07 de março de 2006, publicado no Diário Oficial do Estado nº046, de 08 de março de 2006. ACADEMIA ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA, em Fortaleza, aos 25 de junho de 2013.

John Roosevelt Rogério de Alencar – Cel PM  
DIRETOR-GERAL

\*\*\* \*\*

### SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº131997033, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.3º da Emenda Constitucional Federal nº47, de 05 de julho de 2005, a servidora, **MARIA IRAMIR MACEDO FEITOSA**, CPF 14459000334, que exerce a função de TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS, classe IV, nível/referência 22, Grupo Ocupacional de Atividades de Nível Superior - ANS, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº40133011, lotada na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, **APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, COM PROVENTOS INTEGRAIS**, a partir de 25/04/2013, tendo como base de cálculo as verbas abaixo discriminadas:

Descrição	Valor R\$
VENCIMENTO (LEI Nº15.285/2013).....	3.167,30
PROGRESSÃO HORIZONTAL DE 15% (§1º,ART.43, LEI Nº9.826/1974).....	475,10
GRATIFICAÇÃO DE RISCO DE VIDA DE 40% (DECRETO Nº22.588/1993).....	1.266,92
Total.....	4.909,32

SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 29 de abril de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

\*\*\* \*\*

O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº131999052, RESOLVE CONCEDER, nos termos do art.40, §1º, inciso II, §§2º, 3º, 8º e 17 da Constituição Federal, com redação dada pela Emenda Constitucional Federal nº41, de 19 de dezembro de 2003, combinado com os arts.1º e 15 da Lei Federal nº10.887, de 18 de junho de 2004 e art.156 da Lei Estadual nº9.826, de 14 de maio de 1974, com redação dada pela Lei Estadual nº13.578, de 21 de janeiro de 2005, a servidora, **JURACI TELES COSTA**, CPF 25920456353, que exerce a função de COZINHEIRO, nível/referência 18, Grupo Ocupacional de Atividades de Apoio Administrativo e Operacional - ADO, carga horária de 40 horas semanais, matrícula nº40155511, lotada na Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, **APOSENTADORIA COMPULSÓRIA, COM PROVENTOS PROPORCIONAIS** a 94,78%, a partir de 21/03/2013, tendo como base de cálculo as verbas incidentes de contribuição previdenciária, no período de Julho/1994 a Fevereiro/2013, cujo valor é de R\$1.325,09 (UM MIL, TREZENTOS E VINTE E CINCO REAIS E NOVE CENTAVOS).. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 31 de maio de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

\*\*\* \*\*

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e nos termos do artigo 5º da Lei Estadual nº11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação da Lei Estadual nº12.934, de 16 de julho de 1999). RESOLVE **NOMEAR** os **CONSELHEIROS** abaixo relacionados para compor o colegiado do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA-CE, para o biênio 2013/2014. Entidades Governamentais: 1) Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS Titular: Célia Maria de Souza Melo; Suplente: Valeska Medeiros de Brito Lima; Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS/Coordenadoria de Proteção Social Especial Titular: Rita de Cássia Sidney Marques; Suplente: Mônica Regina Gondim Feitosa; Secretaria da Saúde do Estado do Ceará – SESA; Titular: Vanda Deucila Moura; Suplente: Márcia Lessa Fernandes Ribeiro; Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social – SSPDS; Titular: Ivana Maria Timbó Pinto; Suplente: Emerson Pompeu de Souza Brasil; Secretaria da Educação do Ceará – SEDUC Titular: Iranir Rodriues Loiola; Suplente: Josemária Fonseca Evangelista Rodrigues Melo; Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG Titular: Maria Nádia Bezerra Reis; Suplente: Maria Lúcia Holanda Gurjão; Secretaria da Cultura do Estado do Ceará – SECULT Titular: Maria Neide Lopes Cordeiro; Suplente: Maria Janete Venâncio Pinheiro; Assembleia Legislativa do Estado do Ceará; Titular: Maria Bethrose Fontenele Araújo; Suplente: Fernanda Eneida Pessoa Caracas de Souza; Secretaria da Ciência, Tecnologia e Educação Superior do Estado do Ceará; Titular: Stela Silvia Pontes Soares; Suplente: Rafael Arruda Maia; Ministério Público do Estado do Ceará; Titular: Antônia Lima de Sousa; Suplente: Iertes Meyre Gondim Pinheiro. Entidades Não Governamentais: Agência de Desenvolvimento Econômico e Social – ADES Titular: Mônica Araújo Gomes; Suplente: Maria Walhrites Frota Albuquerque; Casa do Menor São Miguel Arcajo Titular: Lúcia Inês Cardoso da Silva; Suplente: Érica Burlamaqui Castelo Branco de Oliveira; Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador – CETRA Titular: Margarida Maria de Souza Pinheiro; Suplente: Suyane de Lima Reis Fernandes; Frente de Assistência à Criança Cearense – FACC Titular: Mônica Sillan de Oliveira; Suplente: Sara Eduardo Leite; Fundação Pirata Marinheiros Titular: Tábtha Santiago Rodrigues; Suplente: Jamile Maria de Melo Rodrigues; Grupo de Apoio à Prevenção à AIDS – GAPA Titular: Armando Luiz Bandeira de Paula; Suplente Makciel Castro Maciel; Instituto da Infância – IFAN Titular: Francis Helen Freire de Souza; Suplente: Luzia Torres Gerosa Laffite; Instituto de Assistência e Proteção Social – IAPS Titular: Rayssa Stella Nunes Arruda; Suplente: Ana Paula Souza Freire; Lar Fabiano de Cristo Titular: Regina Coele Bezerra Moreira; Suplente: Antônia Fátima Souza de Alcântara; Obra Social Marista São Marcelino Champagnat Titular: Katiana Bezerra Batos; Suplente: Francisca Camila Gonzaga Freitas. PALÁCIO DA ABOLIÇÃO DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de junho de 2013.

José Jácome Carneiro Albuquerque

GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ EM EXERCÍCIO

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº130/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso da atribuição legais, e tendo em vista o que consta no processo nº13092890-9 do SPU, RESOLVE

CONCEDER a **GRATIFICAÇÃO DE ESPECIALIZAÇÃO** à servidora **ALICE MARIA MENDES ANDRADE DE SOUZA**, ocupante da função de Enfermeiro, classe VI, referência 21, matrícula nº401490-1-5, lotada nesta SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL - STDS, de 50% (cinquenta por cento) sobre seu vencimento-base, referente à Titulação a Nível de ESPECIALIZAÇÃO os termos do art.20 da Lei nº12.287, de 20 de abril de 1994, regulamentado pelas normas estabelecidas no Decreto nº23.193, de 04 de maio de 1994, com vigência a partir de 15/03/2013. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 24 de abril de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Republicada por incorreção.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº148/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 209 inciso II, da lei 9.826 de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), RESOLVE **DESIGNAR** os **SERVIDORES**, José Eldis Nogueira Costa – Contador, Tereza Cristina Brito da Rocha – Advogado, José Antônio Ribeiro Maia – Advogado e Rosângela Maria de Goes Rodrigues - Advogado, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos chegados ao conhecimento desta Secretaria através do processo nº13199298-8. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 08 de maio de 2013

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº149/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 209 inciso II, da lei 9.826 de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), RESOLVE **DESIGNAR** os **SERVIDORES**, José Izaias de Melo Ibiapina – Advogado, Rosângela Maria de Goes Rodrigues – Advogado, Sônia Peixoto de Alencar – Advogado e José Antônio Ribeiro Maia – Advogado, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos chegados ao conhecimento desta Secretaria através do processo nº13197561-7. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 08 de maio de 2013

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº220/2013, DE 8 DE JUNHO DE 2013

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	OBJETIVO	QUANT.	DÍARIAS VALOR	TOTAL
JANETE SOARES - 126426-1-X	Supervisor de Núcleo - DAS-1	III	10 a 14.06.2013	Crateús/Fortaleza/ Crateús	Participar do IV Seminário Integração/PROARES	4,1/2	77,10	346,95
SÉRGIO ROBERTO NEVES VIANA - 401374-1-6	Supervisor de Núcleo - DAS-1	III	10 a 14.06.2013	Sobral/Fortaleza/Sobral	Participar do IV Seminário Integração/PROARES	4,1/2	77,10	346,95
CÍCERO EVERARDO MAIA DA NÓBREGA - 126427-1-7	Supervisor de Núcleo - DAS-1	III	10 a 14.06.2013	Iguatu/Fortaleza/Iguatu	Participar do IV Seminário Integração/PROARES	4,1/2	77,10	346,95
RUY FERREIRA GONÇALVES - 401755-1-2	Supervisor de Núcleo -DAS-1	III	10 a 14.06.2013	Juazeiro do Norte/ Fortaleza/Juazeiro do Norte	Participar do IV Seminário Integração/PROARES	4,1/2	77,10	346,95
ANA CRISTINA ARRAIS PIERRE JUSTO - 401764-1-1	Assistente Social	IV	10 a 14.06.2013	Juazeiro do Norte/ Fortaleza/Juazeiro do Norte	Participar do IV Seminário Integração/PROARES	4,1/2	64,83	291,74
							TOTAL	1.679,54

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº224/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **FRANCISCO EUDES FERREIRA BRINGEL**, ocupante do cargo de ORIENTADOR DE CÉLULA - DNS-3, matrícula nº126458-1-3, desta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a **viajar** às cidades de Russas, Limoeiro do Norte, Quixadá (10%), Tauá e Aracati, no período de 09 a 10.05.2013, 13 a 14.05.2013, 15 a 17.05.2013, 20 a 22.05.2013 e 23 a 25.05.2013 a fim de acompanhar a Equipe de Inclusão Social meta Reciclagem de Resíduos Sólidos, meta Caprinocultura e meta Cajucultura/Apicultura, concedendo-lhe dez diárias e meia, no valor unitário de R\$77,10 (Setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$828,83 (Oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e três centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 8 de maio de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº150/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 209 inciso II, da lei 9.826 de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), RESOLVE **DESIGNAR** os **SERVIDORES**, José Eldis Nogueira Costa – Contador, Sônia Peixoto Alencar – Advogado, José Antônio Ribeiro Maia – Advogado e Tereza Cristina Brito da Rocha - Advogado, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos chegados ao conhecimento desta Secretaria através do processo nº13196940-4. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 08 de maio de 2013

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº205/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 209 inciso II, da lei 9.826 de 14 de maio de 1974 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado), RESOLVE **DESIGNAR** os **SERVIDORES**, Sônia Peixoto Alencar – Advogado, Rosângela Maria de Goes Rodrigues – Advogado, José Antônio Ribeiro Maia – Advogado e José Izaias de Melo Ibiapina – Advogado, para sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão de Sindicância destinada a apurar os fatos chegados ao conhecimento desta Secretaria através do processo nº12275713-0. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 06 de junho de 2013

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº220/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de desenvolver atividades inerentes a esta Secretaria, concedendo-lhes diárias, de acordo com o artigo 3º; alínea b, do §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe - do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 8 de junho de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº225/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **GEÓRGIA CAVALCANTE MENESCAL**, ocupante do cargo de ASSESSOR TÉCNICO - DAS-1, matrícula nº126409-1-9, desta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a **viajar** às cidades de Trairi, Paraipaba, Assaré, Potengi, Antonina do Norte, Jucás, Cariús e Cedro, no período de 13 a 14.06.2013, 17 a 21.06.2013 e 24 a 28.06.2013 a fim de subsidiar acerca da Implantação da Vigilância Social nos municípios, concedendo-lhe dez diárias e meia, no valor unitário de R\$77,10 (Setenta e sete reais e dez centavos), totalizando R\$809,55 (Oitocentos e noventa e cinquenta e cinco centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe III do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 11 de junho de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº233/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participar da Reunião Descentralizada e Ampliada do Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Assistência Social - FONACEAS, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagem aérea de acordo com o artigo 3º; alínea b, §1º e §3º do art.4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8 e 10 do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 18 de junho de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº233/2013 DE 18 DE JUNHO DE 2013

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		AJUDA DE	PASSAGEM	TOTAL		
					QUANT.	VALOR				ACRÉSCIMO	CUSTO
SILVANA DE MATOS BRITO SIMÕES – 300300-1-X	Supervisor de Núcleo - DAS-1	III	25 a 29.06.2013	MACAPÁ/AP	4/1/2	189,25	40%	1.192,28	189,25	882,01	2.263,54
MARIA TEREZA DE ARAÚJO SERRA – 200933-1-5	Assistente Técnico - DAS-2	IV	25 a 29.06.2013	MACAPÁ/AP	4/1/2	166,49	40%	1.048,89	166,49	882,01	2.097,39
									TOTAL		4.360,93

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº234/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **JOSÉ DE ARIMATÉIA SACRAMENTO DOS SANTOS**, que exerce a função de MOTORISTA, matrícula nº400971-1-2, desta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a **viajar** à cidade de Morrinhos, no dia 16.04.2013 a fim de acompanhar adolescente para ser entregue na Comarca do Município, concedendo-lhe meia diária, no valor unitário de R\$61,33 (Sessenta e um reais e trinta e três centavos), totalizando R\$30,66 (Trinta reais e sessenta e seis centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea a, §1º do art.4º; art.5º e seu §1º; art.10, classe V do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 15 de abril de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº235/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **PAULO HENRIQUE PARENTE NEIVA SANTOS**, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, matrícula nº126361-1-3, desta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a **viajar** à cidade de RECIFE/PE, no período de 13 a 15.06.2013, a fim de participar de reunião com Gestores da Secretaria do Trabalho para conhecer os Projetos daquele Estado na área do Trabalho e visitar o Centro de Reciclagem de Computadores para inclusão social de jovens, concedendo-lhe duas diárias e meia, no valor unitário de R\$236,56 (Duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos) acrescidos de 50% (Cinquenta por cento), no valor total de R\$887,10 (Oitocentos e oitenta e sete reais e dez centavos), mais uma ajuda de custo no valor total de R\$236,56 (Duzentos e trinta e seis reais e cinquenta e seis centavos), e passagem aérea, para o trecho Fortaleza/Recife/Fortaleza, no valor de R\$696,16 (Seiscentos e noventa e seis reais e dezesseis centavos), perfazendo um total de R\$1.819,82 (Hum mil oitocentos e dezenove reais e oitenta e dois centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, §1º e 3º do artigo 4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8º e 10, classe II do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de

outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 12 de junho de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº238/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **EVALDO CAVALCANTE MONTEIRO**, que exerce a função de Terapeuta Ocupacional, matrícula nº200771-1-5, desta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a **viajar** à cidade de GOIÂNIA/GO, no período de 24 a 27.06.2013, a fim de participar do II Encontro dos Conselhos Estaduais das Regiões Norte, Nordeste e Centro Oeste com o Conselho Nacional dos Direitos do Idoso, concedendo-lhe três diárias e meia, no valor unitário de R\$166,49 (Cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos) acrescidos de 40% (Quarenta por cento), no valor total de R\$815,81 (Oitocentos e quinze reais e oitenta e um centavos), mais uma ajuda de custo no valor total de R\$166,49 (Cento e sessenta e seis reais e quarenta e nove centavos), e passagem aérea, para o trecho Fortaleza/Goiânia/Fortaleza, no valor de R\$1.462,62 (Hum mil quatrocentos e sessenta e dois reais e sessenta e dois centavos), perfazendo um total de R\$2.444,92 (Dois mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e noventa e dois centavos), de acordo com o artigo 3º; alínea b, §1º e 3º do artigo 4º; art.5º e seu §1º; arts.6º, 8º e 10, classe IV do anexo I do Decreto nº30.719, de 25 de outubro de 2011, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 21 de junho de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº239/2013** - O SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com as Portarias 195/2009 e 270/2011, datadas de 27 de maio de 2009 e 12 de junho de 2011 respectivamente, RESOLVE

**DETERMINAR a abertura de Tomada de Contas Especial**, para apurar possíveis irregularidades nas prestações de contas do Convênio 174/2007 da entidade Associação Curumins, conforme processo SPU nº5150078/2013. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 21 de junho de 2013.

Evandro Sá Barreto Leitão

SECRETÁRIO DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº10/2013  
PROCESSO Nº12275719-0**

RESULTADO DO EDITAL DE CREDENCIAMENTO E SELEÇÃO PÚBLICA PARA ENTIDADES/INSTITUIÇÕES DE NATUREZA PRIVADA INCUMBIDA REGIMENTAL OU ESTATUTARIAMENTE QUE DESENVOLVEM E/OU APOIAM AÇÕES VOLTADAS PARA A POPULAÇÃO DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBTT, QUE DETENHA INQUESTIONÁVEL REPUTAÇÃO ÉTICO-PROFISSIONAL E NÃO TENHA FINS LUCRATIVOS- VISANDO A LUTA PELOS DIREITOS HUMANOS E O ENFRENTAMENTO DE QUALQUER TIPO DE PRECONCEITO E DISCRIMINAÇÃO A POPULAÇÃO LGBTT, NO ÂMBITO DA COORDENADORIA ESTADUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS - LGBTT, DA SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO ESTADO DO CEARÁ. A Comissão Técnica de Credenciamento Seleção e Contratação - STSC, com a finalidade de analisar documentação para Habilitação Jurídica e Qualificação Técnica das Entidades/Instituições Participantes do Edital de Chamada Pública para Credenciamento, Seleção e Contratação de Instituições de Natureza Privada visando à execução de ações (formações/capacitações, palestras, seminários e sensibilizações de enfrentamento a todos os tipos de preconceito a população LGBTT), em promoção à cidadania de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTT, no âmbito dos Programas e Projetos desenvolvidos pela Coordenadoria de Políticas Públicas para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBTT, vem **DIVULGAR Resultado da Análise Documental Apresentada nela entidade** interessada em participar do referido Certame.

LOTE	SPU Nº	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO	Resultado
01	5147964/2013	Liga Esportiva Arte e Cultura Beneficiante -LEACB	99,00	HABILITADA

NOTA DE ESCLARECIMENTO: Pelo motivo de não ter concorrência no credenciamento do Edital de Seleção Pública para Entidades/Instituições de Natureza Privada desta Coordenadoria para o ano de 2013, e como a instituição acima citada atingiu aos critérios estabelecidos pelo mesmo, declaro classificado e o conceito obtido foi excelente. Fortaleza, 25 de Junho de 2013.

Selma Maria Salvino Lobo  
PRESIDENTE DA CTSC

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº253/2013 – CEDCA-CE**, de 17 de abril de 2013.

**APROVA AS DIRETRIZES BÁSICAS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESTADO DO CEARÁ, PARA O BIÊNIO 2013 A 2014.**

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ – CEDCA-CE, nos termos da lei federal nº8.069 de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente) e da lei estadual 11.889, de 20 de dezembro de 1991 (com as alterações da lei estadual 12.934, de 16 de julho de 1999); Considerando-se o quadro de desigualdades baseadas em raça, classe social, gênero e situação geográfica que dificultam significativamente a realização plena dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes; Considerando-se que, para dar conta desta situação de ameaça ou violação de direitos, necessário se torna institucionalizar e fortalecer um sistema de garantia dos direitos da infância e adolescência (SGD), em âmbito nacional, estadual e municipal; Considerando-se a necessidade de se implementar os instrumentos normativos que integram esse sistema de garantia de direitos, isto é, a Constituição Federal, a Convenção sobre os Direitos da Criança, o Estatuto da Criança e do Adolescente e demais normas de proteção à infância; Considerando-se a necessidade de se implementar

os mecanismos de exigibilidade de direitos que integram igualmente o citado sistema de garantia de direitos, especialmente formulando, coordenando e executando a política de promoção dos direitos da infância e adolescência, como prevista na lei federal 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); Considerando que, por força do art.87, II da lei federal 8.069/90 citada, compete aos conselhos dos direitos da criança e do adolescente, em caráter “deliberativo”, “controlar as ações públicas que resultem no atendimento dos direitos de crianças e adolescentes” e que, por força do art.2º, II da lei estadual 11.889/91 citada, compete particularmente ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDCA-CE, “definir as políticas de atendimento integral dos direitos da Criança e do Adolescente, estabelecendo diretrizes básicas e fixando prioridades para a consecução de ações”; Considerando que estas diretrizes básicas devem se firmar nos princípios emanados da Declaração Mundial sobre os Direitos Humanos (II Congresso Mundial de Viena/1980), da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança (1990), da Constituição Federal (1988, da lei federal 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente/1990), das Diretrizes Nacionais para a Atenção Integral à Criança e ao Adolescente (CONANDA/2001); Considerando as propostas definidas e priorizadas durante a IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará, realizada nos dias 09, 10 e 11 de maio de de 2012, em Fortaleza-Ceará; Considerando-se ainda a necessidade urgente de se definir as interfaces da política de promoção dos direitos da criança e do adolescente com as demais políticas públicas, muito especialmente com as políticas de assistência social, saúde, educação, cultura, trabalho, segurança alimentar, segurança pública e as políticas econômicas, do Estado; O colegiado do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDCA-CE, considerando o acima exposto e o deliberado na sua reunião ordinária desta data; Resolve aprovar as seguintes DIRETRIZES BÁSICAS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES, no Estado do Ceará, para o biênio 2013 a 2014:

Artigo 1º - A formulação, coordenação e execução da política de proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente, no Estado do Ceará, no período de 2013 a 2014, deverão obedecer às presentes DIRETRIZES BÁSICAS PARA O ATENDIMENTO INTEGRAL DOS DIREITOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES.

§1º - O Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará – CEDCA-CE, logo após a edição desta Resolução, deverá, quando necessário, providenciar a revisão dos planos especiais e a elaboração do Plano Estadual de Promoção, Proteção e Defesa de Direitos à Convivência Familiar e Comunitária de Crianças e Adolescentes no Ceará, e do Plano Regional do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, possibilitando a operacionalização das presentes DIRETRIZES BÁSICAS.

§2º - Os órgãos públicos e as organizações não governamentais, que atuam no âmbito estadual, quando da implementação e desenvolvimento dos programas e projetos e dos serviços e atividades de proteção e promoção de direitos da criança e do adolescente, deverão levar em conta os princípios, objetivos, estratégias, metas e ações programáticas definidas por estas DIRETRIZES BÁSICAS e pelos seus decorrentes planos especiais operacionalizadores.

Artigo 2º - Estas DIRETRIZES BÁSICAS igualmente deverão servir de parâmetros para o controle das ações públicas governamentais e não governamentais, pelo Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará, na forma prevista na legislação pertinente.

Parágrafo único – Fica vedada, especificamente, a aplicação de recursos do Fundo Estadual para a Criança e o Adolescente do Ceará – FECA em desrespeito a estas DIRETRIZES BÁSICAS e ao plano específico de aplicação dos recursos do Fundo citado.

Artigo 3º – O não cumprimento das presentes DIRETRIZES BÁSICAS implicará na responsabilização, na forma da lei, dos agentes públicos (governamentais e não governamentais) encarregados dos programas e projetos e dos serviços e atividades, que operacionalizem os objetivos, as metas, as estratégias e as ações programáticas, estabelecidos adiante nesta Resolução.

Artigo 4º - Os planos especiais, programas, projetos, serviços e atividades da política de atendimento de direitos da criança e do adolescente, no Estado do Ceará, no biênio de 2013 a 2014 visarão os seguintes objetivos, na sua elaboração e desenvolvimento:

- I. Garantir os direitos de crianças e adolescentes, na perspectiva da proteção e promoção dos direitos humanos, no contexto do Estado Democrático de Direito, visando o desenvolvimento econômico-social-cultural sustentável das famílias e das comunidades, em especial;
- II. Implementar um amplo sistema de garantia de direitos, que, através das instâncias públicas governamentais e não governamentais e de mecanismos de exigibilidade de direitos, (a) protejam e promovam esses direitos específicos através das políticas públicas, (b) defendam quando

ameaçados e violados esses direitos e (c) controlem todas ações públicas (governamentais e não governamentais) direcionadas nesse sentido;

III. Desenvolver a política de promoção dos direitos humanos da criança e do adolescente, como uma política especial, autônoma e interssetorial, que se operacionalize(a) através da criação e manutenção de programas e serviços específicos de proteção de direitos de crianças e adolescentes com direitos ameaçados e violados e de programas socioeducativos para adolescentes em conflito com a lei; e (b) da articulação, integração e priorização da proteção e promoção de direitos desse segmento da população, no campo das demais políticas públicas (saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, trabalho, turismo, desenvolvimento econômico, planejamento, segurança pública etc.);

IV. Reduzir os níveis de ameaça e violação dos direitos de crianças e adolescentes, sob as diversas formas de violências, explorações, negligências, discriminações, especialmente por motivos de classe, gênero, raça e situação geográfica;

V. Reforçar as demais políticas públicas, no esforço para melhorar a qualidade de vida de todas as crianças e adolescentes e de suas famílias, por via de consequência.

Artigo 5º - Ficam estabelecidas as seguintes metas, a serem alcançadas para o biênio 2013 a 2014:

1. Implementação e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, no Estado do Ceará, em harmonia com os sistemas homólogos nos níveis nacional e municipal;

2. Qualificação dos programas de proteção de direitos (arts.87, III a V e 90 – Estatuto cit.) e sua articulação e integração operacional com os programas, serviços e ações das demais políticas públicas (saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho, segurança pública, turismo etc.), especificamente quando direcionados ao atendimento de crianças e adolescentes submetidos às diversas formas de violências, explorações, abusos, discriminações e negligências;

3. Qualificação dos programas socioeducativos (art.90 – Estatuto cit.) e sua articulação e integração operacional com os programas, serviços e ações das demais políticas públicas (saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho, esporte, lazer, segurança pública, turismo, planejamento, fazendária, desenvolvimento econômico etc.), direcionados especificamente ao atendimento dos adolescentes em conflito com a lei (“autores de ato infracional”).

4. Articulação, integração operacional e priorização dos programas, serviços e ações das políticas públicas (saúde, educação, assistência social, cultura, trabalho, esporte, lazer, segurança pública, turismo, planejamento, fazendária, desenvolvimento econômico etc.), especialmente quando direcionados especificamente ao atendimento de crianças e adolescentes usuários de drogas lícitas e ilícitas;

5. Articulação, integração operacional e priorização dos programas, serviços e ações das políticas públicas (especialmente as de assistência social, educação, saúde, cultura, esporte e lazer), quando direcionados especificamente ao desenvolvimento infantil.

Artigo 6º. Considerando a necessidade de se definir meios para atingir esses objetivos e metas, ficam eleitas as seguintes estratégias prioritárias:

I. Mobilização da sociedade, visando influenciá-la para que acolha o paradigma emancipatório dos direitos humanos no trato das questões da infância e adolescência, isto é, da proteção integral dos direitos da criança e do adolescente, enquanto sujeitos de direitos e pessoa em condição peculiar de desenvolvimento, abandonando-se o paradigma da proteção tutelar, assistencialista e repressora do “menor em situação irregular” e da “política do bem-estar do menor”. As ações estratégicas de mobilização social, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de(a) campanhas, de (b) relações públicas e de assessoramento diversas mídias;

II. Advocacy, visando produzir insumos sobre promoção e proteção dos direitos humanos de crianças e adolescentes, para sensibilizar e informar os operadores do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, o meio acadêmico e os formadores de opinião. As ações estratégicas de advocacy, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de(a) produção de conhecimentos (estudos e pesquisas), de (b) gestão de dados e informações, com especial destaque para o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA e de (c) sensibilização de operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III. Desenvolvimento de capacidades ou competências específicas, dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente para qualificar sua intervenção e melhor desempenho de suas tarefas. As ações estratégicas de desenvolvimento de capacidades, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de formação, nas suas diversas modalidades (capacitações básicas, reciclagens, aperfeiçoamento e especializações em conhecimentos científicos, treinamentos em habilidades etc.);

IV. Apoio institucional, visando elevar os níveis de eficiência e eficácia na atuação dos órgãos públicos e entidades sociais que integram o Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. As ações estratégicas de apoio institucional, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de(a) apoio técnico; e de (b) apoio financeiro.

V. Parcerias, visando a articulação política ampla e a integração operacional dos órgãos públicos e entidades sociais integrantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente e dos seus agentes ou operadores.. As ações estratégicas de parcerias, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de construção de(a) protocolos de integração ou forças-tarefas; (b) pactos e agendas-mínimas; (c) audiências públicas; e (d) conferências.

VI. Empoderamento, visando a potencialização da própria reflexão e dos esforços do público infante-adolescente, na sua vida familiar, comunitária, escolar e política, conforme a sua faixa etária e nível de desenvolvimento. As ações estratégicas de apoio empoderamento, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de(a) conscientização ampla de crianças e adolescentes em relação a seus direitos e da sua própria capacidade de formar opinião própria e de expressá-la; e (b) promoção do protagonismo em específicas situações.

VII. Monitoramento, visando assegurar a elevação dos níveis de eficiência e eficácia das ações públicas, permitindo melhor definir prioridades, alocar recursos, planejar atividades futuras. As ações estratégicas de monitoramento, por sua vez, deverão se desdobrar em ações táticas de(a) levantamento da situação, (b) acompanhamento, (c) avaliação, de (d) monitoramento e (e) correção.

Fortaleza, 17 de abril de 2013

Mônica Sillan de Oliveira  
PRESIDENTA DO CEDCA/CE

\*\*\* \*\*

**RESOLUÇÃO Nº254/13 – CEDCA-CE**, de 17 de abril de 2013.

**DISPÕE SOBRE CRITÉRIOS DE APRESENTAÇÃO, AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PROJETOS A SEREM FINANCIADOS PELO FUNDO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.**

O CONSELHO ESTADUAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DO CEARÁ - CEDCA-CE, nos termos da lei estadual nº11.889, de 20 de dezembro de 1991 (nova redação da lei estadual nº12.934, de 16 de julho de 1990); CONSIDERANDO que compete ao CEDCA-CE regular a captação de recursos e a aplicação desses recursos, enquanto gestor do Fundo para a Criança e o Adolescente do Ceará - FECA, na forma do Estatuto da Criança e do Adolescente (lei federal nº8.069, de 13 de julho de 2002 - art.88, IV) e da lei estadual citada; CONSIDERANDO os princípios da legalidade, da moralidade, da publicidade, da impessoalidade e da eficiência previstos no art.37, “caput” da CF; CONSIDERANDO as propostas definidas e priorizadas durante a IX Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará; CONSIDERANDO as diretrizes e linhas de ação priorizadas por este colegiado publicizada através da Resolução nº253/2013; CONSIDERANDO ainda orientações da Resolução 137, de 21 de janeiro de 2010 do CONANDA, Seção II – Art.9º, incisos I e V; CONSIDERANDO a deliberação do Colegiado do CEDCA-CE, em reunião realizada em 17 de abril de 2013. RESOLVE:

Art.1º. Ficam aprovados, na forma desta Resolução, os requisitos, critérios e prioridades para a análise e aprovação de Projetos a serem financiados com recursos do Fundo Estadual dos Direitos da Criança FECA/CE.

Art.2º. O Colegiado receberá projetos apresentados em conformidade com esta Resolução e Edital publicado no primeiro semestre de cada ano.

§1º. Somente as entidades que tiverem, 02 anos de registro de seus atos constitutivos em cartório é que estarão aptas a apresentar projetos solicitando a liberação de recursos do FECA-CE.

§2º. As entidades deverão apresentar junto com o projeto os seguintes documentos:

- Cópia legível do Estatuto Social da instituição e comprovação do seu registro, na forma da lei;
- Cópia legível da ata da eleição e posse da atual diretoria, registrados na forma da lei;
- Cópia legível do CNPJ;
- Cópia legível da Carteira de identidade e CPF do representante legal da entidade;
- Cópia legível da ata de fundação ou constituição da entidade registrada na forma da lei;
- Certidão Negativa de Débitos e Tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Débitos e Tributos Estaduais;

- h. Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União;
- i. Certificado de Regularidade do FGTS;
- j. Certidão Negativa relativa às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros;
- k. Certidão Negativa der Débitos Trabalhista
- l. Último Relatório de Atividades;
- m. Último Balanço Financeiro devidamente assinado na forma da lei;
- n. Declaração de Idoneidade do representante legal fornecido por qualquer agente público;
- o. Cópia atualizada do registro junto ao Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente do Município, para entidades que desenvolvem programas previstos no artigo 90 do ECA;

§3º. Os aspectos abaixo relacionados deverão constar quando da definição do projeto:

I – articulação da ação proposta - citar quantas e quais instituições estão ou serão envolvidas no projeto;

II - amplitude de atendimento - quantificar o número de beneficiários diretos e indiretos do projeto;

III - impacto social - capacidade de alterar significativamente a realidade social e/ou a vida das crianças e adolescentes atendidos.

IV - caráter preventivo - conjunto de ações articuladas que possam também prevenir a ocorrência da situação-problema definida no projeto.

V - relação custo-benefício - garantia de qualidade da ação a um custo compatível com a realidade local, seguindo os parâmetros da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social.

§4º. Os projetos apresentados deverão seguir minimamente o Roteiro para Elaboração de Projetos Anexo desta Resolução.

Art.3º. Todos os projetos apresentados serão previamente apreciados pela Comissão de Políticas Básicas e Especiais, que o encaminhará para deliberação do colegiado com um parecer, aprovando ou desaprovando o mesmo.

§1º. Para a elaboração de parecer aludido no caput a Comissão de Políticas Básicas e Especiais requisitará da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, um parecer técnico e visita às instalações da entidade a fim de que sejam verificadas todas as condições previstas nesta Resolução bem como no Estatuto da Criança e do Adolescente, com relação à adequação das instalações físicas, aplicabilidade do projeto, bem como se o valor solicitado é compatível em relação ao porte da entidade.

§2º. Durante a análise poderão ser solicitados à entidade, esclarecimentos complementares ao projeto apresentado.

§3º. Todos os procedimentos de análise e avaliação na Comissão de Políticas Básicas e Especiais seguirão a ordem da numeração do protocolo do requerimento que encaminhou o projeto.

§4º. As instituições são responsáveis por garantir a aplicação e comprovação da contrapartida para a complementação dos recursos, quando os projetos aprovados assim o estabelecerem.

§5º. O Conselheiro ficará impedido de analisar, emitir parecer ou votar projeto que diga respeito à instituição por ele, porventura, representada no Colegiado.

Art.4º. Após a aprovação pelo Colegiado, será expedida Resolução e adotados os procedimentos para elaboração do referido convênio entre a instituição beneficiada e a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social - STDS, com a intervenção do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA/CE.

Art.5º. Todos os projetos aprovados deverão ser acompanhados de forma sistemática pelos Técnicos da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS que deverá encaminhar relatório assegurando a execução sua eficácia e o retorno social previsto quando da apresentação dos mesmos, na seguinte proporção:

- a. Projeto a ser executado em 01 ano – Apresentação de no mínimo (02) dois relatórios um com 06 (seis) meses de execução e outro ao final;
- b. Projeto a ser executado em 06 meses – Apresentação de um relatório para aprovação e outro ao final da execução.

Art.6º. A entidade deverá prestar contas dos valores repassados comprovando a boa e regular aplicação dos recursos recebidos, de acordo com o plano de trabalho.

§1º. No caso de liberação do recurso em parcela única, a entidade deverá prestar contas em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias do vencimento do convênio, sob pena de devolução do mesmo.

§2º. No caso de liberação de recursos em várias parcelas, à liberação do repasse referente ao mês subsequente ficará condicionada à prestação de contas da parcela anterior, respeitado, neste caso, o prazo máximo de 30 (trinta) dias.

§3º. As prestações de contas dos valores repassados, deverão ser apresentadas de acordo com a orientação recebida da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS.

§4º. Todos os documentos deverão estar datados e dentro do prazo de aplicação para o qual foi concedido o recurso.

§5º. Na hipótese de desvio da finalidade do projeto ou dos recursos previstos para a sua execução, o fato será encaminhado ao Ministério Público conforme previsto na Lei 8.429/92.

Art.7º. Serão financiados prioritariamente os projetos que versarem sobre a prevenção e/ou atendimento das seguintes temáticas:

I – convivência familiar e comunitária;

II – Sistema Sócio Educativo com ênfase nas Medidas Sócio Educativas em meio aberto;

III - abuso e exploração sexual infantil

IV - trabalho infantil;

V – drogadição;

VI – fortalecimento e divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VII – Deliberações da IX I Conferencia Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará que versaram sobre o Plano Decenal de Direitos Humanos Crianças e Adolescentes;

VIII - Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores por tempo determinado, não excedendo a três (3) anos da política de promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistema de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

X – Apoio a grupos de trabalho, redes e fóruns no desenvolvimetro de campanhas e ações voltadas para o enfrentamento das violações de direitos durante os chamados grandes eventos

Art.8º. O valor a ser financiado para cada projeto, será definido de acordo com a disponibilidade dos recursos do FECA e publicado em Edital.

Art.9º - O FECA-CE não Financia:

- a. Salários e Encargos;
- b. Aluguel de imóveis;
- c. Luz, água e telefone, IPTU;
- d. Taxa de administração;
- e. Elaboração do projeto;
- f. Construções e reformas que não sejam em prédio e/ou imóveis de propriedade da instituição proponente.

Parágrafo I - Não serão liberados recursos para pagamentos de compromissos assumidos anteriormente à data da assinatura do convênio.

Parágrafo II - Excepcionalmente o FECA poderá aprovar projetos que contemplem despesas com os itens “a”, “b” e “c”. excluindo o IPTU, desde que estas despesas estejam diretamente vinculadas à execução do mesmo.

Art.10. É vedado a participação de entidades que estejam em mora, inadimplente com outros órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal, Estadual e Federal.

Art.11. Os casos omissos serão resolvidos pelo colegiado do CEDCA-CE, ouvindo-se parecer da Comissão de Políticas Básicas Especiais.

Art.12. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Fortaleza, 17 de abril de 2013

Mônica Sillan de Oliveira

PRESIDENTA DO CEDCA/CE

ANEXO DA RESOLUÇÃO 254/2013

MODELO DE PROJETO BÁSICO

#### 1. DADOS CADASTRAIS DA ENTIDADE PROPONENTE

Proponente –

CNPJ

Endereço

Cidade	UF	CEP	Telefone –
Conta Corrente –	Banco	Agência	Praça de Pagamento

#### 2) DADOS CADASTRAIS DO REPRESENTANTE LEGAL

Nome do Presidente

Carteira de Identidade/Órgão Expedidor

CPF

Endereço

Cidade UF Telefone

CEP

E-mail

#### 3) RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO PROJETO

Nome

Carteira de Identidade

CPF

Endereço residencial

Cidade/UF:

CEP

Telefone -

E-mail-

Formação:

Experiência profissional:

**4) RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO DO PROJETO**

Nome

Carteira de Identidade/Órgão Expedidor

CPF

Endereço

Cidade/UF

CEP

Telefone

E-mail

Formação e Experiência profissional

**5) DESCRIÇÃO DO PROJETO**

Título do Projeto

Período de Execução -

Temática:

Público Alvo:

**6. CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Explicitar de maneira sucinta, o compromisso da instituição com política de direitos humanos

**7. APRESENTAÇÃO**

Faça um resumo claro e objetivo do projeto, considerando a situação da criança e do adolescente, os dados de seu município, os resultados da Conferência Municipal, Regional ou Estadual se tiver sido realizada. Apresente algum diagnóstico realizado pelos diferentes atores do Sistema de Garantias de Direitos (se houver); os resultados esperados, o valor do projeto previsto, a área de abrangência e sua população de crianças e adolescentes, e o atendidos direta e indiretamente devem ser citados na apresentação. Descreva brevemente como é constituída a rede de atendimento a criança e ao adolescente do município

**8. JUSTIFICATIVA**

a) Descreva qual o problema, a violação de direitos e/ou a carência de atendimento a serem enfrentados, suas causas, o contexto geográfico, sócio-econômico e cultural. Quais os principais atores tanto do setor público como da sociedade civil envolvidos.

b) Descreva quais estratégias e atividades propostas para promoção dos direitos da criança e do adolescente, os resultados esperados, incluindo tantos resultados quantitativos (ex. números de crianças incluídas no ensino público) como mudanças qualitativas (ex. permanência e sucesso na escola pública).

**9. OBJETIVOS: GERAL ESPECIFICOS**

Identificar o fim, ou seja, o resultado que se quer atingir através de ações que o projeto irá desenvolver junto ao público alvo.

Os objetivos deverão ser quantificados e qualificados

**10; METODOLOGIA**

Explicar de forma detalhada todas as ações a serem desenvolvidas no Projeto, detalhando a forma como serão implementadas

Especificar de forma clara e precisa os princípios e métodos que norteiam o projeto.

**11. PÚBLICO ALVO**

Descrever, objetivamente, o público alvo que será alcançado pelo projeto apresentando os beneficiários diretos e indiretos.

**12. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

Indicações de parcerias que venham contribuir com o Projeto, indicando a forma e a contribuição do mesmo para o Projeto

**13; ESTRATEGIAS DE SUSTENTABILIDADE**

São as ações desencadeadas pelo projeto para que as mudanças promovidas possam ter continuidade, legitimidade e permanência no município. Descreva como pretende promover a sustentabilidade do projeto em termos:

Financeiros: descreva se há contrapartida dos Governos municipais e estaduais ou de outras fontes de financiamento.

Técnicos: metodologias, estratégias e planejamento

Comunitária: descreva a capacidade do projeto de mobilizar a comunidade local e o grau de participação dos atores locais e das próprias crianças e adolescentes;

Articulação e trabalho em rede: descreva como as ações do projeto se articulam com os atores locais do Sistema de garantia dos Direitos e como fortalecem a rede local de proteção da Criança e do Adolescente; Interação com as Políticas Públicas: como se dá a complementariedade e integração com as políticas, públicas e serviços do município, particularmente com os demais conselhos das políticas s

**14. MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO**

OBJETIVOS	METAS	INDICADORES DE RESULTADO	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
-----------	-------	--------------------------	----------------------

**15. INSTALAÇÕES FÍSICAS****16. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA**

ATIVIDADE	META	MESES
-----------	------	-------

**17. ENQUADRAMENTO DO PROJETO DE ACORDO COM AS TEMÁTICAS DA RESOLUÇÃO 254/2013**

I – Convivência familiar e comunitária;

II – Sistema Sócio Educativo com ênfase nas Medidas Sócio Educativas em meio aberto;

III - Abuso e exploração sexual infantil

IV - Trabalho infantil;

V – Drogadição;

VI – Fortalecimento e divulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente.

VII – Deliberações da IX I Conferência Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente do Ceará que versaram sobre o Plano Decenal de Direitos Humanos Crianças e Adolescentes;

VIII - Desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores por tempo determinado, não excedendo a três (3) anos da política de promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IX - Programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistema de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

**17. EQUIPE TÉCNICA**

NOME	FUNÇÃO	EXPERIENCIA PROFISSIONAL
------	--------	--------------------------

**18. CRONOGRAMA DESEMBOLSO DOS RECURSOS**

PARCELA	MESES
---------	-------

**19. PLANILHA DE CUSTOS**

Anexar planilha de custos de material e de pessoal que estão previstos na execução do projeto.

ORDEM	DISCRIMINAÇÃO	P.UNITÁRIO	QUANTIDADE	P.TOTAL
-------	---------------	------------	------------	---------

**20. TABELA DE REMUNERAÇÃO**

No caso do projeto prevê pagamento de pessoal, na tabela abaixo estão previstos os limites máximos permitidos.

GRUPO DE ATIVIDADES	ESCOLARIDADE	VALOR DA HORA (limite máximo)
Educadores Monitores	Mestrado	100,00
	Superior Completo	70,00
	Médio	30,00
Palestrantes	DOUTORADO OU NOTÓRIO SABER	120,00

\*\*\* \*\*

**CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO**

O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art.5º, inc. I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 e Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO que o Conselho de Disciplina foi instaurado através da Portaria CGD Nº939/2012, publicada no D.O.E. nº195, de 11

de outubro de 2012, com o fito de apurar a responsabilidade disciplinar do CB PM GILVÂNIO MARTINS DE FREITAS, nos fatos constantes nas investigações preliminares sob SPU nº05354998-8 e SPU nº10332459-3, haja vista o referido miliciano, em relação à primeira investigação preliminar, teria lesionado Fabiano Alves Feitosa, de alcunha Sabiá, já falecido; e, em relação ao segundo procedimento investigativo, teria o aconselhado, no dia 07/07/2010, na cidade de Mauriti/CE, quando de folga, a paisana, portando uma arma de fogo, supostamente participado de uma cobrança de dívida, levando como pagamento um veículo de marca/modelo VW/SANTANA, ano 1992, placa BGO-8211, o qual se encontrava na posse de Francisco Félix Moreira; CONSIDERANDO que pelos fatos constantes na sindicância sob o SPU nº05354998-8, o aconselhado já foi punido com 08 (oito) dias de permanência disciplinar, conforme Aditivo nº021/04, da 5ª Cia/2º BPM, de 27 de maio de 2004; CONSIDERANDO que em relação ao segundo procedimento, o miliciano estava acompanhando o sr. Vicente Tomaz Ferreira, credor de uma dívida, decorrente da venda de um veículo, marca Volkswagen, modelo Santana, placas BGO-8211, ao Sr. Francisco Félix Moreira, apenas conduzindo o citado veículo, não restando comprovado que recebeu qualquer pagamento para realizar o serviço; CONSIDERANDO que o aconselhado, em nenhum momento, se identificou como policial ou realizou qualquer tipo de violência ou ameaça para reaver o veículo; CONSIDERANDO que a arma que o aconselhado portava no dia estava devidamente registrada em seu nome; CONSIDERANDO que o relatório da Comissão, cujo entendimento pautado nos princípios que regem o devido processo legal, foi sugerir o arquivamento do processo; RESOLVE acolher o relatório de fls. 257/273 e seu complemento 285/286 e arquivar o presente Conselho de Disciplina em desfavor do CB PM GILVÂNIO MARTINS DE FREITAS - M.F. nº108.419-1-2, por não haver provas suficientes da prática de qualquer transgressão disciplinar, sendo ressalvado a possibilidade de reapreciação, caso surjam novos fatos ou evidências, conforme §único, art.72 da Lei nº13.407/03. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 17 de junho de 2013.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 c/c Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes no Conselho de Disciplina referente ao SPU nº12844578-5, instaurado sob a Portaria nºCGD nº143/2013-GAB/CGD, publicada no D.O.E. nº048, de 12 de Março de 2013, para apurar a responsabilidade administrativa-disciplinar do CB PM FRANCISCO ROSÁRIO DA SILVA, condenado a pena de três meses de detenção incurso no Art.160 do Código Penal Militar (Deserção), conforme processo nº469873-94.2011.8.06.0001/4388; CONSIDERANDO que foi detectado um equívoco na Portaria de Instauração referente à tipificação da transgressão, onde está escrito Deserção, deveria ler-se Desrespeito a Superior; CONSIDERANDO que pelo fato o aconselhado respondeu Conselho de Disciplina, instaurado através da Portaria nº178/2013, publicado no D.O.E. nº056, em 26 de março de 2013; CONSIDERANDO que a Portaria nº178/2013, retro citada, contém todas as informações para a tramitação sem vícios de instauração; CONSIDERANDO que pelas supostas transgressões o policial responderá ao Conselho de Disciplina, sob o SPU nº13062449-7, em trâmite perante a 7ª Comissão Militar; CONSIDERANDO o relatório da Comissão Processante, cujo entendimento pautado nos princípios que regem o devido processo legal, foi sugerir o arquivamento com base no princípio "non bis in idem" e economia processual; RESOLVE homologar o relatório de fls. 16/17 e arquivar o presente Conselho de Disciplina em desfavor do CB PM FRANCISCO ROSÁRIO DA SILVA - M.F. nº065.8190-1-9, com o fito de evitar o do duplo processamento. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 29 de maio de 2013.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR-GERAL ADJUNTO DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.6º c/c o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 e o art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003, por delegação e,

CONSIDERANDO os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar sob o SPU nº09311777-9, instaurado através da Portaria CGD Nº681/2012, publicada no D.O.E. nº147 na data de 02 de agosto de 2012, visando apurar a responsabilidade dos SD PM FRANCISCO TEMÍSTOCLES MOTA GOMES - M.F. Nº300.659-1-3, SD PM WESCLEY CÉSAR SANTOS DA COSTA - M.F. Nº300.622-1-3 e SD PM RONALD CAVALCANTE SOARES - M.F. Nº300.464-1-2, pelos fatos ocorridos na madrugada do dia 19 de setembro de 2009, em que os referidos milicianos são acusados de não terem garantido a integridade física do Sr. Marcelo Barbosa Bezerra, quando este se auto-lesionava, depois de ter sido detido pelos referidos militares, assim como, ao ser conduzido ao 2º Distrito Policial, quando teria sido agredido fisicamente pelo SD Ronald Cavalcante Soares, conforme gravações das câmeras instaladas na VTR RONDA 1021, vindo a passar mal na delegacia, sendo encaminhado ao Hospital Geral de Fortaleza, onde veio a falecer; CONSIDERANDO que restou apurado que o Sr. Marcelo B. Bezerra envolveu-se em três ocorrências antes de ser detido pelos aconselhados, sendo a primeira, por volta das 03h30min da referida data, quando invadiu com seu carro o prédio da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, situado na Av. Bezerra de Menezes, chegando a danificar o portão do citado órgão no momento de sua saída, conforme fls. 26/27; a segunda ocorrência se deu por volta das 3h40min do mesmo dia, quando invadiu uma residência na Rua Padre Antônio Tomás, nº274, de acordo com às fls. 20; e finalmente o terceiro registro, quando promoveu nova invasão, desta feita ao condomínio Portal do Bosque, localizado na Rua Paula Ney, nº55, Aldeota, conforme fls. 20/25 e 28/29, sendo todos esses endereços situados nesta capital; CONSIDERANDO que a irmã da vítima em seu depoimento afirmou que Marcelo fazia uso de substância entorpecente, e que o mesmo se encontrava em local incerto há dois dias desses acontecimentos, relatando ainda que ele vinha ingerindo bebida alcoólica desde aquela data; CONSIDERANDO que apesar dessas declarações, o perito Roger Catunda afirmou em seu depoimento que o Sr. Marcelo Bezerra não poderia ter falecido em decorrência de overdose de substância entorpecente, esclarecendo que caso essa fosse a causa da morte, o óbito teria se dado mediante parada cardíaca, o que não ocorreu, visto que conforme concluiu o laudo cadavérico a causa de morte do Sr. Marcelo foi em decorrência de hemorragia torácica; CONSIDERANDO que pelo fato de Marcelo Barbosa Bezerra, resistindo a prisão, haver danificado o xadrez da viatura policial, sendo necessário conduzi-lo à delegacia em um micro-ônibus da polícia, que foi acionado para dar apoio à ocorrência; CONSIDERANDO constar das imagens presentes no vídeo 20090922133320, ao tempo de 16' a 16'38", que os milicianos o empurraram com chutes para o interior do citado micro-ônibus, a fim de conduzi-lo para o 2º Distrito Policial; CONSIDERANDO que em relação a isso, não restou claro se a ação dos policiais se deu em decorrência do estado alterado do supracitado, tendo por base as gravações do vídeo 20090922133320, ao tempo de 16' a 16'38"; CONSIDERANDO que o perito Roger Catunda esclareceu não poder afirmar se essa ação policial influenciou ou foi determinante para a causa morte de Marcelo, esclarecendo que em relação as imagens acostadas aos autos às fls. 33/36, 38/40 e 42/43, as lesões sofridas por Marcelo são compatíveis com escoriações provocadas por rolamento, enquanto que as fotografias juntadas às fls. 37, 41 e 44, apresentam sinais secundários de morte; CONSIDERANDO que durante a instrução, de acordo com as provas testemunhais colhidas, os aconselhados não agrediram fisicamente o Sr. Marcelo Barbosa, tendo em vista este se encontrava bastante alterado, antes mesmo da abordagem policial, vindo, inclusive, a se auto-lesionar; CONSIDERANDO que os próprios policiais, no intuito de preservar sua atuação, filmaram o momento em que Marcelo B. Bezerra passou a rolar no asfalto em via pública; CONSIDERANDO não obstante, a afirmação do médico-legista de que as lesões foram possivelmente decorrentes dos atos praticados pela própria vítima, os milicianos envolvidos no atendimento da ocorrência tinham o dever de garantir a integridade física do preso, que se achava descontrolado, impedindo que este viesse a se autolesionar; CONSIDERANDO que a comissão processante concluiu que os aconselhados estão capacitados em permanecer no serviço ativo da corporação, sugerindo, no entanto, reprimenda disciplinar em face das transgressões constatadas ao longo da instrução; RESOLVE homologar o relatório de fls. 459/473, e punir com 10 (dez) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR, sem prejuízo do serviço, o SD PM FRANCISCO TEMÍSTOCLES MOTA GOMES - M.F. Nº300.659-1-3, de acordo com o art.41, inc. II c/c o art.42, inc. III, diante dos atos contrários aos valores dos Policiais Militares previstos no art.7º, incs. IV, V e X, violando também, os deveres contidos no art.8º, incs. IV, XV, XXVI e XXIX, caracterizando transgressão disciplinar de natureza grave de acordo com o art.12, §1º, incs. I e II, §2º, inc. II c/c o art.13, §1º, incs. I, II, III e XXXIV, §2º, inc. LIII, com atenuante do inciso I do art.35 e agravantes dos incisos II, IV, V, e VI do art.36, ingressando no comportamento BOM, segundo dispõe

o art.54, inc. III da Lei nº13.407/2003; punir com 10 (dez) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR, sem prejuízo do serviço, o SD PM **WESCLEY CÉSAR SANTOS DA COSTA** – M.F. Nº300.622-1-3, de acordo com o art.41, inc. II c/c o art.42, inc. III, diante dos atos contrários aos valores dos Policiais Militares previstos no art.7º, incs. IV, V e X, violando também, os deveres contidos no art.8º, incs. IV, XV, XXVI e XXIX caracterizando transgressão disciplinar de natureza grave de acordo com o art.12, §1º, incs. I e II, §2º, inc. II c/c o art.13, §1º, incs. I, II, III e XXXIV, §2º, inc. LIII, com atenuantes dos incisos I e II do art.35 e agravantes dos incisos II, III, IV, V e VI do art.36, ingressando no comportamento BOM, segundo dispõe o art.54, inc. III da Lei nº13.407/2003, e punir com 10 (dez) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR o SD PM **RONALD CAVALCANTE SOARES** – M.F. Nº300.464-1-2, de acordo com o art.41, inc. II c/c o art.42, inc. III, diante dos atos contrários aos valores dos Policiais Militares previstos no art.7º, incs. IV, V e X, violando também, os deveres contidos no art.8º, incs. IV, XV, XXVI e XXIX, caracterizando transgressão disciplinar de natureza grave de acordo com o art.12, §1º, incs. I e II, §2º, inc. II c/c o art.13, §1º, incs. I, II, III e XXXIV, §2º, inc. LIII, com atenuante do inciso I do art.35 e agravantes dos incisos II, III, IV, V e VI do art.36, ingressando no comportamento BOM, segundo dispõe o art.54, inc. III do Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 24 de junho de 2013.

Santiago Amaral Fernandes

CONTROLADOR GERAL ADJUNTO DE DISCIPLINA DOS  
ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA  
PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o art.5º, inciso I, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 c/c Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplina sob o SPU 12534624-7, instaurado através da Portaria nº857/2012 – GAB/CGD, publicada no D.O.E nº181, de 21 de setembro de 2012, visando apurar a responsabilidade disciplinar do SD PM **JONHI SOUZA SILVA** e a incapacidade moral de permanecer na Corporação, por apresentar conduta disciplinar incompatível com a função militar, uma vez que em menos de cinco anos de serviço ativo na Corporação Militar já foi punido dez vezes, passou a ausente em duas ocasiões, faltou aos serviços nos dias 01, 11 e 19/05/2012, para os quais estava escalado e está desde o dia 08/04/2011 no mau comportamento, tudo de acordo com Ofício apresentado pelo Comando da 2ª CPG; CONSIDERANDO que o miliciado tentou justificar as faltas ao trabalho por morar no município Quixadá, local diverso do trabalho e que, ao entrar na PMCE, tinha uma ideia diferente da atividade policial; CONSIDERANDO que o superior imediato ao acusado, pelo período de 2 anos, afirmou que a distância entre a residência e o local de trabalho não era motivo para as reiteradas faltas, uma vez que outros componentes da Companhia também moram em outros municípios e apresentam bom desempenho, não cometendo este tipo de falta; CONSIDERANDO que o militar, em sua defesa e alegações finais, não apresentou provas possíveis de justificar as reiteradas faltas e a conduta desidiosa; CONSIDERANDO que a conduta do acusado não é compatível com o que se espera de um servidor da Polícia Militar do Ceará, não apresentando outras provas para justificar as faltas e a conduta desidiosa; CONSIDERANDO o relatório da Comissão, cujo entendimento pautado nos princípios que regem o devido processo legal, sugeriu a aplicação de reprimenda disciplinar; RESOLVE **homologar o relatório** de fls. 270/277 e **punir com 10 (dez) dias de CUSTÓDIA DISCIPLINAR**, com lastro no Art.20, §2º c/c Art.42, inciso III da Lei nº13.407/03, em desfavor do SD PM **JONHI SOUZA SILVA** – M.F. nº300.525-1-X, pelos atos contrários aos deveres militares, infringido as regras contidas no art.7º infração ao Art.7º, IV, V, VI, VII, IX, bem como aos deveres militares do Art.8º, VIII, IX, X, XIII, XV, XVIII, XXIII, XXXVI configurando transgressão disciplinar de natureza grave, de acordo com o Art.12, §1º, I e II, e §2º, III e Art.13, §1º XXXII, XLI, XLIII e LVIII, §2º, XVIII e LIII, com atenuantes dos incisos VII do Art.35 e agravantes dos incisos I, II, III e V do Art.36, permanecendo no comportamento MAU, conforme o Art.54, inciso V todos da Lei nº13.407/03. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 17 de junho de 2013.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

O CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, no uso das atribuições que lhe confere o Art.5º, inciso I da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 c/c o Art.32, inciso I da Lei nº13.407, de 02 de dezembro de 2003 e, CONSIDERANDO os fatos constantes do Procedimento Disciplinar sob o SPU nº13094865-9, instaurado conforme Comunicação da 2ª Comissão Militar de Disciplina, visando apurar a responsabilidade do SD PM **GLAYDSTON GAMA LOPES**, o qual responde a Conselho de Disciplina junto a 2ª Comissão Militar desta CGD, em razão de não ter comparecido aos expedientes nesta Controladoria Geral de Disciplina no turno da tarde do dia 20/02/2013 e nos dias 25, 26, 27 e 28 de fevereiro do corrente ano; CONSIDERANDO que o citado miliciano não apresentou nenhuma justificativa da ausência, havendo apenas na manhã do dia 25/02/2013, entrado em contato, via telefone, com a funcionária Neide, recepcionista desta CGD, informando que iria ao médico a fim de obter uma licença médica; CONSIDERANDO que, para as faltas acima descritas, o acusado somente apresentou atestado médico no dia 11/03/2013, ou seja, mais de 10 dias após a instauração do procedimento, caracterizando desobediência a seus superiores e desrespeito à moral da Corporação – PMCE; CONSIDERANDO que as alegativas não são suficientes para justificar as referidas ausências, notadamente quanto ao suposto aviso de falta à recepcionista da CGD, já que o referido policial tinha o dever de comunicar as ausências ao seu superior e à Comissão que estava à disposição; RESOLVE **homologar o relatório** de fls. 21/25, e **punir com 02 (dois) dias de PERMANÊNCIA DISCIPLINAR**, o SD PM **GLAYDSTON GAMA LOPES** – M.F. nº112.719-1-X, pela falta ao expediente do turno da tarde do dia 20.02.2013, sem justo motivo, bem como ter atrasado na cientificação ou apresentação da justificativa em relação aos demais expedientes dos dias 25 a 28 de fevereiro de 2013, transgredindo disciplinarmente de acordo com o Art.42, inc. III, pelos transgressões disciplinar de natureza grave prevista no Art.13, §1º, inc. XLIII e §3º, XI, com atenuantes dos incisos I e II do Art.35 e agravante do inciso II do Art.36, ingressando no comportamento ÓTIMO, segundo dispõe o Art.54, inc. I, todos do Código Disciplinar da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA - CGD, em Fortaleza, 17 de junho de 2013.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº565/2013 – CGD** - A MAJ PM MARIA SOLANGE OLIVEIRA DA SILVA, DA CÉLULA REGIONAL DE DISCIPLINA DO CARIRI – CER/CGD, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria nº1068/2012-CGD, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará nº234 datado de 11/12/2012/2012, CONSIDERANDO as atribuições de sua competência; CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob SPU nº120605970; CONSIDERANDO que pesa em desfavor dos policiais militares: SGT PM JOSÉ ADAUTO LOBO COSTA, MF: 091.370-1-7, CB PM ANTÔNIO FERREIRA FERRO NETO, MF: 094.519-1-9, CB PM JOSÉ ARISMAR PEREIRA, MF: 106.904-1-2, CB PM NARCÍSIO GONÇALVES MONTEIRO, MF: 108.938-1-X e SD PM WELLINGTON FREIRE DE SOUZA JÚNIOR, MF: 302.659-1-2, todos da 1ª Cia/2ª BPM, ter supostamente, por volta do meio dia de 21/03/2013, invadido o domicílio do Sr Cícero Erivandro da Silva, localizado na Rua São Braz, nº290, Bairro Vila Fátima, na cidade de Juazeiro do Norte/CE, sem nenhuma autorização legal para tal, com a justificativa de apreender drogas, sem que, ao final da referida busca, nada que caracterizasse ilicitude fora encontrado; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores militares estaduais consubstanciados no Art.7º, IV e V, e deveres previstos no Art.8º, IV, VIII, X, XI e XV, caracterizando transgressões disciplinares de acordo com o Art.11º, §1º e §2º, I e II, bem como Art.12º, §1º, I, §2º, II, c/c Art.13º, §1º, XXXIV, §2º, XVIII e LIII, conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor dos **POLICIAIS MILITARES** acima especificados; II) Ficam cientificados os acusados e/ou Defensor que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 24 de junho de 2013.

Maria Solange Oliveira da Silva  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº574/2013 – CGD - O SINDICANTE ERTON MARINHO DE OLIVEIRA, ST PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR–CESIM, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº052/2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº026, de 06/02/2013, CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob VIPROC-CGD Nº125343140, no qual registra investigação preliminar realizada pelo GTAC, com escopo de apurar denúncia formulada por Valenir Freitas Alves, notícia ter sido vítima de agressão física praticada pelo Cb PM Eugênio e Sd PM Lopes, bem como ameaçado de morte pelo último, no dia 22 de julho de 2012, por volta das 2:00h, no Clube do Gancho, localidade de Gancho, Trairi-CE.; CONSIDERANDO depoimentos das testemunhas constantes nos Autos em harmonia com as imagens fotostáticas apresentadas na denúncia e ainda, laudo das lesões corporais, conforme cópia do Exame de Corpo de Delito realizado na pessoa do denunciante; CONSIDERANDO depoimento de Viana Keles Viana Costa, alegando que "...ao todo eram 05 (cinco) policiais os quais assistiram as agressões...", e ratificado no termo prestado no dia 13.10.2012, in verbis: "...VALRENIR foi agredido fisicamente pelos PMs Lopes e Eugênio e mais três PMs que não participaram da agressão, mas faziam um cerco para que ninguém se aproximasse..."; CONSIDERANDO a identificação dos PMs envolvidos através do GTAC: SGT PM ANTÔNIO EUGÊNIO DO NASCIMENTO, MF:001.813-1-5; CB PM FRANCISCO JOSÉ LOPES DE SOUSA, MF:109.189-1-X; SD PM CARLOS ALBERTO SOUSA DA SILVA, MF:112.868-1-X; SD PM JONAS DOS SANTOS EVANGELISTA, MF:304.390-1-5 e SD PM MOISÉS JEAN MARINHO, MF:127.291-1-1; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores e deveres militares estaduais, bem como, pode configurar transgressão (ões) disciplinar (es), conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral Adjunto determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor dos **SERVIDORES MILITARES** supra; II) Ficam cientificados os acusados e/ou Defensor (es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 25 de junho de 2013.**

Erton Marinho de Oliveira  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº575/2013 – CGD - O SINDICANTE ERTON MARINHO DE OLIVEIRA, ST PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR–CESIM, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº052/2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº026, de 06/02/2013, CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob VIPROC-CGD Nº120602709, no qual registra investigação preliminar realizada pelo GTAC, iniciada com base na denúncia formulada pelo Sr. CARLOS MARLON SILVA MIRANDA, noticiando que o policial militar SD ANDERSON SILVEIRA RIBEIRO, MF: 301.744-1-0, após ter ingerido bebida alcoólica, de arma em punho (pistola) correu atrás do denunciante na Praça da Justiça, Bairro Edson Queiroz no dia 28/01/2012; CONSIDERANDO depoimentos das testemunhas constantes nos Autos, em harmonia com as declarações do denunciante, declararam que viram o policial Anderson correndo atrás de Marlon com a pistola na mão; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores e deveres militares estaduais, bem como, pode configurar transgressão (ões) disciplinar (es), conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor do **SERVIDOR MILITAR** supra; II) Ficam cientificados o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado**

no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 25 de junho de 2013.

Erton Marinho de Oliveira  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº576/2013 – CGD - O SINDICANTE ERTON MARINHO DE OLIVEIRA, ST PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR–CESIM, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº052/2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº026, de 06/02/2013, CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob VIPROC-CGD Nº125344643, no qual registra informação da Prisão em Flagrante do SGT PM ANTÔNIO MOTA MARQUES DA SILVA FILHO, MF:104.562-1-2, no dia 21/07/2012, por crime tipificado no Art.195 (abandono de posto), do CPM, quando referido militar se encontrava de serviço de Comandante da Guarda da Cadeia Pública de Pacatuba/CE; CONSIDERANDO depoimentos das testemunhas constantes nos Autos, notícia de que referido graduado, além de estar fora de seu posto de serviço, apresentava sintomas de haver ingerido bebida alcoólica, e ainda desuniformizado; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores e deveres militares estaduais, bem como, pode configurar transgressão (ões) disciplinar (es), conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor do **SERVIDOR MILITAR** supra; II) Ficam cientificados o acusado e/ou Defensor (es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 25 de junho de 2013.**

Erton Marinho de Oliveira  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº577/2013 – CGD - O SINDICANTE ERTON MARINHO DE OLIVEIRA, ST PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR–CESIM, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº052/2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº026, de 06/02/2013, CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob VIPROC-CGD Nº125344333, no qual registra investigação preliminar realizada pelo GTAC, iniciada com base na denúncia formulada pelo Sr. Severino Almeida Chaves, onde afirma que no dia 13/08/2012, por volta das 19:00h, uma equipe policial do canil, comandada pelo Cb PM Almeida, invadiu o escritório do posto de gasolina de sua propriedade, bem como foi ameaçado pelo referido graduado; CONSIDERANDO Boletim de Ocorrência de Nº119-5456/2012, registrado pelo denunciante por Violação de domicílio, no dia 14.08.2012; CONSIDERANDO as declarações das testemunhas, existindo indicativos de que o CB PM JOSÉ ALEXANDRE ALMEIDA DE MORAIS, MF: 110.808-1-2, utilizando-se da condição de comandante da equipe policial, determinou uma abordagem movida por interesses pessoais em virtude de um dissabor de ordem consumerista que teve em data anterior com relação ao serviço do estabelecimento, e ainda, as fotografias do supracitado policial reunidas no envelope, às fl.05, da aludida investigação preliminar, robustecendo essa conclusão; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores e deveres militares estaduais, bem como, pode configurar transgressão (ões) disciplinar (es), conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor do **SERVIDOR MILITAR** supra; II) Ficam cientificados o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011,**

alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 25 de junho de 2013.

Erton Marinho de Oliveira  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº578/2013 – CGD - O SINDICANTE ERTON MARINHO DE OLIVEIRA, ST PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR–CESIM, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº052/2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº026, de 06/02/2013, CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob VIPROC-CGD Nº117011959, no qual registra investigação preliminar realizada pelo GTAC, objetivando apurar facilitação na fuga de preso das dependências do 16º DP, o qual havia sido preso em flagrante por policiais militares e colocado algemado em uma grade próximo ao passatempo, tendo referido preso conseguido abrir a algema e evadido do local. Fato ocorrido no 06 de outubro de 2011; CONSIDERANDO Parecer nº281/2012-GTAC, relatando que as oitavas dos SD's PM Tibério Graco Oliveira Brasil e Francisco Cristiano Barbosa Lima, bem como analisado o que consta nos autos, percebe-se que o fuguitivo foi deixado em um local sem a devida vigilância pelo Sd Brasil, haja vista que o Sd Lima, além de ser o comandante da dupla e estar apresentando os elementos do flagrante, já estava iniciando seu depoimento, quando o SD Brasil entrou na sala do flagrante em momento desnecessário, tendo negligenciado a vigilância do conduzido, o qual aproveitou a oportunidade para escapar; CONSIDERANDO sugestão de instauração de sindicância somente em desfavor do SD PM TIBÉRIO GRACO OLIVEIRA BRASIL, MF:300.603-1-8; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores e deveres militares estaduais, bem como, pode configurar transgressão (ões) disciplinar (es), conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral de Disciplina determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor do **SERVIDOR MILITAR** supra; II) Ficam cientificados o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 26 de junho de 2013.**

Erton Marinho de Oliveira  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº579/2013 – CGD - O SINDICANTE ERTON MARINHO DE OLIVEIRA, ST PM, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA MILITAR–CESIM, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a PORTARIA CGD Nº052/2013, publicada no Diário Oficial do Estado, nº026, de 06/02/2013, CONSIDERANDO os fatos constantes no processo protocolado sob VIPROC-CGD Nº120603179, no qual registra investigação preliminar realizada pelo GTAC, com escopo de apurar denúncia realizada pelo ST PM José Walter de Andrade Júnior, cujo teor informa que o SD PM MASNY CARVALHO DOS SANTOS, MF:152.190-1-7, teria postado mensagens depreciativas em desfavor do Chefe do Executivo do Estado do Ceará, em site de relacionamento publicado na internet; CONSIDERANDO que constam nos Autos da referida investigação preliminar, reproduções de páginas da internet (site Orkut), onde se vislumbra que o supracitado Policial, num diálogo coletivo, posta comentários pejorativos em relação ao Chefe do Executivo Cearense, com intuito de denegrir a imagem deste, conforme Parecer nº. 421/2012 GTAC, com sugestão para Instauração de Sindicância; CONSIDERANDO as declarações do Sd PM Carvalho onde afirma que não postou os comentários depreciativos, alegando que perdeu o domínio do perfil do Orkut em janeiro de 2009, haja vista que teria sido “hackeado”, portanto, segundo o militar, outro usuário utilizou seu perfil antigo para inserir comentários, tal justificativa, numa percepção sumária, não tem força para afastar o juízo preliminar da autoria dos**

comentários, tendo em vista que alguém utilizou seu nome indevidamente, durante pelo menos três anos, sem adotar nenhuma medida corretiva, ainda mais quando o próprio Orkut oferece ferramentas de fácil utilização para denunciar abusos; CONSIDERANDO que outro participante da comunidade inseriu comentários direcionados para a pessoa do Sd Masny, presumindo-se que tinha ciência de que estava dialogando com o militar e que tem algum contato ou amizade pessoal, e, o Sd Carvalho não ter alertado, em algum momento, que os usuários não estavam falando com a pessoa dele; CONSIDERANDO que a conduta acima, em tese, viola os valores e deveres militares estaduais, bem como, pode configurar transgressão (ões) disciplinar (es), conforme previsto na Lei Estadual nº13.407/03, Código Disciplinar da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; CONSIDERANDO despacho do Sr. Controlador Geral Adjunto determinando a instauração de SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA para apuração dos fatos no âmbito disciplinar; RESOLVE: I) **Baixar a presente portaria** em desfavor do **SERVIDOR MILITAR** supra; II) Ficam cientificados o acusado e/ou Defensor(es) que as decisões da CGD, serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o artigo 4º, §2º, do Decreto nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07.02.2012. PUBLIQUE-SE e REGISTRE-SE. CONTROLADORIA GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza, 26 de junho de 2013.

Erton Marinho de Oliveira  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CGD Nº581/2013 - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art.5º, I c/c Art.6º da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011 e CONSIDERANDO os fatos apurados nos autos do SPU Nº13131337-1, por meio da Sindicância Formal nº008/2012-SF-AJUD/SEC-CPI, em desfavor do servidor militar estadual CB PM 15644 FRANCISCO FÁBIO RIBEIRO DA SILVA, MAT. 106.807-1-9, acusado de ter, em tese, quando em serviço na Cadeia Pública de Crateús/Ce, facilitado a entrada de 02 (dois) aparelhos celulares e bebida alcoólica no presídio Gilson Gomes da Silva, entregado uma prancha e um secador para alisamento à detenta Claudenice Martins dos Santos e recebido dinheiro do presidiário “Samuel”, além do fato de ter repassado das celas femininas para as celas masculinas e vice-versa, uma câmera digital contendo fotografias pornográficas das detentas e dos detentos, estimulando a troca de telefonemas eróticos e masturbações coletivas entre os detentos. CONSIDERANDO que os fatos ocorreram no interior das dependências da Cadeia Pública de Crateús/Ce, quando o referido PM encontrava-se de serviço fazendo a ronda no supracitado estabelecimento penal. CONSIDERANDO que o mencionado PM descumpriu ordens legais do comandante do 7º BPM. CONSIDERANDO que o encarregado da Sindicância Formal acima mencionada, constatou na apuração que a conduta do PM possui indícios de crime militar. CONSIDERANDO que foi requisitado pelo Ministério Público, a instauração de Inquérito Policial à 13ª Delegacia Regional de Polícia Civil, objetivando o indiciamento do PM pelos crimes tipificados nos Art.317 (Corrupção Passiva) e 319-A (Prevaricação) do Código Penal. CONSIDERANDO que a conduta do CB PM 15644 FRANCISCO FÁBIO RIBEIRO DA SILVA, MAT. 106.807-1-9, em tese, fere os valores da moral militar estadual previstos no Art.7º, inciso IV, V, VI, VIII, IX, e XI e viola os deveres consubstanciados no Art.8º, incisos V, VIII, IX, XI, XIII, XV, XVIII e XXIII, caracterizando, prima facie, transgressão disciplinar de natureza grave, de acordo com o Art.12, §1º, incisos I e II, §2º, incisos III c/c o Art.13, §1º, incisos V, XVII, XXIV e XXXII §2º incisos V, XVIII, XXXII e LIII, tudo da Lei 13407/2003. RESOLVE: **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA**, de acordo com o Art.71, inciso II, e art.88 c/c o Art.23, inciso II, tudo da Lei 13407/2003, com o fito de apurar as transgressões disciplinares cometidas pelo acusado CB PM 15644 **FRANCISCO FÁBIO RIBEIRO DA SILVA**, MAT. 106.807-1-9, e a incapacidade moral de permanecer nos quadros da Polícia Militar do Ceará; II) **Designar a 6ª Comissão** Militar Permanente composta pelo **OFICIAIS**: CAP PM ANDRÉ LUIZ ROSSI LIBERATO, MF. 103.312-1-8, CAP PM FRANCISCO HAYALLA DE PAULA MOREIRA, M.F. 125194-1-9 e o 1º TEN BM ALAN LÚCIO DE ANDRADE, MF. 167.554-1-9, para instruírem presente feito; III) Cientificar o acusado e/ou defensor que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o art.4º, §2º do decreto nº30716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07/02/2012; IV) O comandante imediato do policial militar implicado nas acusações, deverá apresentá-lo à**

comissão processante, passando à disposição, num prazo de 72hs; V) O presidente da comissão adote providências em receber os autos do processo num prazo de 72hs nesta CGD, após a publicação da presente Portaria no Diário Oficial do Estado do Ceará. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. GABINETE DO CONTROLADOR-GERAL DE DISCIPLINA, em Fortaleza, 26 de junho de 2013.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº589/2013 – CGD – CORRIGENDA** - A SINDICANTE GIRLANE SANTOS UCHÔA DE BRITO, ESCRIVÃ DE POLÍCIA CIVIL, DA CÉLULA DE SINDICÂNCIA CIVIL – CESIC, por delegação do EXMO. SR. CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, de acordo com a Portaria CGD nº25/2011, publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará, em 20/09/2011, RESOLVE: Retificar a Portaria CGD nº540/2013, publicada no DOE, Série 3, Ano V, Nº117, de 26/06/2013. **Onde se lê:** “ (...) encontrando-se de serviço na Delegacia Municipal de Canindé (...) ”; **Leia-se:** “ (...) encontrando-se de serviço na Delegacia Municipal de Cascavel (...) ”. PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE e CUMPRE-SE. CONTROLADORIA-GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza/CE, 28 de junho de 2013.

Girlane Santos Uchôa de Brito  
SINDICANTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA CGD Nº592/2013** - O CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Art.1º c/c Art.5º, XV, da Lei Complementar nº98, de 13 de junho de 2011. CONSIDERANDO que, conforme documentação constante no processo SPU nº13482143-2, oriunda do Ministério Público do Ceará, especificamente, da Promotoria de Justiça de Fortim/Ce, o policial militar CB PM nº12.134 Luís Wanderley Miranda Machado, MAT. 058.990-1-X, quando se encontrava prestando serviço junto à Cadeia Pública de Fortim/Ce, e também após ter cessado sua disponibilidade naquela unidade prisional, teria, supostamente, conforme prova colhida pelo próprio Ministério Público, cometido as condutas de tráfico de entorpecentes e associação para o tráfico (art.33 e 35 da Lei 11.343/06), além de promover a entrada de aparelhos telefônicos de comunicação móvel (Art.349-A do CP) e fornecer informações privilegiadas aos detentos quanto às possíveis vitórias, fatos que estão sendo apurados em processo criminal. CONSIDERANDO ainda, a gravidade das denúncias do órgão ministerial, o qual representou pela prisão preventiva do militar encimado. CONSIDERANDO que tais atitudes, prima facie, ferem os valores da moral militar estadual previstos no Art.7º, incisos IV, V, VI, VIII, IX e XI; e viola os deveres consubstanciados no Art.8º, incisos IV, V, VIII, XI, XIII, XV, XVIII, XX e XXIII, caracterizando, em tese, transgressões disciplinares de acordo com o Art.12, §1º, I e II e §2º, inciso III c/c Art.13, §1º, incisos XII, XIII, XXIV, XXXII e XLVI e §2º, incisos V, XVIII, XX, XLII (2ª parte), XLIV (2ª parte), LIII e LVII, tudo da Lei nº13.407/2003. I - **Instaurar CONSELHO DE DISCIPLINA**, em conformidade com Art.23, II, “c” c/c Art.71, II e Art.88 da Lei nº13.407 de 21 de novembro de 2003, com o fim de apurar a(s) transgressão(ões) disciplinar(es), em tese, praticada(s) pelo militar CB PM nº12.134 **LUÍS WANDERLEY MIRANDA MACHADO**, MAT. 058.990-1-X e a incapacidade moral de permanecer nos quadros da Polícia Militar do Ceará. II - **Designar a 4ª Comissão Militar Permanente de Conselho de Disciplina** composta pelos **OFICIAIS:** TEN-CEL PM VLADIMIR FEIJÓ FROTA, MF. 002.631-1-7, CAP PM CÍCERO NONATO SOUSA PASSOS, M.F. 125190-1-X e o CAP PM SÉRGIO LOPES SANTANA, MF. 050.739-1-X, para sob a presidência do primeiro, instruir o feito. III - Cientificar o acusado e/ou Defensor que as decisões da CGD serão publicadas no Diário Oficial do Estado, em conformidade com o Art.4º, §2º do Decreto Nº30.716, de 21 de outubro de 2011, publicado no DOE de 24 de outubro de 2011, alterado pelo Decreto Nº30.824, de 03 de fevereiro de 2012, publicado no DOE de 07/02/2012. IV - O Comandante imediato do acusado deverá apresentá-lo no prazo de 72 (setenta e duas) horas, colocando-o à disposição da comissão processante até a conclusão do feito. V - O Oficial designado Presidente compareça à CEDIM/CGD, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas para receber a respectiva documentação. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRE-SE. CONTROLADORIA-GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO, em Fortaleza/CE, 25 de junho de 2013.

Servilho Silva de Paiva

CONTROLADOR GERAL DE DISCIPLINA DOS ÓRGÃOS DE  
SEGURANÇA PÚBLICA E SISTEMA PENITENCIÁRIO

\*\*\* \*\*

## PODER LEGISLATIVO

### ASSEMBLEIA LEGISLATIVA

**PORTARIA Nº353 /2013** - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso das atribuições que lhe confere a Resolução nº270, de 30 de setembro de 1991, no seu art.1º, inciso XIII, combinado com o art.67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993. RESOLVE: Art.1º. **Designar SIMARA DIÓGENES PINHEIRO**, matrícula nº001.504, como gestora do Contrato nº17/2013 firmado com a empresa, ACS ARTE CRIAÇÕES E SERVIÇOS LTDA – ME, referente à contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação da comunicação visual da Central de Serviços, para atender as necessidades deste Poder Legislativo. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de julho de 2013.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

### AVISO DE EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO REFERÊNCIA PE Nº19 /2013

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica aos interessados que realizará a licitação, na Modalidade Pregão Eletrônico, no dia 22 de julho de 2013, com horários assim definidos: Recebimento das Propostas até 22/07/2013, Abertura das Propostas às 14:00 e Início do Pregão: 14:15 horas, horário de Brasília. O Pregão Eletrônico refere-se ao objeto a seguir especificado: **contratação de empresa especializada na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos marca VW – WOLKSVAGEM**, pertencentes à frota desta Casa Legislativa, com fornecimento de peças originais, em conformidade com o Termo de Referência e demais exigências do Edital. O referido Edital encontra-se à disposição dos interessados, na sala da Comissão de Licitação, na Avenida Desembargador Moreira, 2807, Edifício Anexo Senador César Cals, 5º andar, Sala 504 e nos sites: www.al.ce.gov.br e www.licitacoes-e.com.br. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de julho de 2013.

João Tomaz Martins de Queiroz  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

### EXTRATO DE CONTRATO Nº17 /2013-IL

CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº06.750.525/0001-20, com sede e foro nesta Capital na Avenida Desembargador Moreira nº2807, Dionísio Torres. CONTRATADA: Empresa **ACS ARTE CRIAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME**, com CNPJ/MF nº16.967.567/0001-71, situado na Rua Capitão Gustavo, nº4300, Bairro – Joaquim Távora, Fortaleza/CE. OBJETO: **Contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação da comunicação visual da Central de Serviços**, para atender as necessidades deste Poder Legislativo. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº05/2013, e Processo nº10143/2012, tudo em conformidade com o Art.2º do Ato Deliberativo nº593, de 23 de fevereiro de 2005 e subsidiariamente pela Lei Federal nº8.666, de 21 de junho de 1.993 e suas alterações, que ficam fazendo parte deste contrato, independente de transcrição. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: De 03 de julho de 2013 a 02 de janeiro de 2014. VALOR GLOBAL: R\$25.550,00 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 0110002011225002820622000033903000010200 – Material de Consumo. DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2013. SIGNATÁRIOS: SÁVIA MARIA DE QUEIROZ MAGALHÃES DIRETORA GERAL, pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. Márcio Gurgel Carvalho, pela empresa ACS ARTE CRIAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 04 de julho de 2013.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

### RESULTADO FINAL PREGÃO ELETRÔNICO REFERÊNCIA PE Nº05 /2013

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, por intermédio de seu Pregoeiro e Equipe de Apoio, nos termos do art.2º do Ato Deliberativo Nº593, de 23 de fevereiro de 2005, comunica o resultado final do Pregão Eletrônico nº05/2013, tendo como objeto a contratação de empresa especializada no fornecimento e instalação da comunicação visual da Central de Serviços, para atender as necessidades deste Poder Legislativo, em

conformidade com o Termo de Referência, projeto e demais exigências do Edital. No LOTE ÚNICO - COMUNICAÇÃO VISUAL DA CENTRAL DE SERVIÇOS, pelo critério de menor preço, foi  **vencedora** do certame a empresa **ACS ARTE CRIAÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME**, com valor de R\$25.550,00 (vinte e cinco mil quinhentos e cinquenta reais). ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de julho de 2013.

João Tomaz Martins de Queiroz  
PREGOEIRO

\*\*\* \*\*

### RESULTADO DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS TÉCNICAS

#### CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº01/2013

O PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO, devidamente nomeado através do Ato Deliberativo da Mesa Diretora nº709/2013, publicado no DOE de 04 de março de 2013, comunica o resultado de julgamento das propostas técnicas da Concorrência Pública nº01/2013 – Processo nº02800/2013. O objeto do presente certame constitui-se na CONTRATAÇÃO DE 01 (UMA) AGÊNCIA DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE PARA A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ. Pelo critério de MELHOR TÉCNICA, após **análise das propostas técnicas** foi obtida a seguinte classificação em ordem decrescente: 1º **REGISTER PUBLICIDADE LTDA.** - 92,66; 2º **MOTA COMUNICAÇÃO LTDA.** - 87,17; 3º **ÁGIL COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.** - 86,16; 3º **SÍNTESE COMUNICAÇÃO E MARKETING LTDA.** - 86,16; e 5º **EBM QUINTO COMUNICAÇÃO LTDA.** - 84,34. Ressalte-se que, conforme registrado na ata da sessão pública 02, a sessão pública 03, para abertura da proposta de preço, foi marcada para o dia 10 de julho de 2013 às 09 horas, no auditório nº07 – Deputado Joel Marques, Complexo das Comissões Técnicas desta Casa Legislativa. Informamos que os autos encontram-se com vistas franqueadas aos interessados para as devidas consultas. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 05 de julho de 2013.

Paulo Hiram Studart Gurgel Mendes

PRESIDENTE DA COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO

\*\*\* \*\*

#### CORRIGENDA AO EXTRATO DE CONVÊNIO Nº04-C /2013

No Extrato do Convênio nº04-C/2013, celebrado entre esta Assembleia e a PREFEITURA MUNICIPAL DE ICAPUÍ, publicado no Diário Oficial de 22/04/2013, **ONDE SE LÊ:** VALOR: SEM ÔNUS. **LEIA-SE:** COM ÔNUS PARA A ORIGEM. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de julho de 2013.

Sávia Maria de Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

### TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

**PORTARIA Nº03/2013** - O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA MINISTRO PLÁCIDO CASTELO (IPC), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Resolução Administrativa nº003/2009 de 30 de junho de 2009, **RESOLVE:** Art.1º - **Proclamar o resultado do EDITAL DO CONCURSO Nº1/2012** – III CONCURSO NACIONAL DE MONOGRAFIAS PRÊMIO MINISTRO PLÁCIDO CASTELO, no dia 30/08/2013, quando será divulgada no site do IPC [www.ipc.tce.ce.gov.br](http://www.ipc.tce.ce.gov.br), bem como no Diário Oficial do Estado do Ceará; Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA MINISTRO PLÁCIDO CASTELO, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de junho de 2013.

Conselheiro Luís Alexandre A. Figueiredo de Paula Pessoa  
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº04/2013** - O DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA MINISTRO PLÁCIDO CASTELO (IPC), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta na Resolução Administrativa nº003/2009 de 30 de junho de 2009, **RESOLVE:** Art.1º - **Proclamar o resultado do EDITAL DO CONCURSO Nº2/2012** – III CONCURSO NACIONAL DE REDAÇÕES PRÊMIO MINISTRO PLÁCIDO CASTELO, no dia 30/08/2013, quando será divulgada no site do IPC [www.ipc.tce.ce.gov.br](http://www.ipc.tce.ce.gov.br), bem como no Diário Oficial do Estado do Ceará; Art.2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação. INSTITUTO ESCOLA SUPERIOR DE CONTAS E GESTÃO PÚBLICA MINISTRO PLÁCIDO CASTELO, do TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 28 de junho de 2013.

Conselheiro Luís Alexandre A. Figueiredo de Paula Pessoa  
DIRETOR-PRESIDENTE DO INSTITUTO PLÁCIDO CASTELO

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº182/2013** - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº03461/2013-1-TC; **RESOLVE** autorizar, nos termos do art.120 e inciso I, do art.123, da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, a entrega, mediante **Suprimento de Fundos**, ao servidor **SÍLVIO JOSÉ VASCONCELOS CHAVES**, Técnico de Controle Externo Ref. 7, matrícula 0040-2, da Secretaria Geral deste Tribunal, da importância de R\$R\$1.000,00 (hum mil reais) à conta da dotação orçamentária 02100001.01.122.500.28209.01.33903000.00.0.20 (material de consumo), e R\$1.000,00 (hum mil reais) à conta da dotação orçamentária 02100001.01.122.500.28209.01.33903900.00.0.20 (serviços de pessoa jurídica), todas do exercício de 2013, a fim de atender ao pagamento de despesas de pequeno vulto e de pronto pagamento, a serem efetuadas por esta Corte, devendo a aplicação do numerário ser feita no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias e a prestação de contas correspondente, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ambos contados da data do correspondente crédito, conforme Decreto nº22.448, de 18 de março de 1993. TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 29 de maio de 2013.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº236/2013** - O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ (TCE/CE), no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta do processo nº05285/2012-0-TC; **RESOLVE** conceder a **JOSELEIDE MAGALHÃES SOUZA**, Consultor Técnico símbolo TCE-01, a **prorrogação** de 60 (sessenta) dias de sua **licença** para tratamento de saúde, desde 21/5/2013, com vencimentos integrais, na forma dos arts.80, inciso I, e 88 da Lei nº9.826/74, conforme Laudo Médico nº2013/012422 expedido pela Coordenadoria de Perícia Médica do Instituto de Saúde dos Servidores do Estado do Ceará (ISSEC). TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 1 de julho de 2013.

Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO

Processo: 03138/2009-6. Espécie: 2º Termo Aditivo ao Convênio celebrado entre o Tribunal de Contas do Estado do Ceará (TCE/CE) e o Instituto para o Desenvolvimento da Educação Ltda. (IPADE), simplesmente denominado Faculdade Christus. Objeto: **Alterar a denominação social** da Faculdade Christus para Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS) e **prorrogação do prazo**. Vigência: 19/05/2013 a 18/05/2014. Ratificação: Ratificam-se as demais cláusulas do Convênio original. Data da assinatura: 3 de maio de 2013. Signatários: Conselheiro José Valdomiro Távora de Castro Júnior, Presidente do TCE/CE, e Estevão Lima de Carvalho Rocha, Diretor Acadêmico do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS).

\*\*\* \*\*

### TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

#### AVISO DE LICITAÇÃO

##### PREGÃO PRESENCIAL Nº09/2013 – TCM-CE

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ – TCM-CE, torna público o lançamento da licitação na modalidade Pregão Presencial nº09/2013 – PROC. 2013. TCM. LIC. 14402/13 que tem por objeto **“Redesenho da gratificação de incentivo à produtividade (GIAP) do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará -TCM/CE.** Dia/Hora: Às 09: h00min do dia 16/07/2013 (terça-feira). A íntegra do Edital poderá ser obtida junto ao site [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br) ou no seguinte endereço: Av. General Afonso Albuquerque Lima,130 – Bairro Cambéba – Fortaleza-CE. As referências de tempo obedecerão ao horário local. Informações pelo fone (85) 3218 1365. Fortaleza, 04 de julho de 2013.

Frank Martins Tavares Filho  
PRESIDENTE DA CPL

\*\*\* \*\*

### OUTROS

**PREFEITURA DE QUIXERAMOBIM/CE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13.010/2013 - PP.** O Pregoeiro do Município – torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 19 de julho de 2013 às 09:00h, na sede da Comissão de Licitações da Prefeitura, localizada à Rua Dr. Álvaro Fernandes, 36/42, Centro, estará realizando licitação, cujo objeto: **aquisição de material gráfico para atender as necessidades da secretaria da saúde**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital, o qual se encontra disponível no endereço acima, no horário de 08:00h às 14:00h. José Luiz Cordeiro Saldanha.

\*\*\* \*\*

## AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A CNPJ - 05.373.212/0001-38

## RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)

ATIVO	2012		mai/12		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>CIRCULANTE</b>						
CAIXA E EQUIVALENTES						
DE CAIXA	21.635.708,68	21.636.843,82	25.175.367,72	25.177.763,24	26.791.327,53	26.799.290,02
CLIENTES	16.529.280,58	16.529.280,58	46.541.033,97	46.541.033,97	32.758.330,90	32.758.330,90
ESTOQUES	62.016.977,63	62.016.977,63	34.892.142,88	34.892.142,88	87.088.219,23	87.088.219,23
ADIANT.A FORNECEDORES	4.300.307,39	4.300.307,39	4.774.040,59	4.774.040,59	968.007,04	968.007,04
ADIANT.P/FUNCIÓNÁRIOS	99.988,17	99.988,17	113.441,64	113.441,64	72.812,29	72.812,29
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	16.525.565,82	16.525.565,82	13.569.711,01	13.569.711,01	1.823.254,84	1.823.254,84
IMPOSTOS A RECUPERAR	4.494.386,92	4.494.386,92	4.972.624,79	4.972.624,79	4.949.529,80	4.949.529,80
DESPESAS ANTECIPADAS	4.308,20	4.308,20	11.945,99	11.945,99	1.633,52	1.633,52
PARTES RELACIONADAS	7.000.000,00	7.000.000,00	-	-	-	-
OUTRAS CONTAS A RECEBER	51.960,75	51.960,75	51.960,75	51.960,75	51.960,75	51.960,75
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>132.658.484,14</b>	<b>132.659.619,28</b>	<b>130.102.269,34</b>	<b>130.104.664,86</b>	<b>154.505.075,90</b>	<b>154.513.038,39</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
REALÁVEL A LONGO PRAZO	21.344.491,38	4.898.386,14	15.987.266,21	2.576.398,96	13.316.590,01	2.017.832,27
DEPESAS JUDICIAIS	1.896.562,41	1.896.562,41	1.453.061,59	1.453.061,59	985.255,53	985.255,53
PARTES RELACIONADAS	19.050.651,48	2.604.546,24	14.152.662,09	741.794,84	11.963.806,54	665.048,80
APLICAÇÕES EM INCENTIVOS FISCAIS	397.277,49	397.277,49	381.542,53	381.542,53	367.527,94	367.527,94
INVESTIMENTOS	305.322,31	305.322,31	305.322,31	305.322,31	305.322,31	305.322,31
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>104.050.698,72</b>	<b>104.050.698,72</b>	<b>98.777.841,70</b>	<b>98.777.841,70</b>	<b>120.854.608,55</b>	<b>120.854.608,55</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	<b>552.483,27</b>	<b>8.142.148,64</b>	<b>536.397,15</b>	<b>3.070.420,82</b>	<b>100.000,00</b>	<b>2.634.023,67</b>
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>126.252.995,68</b>	<b>117.396.555,81</b>	<b>115.606.827,37</b>	<b>104.729.983,79</b>	<b>134.576.520,87</b>	<b>125.811.786,80</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>258.911.479,82</b>	<b>250.056.175,09</b>	<b>245.709.096,71</b>	<b>234.834.648,65</b>	<b>289.081.596,77</b>	<b>280.324.825,19</b>
<b>PASSIVO</b>						
<b>CIRCULANTE</b>						
FORNECEDORES	31.766.214,71	31.766.214,71	35.496.234,10	35.496.234,10	15.918.636,65	15.918.636,65
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	28.136.893,38	28.136.893,38	1.145.982,74	1.145.982,74	893.236,48	893.236,48
FINANCIAMENTOS	20.462.755,91	20.462.755,91	23.016.144,36	23.016.144,36	8.736.524,96	8.736.524,96
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS	3.884.661,40	3.893.568,68	16.016.727,19	16.019.676,35	36.028.265,33	36.041.905,32
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>84.250.525,40</b>	<b>84.259.432,68</b>	<b>75.675.088,39</b>	<b>75.678.037,55</b>	<b>61.576.663,42</b>	<b>61.590.303,41</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>						
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	49.231.896,26	49.231.896,26	111.794.010,48	111.794.010,48	93.547.113,93	93.547.113,93
FINANCIAMENTOS	2.832.008,96	2.832.008,96	3.478.352,70	3.478.352,70	3.435.211,30	3.435.211,30
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	32.432.806,28	32.432.806,28	104.427.646,10	104.427.646,10	83.652.055,79	83.652.055,79
PARTES RELACS.	13.967.081,02	13.967.081,02	3.888.011,68	3.888.011,68	6.459.846,84	6.459.846,84
PROVISÃO PERDA S/ INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS	8.864.212,01	-	-	-	-	-
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>58.096.108,27</b>	<b>49.231.896,26</b>	<b>111.794.010,48</b>	<b>111.794.010,48</b>	<b>93.547.113,93</b>	<b>93.547.113,93</b>
<b>PATR.LÍQUIDO</b>						
CAP.SOCIAL	207.405.868,00	207.405.868,00	137.405.868,00	137.405.868,00	194.836.568,00	194.836.568,00
RES.DE LUCROS	21.648.539,02	21.648.539,02	14.947.618,03	14.947.618,03	10.923.039,96	10.923.039,96
PREJ.ACUMULS.	(112.489.560,87)	(112.489.560,87)	(94.113.488,19)	(104.990.885,41)	(71.801.788,54)	(80.572.200,11)
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>116.564.846,15</b>	<b>116.564.846,15</b>	<b>58.239.997,84</b>	<b>47.362.600,62</b>	<b>133.957.819,42</b>	<b>125.187.407,85</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>258.911.479,82</b>	<b>250.056.175,09</b>	<b>245.709.096,71</b>	<b>234.834.648,65</b>	<b>289.081.596,77</b>	<b>280.324.825,19</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)

	2012		mai/12		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>RECEITA OPERAC.LÍQUIDA</b>	<b>66.611.652,05</b>	<b>66.611.652,05</b>	<b>69.094.813,75</b>	<b>69.094.813,75</b>	<b>163.647.805,43</b>	<b>163.647.805,43</b>
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(64.299.858,99)	(64.299.858,99)	(51.105.742,27)	(51.105.742,27)	(98.277.126,75)	(98.277.126,75)
<b>LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>2.311.793,06</b>	<b>2.311.793,06</b>	<b>17.989.071,48</b>	<b>17.989.071,48</b>	<b>65.370.678,68</b>	<b>65.370.678,68</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(10.372.812,75)</b>	<b>(8.359.582,08)</b>	<b>(34.381.710,57)</b>	<b>(36.513.123,62)</b>	<b>(75.170.486,92)</b>	<b>(77.569.964,03)</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(4.155.001,34)	(2.141.770,67)	(32.721.756,53)	(34.852.840,62)	(43.023.594,30)	(45.423.071,41)
DESPESAS C/VENDAS	(10.460.977,56)	(10.460.977,56)	(5.736.933,28)	(5.736.933,28)	(14.286.830,61)	(14.286.830,61)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(1.089.936,99)	(1.089.936,99)	(763.990,58)	(764.319,54)	(43.349.372,53)	(43.349.372,53)
OUTRAS RECEITAS(DESPESAS) OPERACIONAIS	5.333.103,14	5.333.103,14	4.840.969,82	4.840.969,82	25.489.310,52	25.489.310,52
<b>RES.ANT.REC.E</b>	<b>(8.061.019,69)</b>	<b>(6.047.789,02)</b>	<b>(16.392.639,09)</b>	<b>(18.524.052,14)</b>	<b>(9.799.808,24)</b>	<b>(12.199.285,35)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>5.250.080,01</b>	<b>5.250.034,55</b>	<b>(1.894.482,49)</b>	<b>(1.870.055,09)</b>	<b>(50.533.528,87)</b>	<b>(50.533.554,57)</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	10.617.951,35	10.617.905,89	1.780.339,83	1.804.767,23	4.704.518,44	4.704.518,44
DESPESAS FINANCEIRAS	(5.367.871,34)	(5.367.871,34)	(3.674.822,32)	(3.674.822,32)	(55.238.047,31)	(55.238.073,01)
PERDA S/INV.EM CONTROLADA	(93.800,44)	-	-	-	-	-
<b>RESULT.ANT.DOS TRIB. SOBRE LUCROS</b>	<b>(2.904.740,12)</b>	<b>(797.754,47)</b>	<b>(18.287.121,58)</b>	<b>(20.394.107,23)</b>	<b>(60.333.337,11)</b>	<b>(62.732.839,92)</b>
DESP.C/TRIB.SOBRE LUC.	-	-	-	-	-	-
<b>RESULT.LÍQ.EX.</b>	<b>(2.904.740,12)</b>	<b>(797.754,47)</b>	<b>(18.287.121,58)</b>	<b>(20.394.107,23)</b>	<b>(60.333.337,11)</b>	<b>(62.732.839,92)</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO p/ação</b>	<b>(0,014)</b>	<b>(0,133)</b>	<b>(0,310)</b>	<b>(0,310)</b>	<b>(0,310)</b>	<b>(0,310)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONTROLADORA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)**

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE REAVAL.	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC/PREJ. ACUMUL.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31/12/2010</b>	<b>119.474.581,00</b>	<b>16.680.710,33</b>	<b>20.602.291,01</b>	-	-	<b>156.757.582,34</b>
AJUSTES DE EX.ANTERIORES	-	-	-	-	(545.411,54)	(545.411,54)
AUMENTO DE CAPITAL	75.361.987,00	-	(20.602.290,94)	-	-	54.759.696,06
REVERSÃO DAS RES.DE REAV. RES.DO EXERCÍCIO	-	(16.680.710,33)	-	-	-	(16.680.710,33)
DESTINAÇÃO PROPOSTA: RES.INCENTIVOS FISCAIS	-	10.923.039,89	-	(10.923.039,89)	-	-
<b>SALDOS EM 31/12/2011</b>	<b>194.836.568,00</b>	-	<b>10.923.039,96</b>	-	<b>(71.801.788,54)</b>	<b>133.957.819,42</b>
INCORP.CISÃO PARC.TELLES	8.442.400,00	-	-	-	-	8.442.400,00
CISÃO PARC.AGROPAULO	(65.873.100,00)	-	-	-	-	(65.873.100,00)
RESULT.LÍQ.EX.	-	-	-	-	(18.287.121,58)	(18.287.121,58)
DESTINAÇÃO PROPOSTA: RES.INC.FISCAIS	-	-	4.024.578,07	-	(4.024.578,07)	-
<b>SALDOS EM 31/05/2012</b>	<b>137.405.868,00</b>	-	<b>14.947.618,03</b>	-	<b>(94.113.488,19)</b>	<b>58.239.997,84</b>
AJ.EX.ANTERIORES	-	-	-	-	(8.770.411,57)	(8.770.411,57)
AUM. DE CAPITAL	70.000.000,00	-	-	-	-	70.000.000,00
RESULT.DO EX.	-	-	-	-	(2.904.740,12)	(2.904.740,12)
DESTINAÇÃO PROPOSTA: RES.INC. FISCAIS	-	-	6.700.920,99	(6.700.920,99)	-	-
<b>SALDOS 31/12/2012</b>	<b>207.405.868,00</b>	-	<b>21.648.539,02</b>	-	<b>(112.489.560,87)</b>	<b>116.564.846,15</b>

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - CONSOLIDADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)**

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE REAVAL.	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC/PREJ. ACUMUL.	TOTAL
<b>SALDOS 31/12/2010</b>	<b>119.474.581,00</b>	<b>16.680.710,33</b>	<b>20.602.291,01</b>	-	<b>(6.370.908,76)</b>	<b>150.386.673,58</b>
AJ.EX.ANTERIORES	-	-	-	-	(545.411,54)	(545.411,54)
AUM.DE CAPITAL	75.361.987,00	-	(20.602.290,94)	-	-	54.759.696,06
REV.DAS RES.DE REAV. RES.DO EXERCÍCIO	-	(16.680.710,33)	-	-	-	(16.680.710,33)
DESTIN.PROPOSTA: RES.INC.FISCAIS	-	10.923.039,89	-	(10.923.039,89)	-	-
<b>SALDOS 31/12/2011</b>	<b>194.836.568,00</b>	-	<b>10.923.039,96</b>	-	<b>(80.572.200,11)</b>	<b>125.187.407,85</b>
INC.CIS.PARC.TELLES	8.442.400,00	-	-	-	-	8.442.400,00
CIS.PARC.AGROPAULO	(65.873.100,00)	-	-	-	-	(65.873.100,00)
RESULT.LÍQ.EX.	-	-	-	-	(20.394.107,23)	(20.394.107,23)
DESTIN.PROPOSTA: RES.DE INC.FISCAIS	-	-	4.024.578,07	-	(4.024.578,07)	-
<b>SALDOS EM 31/05/2012</b>	<b>137.405.868,00</b>	-	<b>14.947.618,03</b>	-	<b>-(104.990.885,41)</b>	<b>47.362.600,62</b>
AJ.DE EX.ANTERIORES	-	-	-	-	-	-
AUM.DE CAPITAL	70.000.000,00	-	-	-	-	70.000.000,00
RESULT.DO EXERC.	-	-	-	-	(797.754,47)	(797.754,47)
DESTIN.PROPOSTA: RES.DE INC. FISCAIS	-	-	6.700.920,99	(6.700.920,99)	-	-
<b>SALDOS EM 31/12/2012</b>	<b>207.405.868,00</b>	-	<b>21.648.539,02</b>	-	<b>(112.489.560,87)</b>	<b>116.564.846,15</b>

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)**

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(21.191.861,70)	(21.191.861,70)	(60.333.337,11)	(62.732.839,92)
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	(8.770.411,57)	-	-	-
INCORPORAÇÃO E CISÃO PARCIAIS	(57.430.700,00)	(57.430.700,00)	-	-
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES	-	-	(545.411,54)	(545.411,54)
GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	15.890.156,64	15.890.156,64	28.511.328,38	28.511.328,38
REVERSÃO DE RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	-	(16.680.710,33)	(16.680.710,33)
<b>TOTAL</b>	<b>(71.502.816,63)</b>	<b>(62.732.405,06)</b>	<b>(49.048.130,60)</b>	<b>(51.447.633,41)</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ESTOQUES	25.071.241,60	25.071.241,60	(16.914.769,91)	(16.914.769,91)
(AUMENTO) REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	16.229.050,32	16.229.050,32	(5.561.682,75)	(5.561.682,75)
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS IMPOSTOS A RECUPERAR	455.142,88	455.142,88	1.158.853,54	1.158.853,54
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS TÍTULOS E VALS.MOBILIÁRIOS	(14.702.310,98)	(14.702.310,98)	3.105.035,71	3.105.035,71
(AUMENTO) REDUÇÃO EM OUTRAS CONTAS A RECEBER	(4.303.207,34)	(4.303.207,34)	2.146.502,02	2.146.502,02
AUMENTO (REDUÇÃO) EM FORNECEDORES	15.847.578,06	15.847.578,06	258.274,63	258.274,63
AUMENTO (REDUÇÃO) IMPOSTOS, CONTRIBS.E PROVISÕES	(74.498.641,43)	(83.367.586,15)	65.222.943,65	65.234.889,37
AUMENTO (REDUÇÃO) EM OUTRAS CONTAS A PAGAR	27.243.656,90	27.243.656,90	(1.648.528,76)	(1.648.528,76)
<b>TOTAL</b>	<b>(8.657.489,99)</b>	<b>(17.526.434,71)</b>	<b>47.766.628,13</b>	<b>47.778.573,85</b>
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(80.160.306,62)</b>	<b>(80.258.839,77)</b>	<b>(1.281.502,47)</b>	<b>(3.669.059,56)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>				
AQUISIÇÕES E BAIXAS DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	461.269,92	(4.594.371,78)	(27.662.959,62)	(27.662.959,62)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>461.269,92</b>	<b>(4.594.371,78)</b>	<b>(27.662.959,62)</b>	<b>(27.662.959,62)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
AUMENTO DE CAPITAL	70.000.000,00	70.000.000,00	54.759.696,06	54.759.696,06
FINANCIAMENTOS	11.123.028,61	11.123.028,61	117.384,04	117.384,04
EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS	(14.086.844,94)	(8.939.497,44)	5.618.561,36	8.008.969,90
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	7.507.234,18	7.507.234,18	(28.102.723,72)	(28.102.723,72)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>74.543.417,85</b>	<b>79.690.765,35</b>	<b>32.392.917,74</b>	<b>34.783.326,28</b>
<b>DEMONST. AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIV.DE CAIXA</b>	<b>(5.155.618,85)</b>	<b>(5.162.446,20)</b>	<b>3.448.455,65</b>	<b>3.451.307,10</b>
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	26.791.327,53	26.799.290,02	23.342.871,86	23.347.982,90
NO FIM DO EXERCÍCIO	21.635.708,68	21.636.843,82	26.791.327,51	26.799.290,00
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>(5.155.618,85)</b>	<b>(5.162.446,20)</b>	<b>3.448.455,65</b>	<b>3.451.307,10</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011. (Em Reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL - AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A.**, estabelecida à Fazenda Ypióca, s/n – Sapupara – Município de Maranguape – Estado do Ceará – CEP: 61.950-000, inscrita no CNPJ(MF) nº 05.373.212/0001-38, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23200035427, por despacho de 25 de Fevereiro de 1977 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitada e transformada em Sociedade Anônima de Capital Fechado em Assembléia Realizada em 02 de Janeiro de 2012. A Sociedade tem por objetivo social: Cultivo, plantio, industrialização e comercialização de cana de açúcar, milho, sorgo, soja e feijão; a) Industrialização, engarrafamento, comércio atacadista e exportação de bebidas, compreendendo aguardentes de cana, aguardentes composta com frutas, bebidas alcoólicas mistas, batidas de frutas, mel de cana, sucos de frutas, vinhos, refrescos, refrigerantes, rapadura, doces, vinagres e açúcar “in natura”; b) Industrialização, comercialização e exportação de álcool neutro, hidratado, anidro; c) Agropecuária; d) Locação de bens móveis, compreendendo o aluguel de caminhões e tratores; e) Armazenamento de produtos acabados, matéria prima, embalagens, vasilhames, papelão e outros materiais; f) Industrialização de embalagens plásticas e de produtos de origem pecuária, bem como, o beneficiamento e comercialização de produtos agrícolas; g) Transporte de cargas próprias e de terceiros; h) Armazém Geral; i) Fabricação de Ração; e j) Eventos relacionados a Atividades Turísticas, Culturais e Museológicas. Seu prazo de duração é indeterminado. **1.1. DELIBERAÇÕES SOCIAIS - AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A.**, representada pelo seu Diretor Presidente EVERARDO FERREIRA TELLES, resolveu constituir Três sociedades empresárias limitadas denominadas YPIÓCA AGROINDUSTRIAL DE BEBIDAS LTDA, com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Avenida Washington Soares, 1280, Sala 01, Messejana, CEP 60810-350, inscrita no CNPJ (MF) 15.209.980/0001-04, com seus atos constitutivos registrados na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o NIRE 23.2.0145113-1, por despacho em 12/03/2012; YPLASTIC EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA., com sede na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, na Rua Francisco Leandro, 399, Sala 01, bairro Messejana, CEP 60844-150, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 15.293.108/0001-97 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o NIRE 23.2.0145112.2, por despacho em 12/03/2012 e IPARK ENTRETENIMENTOS LTDA., com sede na cidade de Maranguape, Estado do Ceará, na Fazenda Ypióca, S/N, Sala 01 – Sapupara – CEP 61.950-000, inscrita no CNPJ sob o nº 15.320.814/0001-80 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Ceará, sob o NIRE 23.2.0145426-1, por despacho em 27/03/2012. Os sócios resolveram aumentar o capital integralizado das sociedades, exclusivamente, pela sócia AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A., através da conferência de bens de sua propriedade. Nos termos do disposto no artigo 1076 – Incisos I e II da Lei 10.406/02, os contrato foram alterados procedendo à transformação do tipo societário para Sociedade Anônima. A conjuntura econômica que ora atravessa o desenvolvimento dos negócios sociais, vem demonstrando a conveniência de serem adotadas algumas medidas para que seja possível conciliar os interesses das empresas com os anseios dos senhores acionistas, ensejando a todos a possibilidade de almejar substanciais benefícios em seus investimentos. Após cuidadosos estudos, foi concluído que a medida aconselhável é a segregação das atividades de investimentos, concentrando as participações societárias na TELLES, mediante a cisão da AGROPAULO com versão de parcela de seu patrimônio para a TELLES. **1.2 ELEMENTOS DO ATIVO QUE IRÃO COMPOR A PARCELA A SER CINDIDA -** A parcela de patrimônio líquido cindida da AGROPAULO destinada à TELLES foi transferida por R\$ 65.873.100,00 (sessenta e cinco milhões, oitocentos e setenta e três mil e cem reais), que corresponde ao seu valor contábil na data-base da operação. Essa parcela é representada pelas participações societárias da AGROPAULO nas seguintes sociedades: a) Ypióca Agroindustrial de Bebidas S/A., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 15.209.980/0001-04, representada por 62.453.300 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e trezentas) Ações Ordinárias Nominativas, no valor total de R\$ 62.453.300,00 (sessenta e dois milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil e trezentos reais); b) Yplastic Embalagens Plásticas S/A., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 15.293.108/0001-97, representada por 2.358.900 (dois milhões, trezentas e cinquenta e oito mil e novecentas) Ações Ordinárias Nominativas, no valor total de R\$ 2.358.900,00 (dois milhões, trezentos e cinquenta e oito mil e novecentos reais); e c) Ipark Entretenimentos S/A., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 15.320.814/0001-80, representada por 1.060.900 (um milhão, sessenta mil e novecentas) Ações Ordinárias Nominativas, no valor total de R\$ 1.060.900,00 (um milhão, sessenta mil e novecentos reais). **NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS -** As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seriam pelo custo ou valor justo. **NOTA 3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS -** As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da Sociedade AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S/A e de suas controladas. Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis: A Controladora e a Controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais; Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados. **NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 4.1 Apuração do resultado -** As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. - **4.2 Contas a receber -** Na Controladora e nas Controladas refere-se às operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registradas pelos valores das notas fiscais. **4.3 Estoques -** Na Controladora e nas Controladas os estoques de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **4.4 Investimentos -** As participações nas empresas Controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Conforme o que determina o Item 13, do Sumário do CPC 18 e CPC 18 (R2), itens 38 a 39ª foi constituída uma provisão por conta desse patrimônio líquido negativo da controlada Amazonia Fitomedicamentos Ltda no valor de R\$ 93.800,44 (Noventa e três mil, oitocentos reais e quarenta quatro centavos) referente ao exercício de 2012 e o valor de R\$ 8.770.411,57 (Oito milhões, setecentos e setenta mil, quatrocentos e onze reais e cinquenta sete centavos) para os exercícios anteriores lançados diretamente no patrimônio líquido da controladora a título de ajuste de exercícios anteriores. *CPC 18 Item – 13: “No caso de o patrimônio líquido da coligada se tornar negativo, o prejuízo só é reconhecido pela investidora na extensão em que a investidora se responsabilize, legalmente ou por obrigação não formalizada, em fazer pagamentos a terceiros por conta da coligada. No caso dessa situação em controlada, a controladora reconhece, em seu balanço individual, provisão por conta desse patrimônio líquido negativo de forma a ter o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido que forem apresentados pelas demonstrações consolidadas.” CPC 18 (R2), itens 38 a 39A: 38 – “Quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. A participação na investida deve ser o valor contábil do investimento nessa investida, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, juntamente com alguma participação de longo prazo que, em essência, constitui parte do investimento líquido total do investidor na investida. Por exemplo, um componente, cuja liquidação não está planejada, nem tampouco é provável que ocorra num futuro previsível, é, em essência, uma extensão do investimento da entidade naquela investida. Tais componentes podem incluir ações preferenciais, bem como recebíveis ou empréstimos de longo prazo, porém não incluem componentes como recebíveis ou exigíveis de natureza comercial ou quaisquer recebíveis de longo prazo para os quais existam garantias adequadas, tais como empréstimos garantidos. O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que exceda o investimento em ações ordinárias do investidor deve ser aplicado aos demais componentes que constituem a participação do investidor na investida em ordem inversa de interesse residual - seniority (isto é prioridade na liquidação)”. Item 39 – “Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas.” 39A. “O disposto nos itens 38 e 39 não é aplicável a investimento em controlada no balanço individual da controladora, devendo ser observada a prática contábil que produzir o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido para a controladora que são obtidos a partir das demonstrações consolidadas do grupo econômico, para atendimento ao requerido quanto aos atributos de relevância e de representação fidedigna (o que já inclui a primazia da essência sobre a forma), conforme dispõem o Pronunciamento Conceitual Básico – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e o Pronunciamento Técnico.” **4.5 Imobilizado -** Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, grande parte dos bens integrantes do imobilizado das controladas foram reavaliados, como também acrescida a correção monetária complementar, art. 3º, Lei nº 8.200 de 29/06/91. A Depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado da controladas, procedido em 2010, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação*

CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar. No exercício de 2011 a Administração da Companhia identificou que não há indícios (fontes internas e externas) de perda por desvalorização de seus ativos. **4.6 Formação de Culturas Permanentes** - Culturas permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribuímos às culturas permanentes uma duração mínima de cinco anos. Do nosso ponto de vista basta apenas a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para ser permanente. No caso da cultura de cana de açúcar, os custos necessários para a formação da cultura são considerados Ativos Permanentes – Imobilizado. Os principais custos são: adubação, formicidas, forragem, fungicidas, herbicidas, mão-de-obra, encargos sociais, manutenção, arrendamento de equipamentos, preparo do solo, serviços de terceiros, sementes, mudas, irrigação, produtos químicos, depreciação de equipamentos utilizados na cultura etc. **4.7 Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, tanto da Controladora como das controladas, existentes em 31/12/11 e 31/12/2012 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. A Companhia não realizou até o final do exercício de 2011 e 2012 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08 e Pronunciamento Técnico CPC 14 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 566 de 17/12/08. **4.8 Empréstimos e financiamentos** - Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. **4.9 Provisão para férias e encargos** - Nas controladas foram constituídas mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos. **4.10 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. O valor reconhecido no ativo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, calculados com base nos valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros e prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O valor reconhecido no passivo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação. **4.11 Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Os dividendos propostos a receber da Controlada ou suas controladas foram contabilizados no ativo circulante em outros créditos em contrapartida à conta de investimentos. A Companhia não realizou até 31/12/11 e 31/12/12 operações de pagamento ou recebeu juros sobre o capital próprio. **4.12 Equivalência patrimonial** - A Controladora avaliou suas participações nas Empresas Controladas pelo método de equivalência patrimonial em 31/12/2011 e 31/12/2012. **4.13 Credores Diversos** - Composição do saldo em 31/12/12

**Credores Diversos**

Outros Créditos	ICMS DIFERIDO-FDI	10.343.249,96
Outros Créditos	ICMS-INCENTIVO FISCAL PROVIN	22.089.556,32
<b>Total</b>		<b>32.432.806,28</b>

**NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa	119.260,48	92.020,16
Bancos conta movimento	112.981,89	1.545.775,93
Aplicações financeiras	21.403.466,31	25.153.531,42
	21.635.708,68	26.791.327,51

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Banco BIC BANCO	547.685,26	3.473.941,59
Banco do Brasil	10.568.930,92	9.508.188,81
Banco Bradesco		34.796,38
CREDIT SUISSE FIRST		4.035.027,82
Banco HSBC	2.912.367,42	1.309.547,18
Banco ABN AMRO REAL	7.374.482,71	6.792.029,64
	21.403.466,31	25.153.531,42

**NOTA 6. PARTES RELACIONADAS**

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Terceiros</b>		
Naturagua Aguas Minerais IND COM S/A	62.416,45	
Pecem Agoindustrial S/A		11.789,06
Amazônia Fitomedicamentos Ltda	17.075.655,78	11.523.365,08
Agro Pecuária Barreiro S/A		2.067,00
Halley Transp. Propaganda e MKT S/A.	1.458.204,29	
Acqua Prime Com e Serv Hidrau. S/A	318.697,25	
Ypetro Dist. De Combustíveis S/A	15.796,77	25.140,82
Boticario Agropecuaria e Ind SA	108.996,78	
Fazenda Santa Elisa Agrop. Ltda	181,16	181,16
	19.042.015,48	11.955.170,54

Não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**Passivo Não Circulante****Empréstimos de Partes Relacionadas**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Agropaulo Agroindustrial S/A	19.623,21	10.239,55
Fiel Fortaleza IMP. e EXP. S/A	9.703.243,48	973.611,80
Pecem Agroindustrial S/A	3.364.214,33	5.796,00
Naturágua Águas Minerais S/A	880.000,00	200.000,00
Halley Transp. Prop. E MKT S/A		2.127.198,98
Telles Participações e Negócios		3.143.000,00
	13.967.081,02	6.459.846,33

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 7. FINANCIAMENTOS**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
<b>Financiamentos com Imobilizado</b>		
HSBC Bank Brasil S/A	2.188.987,39	941.201,13
Banco Bradesco	3.123.127,49	4.759.300,28
	5.312.114,88	5.700.501,41

**NOTA 8. IMOBILIZADO****AGROPAULO**

<u>Conta</u>	<u>2011</u>	<u>AQUISIÇÕES</u>	<u>EXCLUSÃO</u>	<u>2012</u>
IMÓVEIS	837.238,83	35.373,31	508.590,81	364.021,33
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	1.123.285,18	246.623,28	697.732,68	672.175,78
VEÍCULOS	15.354.230,70	1.226.435,68	8.389.524,14	8.191.142,24
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	630.311,74	8.177,31	579.195,66	59.293,39
INSTALAÇÕES		4.997.739,92	63.879,77	951.418,20
4.110.201,49				
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	156.732.702,91	2.668.481,39	80.063.300,51	79.337.883,79
SEMOVENTES	402.464,14	5.200,00	0,00	407.664,14
AERONAVES	7.616.340,91	109.754,70	0,00	7.726.095,61
COMPUTADORES E EQUIPAM.PERIFÉRICOS	1.113.968,42	229.438,58	415.233,44	928.173,56
TRATORES E EQUIPAMENTOS	5.043.448,96	-	1.820.750,69	3.222.698,27
TERRAS E TERRENOS	25.874.377,51	5.101.357,60	77.261,11	30.898.474,00
FUNDAÇÃO DAS CULTURAS	24.441.081,82	8.162.067,00	7.232.958,29	25.370.190,53
FUNDAÇÃO DAS PASTAGENS	1.378.969,22	2.571.969,22	1.378.969,22	2.571.969,22
EDIFICAÇÕES E OBRAS	2.221.764,42	2.163.056,37	3.241.068,29	1.143.752,50
EMBARCAÇÕES	4.500,00	0,00	0,00	4.500,00
VASILHAMÉS RETORNÁVEIS	583.774,13	0,00	583.774,13	0,00
MAQUINÁRIOS AGRÍCOLAS	3.769,60	1.574.161,68	0,00	1.577.931,28
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	7.916.015,18	31.960,00	856.621,76	7.091.353,42
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	4.066.921,36	4.529.623,97	4.546.289,73	4.050.255,60
SOFTWARE	0,00	452.483,27	0,00	452.483,27
MARCAS E PATENTES	0,00	100.000,00	0,00	100.000,00
(-) DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS	-135.624.514,40	80.925.849,24	9.747.317,25	-64.445.982,41
(-) AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-4.058.303,04	775.526,37	6.142.839,39	-9.425.616,06
SALDO DA CORREÇÃO MONETÁRIA - IPC	194.521,04	0,00	0,00	194.521,04
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>120.854.608,55</b>	<b>110.981.418,74</b>	<b>127.232.845,30</b>	<b>104.603.181,99</b>

**NOTA 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 9.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 207.405.868,00 (Duzentos e sete milhões quatrocentos e cinco mil e oitocentos e sessenta e oito reais), representado por 207.405.868 (Duzentos e sete milhões quatrocentos e cinco mil e oitocentos e sessenta e oito) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

	<b>Nº Quotas</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Part%</b>
<b>Sócios:</b>			
<b>Telles Fundo de Investimento</b>	163.893.939	163.893.939,00	79,02
<b>Everardo Ferreira Telles</b>	4.751	47.510,00	0,02
<b>Naturágua Aguas Minerais</b>	43.464.419	43.464.419,00	20,96
<b>Total do Capital</b>	<b>207.405.868</b>	<b>207.405.868,00</b>	<b>100,000</b>

**9.2 Reservas de Lucro** - O montante no valor R\$ 21.648.538,95 (Vinte e um milhões seiscentos e quarenta e oito mil quinhentos e trinta e oito reais e noventa e cinco centavos) corresponde a reservas de incentivos fiscais.

**NOTA 10. RECEITA LÍQUIDA**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>222.261.164,23</b>	<b>261.006.352,31</b>
<b>(-) Deduções</b>	<b>77.350.383,82</b>	<b>99.337.941,49</b>
Descontos Concedidos	3.680.703,23	4.266.687,50
Devoluções de venda	1.818.167,09	1.967.089,83
Impostos	71.851.513,50	93.104.254,16
	146.431.964,86	163.647.805,43

**Everardo Ferreira Telles - Presidente**

**André Vidal Junior - Diretor**

**Sebastião Martins de Oliveira Júnior - Contador CRC - Ce 009828/O-0**

\*\*\* \*\*

**UNITEXIL - UNIÃO INDUSTRIAL TÊXTIL S.A.** - Companhia Aberta - NIRE 23 3 0001206 2 - CNPJ nº 07.203.904/0001-63 - **Ata da 90ª Reunião do Conselho de Administração, realizada em 20 de junho de 2013. DATA, LOCAL E HORA:** Em 20 de junho de 2013, às 10:00 horas, na sede da companhia, localizada na Av. Audfizio Pinheiro, nº 298, Bairro: Henrique Jorge, em Fortaleza (CE). **PRESENCAS:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração e, a convite, o Diretor de Relações com o Mercado, Fabio Diniz Pinheiro. **MESA:** Eliana Maria Diniz Pinheiro, presidente; e Denise Maria Diniz Pinheiro, secretária. **ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre proposta de fechamento do capital; definir os procedimentos; conferir poderes a Diretor; determinar a convocação de assembleia geral dos acionistas; publicar anúncio ao mercado (FATO RELEVANTE). **DELIBERAÇÕES:** Por unanimidade, foram tomadas as seguintes deliberações: I - Considerada a inexistência de interesse de permanecer como companhia aberta, resultou aprovada a apresentação de proposta à assembleia geral dos acionistas, nos termos adiante transcritos, de requerer à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) o cancelamento do competente registro: "Senhores Acionistas, 1. Não havendo projeto ou interesse, nem mesmo a longo prazo, da captação de recursos no mercado de capitais mediante a emissão de títulos e valores mobiliários, vimos submeter-lhes à aprovação requerimento, à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), de cancelamento do registro da companhia como "aberta", ou seja, o fechamento do capital. 2. O pedido de cancelamento deverá ser com dispensa de oferta pública de ações (OPA), tendo em vista que a companhia se enquadra nas "situações excepcionais", definidas nos arts. 34 e 35 da Instrução CVM nº 361, de 05.03.2002, pelos seguintes motivos: a) Ter concentradas em poder dos controladores todas as ações; b) Seu registro de companhia aberta não autorizar a negociação de ações ou de certificados de depósito de ações; nem de valores mobiliários que confirmam ao titular o direito de adquirir os valores mobiliários mencionados no inciso I, em consequência da sua conversão ou do exercício dos direitos que lhes são inerentes, desde que emitidos pelo próprio emissor dos valores mobiliários referidos no inciso I ou por uma sociedade pertencente ao grupo do referido emissor, enquadrando-se, portanto, por essas características, na categoria B, que não prevê OPA para o fechamento; c) Haver quitado as debêntures emitidas, em série única, em 1982, cuja emissão foi o único fato determinante do registro, e, portanto, inexistirem valores mobiliários em circulação, porque resgatados. 3. Os procedimentos consistirão de: aprovação, pela assembleia, da proposta de fechamento do capital; delegação de plenos poderes ao Diretor de Relações com o Mercado para a prática dos atos necessários; publicação de FATO RELEVANTE; e encaminhamento do pedido, fundamentado nos motivos do tópico precedente, à CVM - Superintendência de Relações com Empresas - SEP." II - Convocar imediatamente a assembleia dos acionistas. A proposta vai assinada também pelo Diretor de Relações com o Mercado, que a aprova. **CONSELHO FISCAL:** Não há conselho fiscal permanente, nem foi instalado no exercício. **ENCERRAMENTO E ASSINATURAS:** Cumprida a pauta, encerrou-se a reunião e foi lavrada esta ata em forma de sumário, a qual foi assinada por: Eliana Maria Diniz Pinheiro, Denise Maria Diniz Pinheiro, Ellen Diniz Pinheiro Benevides, Silvana Diniz Pinheiro de Carvalho e Sebastião Rufino da Silva, componentes do conselho de administração e pelo Diretor de Relações com o Mercado, Fabio Diniz Pinheiro. Está conforme o original, lavrado no livro próprio. Denise Maria Diniz Pinheiro - Secretária. Ata arquivada na JUCEC sob nº 20130838926 por despacho do Dr. Haroldo Fernandes Moreira em 28/06/2013.

\*\*\* \*\*

**POMPEU IMOBILIÁRIA S/A** - C.N.P.J. 07.989.072/0001-52 - EDITAL DE 1ª CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA. Convidamos os senhores acionistas desta sociedade a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 15 de julho de 2013 em sua sede social, localizada na Rua Juazeiro do Norte, nº 283, sala 401, bairro Meireles, CEP 60165-110, as 9:00 h, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) grupamento do número de ações na proporção de 1/1000; b) alteração dos Art. 5º do Estatuto Social; c) extinção das ações preferenciais classe "A" e consequentemente revogação dos artigos 8º e 11 do Estatuto Social; d) consolidação do Estatuto Social; e) outros assuntos de interesse social. Fortaleza(CE), 21 de junho de 2013. DIRETOR PRESIDENTE - JOSÉ POMPEU DE SOUZA BRASIL JUNIOR.

**NATURÁGUA ÁGUAS MINERAIS IND. E COM. S/A**  
**CNPJ - 07.576.952/0001-05**

**RELATORIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a NATURAGUA AGUAS MINERAIS IND. E COM. S/A apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
**(Valores Expressos em Reais)**

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>ATIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	8.250.867,26	29.998.363,66	6.052.715,22	6.133.704,71
CAIXA GERAL	447.706,55	636.800,35	318.862,86	398.257,54
BANCOS CONTA MOVIMENTO	53.974,05	208.910,34	79.160,56	80.755,37
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	7.749.186,66	29.152.652,97	5.654.691,80	5.654.691,80
CLIENTES	1.933.312,62	18.820.010,65	1.377.325,78	1.634.021,08
ESTOQUES	1.105.363,53	63.371.357,80	863.535,74	1.044.998,62
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	38.294,66	4.338.602,05	703,16	13.761,34
ADIANTAMENTOS PARA FUNCIONÁRIOS	1.273,80	192.666,97	331,80	91.736,80
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	16.525.565,82	-	-
IMPOSTOS A RECUPERAR	1.627.475,09	6.158.256,48	843.795,57	872.289,06
DESPESAS ANTECIPADAS	-	4.308,20	-	319.075,23
PARTES RELACIONADAS	-	7.000.000,00	-	-
OUTROS CONTAS A RECEBER	-	342.459,20	-	-
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>12.956.586,96</b>	<b>146.751.590,83</b>	<b>9.138.407,27</b>	<b>10.109.586,84</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>2.745.414,59</b>	<b>5.906.252,10</b>	<b>4.797.786,47</b>	<b>3.742.654,29</b>
DEPÓSITOS JUDICIAIS	172.144,20	2.068.706,61	24.516,08	24.516,08
PARTES RELACIONADAS	2.573.270,39	3.440.268,00	4.773.270,39	3.718.138,21
APLICAÇÕES EM INCENTIVOS FISCAIS	-	397.277,49	-	-
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>24.427.579,54</b>	<b>305.322,31</b>	<b>6.173,93</b>	-
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>4.471.821,52</b>	<b>108.731.790,46</b>	<b>3.906.330,78</b>	<b>4.108.245,03</b>
<b>INTANGÍVEL</b>	-	<b>8.142.148,64</b>	-	-
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>31.644.815,65</b>	<b>123.085.513,51</b>	<b>8.710.291,18</b>	<b>7.850.899,32</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>44.601.402,61</b>	<b>269.837.104,34</b>	<b>17.848.698,45</b>	<b>17.960.486,16</b>
<b>PASSIVO</b>				
<b>CIRCULANTE</b>				
FORNECEDORES	449.591,93	32.232.959,51	1.269.636,89	1.307.261,34
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	24.755,48	28.181.189,86	18.428,36	21.123,68
FINANCIAMENTOS	-	20.462.755,91	-	-
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.763.931,18	5.714.204,00	1.119.032,55	1.190.284,08
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>2.238.278,59</b>	<b>86.591.109,28</b>	<b>2.407.097,80</b>	<b>2.518.669,10</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>				
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	42.781.241,67	91.950.721,48	2.162.340,23	2.162.340,23
FINANCIAMENTOS	-	2.832.008,96	-	-
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-	32.432.806,28	-	-
CAUÇÃO DE VASILHAMES	1.641.761,03	1.641.761,03	2.161.870,23	2.161.870,23
PARTES RELACIONADAS	41.139.060,64	55.043.725,21	-	-
OUTRAS CONTAS A PAGAR	420,00	420,00	470,00	470,00
PROVISÃO PERDA S/ INVESTIMENTO EM CONTROLADA	423.875,38	-	-	-
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>43.205.117,05</b>	<b>91.950.721,48</b>	<b>2.162.340,23</b>	<b>2.162.340,23</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
CAPITAL SOCIAL	12.836.770,00	12.836.770,00	12.836.770,00	12.836.770,00
RESERVAS DE LUCROS	1.183.587,36	22.832.126,38	442.490,42	442.490,42
PREJUÍZOS ACUMULADOS	(14.862.350,39)	(36.510.889,41)	-	-
<b>PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES</b>	-	92.137.266,61	-	216,41
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>(841.993,03)</b>	<b>91.295.273,58</b>	<b>13.279.260,42</b>	<b>13.279.476,83</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>44.601.402,61</b>	<b>269.837.104,34</b>	<b>17.848.698,45</b>	<b>17.960.486,16</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
**(Valores Expressos em Reais)**

	2012		2011	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>	<b>16.103.503,60</b>	<b>152.347.697,56</b>	<b>12.585.844,77</b>	<b>13.135.245,11</b>
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(7.086.398,00)	(122.544.192,77)	(6.355.319,19)	(6.393.930,45)
<b>LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>9.017.105,60</b>	<b>29.803.504,79</b>	<b>6.230.525,58</b>	<b>6.741.314,66</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(2.684.666,06)</b>	<b>(48.440.843,99)</b>	<b>(5.206.457,92)</b>	<b>(6.084.284,97)</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.976.218,80)	(40.879.353,72)	(5.345.139,15)	(6.224.132,40)
DESPESAS COM VENDAS	(244.690,80)	(16.456.590,18)	(426.791,40)	(447.075,12)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(110.834,10)	(1.982.735,84)	(40.583,48)	(63.389,52)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	647.077,64	10.877.835,75	606.056,11	650.312,07
<b>RES ANTES DAS REC E DESP FINANCEIRAS</b>	<b>6.332.439,54</b>	<b>(18.637.339,20)</b>	<b>1.024.067,66</b>	<b>657.029,69</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>560.800,60</b>	<b>3.928.799,71</b>	<b>963.156,07</b>	<b>970.186,85</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	652.148,60	13.087.148,42	1.080.632,37	1.100.251,67
DESPESAS FINANCEIRAS	(91.348,00)	(9.158.348,71)	(117.476,30)	(130.064,82)
<b>PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS</b>	<b>(19.466.888,89)</b>	-	<b>(993.826,07)</b>	-
PERDA S/INVESTIMENTOS EM CONTROLADA	(423.875,38)	-	-	-
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(19.043.013,51)	-	(993.826,07)	-
<b>RES ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCROS</b>	<b>(12.573.648,75)</b>	<b>(14.708.539,49)</b>	<b>993.397,66</b>	<b>1.627.216,54</b>
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE LUCRO ANTES DA ISENTAÇÃO	(2.288.701,64)	(2.309.049,43)	(651.656,07)	(666.554,33)
RECEITA ISENTA DE IMPOSTO DE RENDA (SUBVENÇÃO GOVERNAMENTAL)	1.040.347,94	1.040.347,94	100.748,28	100.748,28
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(13.822.002,45)</b>	<b>(15.977.240,98)</b>	<b>442.489,87</b>	<b>1.061.410,49</b>
<b>ATRIBUÍVEL A</b>				
<b>ACIONISTAS DA NATURÁGUA</b>	-	<b>(13.822.002,45)</b>	-	<b>442.489,87</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES</b>	-	<b>(2.155.238,53)</b>	-	<b>618.920,62</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO por ação</b>	<b>(1,077)</b>	-	<b>0,034</b>	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
 (Valores Expressos em Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(13.822.002,45)	442.489,87	(15.977.240,98)	1.061.410,49
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	94.292.288,73	-
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	1.133.453,56	663.496,90	75.055.201,00	692.556,89
REVERSÃO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	(109.735,69)	-	(109.735,69)
<b>TOTAL</b>	<b>(12.688.548,89)</b>	<b>996.251,08</b>	<b>153.370.248,75</b>	<b>1.644.231,69</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>				
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ESTOQUES	(241.827,79)	99.408,73	(62.326.359,18)	30.990,12
(AUMENTO) REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(555.986,84)	(24.232,85)	(17.185.989,57)	(184.204,73)
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS IMPOSTOS A RECUPERAR	(783.679,52)	108.203,66	(5.285.967,42)	85.039,55
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	-	-	(16.525.565,82)	-
(AUMENTO) REDUÇÃO EM OUTRAS CONTAS A RECEBER	(186.161,62)	357.901,74	(6.894.931,07)	345.584,22
AUMENTO (REDUÇÃO) EM FORNECEDORES	(820.044,96)	(2.407.201,06)	30.925.698,17	(2.397.093,77)
AUMENTO (REDUÇÃO) IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PROVISÕES	430.202,50	27.889,16	36.956.726,20	64.520,28
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CONTAS A PAGAR	124.739,43	(232.359,59)	27.639.906,98	(273.621,34)
<b>TOTAL</b>	<b>(2.032.758,80)</b>	<b>(2.070.390,21)</b>	<b>(12.696.481,71)</b>	<b>(2.328.785,67)</b>
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(14.721.307,69)</b>	<b>(1.074.139,13)</b>	<b>140.673.767,04</b>	<b>(684.553,98)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>				
INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E/OU CONTROLADAS	(24.421.405,61)	(6.173,93)	(305.322,31)	-
AQUISIÇÕES E BAIAS DO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL	(1.698.944,30)	(1.066.573,02)	(187.820.895,07)	(1.104.565,93)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>(26.120.349,91)</b>	<b>(1.072.746,95)</b>	<b>(188.126.217,38)</b>	<b>(1.104.565,93)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
AUMENTO DE CAPITAL	-	2.679.236,44	-	2.679.236,44
FINANCIAMENTOS	-	-	23.294.764,87	-
EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS	2.200.000,00	(3.283.138,21)	(6.722.129,79)	(3.658.138,21)
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	41.139.060,64	(2.628.834,49)	55.043.725,21	(2.628.834,50)
DIVIDENDOS PROPOSTOS	(299.251,00)	-	(299.251,00)	-
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>43.039.809,64</b>	<b>(3.232.736,26)</b>	<b>71.317.109,29</b>	<b>(3.607.736,27)</b>
<b>DEMONST. DO AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVAL. DE CAIXA</b>	<b>2.198.152,04</b>	<b>(5.379.622,34)</b>	<b>23.864.658,95</b>	<b>(5.396.856,18)</b>
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	6.052.715,22	11.432.337,56	6.133.704,71	11.530.560,91
NO FIM DO EXERCÍCIO	8.250.867,26	6.052.715,22	29.998.363,66	6.133.704,73
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA</b>	<b>2.198.152,04</b>	<b>(5.379.622,34)</b>	<b>23.864.658,95</b>	<b>(5.396.856,18)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 - CONTROLADORA - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011  
 (Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE REAV.	RES. DE LUCROSCAPITAL	RES. DE LUCROSCAPITAL	LUC/PREJ ACUM.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>7.862.500,00</b>	<b>109.735,69</b>	<b>2.295.034,11</b>	-	-	<b>10.267.269,80</b>
AUMENTO DE CAPITAL	4.974.270,00	-	(2.295.033,56)	-	-	2.679.236,44
REVERSÃO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	(109.735,69)	-	-	-	(109.735,69)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	442.489,87	442.489,87
DESTINAÇÃO PROPOSTA:						
RESERVAS DE LUCRO A REALIZAR	-	-	341.741,59	-	(341.741,59)	-
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS	-	-	100.748,28	-	(100.748,28)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>12.836.770,00</b>	-	<b>442.490,42</b>	-	-	<b>13.279.260,42</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(13.822.002,45)	(13.822.002,45)
DESTINAÇÃO PROPOSTA:						
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS	-	-	1.040.347,94	-	(1.040.347,94)	-
DIVIDENDOS	-	-	(299.251,00)	-	-	(299.251,00)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>12.836.770,00</b>	-	<b>1.183.587,36</b>	-	<b>(14.862.350,39)</b>	<b>(841.993,03)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 - CONSOLIDADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011  
 (Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE REAV.	RES. DE LUCROSCAPITAL	RES. DE LUCROSCAPITAL	LUC/PREJ ACUM. CONTROLAD	PARC. NÃO CONTROLAD	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>7.862.500,00</b>	<b>109.735,69</b>	<b>2.295.034,11</b>	-	-	<b>(618.704,21)</b>	<b>9.648.565,59</b>
AUMENTO DE CAPITAL	4.974.270,00	-	(2.295.033,56)	-	-	-	2.679.236,44
REVERSÃO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	-	(109.735,69)	-	-	-	-	(109.735,69)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	1.061.410,49	-	1.061.410,49
DESTINAÇÃO PROPOSTA:							
RESERVAS DE LUCRO A REALIZAR	-	-	341.741,59	-	(341.741,59)	-	-
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS	-	-	100.748,28	-	(100.748,28)	-	-
PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	-	-	(618.920,62)	618.920,62	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>12.836.770,00</b>	-	<b>442.490,42</b>	-	-	<b>216,41</b>	<b>13.279.476,83</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(15.977.240,98)	-	(15.977.240,98)
DESTINAÇÃO PROPOSTA:							
RESERVAS DE INCENTIVOS FISCAIS	-	-	22.688.886,96	-	(22.688.886,96)	-	-

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**- CONSOLIDADO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
 (Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE REAVAL.	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC/PREJ ACUM.	PARC. NAO CONTROLAD	TOTAL
DIVIDENDOS PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	-	-	(299.251,00)	-	-	-	(299.251,00)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	12.836.770,00	-	22.832.126,38	-	(36.510.889,41)	92.137.266,61	91.295.273,58

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011 (Em Reais)**

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Sociedade NATURAGUA AGUAS MINERAIS INDÚSTRIA E COMERCIO S/A., estabelecida na cidade de Fortaleza, estado do Ceará à Av. Professor José Arthur de Carvalho, 1001- Bairro: Lagoa Redonda - CEP: 60.831-370, inscrita no CNPJ(MF) nº 07.576.952/0001-05, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0028848-1, por despacho de 20/12/1984 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima em 02 de Abril de 2012. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Exploração e aproveitamento de jazidas minerais no território nacional, desenvolvendo a atividade de mineração em geral, incluindo a industrialização e comercialização dos bens minerais produzidos; e b) Comércio, transporte e distribuição de água mineral, inclusive a granel. Seu prazo de duração é indeterminado. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **NOTA 3. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS** - As Demonstrações Contábeis Consolidadas abrangem as da Sociedade NATURAGUA AGUAS MINERAIS INDÚSTRIA E COMERCIO S/A e de suas controladas. Na elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas foram adotadas as seguintes práticas contábeis: A Controladora e a Controlada adotam práticas contábeis uniformes para o registro de suas operações e avaliação dos elementos patrimoniais; Os saldos das contas patrimoniais e as receitas e despesas decorrentes de operações entre as empresas consolidadas, estão devidamente eliminados. **NOTA 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 4.1 Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **4.2 Contas a receber** - Na Controladora e nas Controladas refere-se às operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registrado pelos valores das notas fiscais. **4.3 Estoques** - Na Controladora e nas Controladas os estoques de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **4.4 Investimentos** - As participações nas empresas Controladas estão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Conforme o que determina o Item 13, do Sumário do CPC 18 e CPC 18 (R2), itens 38 a 39ª foi constituída uma provisão por conta desse patrimônio líquido negativo da controlada CENTRAL NATURAGUA COMÉRCIO E SERVIÇOS HIDRÁULICOS LTDA no valor de R\$ 423.875,38 (Quatrocentos e vinte três mil, oitocentos e setenta cinco reais e trinta oito centavos) referente ao exercício de 2012. **7.1 )CPC 18 Item - 13: No caso de o patrimônio líquido da coligada se tornar negativo, o prejuízo só é reconhecido pela investidora na extensão em que a investidora se responsabilize, legalmente ou por obrigação não formalizada, em fazer pagamentos a terceiros por conta da coligada. No caso dessa situação em controlada, a controladora reconhece, em seu balanço individual, provisão por conta desse patrimônio líquido negativo de forma a ter o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido que forem apresentados pelas demonstrações consolidadas. 7.2) CPC 18 (R2), itens 38 a 39A: 38 - Quando a participação do investidor nos prejuízos do período da coligada ou do empreendimento controlado em conjunto se igualar ou exceder o saldo contábil de sua participação na investida, o investidor deve descontinuar o reconhecimento de sua participação em perdas futuras. A participação na investida deve ser o valor contábil do investimento nessa investida, avaliado pelo método da equivalência patrimonial, juntamente com alguma participação de longo prazo que, em essência, constitui parte do investimento líquido total do investidor na investida. Por exemplo, um componente, cuja liquidação não está planejada, nem tampouco é provável que ocorra num futuro previsível, é, em essência, uma extensão do investimento da entidade naquela investida. Tais componentes podem incluir ações preferenciais, bem como recebíveis ou empréstimos de longo prazo, porém não incluem componentes como recebíveis ou exigíveis de natureza comercial ou quaisquer recebíveis de longo prazo para os quais existam garantias adequadas, tais como empréstimos garantidos. O prejuízo reconhecido pelo método da equivalência patrimonial que exceda o investimento em ações ordinárias do investidor deve ser aplicado aos demais componentes que constituem a participação do investidor na investida em ordem inversa de interesse residual - seniority (isto é prioridade na liquidação). Item 39 - Após reduzir, até zero, o saldo contábil da participação do investidor, perdas adicionais devem ser consideradas, e um passivo deve ser reconhecido, somente na extensão em que o investidor tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas (não formalizadas) ou tiver feito pagamentos em nome da investida. Se a investida subsequentemente apurar lucros, o investidor deve retomar o reconhecimento de sua participação nesses lucros somente após o ponto em que a parte que lhe cabe nesses lucros posteriores se igualar à sua participação nas perdas não reconhecidas. 7.2) 39A. O disposto nos itens 38 e 39 não é aplicável a investimento em controlada no balanço individual da controladora, devendo ser observada a prática contábil que produzir o mesmo resultado líquido e o mesmo patrimônio líquido para a controladora que são obtidos a partir das demonstrações consolidadas do grupo econômico, para atendimento ao requerido quanto aos atributos de relevância e de representação fidedigna (o que já inclui a primazia da essência sobre a forma), conforme dispõem o Pronunciamento Conceitual Básico - Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro e o Pronunciamento Técnico. **4.5 Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, grande parte dos bens integrantes do imobilizado das controladas foram reavaliados, como também acrescida a correção monetária complementar, art. 3º, Lei nº 8.200 de 29/06/91. A Depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado da controladas, procedido em 2010, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar. No exercício de 2011 a Administração da Companhia identificou que não há indícios (fontes internas e externas) de perda por desvalorização de seus ativos. **4.6 Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. A Companhia não realizou até 31/12/12 operações com características de derivativos, conforme definido na Instrução CVM nº 475/08 e Pronunciamento Técnico CPC 14 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Deliberação CVM nº 566 de 17/12/08. **4.7 Empréstimos e financiamentos** - Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. **4.8 Provisão para férias e encargos** - A sociedade e controlada constituíram mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos. **4.9 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. O valor reconhecido no ativo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos, calculados com base nos valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros e prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. O valor reconhecido no passivo não circulante refere-se ao imposto de renda e à contribuição social diferidos sobre a reserva de reavaliação. **4.10 Dividendos e juros sobre o capital próprio** - Os dividendos propostos a receber da Controlada ou suas controladas foram contabilizados no ativo circulante em outros créditos em contrapartida à conta de investimentos. A Companhia não realizou até 31/12/11 e 31/12/12 operações de pagamento ou recebeu juros sobre o capital próprio. **4.11 Devedores Diversos** - Composição do saldo em 31/12/12:**

**Devedores Diversos**

Outros Créditos	Everardo Ferreira Telles	18.138,21
<b>Total</b>		<b>18.138,21</b>

**4.12 Equivalência patrimonial** - A Controladora avaliou suas participações nas Empresas Controladas pelo método de equivalência patrimonial

em 31/12/2011 e 31/12/2012. **4.13 Credores Diversos** - Composição do saldo em 31/12/12:

<b>Credores Diversos</b>		
AGROPAULO AGROINDUSTRIAL S.A.		62.416,45
SAPUPARA IND. E COM. DE BEBIDAS		5.494.610,59
FIEL FORTALEZA IMP. E EXP. S.A.		25.487.037,34
HALLEY TRANSP. PROPAG .E MARKETI		10.005.015,75
AGRO PECUARIA BARREIRO S/A		89.980,51
<b>TOTAL</b>		<b>41.139.060,64</b>

**4.14 Obrigações com Pessoas Ligadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos.

**NOTA 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa	447.706,55	318.862,86
Bancos conta movimento	46.852,89	79.160,65
Aplicações financeiras	7.749.186,66	5.654.691,80
	8.250.867,26	6.052.715,22

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Banco do Brasil	7.749.186,66	5.654.691,80

**NOTA 6. PARTES RELACIONADAS** - Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Terceiros</b>		
Agropaulo Agroindustrial S/A	880.000,00	200.000,00
Telles		3.500.000,00
Central Naturágua	1.675.132,18	1.055.132,18
	2.555.132,18	4.755.132,18

Não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos de Partes Relacionadas</b>		
Agropaulo Agroindustrial S/A	62.416,45	
Sapupara Ind e Com de Bebidas	5.494.610,59	
Fiel Fortaleza IMP e EXP	25.487.037,34	
Halley Transp. Prop. E Marketing	10.005.015,75	
Agro Pecuária barreiro	89.980,51	
	41.139.060,64	

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre à cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 8. IMOBILIZADO**

Conta	NATURÁGUA			2012
	2011	AQUISIÇÕES	EXCLUSÃO	
MOVEIS E UTENSILIOS	69.642,66	4581,51	0	74.224,17
VEICULOS	495.268,66	261747,02	26530,3	730.485,38
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	539,39	0	0	539,39
INSTALAÇÕES	326.528,91	1100	0	327.628,91
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	2.037.610,34	57961,69	0	2.095.572,03
COMPUTADORES E EQUIPAM. PERIFERICOS	50.511,29	11254,45	0	61.765,74
TERRAS E TERRENOS	1.401.416,16	0	0	1.401.416,16
EDIFICAÇÕES E OBRAS	51.037,25	0	0	51.037,25
VASILHAMES RETORNÁVEIS	1.913.351,61	1335722,69	215904,01	3.033.170,29
CONSTRUÇÕES EM ANDAMENTO	13.985,37	46981,31	0	60.966,68
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-2.453.560,86	222.029,94	1.133.453,56	-3.364.984,48
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>3.906.330,78</b>	<b>1941378,61</b>	<b>1375887,87</b>	<b>4.471.821,52</b>

**NOTA 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 9.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 12.836.770,00 (Doze milhões oitocentos e trinta e seis mil setecentos e setenta reais), representado por 12.836.770 (Doze milhões oitocentos e trinta e seis mil setecentos e setenta) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Sócios:	Nº Quotas	Capital (R\$)	Part
Telles Fundo de Investimento	12.749.865	12.749.865,00	99,32
Everardo Ferreira Telles	86.905	86.905,00	0,68
<b>Total do Capital</b>	<b>12.836.770</b>	<b>12.836.770,00</b>	<b>100,000</b>

**9.2 Reservas de Lucro** - O montante no valor R\$ 1.183.587,36 (Um milhão cento e oitenta e três mil quinhentos e oitenta e sete reais e trinta e seis centavos) corresponde a reservas de incentivos fiscais no valor de R\$ 1.141.096,22, reservas de lucros a realizar no valor de R\$ 42.491,14 e aos lucros remanescentes, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros ou prejuízos acumulados.

**NOTA 10. RECEITA LÍQUIDA**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>21.747.081,31</b>	<b>18.069.008,88</b>
<b>(-) Deduções</b>	<b>5.643.577,72</b>	
DESCONTOS CONCEDIDOS.	45.048,74	37.223,38
DEVOLUCOES DE VENDAS	208.273,66	287.695,01
IMPOSTOS E TAXAS S/ RECEITA BRUTA	5.390.255,32	5.158.245,72
	16.103.503,59	12.585.844,77

Everardo Ferreira Telles - Presidente. André Vidal Junior - Diretor.  
Sebastião Martins de Oliveira Júnior - Contador CRC - Ce 009828/0-0

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACURU**

- A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Paracuru, localizada na Rua Coronel Meireles, 07 – Centro, torna público a **ANULAÇÃO** do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00.005/2013 - PRP, cujo objeto é a Seleção de melhor proposta para registro de preços para prestação de serviços de cópias e impressão para diversas secretarias do município de Paracuru-Ce, de acordo com o art. 49, da Lei nº 8.666/93. Maiores informações na sala da Comissão de Pregão, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Paracuru-CE, 05 de julho de 2013. Monara Rochelly Rocha de Souza – Pregoeira Oficial.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACURU**

- A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Paracuru, localizada na Rua Coronel Meireles, 07 – Centro, torna público o **ADIAMENTO** do PREGÃO PRESENCIAL Nº 00.010/2013PPRP, cujo objeto é o Registro de Preços visando à prestação de serviços de Link de Internet, para atender as necessidades das Diversas Secretarias do Município de Paracuru-Ce, que realizar-se-à no dia 18/07/2013, às 08:30h. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Paracuru-CE, 05 de julho de 2013. Monara Rochelly Rocha de Souza – Pregoeira Oficial.**

**EÓLICA FAÍSA I - GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S/A**  
CNPJ Nº 11.619.268/0001-22

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patr.líquido	2012	2011
		(Não auditado)			(Não auditado)
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	327	5	Fornecedores (Nota 8)	2.142	61
Outros ativos	44	137	Debêntures (Nota 7)	19.956	
	371	142	Empréstimos		605
			Outros passivos	73	4
Não circulante			Total do passivo	22.171	670
Imobilizado (Nota 6)	31.233	310	Patrimônio líquido(Nota 9)	22.171	670
	31.233	310	Capital social	10.817	50
			Prejuízos acumulados	(1.384)	(268)
			Total do patrimônio líquido	9.433	(218)
			Total do passivo e patrimônio líquido	31.604	452
Total do ativo	31.604	452			

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	50		50
Prejuízo do exercício		(268)	(268)
Em 31 de dezembro de 2011	50	(268)	(218)
Integralização de capital (Nota 9 (b))	10.767		10.767
Prejuízo do exercício		(1.116)	(1.116)
Em 31 de dezembro de 2012	10.817	(1.384)	9.433

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais** - A Eólica Faísa I - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída, com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa I, na cidade de Trairí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade	Energia	Início	Término
			Instalada	Assegurada		
			MW (*)	(*) MWh		
Faísa I	CE	Trairí	25,2	9,4	Agosto de 2010	Agosto de 2045

(\*) Não auditado - A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 29 de maio de 2013. (a) **Contrato de Energia de Reserva - CER** - A Companhia firmou em 13 de outubro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,66/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 6 de novembro de 2012 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.290, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para início em conjunto com a operação do sistema de transmissão da subestação Pecém II. As datas previstas pelo novo cronograma autorizado pela ANEEL são:

**Início da operação em teste**

10 de junho de 2013

**Início da operação comercial**

14 de julho de 2013

Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, fica suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 14 de julho de 2013 a Companhia passará a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada. **1.1. Capital circulante líquido** - Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava um capital circulante líquido negativo em R\$ 21.800 mil. Esse aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento, uma vez que as debêntures emitidas durante o exercício de 2012 com prazo de vencimento de 12 meses foram obtidas como um empréstimo ponte até a obtenção dos recursos de longo prazo junto ao BNDES (vide Nota 7). Dessa forma, a emissão das debêntures, em conjunto com aportes de capital por parte da Controladora, possibilitou que a Companhia iniciasse a construção do Parque Eólico, enquanto não houver a liberação de recursos pelo BNDES. Ainda de acordo com o cronograma definido, a administração da Companhia está atualmente discutindo os termos da minuta do contrato de empréstimo com o BNDES e entende que as negociações serão concluídas antes do vencimento das debêntures em setembro de 2013. O valor captado com a emissão dessas debêntures foi aplicado pela Companhia em adiantamentos a fornecedores de Imobilizado e encontra-se registrado dentro da rubrica de Imobilizado (conforme Nota 6). **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
	(Não auditado)	(Não auditado)
Despesas administrs.(Nota 10)	(151)	(213)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(151)</b>	<b>(213)</b>
Receitas financeiras (Nota 11)	23	
Despesas financeiras (Nota 11)	(988)	(55)
<b>Desps.financeiras,líquidas</b>	<b>(965)</b>	<b>(55)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.116)</b>	<b>(268)</b>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	2.400	50
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício-R\$	(0,47)	(5,36)
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
	(Não auditado)	(Não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.116)</b>	<b>(268)</b>
<b>Ajustes de</b>		
Juros,variaçs.monets.e cambiais	729	55
Variações de ativos e passivos		
Outros ativos	93	(88)
Fornecedores		62
Outros passivos	70	3
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(224)</b>	<b>(236)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(28.843)	(310)
<b>Caixa líquido aplicado nas ativid.de investimentos</b>	<b>(28.843)</b>	<b>(310)</b>
<b>Fluxos de caixa das ativid.de financiamentos</b>		
Amortiz.de emprést.-Juros	(390)	
Amortiz.de emprést.-Principal	(550)	
Ingressos de empréstimos	19.562	550
Aumento de capital	10.767	
<b>Caixa líquido gerado pelas ativid.de financiamentos</b>	<b>29.389</b>	<b>375</b>
<b>Aumento de caixa e equivs.de caixa,líquidos</b>	<b>322</b>	<b>4</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>5</b>	<b>1</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>327</b>	<b>5</b>
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras		

acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3. Imobilizado em construção** - Os itens

do imobilizado em construção são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos, quando da entrada em operação da Companhia, será calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

Anos	
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	30
Construções civis	20

As vidas úteis dos ativos são baseadas na Resolução Normativa 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.4).

**2.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**2.5. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensura das pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.6. Debêntures** - As debêntures são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa efetiva de juros ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os valores são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2012 não possuem opção de conversão em ações da Companhia. **2.7. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - A vida útil econômica dos ativos não financeiros

da Companhia (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração considera que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada são adequadas.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Depósitos bancários em conta-corrente	132	5

Depósitos bancários de curto prazo	195	—
	<u>327</u>	<u>5</u>

#### 5. Instrumentos financeiros

	2012	2011
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo	327	5
	<u>327</u>	<u>5</u>

Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	19.956	605
	<u>19.956</u>	<u>605</u>

#### 6. Imobilizado

Custo	Adiantamentos Imobiliz. a fornecedores em curso	Total
Em 1º/01/2012	300	300
Adições	17.656	13.267
Em 31/12/2012	<u>17.656</u>	<u>13.567</u>
		<u>31.223</u>

#### 7. Debêntures

	Encargos financeiros	2012	2011
Debêntures não conversíveis	150% do CDI	19.956	—

A Companhia emitiu em 26 de setembro de 2012 debêntures, simples e não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 19.600 mil. Essas debêntures têm prazo de vencimento de 12 meses, ressalvada a hipótese de liberação antecipada pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB de qualquer parcela do financiamento de longo prazo pleiteado pela Companhia.

#### 8. Fornecedores e outras contas a pagar

	2012	2011
Fornecedores de ativo imobilizado	2.142	62
	<u>2.142</u>	<u>62</u>

**9. Capital social e reservas - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.817 e está representado por 2.400.378 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. **(b) Aumento de Capital** - O aumento de capital poderá ser realizado mediante liberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer condições de emissão de novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, e além desse limite em Assembleias Gerais de acionistas. Em 2012 o acionista autorizou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 24.322 mil mediante emissão de 2.350.378 novas ações, de classe ordinária nominativa, sem valor nominal. Nesse mesmo ato foi autorizada, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, a constituição de Reserva de Capital no montante de R\$ 3.404 mil, a ser constituída somente após a integralização plena do capital social subscrito. **10. Despesas Administrativas**

	2012	2011
Serviços de terceiros	62	13
Viagens	20	—
Outras	69	200
	<u>151</u>	<u>213</u>

#### 11. Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Despesa de juros s/obrigs.financs. mensuradas p/custo amortizado	(743)	(55)
Outras despesas financeiras	(245)	—
Despesas financeiras	<u>(988)</u>	<u>(55)</u>
Receita de juros s/ativos financeiros mensurados p/custo amortizado	16	—
Outras receitas financeiras	7	—
Receitas financeiras	<u>23</u>	<u>—</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(965)</u>	<u>(55)</u>

**Rogério Augusto de Wallau**  
**Luiz Galdino da Silva Neto**  
 Contadora:  
**Raquel de Oliveira Freire**  
 CRC-CE 017360/O-5

#### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Eólica Faísia I – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faísia I – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Faísia I – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Recife, 29 de maio de 2013. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 “S” CE. José Vital Pessoa Monteiro Filho - Contador CRC IPE016700/O-0 “S” CE.

**EÓLICA FAÍSA II – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
**CNPJ nº 11.619.388/0001-20**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	
		(Não auditado)	2012	2011 (Não auditado)
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	321	5	Circulante	
Outros ativos	40	151	Fornecedores (Nota 8)	479
	361	156	Debêntures (Nota 7)	18.530
Não circulante			Empréstimos	603
Imobilizado (Nota 6)	25.001	281	Outros passivos	28
	25.001	281	Total do passivo	19.037
			Patrimônio líquido (Nota 9)	665
			Capital social	7.649
			Prejuízos acumulados	(1.324)
			Total do patrimônio líquido	6.325
Total do ativo	25.362	437	Total do passivo e patrimônio líquido	25.362
				437

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	50		50
Prejuízo do exercício		(279)	(279)
Em 31 de dezembro de 2011	50	(279)	(229)
Integralização de capital (Nota 9 (b))	7.599		7.599
Prejuízo do exercício		(1.045)	(1.045)
Em 31 de dezembro de 2012	7.649	(1.324)	6.325

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES**
**FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1. Informações gerais** - A Eólica Faísa II - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa II, na cidade de Trairí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica Faísa II	Estado CE	Cidade Trairí	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Início	Término
			MW (*)	(*) MWh		
			25,2	9,4	Agosto de 2010	Agosto de 2045

(\*) Não auditado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 29 de maio de 2013. (a) **Contrato de Energia de Reserva – CER** - A Companhia firmou em 29 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva – CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,65/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA. Em 6 de novembro de 2012 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.290, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para início em conjunto com a operação do sistema de transmissão da subestação Pecém II. As datas previstas pelo novo cronograma autorizado pela ANEEL são:

**Início da operação em teste**

24 de junho de 2013

**Início da operação comercial**

28 de julho de 2013

Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, fica suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 28 de julho de 2013 a Companhia passará a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada. **1.1. Capital circulante líquido** - Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava um capital circulante líquido negativo em R\$ 18.676 mil. Esse aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento, uma vez que as debêntures emitidas durante o exercício de 2012 com prazo de vencimento de 12 meses foram obtidas como um empréstimo ponte até a obtenção dos recursos de longo prazo junto ao BNDES (vide Nota 7). Dessa forma, a emissão das debêntures, em conjunto com aportes de capital por parte da Controladora, possibilitou que a Companhia iniciasse a construção do Parque Eólico, enquanto não houver a liberação de recursos pelo BNDES. Ainda de acordo com o cronograma definido, a administração da Companhia está atualmente discutindo os termos da minuta do contrato de empréstimo com o BNDES e entende que as negociações serão concluídas antes do vencimento das debêntures em setembro de 2013. O valor captado com a emissão dessas debêntures foi aplicado pela Companhia em adiantamentos a fornecedores de Imobilizado e encontra-se registrado dentro da rubrica de Imobilizado (conforme Nota 6). **2. Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Desps.administrativas(Nota 10)	(143)	(234)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(143)</b>	<b>(234)</b>
Receitas financeiras (Nota 11)	12	
Despesas financeiras (Nota 11)	(914)	(45)
<b>Despesas financs.,líquidas</b>	<b>(902)</b>	<b>(45)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(279)</b>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	2.222	50
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício-R\$	(0,47)	(5,58)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
		(Não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.045)</b>	<b>(279)</b>
<b>Ajustes de</b>		
Juros, variaçs.monet.e cambiais	660	45
Variações de ativos e passivos		
Outros ativos	111	(101)
Fornecedores		61
Outros passivos	27	1
<b>Caixa aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(247)</b>	<b>(273)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(24.302)	(281)
<b>Caixa líquido aplicado nas ativid.de investimentos</b>	<b>(24.302)</b>	<b>(281)</b>
<b>Fluxos de caixa das ativid.de financiamentos</b>		
Amortização de empr.s.-Juros	(353)	
Amort.de emprést.s-Principal	(558)	
Ingressos de empréstimos	18.178	558
Aumento de capital	7.599	
<b>Caixa líquido gerado p/ ativs.de financiamentos</b>	<b>24.866</b>	<b>558</b>
<b>Aumento de caixa e equival.de caixa, líquidos</b>	<b>317</b>	<b>4</b>
<b>Caixa e equiv.de caixa no início do exercício</b>	<b>4</b>	<b>1</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>321</b>	<b>5</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3. Imobilizado em construção** - Os itens

do imobilizado em construção são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos, quando da entrada em operação da Companhia, será calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	<b>Anos</b>
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	30
Construções civis	20

As vidas úteis dos ativos são baseadas na Resolução Normativa 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.4).

**2.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**2.5. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

**2.6. Debêntures** - As debêntures são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa efetiva de juros ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os valores são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2012 não possuem opção de conversão em ações da Companhia.

**2.7. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

**3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - A vida útil econômica dos ativos não financeiros

da Companhia (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração considera que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada são adequadas.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Depósitos bancários em conta-corrente	142	5
Depósitos bancários de curto prazo	179	—
	<u>321</u>	<u>5</u>

#### 5. Instrumentos financeiros

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo	321	5
	<u>321</u>	<u>5</u>
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	18.530	603
Outros passivos financeiros	479	61
	<u>19.009</u>	<u>664</u>

#### 6. Imobilizado

	<b>Custo a fornecedores em curso</b>	<b>Total</b>
Em 1º/01/2012	281	281
Adições	16.786	7.934
Em 31/12/2012	16.786	8.215

#### 7. Debêntures

##### Encargos financeiros

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Debêntures não conversíveis 150% do CDI	18.530	—

A Companhia emitiu em 26 de setembro de 2012 debêntures, simples e não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 18.200.000,00. Essas debêntures têm prazo de vencimento de 12 meses, ressalvada a hipótese de liberação antecipada pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB de qualquer parcela do financiamento de longo prazo pleiteado pela Companhia.

#### 8. Fornecedores e outras contas a pagar

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Fornecedores de ativo imobilizado	479	60
Outros	—	—
	<u>479</u>	<u>60</u>

#### 9. Capital social e reservas - (a) Capital social

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 7.649 e está representado por 2.222.088 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. **(b) Aumento de Capital** - O aumento de capital poderá ser realizado mediante liberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer condições de emissão de novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, e além desse limite em Assembleias Gerais de acionistas. Em 2012 o acionista autorizou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 22.477 mil mediante emissão de 2.172.088 novas ações, de classe ordinária nominativa, sem valor nominal. Neste mesmo ato foi autorizada, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, a constituição de Reserva de Capital no montante de R\$ 3.145 mil, a ser constituída somente após a integralização plena do capital social subscrito.

#### 10. Despesas Administrativas

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Serviços de terceiros	24	21
Viagens	19	—
Outras	100	213
	<u>143</u>	<u>234</u>

#### 11. Receitas e despesas financeiras

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Despesa de juros s/obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(678)	(45)
Outras despesas financeiras	(235)	—
Despesas financeiras	(913)	(45)
Receita de juros s/ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	6	—
Outras receitas financeiras	6	—
Receitas financeiras	12	—
Resultado financeiro	(901)	(45)

**Rogério Augusto de Wallau**  
**Luiz Galdino da Silva Neto**

**Contadora:**

**Raquel de Oliveira Freire**  
CRC-CE 017360/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Eólica Faísia II – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faísia II – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

#### Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Faísia II – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Recife, 29 de maio de 2013. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 “S” CE. José Vital Pessoa Monteiro Filho - Contador CRC 1PE016700/O-0 “S” CE.

**EÓLICA FAÍSA III – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
 CNPJ 11.619.413/0001-75

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	
		(Não auditado)	2012	2011
Circulante				(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	277	4	Circulante	
Outros ativos	38	147	Fornecedores (Nota 8)	13.545
	315	151	Debêntures (Nota 7)	17.105
Não circulante			Empréstimos	-
Imobilizado (Nota 6)	39.571	269	Outros passivos	3
	39.571	269	Total do passivo	30.686
			Patrimônio líquido (Nota 9)	635
			Capital social	10.453
			Prejuízos acumulados	(1.253)
			Total do patrimônio líquido	9.200
			Total do passivo e patrimônio líquido	39.886
Total do ativo	39.886	420		420

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	50	-	50
Prejuízo do exercício	-	(265)	(265)
Em 31 de dezembro de 2011	50	(265)	(215)
Integralização de capital (Nota 9 (b))	10.403	-	10.403
Prejuízo do exercício	-	(988)	(988)
Em 31 de dezembro de 2012	10.453	(1.253)	9.200

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES**
**FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 - Informações gerais** - A Eólica Faísa III - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa III, na cidade de Trairí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada		Energia Assegurada	Início	Término
			MW (*)	(*) MWh			
Faísa III	CE	Trairí	25,2	8,3	Agosto de 2010	Agosto de 2045	

(\*\*) Não auditado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 29 de maio de 2013. (a) **Contrato de Energia de Reserva - CER** - A Companhia firmou em 29 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,69/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 6 de novembro de 2012 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.290, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para início em conjunto com a operação do sistema de transmissão da subestação Pecém II. As datas previstas pelo novo cronograma autorizado pela ANEEL são: **Início da operação em teste** - 3 de junho de 2013; **Início da operação comercial** - 7 de julho de 2013. Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, fica suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 7 de julho de 2013 a Companhia passará a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia contratada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia requerida maior nível de complexidade, bem como aquelas cujas vigência sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder as demonstrações financeiras, estão divulgadas aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for na Nota 3. (a) **Moeda funcional e moeda de apurada.** **1.1 - Capital circulante líquido** - Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava um capital circulante líquido negativo em R\$ 30.371 mil. Esse aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento, uma vez que as debêntures emitidas durante o exercício de acordo com a moeda do principal ambiente 2012 com prazo de vencimento de 12 meses foram obtidas como um empréstimo ponte até a obtenção dos recursos de longo prazo junto ao BNDES (vide Nota 7). Dessa forma, a emissão das debêntures, em conjunto com aportes de capital por parte da Controladora, possibilitou que a Companhia iniciasse a construção do Parque Eólico, enquanto não houver a liberação de recursos funcional da Companhia e, também, a sua moeda pelo BNDES. Ainda de acordo com o cronograma definido, a administração da Companhia está atualmente discutindo os termos da minuta do contrato de empréstimo com o BNDES e entende que as negociações serão concluídas antes do vencimento das debêntures em setembro de 2013. O dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros fornecedores de Imobilizado e encontra-se registrado dentro da rubrica de Imobilizado (conforme Nota 6). **2 - Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis (com risco insignificante de mudança de valor), aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 - Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão ao custo histórico sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade necessários para preparar o ativo para o uso

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM**  
**31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
Desps.administrativas(Nota 10)	(145)	(211)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(145)</b>	<b>(211)</b>
Receitas financeiras (Nota 11)	12	-
Despesas financeiras (Nota 11)	(855)	(54)
<b>Desps.financeiras, líquidas</b>	<b>(843)</b>	<b>(54)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(988)</b>	<b>(265)</b>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	2.059	50
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício-R\$	(0,48)	(5,30)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
		(Não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(988)</b>	<b>(265)</b>
<b>Ajustes de</b>		
Juros, variaçs.monets.e cambiais	592	54
Variações de ativos e passivos		
Outros ativos	109	(100)
Fornecedores	-	63
Outros passivos	33	3
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(254)</b>	<b>(245)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(25.820)	(268)
<b>Caixa líquido aplicado nas ativs.de investimentos</b>	<b>(25.820)</b>	<b>(268)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Amortiz.de empréstimos-Juros	(269)	-
Amortiz.de empréstos-Principal	(515)	-
Ingressos de empréstimos	16.727	515
Aumento de capital	10.403	-
<b>Caixa líquido gerado p/ativs.de financiamentos</b>	<b>26.346</b>	<b>515</b>
<b>Aum.de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>272</b>	<b>2</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>4</b>	<b>2</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>276</b>	<b>4</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.2 - Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem o dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3 - Imobilizado em construção** - Os itens do imobilizado em construção são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso

pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos, quando da entrada em operação da Companhia, será calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	30
Construções civis	20

As vidas úteis dos ativos são baseadas na Resolução Normativa 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.4). **2.4 - Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**2.5 - Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.6 - Debêntures** - As debêntures são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os valores são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2012 não possuem opção de conversão em ações da Companhia. **2.7 - Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **3 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - A vida útil econômica dos ativos não financeiros da Companhia (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração considera

que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada são adequadas.

4 - Caixa e equivalentes de caixa	2012	2011
Depósitos bancários em conta-corrente	153	4
Depósitos bancários de curto prazo	124	-
	277	4

5 - Instrumentos financeiros	2012	2011
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo	277	4
	277	4
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	17.105	569
Outros passivos financeiros	13.545	63
	30.650	632

6 - Imobilizado	Adiantamentos Imobiliz. a fornecedores em curso		Total
Custo			
Em 1º/01/2012	-	269	269
Adições	13.640	25.662	39.302
Em 31/12/2012	13.640	25.931	39.571

7 - Debêntures	Encargos financeiros		2012	2011
Debêntures não conversíveis 150% do CDI	17.105	-		

A Companhia emitiu em 26 de setembro de 2012 de debêntures, simples e não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 16.800.000,00. Essas debêntures têm prazo de vencimento de 12 meses, ressalvada a hipótese de liberação antecipada pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB de qualquer parcela do financiamento de longo prazo pleiteado pela Companhia.

8. Fornecedores e outras contas a pagar	2012	2011
Fornecedores de ativo imobilizado	13.545	63
	13.545	63

**9 - Capital social e reservas - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 10.453 e está representado por 2.059.654 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. **(b) Aumento de Capital** - O aumento de capital poderá ser realizado mediante liberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer condições de emissão de novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, e além desse limite em Assembleias Gerais de acionistas. Em 2012 o acionista autorizou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 20.796 mil mediante emissão de 2.009.654 novas ações, de classe ordinária nominativa, sem valor nominal. Neste mesmo ato foi autorizada, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, a constituição de Reserva de Capital no montante de R\$ 2.910 mil, a ser constituída somente após a integralização plena do capital social subscrito.

10 - Despesas administrativas	2012	2011
Serviços de terceiros	31	10
Viagens	19	-
Outras	95	201
	145	211

11 - Receitas e despesas financeiras	2012	2011
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(627)	(54)
Outras despesas financeiras	(228)	-
Despesas financeiras	(855)	(54)
Receita de juros sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	6	-
Outras receitas financeiras	6	-
Receitas financeiras	12	-
Despesas financeiras, líquidas	(843)	(54)

**Rogério Augusto de Wallau**  
**Luiz Galdino da Silva Neto**  
Contadora:  
**Raquel de Oliveira Freire**  
CRC-CE 017360/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Eólica Faísca III – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.  
Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faísca III – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Faísca III – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Recife, 29 de maio de 2013. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 “S” CE. José Vital Pessoa Monteiro Filho - Contador CRC 1PE016700/O-0 “S” CE.

**EÓLICA FAÍSA IV – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
 CNPJ 11.619.342/0001-00

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO**
**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

 Em milhares de reais, exceto quando  
indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	
		(Não auditado)	2012	2011
Circulante				(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	296	8	Circulante	
Outros ativos	40	148	Fornecedores (Nota 8)	142 64
	336	156	Debêntures (Nota 7)	17.105 -
Não circulante			Empréstimos	- 562
Imobilizado (Nota 6)	25.732	255	Outros passivos	120 3
	25.732	255	Total do passivo	17.367 629
			Patrimônio líquido (Nota 9)	
			Capital social	9.951 50
			Prejuízos acumulados	(1.250) (268)
			Total do patrimônio líquido	8.701 (218)
Total do ativo	26.068	411	Total do passivo e patrimônio líquido	26.068 411

	2012	2011
Desps.administrativas(Nota 10)	(143)	(223)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(143)</b>	<b>(223)</b>
Receitas financeiras (Nota 11)	14	-
Despesas financeiras(Nota 11)	(853)	(45)
<b>Desps.financeis.,líquidas</b>	<b>(839)</b>	<b>(45)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(982)</b>	<b>(268)</b>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	2.059	50
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício-R\$	(0,47)	(5,36)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE  
CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM  
31 DE DEZEMBRO**

 Em milhares de reais, exceto quando  
indicado de outra forma

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	50	-	50
Prejuízo do exercício	-	(268)	(268)
Em 31 de dezembro de 2011	50	(268)	(218)
Integralização de capital (Nota 9 (b))	9.901	-	9.901
Prejuízo do exercício	-	(982)	(982)
Em 31 de dezembro de 2012	9.951	(1.250)	8.701

 Em milhares de reais, exceto quando  
indicado de outra forma

**Fluxos de caixa das  
atividades operacionais**  
**Prejuízo do exercício**

(982) (268)

**Ajustes de**

Juros, variações monetárias e cambiais 593 45

Variações de ativos e passivos 108 (102)

Outros ativos - 64

Fornecedores - 3

Outros passivos 117 3

**Caixa líquido gerado pelas**
**(aplicado nas) atividades operacionais** (164) (258)

**Fluxos de caixa das**
**atividades de investimentos**

Aquisições de bens do ativo imobilizado (25.399) (255)

**Caixa líquido aplicado nas**
**ativids.de investimentos** (25.399) (255)

**Fluxos de caixa das**
**ativids.de financiamentos**

Amortização de empr.- Juros (314) -

Amortiz.de emprs-Principal (517) -

Ingressos de empréstimos 16.781 517

Aumento de capital 9.901 -

**Caixa líquido gerado pelas**
**ativids.de financiamentos** 25.851 517

**Aumento de caixa e**
**equivs.de caixa, líquidos** 288 4

**Caixa e equivalentes de**
**caixa no início do exercício** 8 4

**Caixa e equivalentes de**
**caixa no final do exercício** 296 8

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES  
FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

## Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 - Informações gerais** - A Eólica Faísa IV - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa IV, na cidade de Trairi, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade	Energia	Início	Término
			Instalada	Assegurada		
			MW (*)	(*) MWh		
Faísa IV	CE	Trairi	25,2	8,6	Agosto de 2010	Agosto de 2045

(\*\*) Não auditado. A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 29 de maio de 2013. (a) **Contrato de Energia de Reserva - CER** - A Companhia firmou em 29 de setembro de 2010 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,67/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 6 de novembro de 2012 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.290, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para início em conjunto com a operação do sistema de transmissão da subestação Pecém II. As datas previstas pelo novo cronograma autorizado pela ANEEL são: **Início da operação em teste** 17 de junho de 2013; **Início da operação comercial** - 21 de julho de 2013. Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, fica suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 21 de julho de 2013 a Companhia passará a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada. **1.1 - Capital circulante líquido** - Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava um capital circulante líquido negativo em R\$ 17.031 mil. Esse aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento, uma vez que as debêntures emitidas durante o exercício de 2012 com prazo de vencimento de 12 meses foram obtidas como um empréstimo ponte até a obtenção dos recursos de longo prazo junto ao BNDES (vide Nota 7). Dessa forma, a emissão das debêntures, em conjunto com aportes de capital por parte da Controladora, possibilitou que a Companhia iniciasse a construção do Parque Eólico, enquanto não houver a liberação de recursos pelo BNDES. Ainda de acordo com o cronograma definido, a administração da Companhia está atualmente discutindo os termos da minuta do contrato de empréstimo com o BNDES e entende que as negociações serão concluídas antes do vencimento das debêntures em setembro de 2013. O valor captado com a emissão dessas debêntures foi aplicado pela Companhia em adiantamentos a fornecedores de Imobilizado e encontra-se registrado dentro da rubrica de Imobilizado (conforme Nota 6). **2 - Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 - Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o

custo histórico como base de valor. A preparação

de demonstrações financeiras em conformidade

com o CPC PME (R1) requer o uso de certas

estimativas contábeis críticas e também o

exercício de julgamento por parte da

administração da Companhia no processo de

aplicação das políticas contábeis. As áreas que

requerem maior nível de julgamento e possuem

maior complexidade, bem como aquelas cujas

premissas e estimativas são significativas para

as demonstrações financeiras, estão divulgadas

 na Nota 3. (a) **Moeda funcional e moeda de**
**apresentação** - Os itens incluídos nas

demonstrações financeiras são mensurados de

acordo com a moeda do principal ambiente

econômico no qual a empresa atua ("moeda

funcional"). As demonstrações financeiras estão

apresentadas em milhares de reais, que é a moeda

funcional da Companhia e, também, a sua moeda

 de apresentação. **2.2 - Caixa e equivalentes**
**de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem

dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros

investimentos de curto prazo de alta liquidez,

com vencimentos originais de até três meses

(com risco insignificante de mudança de valor).

**2.3 - Imobilizado em construção** - Os itens

do imobilizado em construção são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos, quando da entrada em operação da Companhia, será calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos
Móveis e utensílios	10
Equipamentos de informática	5
Aerogeradores	20
Linhas de transmissão	30
Construções civis	20

As vidas úteis dos ativos são baseadas na Resolução Normativa 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.4). **2.4 - Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**2.5 - Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva. **2.6 - Debêntures** - As debêntures são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os valores são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2012 não possuem opção de conversão em ações da Companhia. **2.7 - Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **3 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - A vida útil econômica dos ativos não financeiros

da Companhia (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração considera que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada são adequadas.

#### 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Depósitos bancários em conta-corrente	182	8
Depósitos bancários de curto prazo	114	-
	<u>296</u>	<u>8</u>

#### 5 - Instrumentos financeiros

	2012	2011
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo	<u>296</u>	<u>8</u>
	<u>296</u>	<u>8</u>
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	17.105	562
Outros passivos financeiros	<u>142</u>	<u>64</u>
	<u>17.247</u>	<u>626</u>

#### 6 - Imobilizado

Custo	Adiantamentos a fornecedores	Imobiliz. em curso	Total
Em 1º/01/2012	-	255	255
Adições	15.396	10.081	25.477
Em 31/12/2012	<u>15.396</u>	<u>10.336</u>	<u>25.732</u>

#### 7 - Debêntures

	Encargos financeiros	2012	2011
Debêntures não conversíveis 150% do CDI		17.105	-
A Companhia emitiu em 26 de setembro de 2012 debêntures, simples e não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 16.800 mil. Essas debêntures têm prazo de vencimento de 12 meses, ressalvada a hipótese de liberação antecipada pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB de qualquer parcela do financiamento de longo prazo pleiteado pela Companhia. <b>8 - Fornecedores e outras contas a pagar</b>			

	2012	2011
Fornecedores de ativo imobilizado	<u>141</u>	<u>64</u>
Outros	<u>141</u>	<u>64</u>

**9 - Capital social e reservas - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 9.951 e está representado por 2.059.654 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. **(b) Aumento de Capital** - O aumento de capital poderá ser realizado mediante liberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer condições de emissão de novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, e além desse limite em Assembleias Gerais de acionistas. Em 2012 o acionista autorizou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 20.796 mil mediante emissão de 2.009.654 novas ações, de classe ordinária nominativa, sem valor nominal. Neste mesmo ato foi autorizada, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, a constituição de Reserva de Capital no montante de R\$ 2.910 mil, a ser constituída somente após a integralização plena do capital social subscrito.

	2012	2011
<b>10 - Despesas Administrativas</b>		
Serviços de terceiros	26	20
Viagens	19	-
Outras	<u>98</u>	<u>203</u>
	<u>143</u>	<u>223</u>

#### 11 - Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(627)	(45)
Outras despesas financeiras	<u>(226)</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras	<u>(853)</u>	<u>(45)</u>
Receita de juros sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	8	-
Outras receitas financeiras	<u>6</u>	<u>-</u>
Receitas financeiras	<u>14</u>	<u>-</u>
Despesas financeiras, líquidas	<u>(839)</u>	<u>(44)</u>

**Rogério Augusto de Wallau**  
**Luiz Galdino da Silva Neto**  
 Contadora:  
**Raquel de Oliveira Freire**  
 CRC-CE 017360/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Eólica Faís IV – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faís IV – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Faís IV – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Recife, 29 de maio de 2013. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 “S” CE. José Vital Pessoa Monteiro Filho - Contador CRC IPE016700/O-0 “S” CE.

**EÓLICA FAÍSA V – GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA S.A.**  
 CNPJ 11.652.254/0001-00

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	2012	2011	Passivo e patrimônio líquido	
		(Não auditado)	2012	2011
Circulante				(Não auditado)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	415	7	Circulante	
Outros ativos	43	169	Fornecedores (Nota 8)	385 66
	458	176	Debêntures (Nota 7)	19.956 -
Não circulante			Empréstimos	567
Imobilizado (Nota 6)	25.617	227	Outros passivos	18 3
	25.617	227	Total do passivo	20.359 636
			Patrimônio líquido (Nota 9)	
			Capital social	7.111 50
			Prejuízos acumulados	(1.395) (283)
			Total do patrimônio líquido	5.716 (233)
Total do ativo	26.075	403	Total do passivo e patrimônio líquido	26.075 403

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2011	50	-	50
Prejuízo do exercício	-	(283)	(283)
Em 31 de dezembro de 2011	50	(283)	(233)
Integralização de capital (Nota 9 (b))	7.061	-	7.061
Prejuízo do exercício	-	(1.112)	(1.112)
Em 31 de dezembro de 2012	7.111	(1.395)	5.716

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

**1 - Informações gerais** - A Eólica Faísa V - Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída com o objetivo específico de construção, instalação, implantação, operação, exploração e manutenção da central geradora eólica denominada Usina Faísa V, na cidade de Trairí, Estado do Ceará. A Companhia é controlada pela Eólica Faísa S.A.. Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia encontrava-se em fase pré-operacional. A Companhia possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL a seguinte autorização e registro de geração:

Eólica	Estado	Cidade	Capacidade Instalada	Energia Assegurada	Início	Término
			MW (*)	(*) MWh		
Faísa V	CE	Trairí	27,3	9,1	Agosto de 2010	Agosto de 2045

(\*\*) Não auditado

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 29 de maio de 2013. (a) **Contrato de Energia de Reserva - CER** - A Companhia firmou em 12 de janeiro de 2011 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço de R\$ 152,68/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 6 de novembro de 2012 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.290, o cronograma para entrada em operação do Parque Eólico, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para início em conjunto com a operação do sistema de transmissão da subestação Pecém II. As datas previstas pelo novo cronograma autorizado pela ANEEL são: **Início da operação em teste** - 1 de julho de 2013; **Início da operação comercial** - 4 de agosto de 2013. Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, fica suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de 4 de agosto de 2013 a Companhia passará a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, a Companhia receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada. **1.1 - Capital circulante líquido**

- Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia apresentava um capital circulante líquido negativo em R\$ 19.901 mil. Esse aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento, uma vez que as debêntures emitidas durante o exercício de 2012 com prazo de vencimento de 12 meses foram obtidas como um empréstimo ponte até a obtenção dos recursos de longo prazo junto ao BNDES (vide Nota 7). Dessa forma, a emissão das debêntures, em conjunto com aportes de capital por parte da Controladora, possibilitou que a Companhia iniciasse a construção do Parque Eólico, enquanto não houver a liberação de recursos pelo BNDES. Ainda de acordo com o cronograma definido, a administração da Companhia está atualmente discutindo os termos da minuta do contrato de empréstimo com o BNDES e entende que as negociações serão concluídas antes do vencimento das debêntures em setembro de 2013. O valor captado com a emissão dessas debêntures foi aplicado pela Companhia em adiantamentos a fornecedores de Imobilizado e encontra-se registrado dentro da rubrica de Imobilizado (conforme Nota 6). **2 - Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1 - Base de preparação** - As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PMEs (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
	(Não auditado)	(Não auditado)
Desps.administrativas(Nota 10)	(144)	(236)
<b>Prejuízo operacional</b>	<b>(144)</b>	<b>(236)</b>
Receitas financeiras (Nota 11)	17	
Despesas financeiras (Nota 11)	(985)	(47)
<b>Desps.financeiras,líquidas</b>	<b>(968)</b>	<b>(47)</b>
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.112)</b>	<b>(283)</b>
Ações em circulação no final do exercício (em milhares)	2.348	50
Prejuízo por ação do capital social no fim do exercício-R\$	(0,47)	(5,66)

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	2012	2011
	(Não auditado)	(Não auditado)
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo do exercício</b>	<b>(1.112)</b>	<b>(283)</b>
<b>Ajustes de</b>		
Juros, variaçs.monets.e cambiais	729	47
Variações de ativos e passivos		
Outros ativos	126	(122)
Fornecedores	-	66
Outros passivos	15	3
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(242)</b>	<b>(289)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aquisições de bens do ativo imobilizado	(25.071)	(227)
<b>Caixa líquido aplicado nas ativid.de investimentos</b>	<b>(25.071)</b>	<b>(227)</b>
<b>Fluxos de caixa das ativid.de financiamentos</b>		
Amortiz.de emprésts-Juros	(391)	-
Amortiz.de emprésts-Principal	(567)	-
Ingressos de empréstimos	19.618	520
Aumento de capital	7.061	-
<b>Caixa líquido gerado pelas ativid.de financiamentos</b>	<b>25.721</b>	<b>520</b>
<b>Aumento de caixa e equivs.de caixa, líquidos</b>	<b>408</b>	<b>4</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	<b>7</b>	<b>3</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	<b>415</b>	<b>7</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) **Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **2.2 - Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3 - Imobilizado em construção** - Os itens do imobilizado em construção são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico

inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. A Companhia inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que esse custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos, quando da entrada em operação da Companhia, será calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

Anos	
10	Móveis e utensílios
5	Equipamentos de informática
20	Aerogeradores
30	Linhas de transmissão
20	Construções civis

As vidas úteis dos ativos são baseadas na Resolução Normativa 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. O valor contábil de um ativo é imediatamente reduzido ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.4).

**2.4 - Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros** - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

**2.5 - Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva.

**2.6 - Debêntures** - As debêntures são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os valores são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2012 não possuem opção de conversão em ações da Companhia.

**2.7 - Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos.

**3 - Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - A Companhia faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - A vida útil econômica dos ativos não financeiros da Companhia (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 474/2012

emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL. A administração considera que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada são adequadas.

#### 4 - Caixa e equivalentes de caixa

	2012	2011
Depósitos bancários em conta-corrente	170	7
Depósitos bancários de curto prazo	245	-
	<u>415</u>	<u>7</u>

#### 5 - Instrumentos financeiros

	2012	2011
Ativos financeiros		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo	414	7
	<u>414</u>	<u>7</u>
Passivos financeiros		
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado	19.956	567
Outros passivos financeiros	385	66
	<u>20.341</u>	<u>633</u>

#### 6 - Imobilizado

	Custo	a fornecedores em curso	Total
Em 1º/01/2012		227	227
Adições	17.987	7.403	25.390
Em 31/12/2012	<u>17.987</u>	<u>7.630</u>	<u>25.617</u>

#### 7 - Debêntures

	Encargos financeiros	2012	2011
Debêntures não conversíveis 150% do CDI		19.956	-

A Companhia emitiu em 26 de setembro de 2012 debêntures, simples e não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 19.600 mil. Essas debêntures têm prazo de vencimento de 12 meses, ressalvada a hipótese de liberação antecipada pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB de qualquer parcela do financiamento de longo prazo pleiteado pela Companhia.

#### 8 - Fornecedores e outras contas a pagar

	2012	2011
Fornecedores de ativo imobilizado	385	66
Outros	<u>385</u>	<u>66</u>

**9 - Capital social e reservas - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 7.111 e está representado por 2.384.522 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia. **(b) Aumento de Capital** - O aumento de capital poderá ser realizado mediante liberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer condições de emissão de novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, e além desse limite em Assembleias Gerais de acionistas. Em 2012 o acionista autorizou o aumento de capital social da Companhia em R\$ 24.158 mil mediante emissão de 2.334.522 novas ações, de classe ordinária nominativa, sem valor nominal. Neste mesmo ato foi autorizada a constituição, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, de Reserva de Capital no montante de R\$ 3.380 mil, a ser constituída somente após a integralização plena do capital social subscrito.

#### 10 - Despesas Administrativas

	2012	2011
Serviços de terceiros	26	20
Viagens	19	-
Outras	99	216
	<u>144</u>	<u>236</u>

#### 11 - Receitas e despesas financeiras

	2012	2011
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(741)	(47)
Outras despesas financeiras	(244)	-
Despesas financeiras	<u>(985)</u>	<u>(47)</u>
Receita de juros sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado	10	-
Outras receitas financeiras	7	-
Receitas financeiras	<u>17</u>	-
Despesas financeiras, líquidas	<u>(968)</u>	<u>(47)</u>

**Rogério Augusto de Wallau**  
**Luiz Galdino da Silva Neto**  
 Contadora:  
**Raquel de Oliveira Freire**  
 CRC-CE 017360/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas  
 Eólica Faís V – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A.  
 Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faís V – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (a “Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME – “Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas”, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica Faís V – Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Recife, 29 de maio de 2013. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes CRC 2SP000160/O-5 “S” CE. José Vital Pessoa Monteiro Filho - Contador CRC 1PE016700/O-0 “S” CE.

EÓLICA FAÍSA S/A - 10.288.521/0001-40					DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA				
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO					EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO				
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
Ativo	Controladora		Consolidado		Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011		2012	2011	2012	2011
		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)		(Não auditado)	
Circulante					<b>Prejuízo do exercício</b>	(5.447)	(2.072)	(5.447)	(2.072)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)	171	12	1.807	41	<b>Ajustes de</b>				
Outros ativos	8		214	752	Juros, variações monet. e cambiais			3.303	246
	179	12	2.021	793	Resultado de controladas reconhecido por equivalência patrimonial	5.243	1.363		
Não circulante					Variações de ativos e passivos				
Partes relacionadas (Nota 6)		2.906			Outros ativos	(10)		536	(513)
Investimentos (Nota 7)	39.376				Fornecedores		(3)		313
Imobilizado (Nota 8)	756	756	147.910	2.098	Outros passivos		(163)	262	(150)
	40.132	3.662	147.910	2.098	<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	(214)	(875)	(1.345)	(2.176)
Total do ativo	40.311	3.674	129.931	2.891	<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					Aquisições de bens do ativo imobil. Aumento de capital em controlada (45.731)	(45.731)	(756)	(129.435)	(2.097)
Circulante					<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos</b>	(45.731)	(756)	(129.435)	(2.097)
Fornecedores (Nota 10)			16.693	315	<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>				
Debêntures (Nota 9)			92.652		Amortização de empréstimos-Juros			(1.470)	
Empréstimos		584		584	Amortização de empréstimos - Principal	(5.402)		(5.449)	
Outros passivos			275	14	Concessão de mútuos a controladas		(2.660)		
		584	109.620	913	Recebimento de mútuos	2.907			
Não circulante					Ingressos de empréstimos	4.820	584	95.686	584
Provisão para passivo a descoberto em controlada (Nota 7)		1.112			Aumento de capital	43.780	3.700	43.780	3.700
		1.112			<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	46.105	1.624	132.547	4.284
Total do passivo		1.696	109.620	913	<b>Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos no início do exercício</b>	160	(7)	1.767	11
Patrimônio líquido (Nota 11)					<b>Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício</b>	11	18	39	29
Capital social	47.830	4.050	47.830	4.050	<b>Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício</b>	171	11	1.806	40
Prejuízos acumulados	(7.519)	(2.072)	(7.519)	(2.072)	As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
Total do patrimônio líquido	40.311	1.978	40.311	1.978	<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>				
Total do passivo e patrim. líquido	40.311	3.674	149.931	2.891	Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma				
As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras					Capital social				
					Prejuízos acumulados				
					Total				
					<b>Em 1º de janeiro de 2011</b>				
					Integralização de capital (Nota 11 (a))				
					Prejuízo do exercício				
					<b>Em 31 de dezembro de 2011</b>				
					Integralização de capital (Nota 11 (a))				
					Prejuízo do exercício				
					<b>Em 31 de dezembro de 2012</b>				
					As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.				
<b>NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>									
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma									
<b>I. Informações gerais</b> - A Eólica Faísa S.A. ("Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado constituída, com o objetivo específico de consolidar as operações das Companhias Eólica Faísa I - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Faísa I"), Eólica Faísa II - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Faísa II"), Eólica Faísa III - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Faísa III"), Eólica Faísa IV - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Faísa IV") e Eólica Faísa V - Geração e Comercialização de Energia Elétrica S.A. ("Faísa V"). Em conjunto, a Companhia e suas Controladas são denominadas de Grupo. A Companhia é controlada em conjunto pelas empresas ENERPLAN Participações Societárias Ltda., Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável I, Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável II e Fundo de Investimento em Participações em Infraestrutura BB Votorantim Energia Sustentável III. Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo Faísa encontrava-se em fase pré-operacional. O Grupo possui junto à Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL as seguintes autorizações e registros de geração:									
<b>Eólica</b>	<b>Estado</b>	<b>Cidade</b>	<b>Capacidade Instalada MW (*)</b>	<b>Energia Assegurada (*) MWh</b>	<b>Início</b>	<b>Término</b>			
Faísa I	CE	Trairí	25,2	9,4	Agosto de 2010	Agosto de 2045			
Faísa II	CE	Trairí	25,2	9,4	Agosto de 2010	Agosto de 2045			
Faísa III	CE	Trairí	25,2	8,3	Agosto de 2010	Agosto de 2045			
Faísa IV	CE	Trairí	25,2	8,6	Agosto de 2010	Agosto de 2045			
Faísa V	CE	Trairí	27,3	9,1	Agosto de 2010	Agosto de 2045			
(**) Não auditado. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia, em 10 de junho de 2013. (a) <b>Contrato de Energia de Reserva - CER</b> - O Grupo firmou em 2011 um Contrato de Energia de Reserva - CER, na modalidade de quantidade de energia elétrica com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE"). Pelo referido contrato o Grupo se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos a contar a partir de 1º de julho de 2012, ao preço médio de R\$ 152,67/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA. Em 6 de novembro de 2012 a ANEEL alterou, através do Despacho nº 3.290, o cronograma para entrada em operação dos Parques Eólicos, bem como prorrogou o início do período de suprimento previsto no CER firmado com a CCEE para início em conjunto com a operação do sistema de transmissão da subestação Pecém II. As datas previstas pelo novo cronograma autorizado pela ANEEL são:									

Parque Eólico	Início da operação em teste	Início da operação comercial
Faixa I	10 de junho de 2013	14 de julho de 2013
Faixa II	24 de junho de 2013	28 de julho de 2013
Faixa III	3 de junho de 2013	7 de julho de 2013
Faixa IV	17 de junho de 2013	21 de julho de 2013
Faixa V	1 de julho de 2013	4 de agosto de 2013

Em função da alteração do cronograma pela ANEEL, fica suspenso o direito da CCEE de aplicar quaisquer penalidades ou sanções previstas no CER decorrentes de atrasos no início do período de suprimento, até a nova data autorizada pela ANEEL. Dessa forma, a partir de julho e agosto de 2013 o Grupo passará a faturar um valor fixo, mensal, correspondente ao valor definido em contrato. Eventuais diferenças entre o valor cobrado e o valor de energia elétrica efetivamente gerada serão compensadas a cada quadriênio contratual. Adicionalmente, é definido contratualmente um limite de tolerância entre a energia efetivamente gerada e a energia contratada. Caso a energia gerada seja inferior a 90% da energia contratada, será aplicada a penalidade, equivalente a aplicação de 115% do preço contratual vigente sobre o montante em MWh que for inferior aos 90%. Caso a energia gerada seja superior a 130% da energia contratada, o Grupo receberá um bônus de 70% sobre o valor que exceder aos 130%. Em ambos os casos a compensação ocorrerá no ano subsequente em que a diferença for apurada.

**1.1. Capital circulante líquido** - Em 31 de dezembro de 2012 o Grupo apresentava um capital circulante líquido consolidado negativo em R\$ 107.600 mil. Esse aspecto está previsto no plano de negócios para o empreendimento, uma vez que as debêntures emitidas durante o exercício de 2012 com prazo de vencimento de 12 meses foram obtidas como um empréstimo ponte até a obtenção dos recursos de longo prazo junto ao BNDES e BNB (vide Nota 8). Dessa forma, a emissão das debêntures, em conjunto com aportes de capital por parte das Controladoras, possibilitou que o Grupo iniciasse a construção dos Parques Eólicos, enquanto não houver a liberação de recursos pelo BNDES e BNB. Ainda de acordo com o cronograma definido, a administração do Grupo está atualmente discutindo os termos da minuta do contrato de empréstimo com o BNDES e entende que as negociações serão concluídas antes do vencimento das debêntures em setembro de 2013. O valor captado com a emissão destas debêntures foi aplicado pelo Grupo em adiantamentos a fornecedores de Imobilizado e encontra-se registrados dentro da rubrica de Imobilizado (conforme Nota 8).

**2 Resumo das principais políticas contábeis** - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação** - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC PME (R1). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com o CPC PME (R1) requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração do Grupo no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. **(a) Moeda funcional e moeda de apresentação** - Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional do Grupo e, também, a sua moeda de apresentação. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses (com risco insignificante de mudança de valor). **2.3. Imobilizado em construção** - Os itens do imobilizado em construção são demonstrados ao custo histórico de aquisição. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração, excluindo custos de financiamentos. O Grupo inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo lhe proporcione futuros benefícios econômicos. A depreciação dos ativos, quando da entrada em operação da Companhia, será calculada usando método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme segue:

	Anos	Nome	Ativo	Passivo	Prejuízo	Valor do investimento
Móveis e utensílios	10	Em 31/12/2012				
Equipamentos de informática	5	Faixa I	31.605	(22.171)	(1.116)	9.434
Aerogeradores	20	Faixa II	25.362	(19.037)	(1.045)	6.325
Linhas de transmissão	30	Faixa III	39.886	(30.686)	(988)	9.200
Construções civis	20	Faixa IV	26.068	(17.367)	(982)	8.701
As vidas úteis dos ativos são baseadas na Resolução Normativa 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.4).		Faixa V	26.075	(20.359)	(1.112)	5.716
<b>2.4. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros</b> - Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é			148.996	(109.620)	(5.243)	39.376
		Em 31/12/2011				
		Faixa I	452	(670)	(268)	(218)
		Faixa II	437	(665)	(279)	(228)
		Faixa III	420	(635)	(265)	(215)
		Faixa IV	411	(629)	(268)	(218)
		Faixa V	403	(636)	(282)	(233)
			2.123	(3.235)	(1.362)	(1.112)

reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.5. Fornecedores** - As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.6. Debêntures** - As debêntures são inicialmente reconhecidas pelo valor da transação (ou seja, pelo valor recebido, incluindo os custos da transação) e subsequentemente demonstradas pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método de taxa de juros efetiva ao longo do prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. Os valores são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. As debêntures vigentes em 31 de dezembro de 2012 não possuem opção de conversão em ações do Grupo. **2.7. Capital social** - As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido, em conta redutora do capital, líquidos de impostos. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos** - O Grupo faz estimativas e estabelece premissas com relação ao futuro, baseada na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício estão divulgadas abaixo. **(a) Vida útil econômica de ativos não financeiros** - A vida útil econômica dos ativos não financeiros do Grupo (imobilizado e intangível) é mensurada com base na Resolução nº 474/2012 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL. A administração considera que as taxas de depreciação e amortização constantes na resolução supracitada representa adequadamente as vidas úteis dos bens imobilizados.

#### 4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Depos.bancários em conta-corrente		12	779	41
Depósitos bancários de curto prazo	171		1.028	
	171	12	1.807	41

#### 5. Instrumentos financeiros

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Ativos financeiros				
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo	171	12	1.806	41
	171	12	1.806	41
Passivos financeiros				
Passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado		584	92.661	3.490
Outros passivos financeiros			14.551	254
		584	107.212	3.744

**6. Partes relacionadas** - Em 2011 a Companhia concedeu um montante de R\$ 2.660 mil a título de mútuo para as suas controladas. Esses valores foram quitados integralmente ao longo do exercício de 2012. **7. Investimentos - (a) Controladora**

	2012	2011
Em 1ª de janeiro	(1.112)	250
Aumento de capital em controladas	45.731	
Participação no resultado de controladas	(5.243)	(1.362)
Em 31 de dezembro	39.376	(1.112)

Em 31 de dezembro de 2011 as controladas da Companhia apresentavam um passivo a descoberto no montante de R\$ 1.112 mil. Em função disto, em 31 de dezembro de 2011 os valores investidos nestas controladas estavam demonstrados no Passivo não circulante da Controladora, a título de Provisão para passivo a descoberto em controlada. Considerando os aportes efetuados em 2012, essa situação foi revertida. Segue a participação da Companhia nos resultados de suas controladas, no total de seus ativos e passivos, bem como o valor do Investimento:

	Valor do investimento					
	Ativo	Passivo	Prejuízo			
Em 31/12/2012						
Faixa I	31.605	(22.171)	(1.116)			9.434
Faixa II	25.362	(19.037)	(1.045)			6.325
Faixa III	39.886	(30.686)	(988)			9.200
Faixa IV	26.068	(17.367)	(982)			8.701
Faixa V	26.075	(20.359)	(1.112)			5.716
	148.996	(109.620)	(5.243)			39.376
Em 31/12/2011						
Faixa I	452	(670)	(268)			(218)
Faixa II	437	(665)	(279)			(228)
Faixa III	420	(635)	(265)			(215)
Faixa IV	411	(629)	(268)			(218)
Faixa V	403	(636)	(282)			(233)
	2.123	(3.235)	(1.362)			(1.112)

A Companhia não possui outros investimentos além das controladas integrais acima apresentadas e que são consolidadas para fins de apresentação dessas demonstrações financeiras.

### 8. Imobilizado

	Controladora		
	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em curso	Total
Custo			
Em 1ª de janeiro de 2012		756	756
Adições			
Em 31 de dezembro de 2012		756	756
	Consolidado		
	Adiantamentos a fornecedores	Imobilizado em curso	Total
Custo			
Em 1ª de janeiro de 2012		2.098	2.098
Adições	81.465	64.347	145.812
Em 31 de dezembro de 2012	81.465	66.445	147.910

### 9. Debêntures

	Consolidado	
	Encargos financeiros	2012 2011
Debêntures não conversíveis	150% do CDI	92.652

A Companhia emitiu em 26 de setembro de 2012 debêntures, simples e não conversíveis, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 91.000 mil. Estas debêntures têm prazo de vencimento de 12 meses, ressalvada a hipótese de liberação antecipada pelo BNDES e/ou pela SUDENE através do BNB de qualquer parcela do financiamento de longo prazo pleiteado pela Companhia.

### 10. Fornecedores e outras contas a pagar

	Consolidado	
	2012	2011
Fornecedores de ativo imobilizado	16.693	315
	16.693	315

**11. Capital social - (a) Capital social** - O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 47.830 mil e está representado por 14.926.295 ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal com direito a voto nas assembleias gerais da Companhia.

**(b) Aumento de Capital** - O aumento de capital poderá ser realizado mediante liberação do Conselho de Administração, a quem competirá estabelecer condições de emissão de novas ações, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, e além desse limite em Assembleias Gerais de acionistas. Em 2012 os acionistas autorizaram o aumento de capital social da Companhia em R\$ 128.300 mil mediante emissão de 10.876.295 novas ações, de classe ordinária nominativa, sem valor nominal. Nesse mesmo ato foi autorizada, com base no Art. 182 da Lei 6.404/76, a constituição de Reserva de Capital no montante de R\$ 15.750 mil, a ser constituída somente após a integralização plena do capital social subscrito.

**(c) Emissão de ações preferenciais classe A** - Em 2012 os acionistas da Companhia autorizaram a emissão de 14.926.295 ações preferenciais classe A, todas nominativas e sem valor nominal. Até 31 de dezembro de 2012, embora autorizada a emissão das ações, não havia sido efetuada, por parte dos acionistas, qualquer integralização de capital em função das ações preferenciais classe A. De acordo com o estatuto social da Companhia, essas ações terão direito a recebimento de dividendos fixos, prioritários e cumulativos a serem pagos anualmente, no último dia útil do mês de maio de cada ano. O Dividendo Fixo Cumulativo acima mencionado será o valor, em reais, equivalentes ao resultado de 150% da "Variação do Índice", que significa o fator cumulativo resultante das taxas médias referenciais dos depósitos interfinanceiros - CDI Extra Grupo, apuradas e divulgadas pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, com base em um ano de 252 dias úteis, expressas na forma percentual ao ano ("Índice"). Essas ações são resgatáveis mediante aprovação por maioria simples em Assembleia Geral Extraordinária. A Companhia entende, ainda, que a natureza dessas ações demonstra uma essência de dívida e não de capital, uma vez que não existe outra opção à Companhia que não a liquidação dos dividendos fixos cumulativos. Em função disso, quando de sua integralização, a classificação desses valores será demonstrada como passivo da Companhia, e não como Patrimônio Líquido.

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Serviços de terceiros			169	84
Viagens			96	
Outras	85	236	546	1.268
	85	236	811	1.352

### 13. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Despesa de juros sobre obrigações financeiras mensuradas pelo custo amortizado	(124)	(474)	(3.540)	(720)
Outras despesas financeiras			(1.178)	
Despesas financeiras	(124)	(474)	(4.718)	(720)
Receita de juros sobre ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado			46	
Outras receitas financeiras	5		36	
Receitas financeiras	5		82	
Despesas financeiras, líquidas	(119)	(474)	(4.636)	(720)

Rogério Augusto de Wallau

Luiz Galdino da Silva Neto

Contadora:

Raquel de Oliveira Freire

CRC-CE 017360/O-5

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas Eólica Faísas S.A. Examinamos as demonstrações financeiras da Eólica Faísas S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as demonstrações financeiras consolidadas da Eólica Faísas S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para pequenas e médias empresas - Pronunciamento Técnico CPC PME - "Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas", e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos auditores independentes** - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Opinião** - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Eólica S.A. e da Eólica Faísas S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis para pequenas e médias empresas. Recife, 10 de junho de 2013. PricewaterhouseCoopers - Auditores Independentes - CRC 2SP000160/O-5 "S" CE. José Vital Pessoa Monteiro Filho - Contador CRC 1PE016700/O-0 "S" CE.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 18/2013-SESA.** A Prefeitura Municipal de Ibiapina comunica aos interessados que estará recebendo até às 14:00h do dia 17 de Julho de 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Moisés Aarão s/n° - Centro - Ibiapina-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial n° 18/2013-SESA - Prestação dos serviços de preparo e fornecimento de refeições e lanches. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h. **Ibiapina, 04 de Julho de 2013. Flávia Maria Carneiro da Costa - Pregoeira.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA - CE - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N° 03/2013-SEAGRI.** A Prefeitura Municipal de Ibiapina comunica aos interessados que estará recebendo até às 10:00h do dia 17 de Julho de 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Moisés Aarão s/n° - Centro - Ibiapina-Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial n° 03/2013-SEAGRI - Aquisição de Tanque/pipa de 4.000L. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h. **Ibiapina, 04 de Julho de 2013. Flávia Maria Carneiro da Costa - Pregoeira.**

## ACQUA PRIME COMÉRCIO E SERVIÇOS HIDRAULICOS S/A CNPJ - 13.822.795/0001-65

## RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Acqua Prime Comércio e Serviços Hidraulicos S/A apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA

## BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em Reais)

ATIVO	2012	PASSIVO	2012
<b>CIRCULANTE</b>		<b>CIRCULANTE</b>	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	3.066,98	FORNECEDORES	18.751,89
CAIXA GERAL	536,56	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	26.770,18
BANCOS CONTA MOVIMENTO	2.530,42	<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>45.522,07</b>
CLIENTES Nota 3.2	6.132,93	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	320.014,85
ESTOQUES Nota 3.3	978,50	PARTES RELACIONADAS Nota 4	318.697,25
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	16.751,40	RECEITA DE EXERCÍCIO FUTURO	1.317,60
ADIANTAMENTOS PARA FUNCIONÁRIOS	1.767,68	<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>320.014,85</b>
IMPOSTOS A RECUPERAR	25.509,22	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>54.206,71</b>	CAPITAL SOCIAL Nota 6.1	336.917,00
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		PREJUÍZO DO EXERCÍCIO Nota 6.2	(294.106,02)
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>44.276,00</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>42.810,98</b>
PARTES RELACIONADAS Nota 4	44.276,00	<b>TOTAL DO PASSIVO E PAT.LÍQUIDO</b>	<b>408.347,90</b>
<b>IMOBILIZADO Nota 5</b>	<b>309.865,19</b>		
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>354.141,19</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>408.347,90</b>		

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em Reais)

	2012		2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA Nota 7	136.898,19	RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS	(532,45)
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(2.069,90)	RECEITAS FINANCEIRAS	450,16
<b>LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>134.828,29</b>	DESPESAS FINANCEIRAS	(982,61)
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>(419.686,55)</b>	<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE LUCRO</b>	<b>(285.390,71)</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(416.929,92)	DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE LUCRO Nota 3.7	(8.715,31)
DESPESAS COM VENDAS	(2.400,00)	<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(294.106,02)</b>
DESPESAS TRIBUTARIAS	(356,63)	<b>RESULTADO LÍQ.DO EXERCÍCIO p/ação</b>	<b>(0,873)</b>
<b>RESULT. ANTES DAS REC E DESP FINANCEIRAS</b>	<b>(284.858,26)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31/12/2012 (Valores Expressos em Reais)

	2012		2012
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDS. OPERACIONAIS</b>		<b>DISPONIB.LÍQ.GERADAS P/ATIV.OPERACS.</b>	<b>(283.440,80)</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(294.106,02)	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIM.</b>	
AJ.P/CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDS.		AQUIZILIZADO	(324.830,47)
GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		<b>DISP.LÍQ.GERADAS P/ATIV.INVESTIMENTOS</b>	<b>(324.830,47)</b>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	14.965,28	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANC.</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>(279.140,74)</b>	INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	20.000,00
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS CIRCULS.</b>		AUMENTO DE CAPITAL	316.917,00
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ESTOQUES	(978,50)	EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS	(44.276,00)
(AUM.) RED.EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(6.132,93)	EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	318.697,25
(AUM.) REDUÇÃO NOS IMPOSTOS A RECUPERAR	(25.509,22)	<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>611.338,25</b>
(AUM.)REDUÇÃO EM OUTRAS CONTAS A RECEBER	(18.519,08)	<b>DEMONST. DO AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>3.066,98</b>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM FORNECEDORES	18.751,89	NO FIM DO EXERCÍCIO	3.066,98
AUM.(RED.)IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PROVS.	26.770,18	<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIV. CAIXA</b>	<b>3.066,98</b>
AUMENTO (REDUÇÃO) EM OUTRAS CONTAS A PAG.	1.317,60		
<b>TOTAL</b>	<b>(4.300,06)</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31/12/2012 (Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC/PREJ ACUMS.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	-	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	20.000,00	-	-	-	20.000,00
AUMENTO DE CAPITAL	316.917,00	-	-	-	316.917,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	(294.106,02)	(294.106,02)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>336.917,00</b>	-	-	<b>(294.106,02)</b>	<b>42.810,98</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011 (Valores Expressos em Reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Sociedade ACQUA PRIME COMÉRCIO E SERVIÇOS HIDRÁULICOS S/A, sociedade anônima, com sede na cidade de Eusébio, Estado do Ceará, na Estrada Tapuio, 421, Tapuio, CEP 61760-000, inscrita no CNPJ(MF) sob nº 13.822.795/001-65, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0139074-3, por despacho de 30 de maio de 2011 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima em 04 de maio de 2012. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Comércio, representação, distribuição e transporte de água potável; b) Comércio de materiais hidráulicos; e c) Serviços de instalação e manutenção em equipamentos hidráulicos. Seu prazo de duração é indeterminado. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1 - Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2 - Contas a receber** - A sociedade tem direitos a receber referem-se as operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registradas pelos valores das notas fiscais. **3.3 - Estoques** - O estoque de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **3.4 - Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. A depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado, foi procedido em 2012, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar. **3.5 - Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, contas a receber e contas a pagar, empréstimos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado,

baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. **3.6 - Provisão para férias e encargos** - A sociedade constituiu mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos. **3.7 - Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro presumido. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.8 - Transações com Partes Relacionadas e Empréstimos com Terceiros** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. PARTES RELACIONADAS** - Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2012
<b>Ativo Não Circulante</b>	
<b>Empréstimos a Partes Relacionadas</b>	
Francisco Henrique Hissa Sampaio	44.276,00
	44.276,00
<b>Passivo Não Circulante</b>	
<b>Empréstimos</b>	
Agropaulo Agroindustrial S/A	318.697,25
	318.697,25

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 5. IMOBILIZADO**

Conta	ACQUA PRIME			
	2011	AQUISIÇÕES	BAIXAS	2012
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00	704,00	0,00	704,00
VEÍCULOS	0,00	167.800,00	0,00	167.800,00
MÁQS.E EQUIPAMS.	0,00	430,00	0,00	430,00
COMPUT.E EQ.PERIFS.	0,00	416,53	0,00	416,53
CONSTRUÇ.EM AND.	0,00	155.479,94	0,00	155.479,94
(-) DEPREC.ACUMULS.	0,00	-14.965,28	0,00	-14.965,28
IMOBILIZADO	0,00	309.865,19	0,00	309.865,19

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012
Saldo inicial	0
Aquisições	324.830,47
Baixas	0
Depreciações	14.965,28
	309.865,19

**NOTA 6. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 6.1 - Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 336.917,00 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e dezessete reais), representado por 336.917 (trezentos e trinta e seis mil, novecentos e dezessete) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios	Nº	Quotas	Capital (R\$)	Part%
Telles Fundo de Investimento	292.641		292.641,00	86,86
Francisco Henrique Hissa Sampaio	43.400		43.400,00	12,88
Samantha Nóbrega Hissa	876		876,00	0,26
<b>Total do Capital</b>	<b>336.917</b>		<b>336.917,00</b>	<b>100,00</b>

**6.2 - Prejuízo do Exercício** - O montante no valor de R\$ 294.106,02 (Duzentos e noventa e quatro mil, cento e seis reais e dois centavos) corresponde ao prejuízo do exercício.

**NOTA 7. RECEITA LÍQUIDA**

	2012
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>148.210,00</b>
(-) Deduções	11.312,03
Impostos e taxas	11.312,03
	<b>136.898,19</b>

**DIRETORIA**

**EVERARDO FERREIRA TELLES** - CPF 013.240.713-20

Diretor Presidente

**FRANCISCO HENRIQUE HISSA SAMPAIO**

CPF622.664.203-30-Diretor

**CONTADOR**

**SEBASTIÃO MAR-TINS DE OLIVEIRA JUNIOR**

CPF-245.739.903-30CRC/CE9828/O

\*\*\* \*\*

**YPLASTIC EMBALAGENS PLÁSTICAS S/A CNPJ - 15.293.108/0001-97**

**RELATORIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Yplastic Embalagens Plásticas S/A apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em Reais)**

ATIVO	2012	PASSIVO	2012
<b>CIRCULANTE</b>		<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.394,08	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	2.359.000,00
CAIXA GERAL	10.394,08		
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>10.394,08</b>	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.359.000,00</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.359.000,00</b>
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>2.348.605,92</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.359.000,00</b>
COMPUTADORES E PERIFERICOS	2.142,30		
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	311.074,22		
INSTALAÇÕES	4,35		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	1.987.485,64		
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	7.877,79		
VEÍCULOS PESADOS	890,77		
OUTROS	39.130,85		
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.348.605,92</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.359.000,00</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em Reais)**

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC/PREJ. ACUMULS.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	-	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	10.000,00	-	-	-	10.000,00
AUMENTO DE CAPITAL	2.349.000,00	-	-	-	2.349.000,00
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>2.359.000,00</b>	-	-	-	<b>2.359.000,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS**

A Sociedade Yplastic Embalagens Plásticas S/A foi fundada em 29 de fevereiro de 2012 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitada e transformada em Sociedade Anônima de Capital Fechado em Assembleia Realizada em 04 de Maio de 2012. Seu capital foi integralizado, exclusivamente, pelos sócios Everardo Ferreira Telles e Agropaulo Agroindustrial S/A., através da conferência de bens de sua propriedade, portanto não houve base tributária para nenhum um de seus Ativos, pois o valor utilizado foi o preço de aquisição sem geração de ganho de capital. O Balanço de abertura e as Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A empresa até o momento encontra-se em processo de implantação, portanto não apresenta nenhum valor referente a prejuízo operacional líquido, prejuízo de capital líquido, créditos tributários não utilizados e créditos fiscais estrangeiros, bem como quaisquer limites sobre os mesmos como também qualquer valor com referência a ganho ou perda de diferido, decorrente de qualquer operação anterior entre sociedades. **DIRETORIA: EVERARDO FERREIRA TELLES** - CPF 013.240.713-20 - Diretor Presidente; **ANDRE VIDAL JUNIOR** - CPF 241.992.063-53 - Diretor; **CONTADOR: SEBASTIÃO MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR** CPF-245.739.903-30 CRC/CE 9828/O

<b>PECÉM AGROINDUSTRIAL S/A</b> <b>CNPJ - 06.604.714/0001-95</b> <b>RELATORIO DA DIRETORIA</b>		
Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a PECÉM AGROINDUSTRIAL S/A apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA.		
<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO</b> <b>DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>		<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO</b> <b>INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011</b> <b>(Valores Expressos em Reais)</b>
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
CAIXA E EQUIVALENTE		
DE CAIXA Nota 4	3.138.910,20	4.071.984,46
CLIENTES Nota 3.2	20.803.630,95	7.116.782,29
ESTOQUES Nota 3.3	17.940.601,23	24.155.417,06
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	680.121,43	290.251,82
ADIANTAMENTOS PARA FUNCIONÁRIOS	39.707,07	3.595,23
IMPOSTOS A RECUPERAR	483.047,01	1.156.402,50
OUTRAS CONTAS A RECEBER Nota 5	1.200.076,10	200.076,10
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>44.286.093,99</b>	<b>36.994.509,46</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	4.917.009,20	1.552.915,71
DEPÓSITOS JUDICIAIS	102.851,43	97.176,27
PARTES RELACIONADAS Nota 6	4.814.157,77	1.455.739,44
INVESTIMENTOS Nota 3.4	<b>289.609,07</b>	<b>257.759,62</b>
IMOBILIZADO Nota 8	<b>10.802.554,17</b>	<b>12.531.914,64</b>
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>16.009.172,44</b>	<b>14.342.589,97</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>60.295.266,43</b>	<b>51.337.099,43</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		
FORNECEDORES	600.535,77	3.192.227,17
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	9.019.062,00	57.162,94
FINANCIAMENTOS Nota 7	1.574.133,65	2.628.030,08
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.007.255,20	967.334,90
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>12.200.986,62</b>	<b>6.844.755,09</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	7.283.872,82	6.620.221,47
ICMS DIFERIDO PROVIN/FDI	7.283.872,82	6.378.431,50
PARTES RELACIONADAS Nota 6	-	241.789,97
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.283.872,82</b>	<b>6.620.221,47</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
CAPITAL SOCIAL Nota 9.1	35.527.426,00	35.527.426,00
RESERVA DE LUCROS Nota 9.2	5.282.980,99	2.344.696,87
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>40.810.406,99</b>	<b>37.872.122,87</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>60.295.266,43</b>	<b>51.337.099,43</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b> <b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011</b> <b>(Valores Expressos em Reais)</b>		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b> Nota 10	<b>46.041.778,65</b>	<b>27.699.657,60</b>
CUSTOS DOS PRODUTOS VENDIDOS	(32.591.471,40)	(26.399.316,90)
<b>LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>13.450.307,25</b>	<b>1.300.340,70</b>
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b> Nota 3.1	<b>(11.050.721,13)</b>	<b>1.037.644,57</b>
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(11.856.797,66)	(2.429.839,62)
DESPESAS COM VENDAS	(728.690,13)	(714.980,35)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(189.850,42)	(123.025,26)
OUTRAS DESPESAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	1.724.617,08	4.305.489,80
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.399.586,12</b>	<b>2.337.985,27</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>810.203,68</b>	<b>479.228,64</b>
RECEITAS FINANCEIRAS	1.092.630,03	930.912,07
DESPESAS FINANCEIRAS	(282.426,35)	(451.683,43)
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO</b>	<b>3.209.789,80</b>	<b>2.817.213,91</b>
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE LUCRO Nota 3.10	(271.505,68)	(327.257,50)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> Nota 9.2	<b>2.938.284,12</b>	<b>2.489.956,41</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b> por ação	<b>0,083</b>	<b>0,070</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
RESULTADO DO EXERCÍCIO	2.938.284,12	2.489.956,41
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	52.691,30
AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2.735.237,05	3.032.818,20
DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO	2.735.237,05	3.032.818,20
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	(2.859.078,88)
<b>TOTAL</b>	<b>5.673.521,17</b>	<b>2.716.387,03</b>
<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ESTOQUES	6.214.815,83	(2.493.902,67)
(AUMENTO) REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	(13.686.848,66)	3.524.573,54
(AUMENTO) REDUÇÃO NOS IMPOSTOS A RECUPERAR	673.355,49	378.463,18
(AUMENTO) REDUÇÃO EM OUTRAS CONTAS A RECEBER	(431.656,61)	126.014,06
AUMENTO (REDUÇÃO) EM FORNECEDORES	(2.591.691,40)	(12.704.319,58)
AUMENTO (REDUÇÃO) IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PROVISÕES	945.361,62	(1.148.119,93)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CONTAS A PAGAR	8.961.899,06	(193.756,24)
<b>TOTAL</b>	<b>85.235,33</b>	<b>(12.511.047,64)</b>
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>5.758.756,50</b>	<b>(9.794.660,61)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>		
APLICAÇÕES EM INVESTIMENTOS	-	-
POR INCENTIVOS FISCAIS	(31.849,45)	(80.568,63)
AQUISIÇÕES E BAIXAS DO IMOBILIZADO	(1.005.876,58)	(3.895.377,80)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>(1.037.726,03)</b>	<b>(3.975.946,43)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
AUMENTO DE CAPITAL	-	26.729.587,55
EMPRÉSTIMOS A TERCEIROS	(1.000.000,00)	-
EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS	(3.358.418,33)	(1.455.739,44)
FINANCIAMENTOS COM TERCEIROS	(1.053.896,43)	(519.857,26)
EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	(241.789,97)	(11.126.864,09)
<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(5.654.104,73)</b>	<b>13.627.126,76</b>
<b>DEMONST. DO AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>(933.074,26)</b>	<b>(143.480,28)</b>
NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	4.071.984,46	4.215.464,74
NO FIM DO EXERCÍCIO	3.138.910,20	4.071.984,46
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>(933.074,26)</b>	<b>(143.480,28)</b>
As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
(Valores Expressos em Reais)

	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RES. DE REAV. REVAL.</b>	<b>RES. DE LUCROS</b>	<b>RES. DE CAPITAL</b>	<b>LUC/PREJ ACUM.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>8.075.475,00</b>	<b>2.859.078,88</b>	<b>722.363,45</b>	<b>(197.950,84)</b>	<b>11.458.966,49</b>	
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	52.691,30	52.691,30
AUMENTO DE CAPITAL	27.451.951,00	-	(722.363,45)	-	-	26.729.587,55
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	(2.859.078,88)	-	-	-	(2.859.078,88)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	2.489.956,41	2.489.956,41
DESTINAÇÃO PROPOSTA:						
RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	-	-	1.671.329,06	-	(1.671.329,06)	-
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	-	673.367,81	-	(673.367,81)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>35.527.426,00</b>	<b>-</b>	<b>2.344.696,87</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>37.872.122,87</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	2.938.284,12	2.938.284,12
DESTINAÇÃO PROPOSTA:						
RESERVA DE INCENTIVOS FISCAIS	-	-	1.868.552,56	-	(1.868.552,56)	-
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	-	1.069.731,56	-	(1.069.731,56)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>35.527.426,00</b>	<b>-</b>	<b>5.282.980,99</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>40.810.406,99</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011**  
(VALORES EXPRESSOS EM REAIS)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Sociedade PECÉM AGROINDUSTRIAL S/A, estabelecida na cidade de São Gonçalo do Amarante, estado do Ceará na Estrada Catuana Pecém, s/n Km 12 – Pecém – CEP: 62.670-000, inscrita no CNPJ(MF) nº 06.604.714/0001-95, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0020938-7, por despacho de 12 de Fevereiro de 1981 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima de capital fechado em 02 de Abril de 2012. A sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Exploração agrícola da cana-de-açúcar, mandioca e outros produtos básicos; b) Industrialização de aguardente, álcool hidratado, papel e papelão; c) Exploração da piscicultura (criação e reprodução de peixes); d) Exploração dos serviços de beneficiamento de peixes; e) Fabricação e comercialização de ração animal; e f) Exportação de produtos de origem animal. Seu prazo de duração é indeterminado.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

**NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2. Contas a receber** - A sociedade tem direitos a receber referem-se as operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registradas pelos valores das notas fiscais. **3.3. Estoques** - O estoque de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **3.4. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. A Depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado, foi procedido em 2012, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar. **3.5. Formação de Culturas Permanentes** - Culturas permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribuímos às culturas permanentes uma duração mínima de cinco anos. Do nosso ponto de vista basta apenas a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para ser permanente. No caso da cultura de cana de açúcar, os custos necessários para a formação da cultura são considerados Ativos Permanentes – Imobilizado. Os principais custos são: adubação, formicidas, forragem, fungicidas, herbicidas, mão-de-obra, encargos sociais, manutenção, arrendamento de equipamentos, preparo do solo, serviços de terceiros, sementes, mudas, irrigação, produtos químicos, depreciação de equipamentos utilizados na cultura etc. **3.6. Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de

instrumentos financeiros similares. **3.7. Financiamentos** - Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros incorridos. **3.8. Provisão para férias e encargos** - A sociedade constituiu mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.10. Transações com Partes Relacionadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Caixa	142.314,62	244.490,14
Bancos conta movimento	124.323,44	73.894,21
Aplicações financeiras	2.872.272,14	3.753.600,11
	3.138.910,20	4.071.984,46
Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.		
	<b>2012</b>	<b>2011</b>
Banco HSBC		2.584.564,76
Banco do Brasil	2.872.272,14	1.169.035,35
	2.872.272,14	3.753.600,11

**NOTA 5. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Terceiros</b>		
RV Consultoria	1.200.076,10	200.076,10
	1.200.076,10	200.076,10
Não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.		

**NOTA 6. PARTES RELACIONADAS**

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Partes Relacionadas</b>		
Everardo Ferreira Telles	1.385.340,00	1.385.340,00
Agropaulo Agroindustrial S/A	3.428.817,77	70.399,44
	4.814.157,77	1.455.739,44
<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos de Partes Relacionadas</b>		
Agropaulo Agroindustrial S/A		11.789,06
Telles Participações e Negócios S/A		230.000,00
		241.789,97
Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.		

**NOTA 7. FINANCIAMENTOS**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Passivo Circulante</b>		
<b>Financiamentos com Imobilizado</b>		
HSBC Bank Brasil S/A	1.574.133,65	2.628.030,08
	1.574.133,65	2.628.030,08

## NOTA 8. IMOBILIZADO

Conta	PECEM		2012	
	2011	AQUISIÇÃO	EXCLUSÃO	2012
IMÓVEIS	194.484,62	0,00	0,00	194.484,62
MOV.E UTENSÍLIOS	145.433,09	8.158,44	0,00	153.591,53
VEICULOS	1.035.275,89	135.383,87	226.223,88	944.435,88
FERR.E UTENSÍLIOS	13.880,88	873,99	0,00	14.754,87
INSTALAÇÕES	383.310,20	0,00	0,00	383.310,20
MÁQ.E EQUIPAMS.	23.570.517,48	268.827,50	249.060,00	23.590.284,98
AERONAVES	5.366,73	0,00	0,00	5.366,73
COMPUTADS.E EQ.PER.	54.591,13	9.340,51	1.010,00	62.921,64
TRATORES E EQ.	96.271,30	0,00	0,00	96.271,30
TERRAS E TERRENOS	1.577.816,41	0,00	232.730,96	1.345.085,45
FUND.DAS CULTURAS	4.653.515,24	3.322.992,00	2.674.572,00	5.301.935,24
EDIFICAÇÕES E OBRAS	757.008,71	0,00	0,00	757.008,71
IMPLEMS.AGRÍCOLAS	2.248.484,23	84.151,72	0,00	2.332.635,95
MAQS.E ACESSÓRIOS	19.862,61	0,00	0,00	19.862,61
CONSTRUÇS.EM AND.	402.673,96	83.142,56	0,00	485.816,52
(-)DEPR.ACUMULS.	-22.349.102,50	476.602,83	1.665.471,61	-23.537.971,28
(-)AMORT.ACUMUL.	-395.788,68	0,00	1.069.765,44	-1.465.554,12
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>12.531.914,64</b>	<b>4.389.473,42</b>	<b>6.118.833,89</b>	<b>10.802.554,17</b>

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012
Saldo inicial	12.531.914,64
Aquisições	4.389.473,42
Baixas	6.118.833,99
	10.802.554,17

**NOTA 9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 9.1 Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 35.527.426,00 (trinta e cinco milhões, quinhentos e vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e seis reais), representado por 35.527.426 (trinta e cinco milhões, quinhentas e vinte e sete mil, quatrocentas e vinte e seis) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Sócios:	Nº Quotas	Capital (R\$)	Part%
Telles Fundo de Investimento	33.686.039	33.686.039,00	99,273
Everardo Ferreira Telles	1.841.837	1.841.387,00	0,727
<b>Total do Capital</b>	<b>35.527.426</b>	<b>35.527.426,00</b>	<b>100,000</b>

**9.2. Reservas de Lucro** - O montante no valor R\$ 5.282.980,99 (Cinco milhões, duzentos e oitenta dois mil, novecentos e oitenta reais e noventa nove centavos), corresponde a reservas de incentivos fiscais no valor de R\$ 3.539.881,62 e aos lucros remanescentes, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros ou prejuízos acumulados. **NOTA 10. RECEITA LÍQUIDA**

	2012	2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>64.817.737,61</b>	<b>40.821.192,29</b>
<b>(-) Deduções</b>	<b>17.150.610,92</b>	<b>13.121.534,69</b>
Descontos Concedidos	756.025,09	1.182.784,21
Devoluções de venda	2.841.313,00	177.313,85
Impostos	13.553.272,83	11.761.436,63
	32.591.471,40	26.399.316,90

EVERARDO FERREIRA TELLES - Diretor Presidente - CPF 013.240.713-20, JOSÉ CUNHA LIMA Diretor - CPF 002.991.703-49.  
Sebastião Martins de Oliveira Junior CPF-245.739.903-30 - CRC/CE 9828/O

\*\*\* \*\*

**Ata da 81ª Reunião do Conselho de Administração da Ducoco Produtos Alimentícios S/A, realizada em 1º de Março de 2013.** CNPJ nº 09.426.032/0001-28 E NIRC nº 23300005678. **Data, Local e Hora:** 1º de março de 2013, na Sede da Sociedade à Av. Anastácio Braga, 2776 - Itapipoca - CE, CEP 62050-000 às 17:30 horas. **Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Foram eleitos para compor a mesa, na qualidade de Presidente, Sr. Eduardo Rosa Pinheiro e na qualidade de Secretário o Sr. Marcos Antonio Frota Rosa. **Ordem do Dia:** a) Eleição do Presidente Executivo para ocupar o cargo vago; e b) Ratificação da composição da Diretoria. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberam o quanto segue: a) Eleger, para o cargo vago de Presidente Executivo o Sr. **Flavio Nelson Fernandes**, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente a domicílio à Rua Miralta, nº 35, apto. 03, CEP 05460-020, São Paulo - SP, inscrito no CPF sob o nº 132.427.168-09, e portador do RG nº 16.733.439 SSP/SP, que ocupará o cargo pelo prazo restante do mandato do Presidente Executivo, ou seja, até 30 de abril de 2015, ou até a (re) eleição e posse da nova Diretoria. c) Ratificar a composição da atual Diretoria assim composta, que exercerá o mandato até 30 de abril de 2015 ou até a (re) eleição e posse da nova Diretoria: - **Presidente Executivo: Flavio Nelson Fernandes**, brasileiro, solteiro, engenheiro, residente e domiciliado à Rua Miralta, nº 35, apto. 03, CEP 05460-020, São Paulo - SP, inscrito no CPF sob o nº 132.427.168-09, e portador do RG nº 16.733.439 SSP/SP. - **Diretor Industrial: Mario Vital Domingues da Silva**, brasileiro, divorciado, engenheiro químico, portador do RG nº 94002543336, SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 198.419.064-49, residente e domiciliado na Rua Liberato Carvalho Leite, 33 Apt. 82, Bairro Vila Suzana, CEP 05630-100, São Paulo/SP. - **Diretor Financeiro: Christian Wilhelm Hirtzbruch**, alemão, casado, administrador, portador do R.N.E. nº W204082-F e inscrito no CPF sob o nº 195.797.828-73, residente e domiciliado na Rua Coronel Oscar Porto, nº 208 Apt. 252 Bloco B, Paraíso, CEP 04003-00, São Paulo - SP, e. - **Diretor de Logística e Abastecimento e Diretor Comercial:** cargos vagos cujas atribuições e atos ficarão sob responsabilidade do Presidente Executivo. O Diretor ora eleito, neste ato e/ou por declaração própria, tomou ciência de sua eleição e a aceitou, declarando conhecer plenamente a legislação, preencher todos os requisitos legais para o exercício do respectivo cargo e não estar incurso em qualquer crime que o impeça de exercer atividades mercantis. **Dissidências:** Não houve dissidências, nem votos em contrário. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes. **Assinaturas dos Membros do Conselho de Administração:** Eduardo Rosa Pinheiro, Nelson Nogueira Pinheiro, Marta Maria Rosa Pinheiro e Marcos Antônio Frota Rosa. **Assinatura do Diretor Eleito:** Flávio Nelson Fernandes. Confere com o original lavrado em Livro Próprio. **Eduardo Rosa Pinheiro** - Presidente, **Marcos Antonio Frota Rosa** - Secretário, **Flávio Nelson Fernandes** - Presidente Executivo. **JUCEC**, Certifico o registro em 26/04/2013, sob Nº 20130425699. **Haroldo Fernandes Moreira** - Secretário-Geral. **JUCEES** - Certifico registro em: 03/06/2013, sob nº 20130458910. **Paulo Cezar Juffo** - Secretário-Geral.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de São Luis do Curu - Pregão Presencial Nº. 005/13-PP-PF. Objeto:** contratação de empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas Nacional para atendimento das necessidades da Prefeitura Municipal de São Luis do Curu. Credenciamento, recebimento das propostas e habilitação: dia 18 de julho de 2013, às 09:30h. Sala de Licitação - Rua Rochael Moreira, 98, Centro. Informações: fone (85)-33551015, Ramal 226, de segunda a sexta das 08:00 às 12:00h. **São Luís do Curu - Ce, 05 de julho de 2013. Deulon Alves Gomes Herculano - Pregoeiro.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL DE PREÇOS Nº 2013.07.02.001.** O Pregoeiro do Município de Chorozinho torna público que no dia 17 de julho de 2013 às 09h00min dará início à licitação acima cujo **objeto** é a Locação do Sistema de Controle Interno de Diversas Secretarias, conforme Termo de Referência. Maiores informações serão obtidas junto à Comissão de 08h00min às 12h00min, sito a Av. Raimundo Simplício de Carvalho, S/N - Vila Requeijão. **Chorozinho - CE, 03.07.2013. Adson Costa Chaves - Pregoeiro**

## HALLEY TRANSPORTES PROPAGANDA E MARKETING S/A.

CNPJ - 10.483.071/0001-46

## RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a HALLEY TRANSPORTES PROPAGANDA E MARKETING S/A. apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)		
	2012	2011		2012	2011
<b>ATIVO</b>			<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>CIRCULANTE</b>			RESULTADO DO EXERCÍCIO	8.208.575,33	15.362.547,18
CAIXA E EQUIVALENTE			AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	62.843,92
DE CAIXA Nota 4	9.389.477,83	8.620.786,38	AJUSTES PARA CONCILIAR O RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
CLIENTES Nota 3.2	3.542.576,58	6.489.542,30	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	477.619,33	1.433.652,67
ESTOQUES Nota 3.3	77.329,21	57.381,03	DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	426.564,21	444.073,44
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	186.472,76	14.232,00	<b>TOTAL</b>	<b>9.112.758,87</b>	<b>17.303.117,21</b>
ADIANTAMENTOS PARA FUNCIONÁRIOS	102.014,81	50.136,05	<b>VARIACIONES NOS ATIVOS E PASSIVOS</b>		
IMPOSTOS A RECUPERAR	178.196,00	197.274,96	(AUMENTO) REDUÇÃO NOS ESTOQUES	(19.948,18)	48.024,60
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS Nota 3.4	1.514.700,00	-	(AUMENTO) REDUÇÃO EM CONTAS A RECEBER		
DESPESAS ANTECIPADAS	60.714,94	-	DE CLIENTES	2.946.965,72	681.640,12
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>15.051.482,13</b>	<b>15.429.352,72</b>	(AUMENTO) REDUÇÃO NOS IMPOSTOS A RECUPERAR (AUMENTO) REDUÇÃO EM OUTRAS CONTAS A RECEBER	(4.120,90)	(20.545,17)
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			AUMENTO (REDUÇÃO) EM FORNECEDORES	(291.432,67)	202.968,36
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	10.282.765,96	22.921.843,66	AUMENTO (REDUÇÃO) EM IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES E PROVISÕES	10.587,62	(767.145,55)
DEPÓSITOS JUDICIAIS	29.308,16	22.709,95	AUMENTO (REDUÇÃO) EM OUTRAS CONTAS A PAGAR	233.098,27	167.487,76
PARTES RELACIONADAS Nota 5	10.196.180,75	22.865.056,52	<b>TOTAL</b>	<b>2.268.486,21</b>	<b>(33.347.164,95)</b>
IMPOSTOS A RECUPERAR	57.277,05	34.077,19	<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>11.381.245,08</b>	<b>(16.044.047,74)</b>
INVESTIMENTOS Nota 3.5	1.895.507,17	2.373.126,50	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>		
IMOBILIZADO Nota 7	24.475.144,35	2.512.373,14	INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS	-	360.290,08
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>36.653.417,48</b>	<b>27.807.343,30</b>	TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	(1.514.700,00)	-
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>51.704.899,61</b>	<b>43.236.696,02</b>	AQUISIÇÕES E BAIXAS DO IMOBILIZADO	(22.389.335,42)	79.067,36
<b>PASSIVO</b>			<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>(23.904.035,42)</b>	<b>439.357,44</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
FORNECEDORES	268.066,45	257.478,83	EMPRÉSTIMOS A PARTES RELACIONADAS	12.668.875,77	(5.760.940,73)
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	58.723,90	6.778,25	FINANCIAMENTOS	14.559.096,15	-
FINANCIAMENTOS Nota 6	14.559.096,15	-	DIVIDENDOS PROPOSTOS	(15.000.000,00)	-
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	1.419.887,12	1.186.788,85	EMPRÉSTIMOS COM PARTES RELACIONADAS	1.063.509,87	(6.070.262,36)
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>16.305.773,62</b>	<b>1.451.045,93</b>	<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>13.291.481,79</b>	<b>(11.831.203,09)</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>DEMONST. DO AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>768.691,45</b>	<b>(27.435.893,39)</b>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.535.466,50	1.130.565,93	NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	8.620.786,38	36.056.679,77
OUTRAS CONTAS A PAGAR	77.262,21	735.871,51	NO FIM DO EXERCÍCIO	9.389.477,83	8.620.786,38
PARTES RELACIONADAS Nota 5	1.458.204,29	394.694,42	<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>768.691,45</b>	<b>(27.435.893,39)</b>
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.535.466,50</b>	<b>1.130.565,93</b>			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
CAPITAL SOCIAL Nota 8.1	25.229.000,00	25.229.000,00			
RESERVA DE LUCROS Nota 8.2	8.634.659,49	15.426.084,16			
<b>TOTAL DO PATR.LÍQUIDO</b>	<b>33.863.659,49</b>	<b>40.655.084,16</b>			
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>51.704.899,61</b>	<b>43.236.696,02</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>					
	2012	2011			
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA Nota 9</b>	<b>27.716.506,19</b>	<b>32.412.326,04</b>			
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(8.205.305,64)	(2.538.485,96)			
<b>LUCRO BRUTO DO EXERCÍCIO</b>	<b>19.511.200,55</b>	<b>29.873.840,08</b>			
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS Nota 3.1</b>	<b>(10.910.825,77)</b>	<b>(14.365.458,35)</b>			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(8.822.576,92)	(12.705.090,41)			
DESPESAS COM VENDAS	(1.624.038,13)	-			
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(262.844,35)	(254.715,27)			
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	(477.619,33)	(1.443.652,67)			
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	-	-			
OUTRAS RECS. OPERACIONAIS	276.252,96	38.000,00			
<b>RESULT. ANTES DAS REC. E DESP. FINANCEIRAS</b>	<b>8.600.374,78</b>	<b>15.508.381,73</b>			
<b>RECS. E DESP. FINANCEIRAS</b>	<b>1.161.145,52</b>	<b>1.492.229,81</b>			
RECEITAS FINANCEIRAS	1.757.487,60	1.696.889,71			
DESPESAS FINANCEIRAS	(596.342,08)	(204.659,90)			
<b>RESULTADO ANTES DOS TRIB SOBRE O LUCRO</b>	<b>9.761.520,30</b>	<b>17.000.611,54</b>			
DESPESAS COM TRIBUTOS SOBRE LUCRO Nota 3.9	(1.552.944,97)	(1.638.064,36)			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO Nota 8.2</b>	<b>8.208.575,33</b>	<b>15.362.547,18</b>			
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO por ação</b>	<b>0,325</b>	<b>0,609</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012/ 2011

(Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES.DE LUCRO	RES.DE CAPITAL	LUC/PREJ ACUM.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>14.313.905,00</b>	<b>10.915.788,06</b>	-	-	<b>25.229.693,06</b>
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	62.843,92	-	-	62.843,92
AUMENTO DE CAPITAL	10.915.095,00	(10.915.095,00)	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	15.362.547,18	15.362.547,18
DESTINAÇÃO PROPOSTA:					
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	15.362.547,18	(15.362.547,18)	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>25.229.000,00</b>	<b>15.426.084,16</b>	-	-	<b>40.655.084,16</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	8.208.575,33	8.208.575,33
DESTINAÇÃO PROPOSTA:					
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	8.208.575,33	(8.208.575,33)	-	-
DIVIDENDOS	-	(15.000.000,00)	-	-	(15.000.000,00)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>25.229.000,00</b>	<b>8.634.659,49</b>	-	-	<b>33.863.659,49</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011

(Valores Expressos em Reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Sociedade HALLEY TRANSPORTES PROPAGANDA E MARKETING S/A., inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 10.483.071/0001-46, estabelecida na cidade de Fortaleza, estado do Ceará, Rua Afonso Henrique, 1285 - Bairro: Messejana - CEP: 60.844-120, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0031847-0, por despacho de 04/04/1986 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima em 16 de março de 2012. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Transporte de cargas comerciais, exceto o transporte de resíduos sólidos e/ou de produto perigoso, de quaisquer espécie ou origem; b) Serviços de locação de mão-de-obra para capatazia; c) Serviços de propaganda, marketing e veiculação publicitária".

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

**NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - **3.1. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2. Contas a receber** - A sociedade tem direitos a receber referem-se as operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registradas pelos valores das notas fiscais. **3.3. Estoques** - O estoque de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **3.4. Títulos e Valores Mobiliários** - Representam as aplicações em fundo de ações da instituição intermediadora BB Banco de Investimentos S/A. **3.5. Investimentos** - A empresa não mais possui os investimentos na controlada Aguardante dos Poções Ltda. Nos exercícios de 2012 e 2011 os mesmos foram avaliados por equivalência patrimonial. Os demais investimentos permanentes são avaliados ao custo de aquisição deduzido de provisão para redução do valor recuperável, quando aplicável. **3.6. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. A Depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado, foi procedido em 2012, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar. **3.7. Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em

taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. **3.8. Financiamentos** - Estão demonstrados pelos valores de contratação acrescidos dos encargos pactuados e incluem juros. **3.9. Provisão para férias e encargos** - A sociedade constituiu mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos. **3.10. Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro presumido. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.11. Transações com Partes Relacionadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA**

	2012	2011
Caixa	92.190,76	18.101,80
Bancos conta movimento	61.128,30	837.455,52
Aplicações financeiras	9.236.158,77	6.711.671,06
	7.567.228,38	7.567.228,38

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	2012	2011
Banco do Brasil	2.926.888,35	
Banco Safra	348.060,95	321.050,20
Pactual Asset Management	5.961.209,47	6.390.620,86
	9.236.158,77	6.711.671,06

**NOTA 5. PARTES RELACIONADAS**

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2012	2011
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Partes Relacionadas</b>		
Naturágua Águas Minerais Ind. e Com. S/A	10.005.015,75	
Agropaulo Agroindustrial S.A.		2.127.198,98
Telles Participações e Negócios S.A.		20.423.215,75
Aguardante dos Poções Ltda.		314.641,79
H & G Fomento Ltda	191.165,00	
	10.196.180,75	22.865.056,52
<b>Passivo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos de Partes Relacionadas</b>		
Agropaulo Agroindustrial S/A	1.458.204,29	394.694,42

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 6. FINANCIAMENTOS**

	2012	2011
<b>Passivo Circulante</b>		
<b>Financiamentos com Imobilizado</b>		
Banco Bradesco S/A	14.559.096,15	
	14.559.096,15	

## NOTA 7. IMOBILIZADO

Conta	2011	AQUISIÇÕES	EXCLUSÃO	2012
MOVEIS E UTENSILIOS	11.071,64	5.880,00	11.071,64	5.880,00
VEICULOS	3.992.261,08	1.117.432,42	450.345,38	4.659.348,12
FERRAMENTAS E UTENSILIOS	7.384,56		7.384,56	0,00
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	20.863,76	1.878,04	20.863,76	1.878,04
AERONAVES	0,00	21.295.348,37	0,00	21.295.348,37
COMPUTS.E EQUIPAMS.PERIFERICOS	270,00	0,00	270,00	0,00
TERRAS E TERRENOS	1.629.000,00	0,00	0,00	1.629.000,00
(-)DEPRECIACÕES ACUMULADAS	-3.155.450,95	458.731,93	426.564,21	-3.123.283,23
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>2.512.373,14</b>	<b>22.879.270,76</b>	<b>916.499,55</b>	<b>24.475.144,35</b>

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	<b>2012</b>
Saldo inicial	5.660.851,04
Aquisições	22.420.538,83
Baixas	489.935,34
Depreciações	3.116.310,18
	<b>24.475.144,35</b>

**NOTA 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 8.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$25.229.000,00 (vinte e cinco milhões e duzentos e vinte e nove mil reais), dividido em 25.229.000 (vinte e cinco milhões e duzentas e vinte e nove mil) quotas da capital de valor unitário R\$1,00 (um real), cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

	<b>Nº Quotas</b>	<b>Capital (R\$)</b>	<b>Part%</b>
<b>Sócios:</b>			
Telles Participações e Negócios S/A	24.670.936	24.670.936,00	97,788
Everardo Ferreira Telles	558.064	558.064,00	2,212
<b>Total do Capital</b>	<b>25.229.000</b>	<b>25.229.000,00</b>	<b>100,000</b>

**8.2. Reservas de Lucros** - O montante no valor R\$ 8.634.659,50 (Oito milhões, seiscentos e trinta quatro mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e cinquenta centavos), corresponde aos lucros remanescente, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

**NOTA 9. RECEITA LÍQUIDA**

	<b>2012</b>	<b>2011</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>32.124.817,76</b>	<b>37.150.893,18</b>
<b>(-) Deduções</b>		
Impostos e taxas	4.408.311,57	4.738.567,14
	27.716.506,19	32.412.326,04

EVERARDO FERREIRA TELLES - Diretor Presidente - CPF 013.240.713-20, SÉRGIO KIROV FERREIRA - Diretor - CPF 026.525.363-20.  
Sebastião Martins de Oliveira Junior CPF-245.739.903-30 - CRC/CE 9828/O

\*\*\* \*\*

**IPARK ENTRETENIMENTOS S/A CNPJ - 15.320.814/0001-80**

**RELATORIO DA DIRETORIA**

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Ipark Entretenimentos S/A apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA

**BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em Reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>2012</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2012</b>
<b>CIRCULANTE</b>			
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	10.795,06		
CAIXA GERAL	10.795,06	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>10.795,06</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>1.050.204,94</b>		
COMPUTADORES E PERIFERICOS	36.514,46	CAPITAL SOCIAL	1.061.000,00
INSTALAÇÕES	69.538,30		
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	100.505,60		
MOVEIS E UTENSÍLIOS	296.259,23		
TRATORES E EQUIPAMENTOS	44.293,62	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.061.000,00</b>
VEÍCULOS	13.371,93		
OUTROS	489.721,80		
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.050.204,94</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>1.061.000,00</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>1.061.000,00</b>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (Valores Expressos em Reais)**

	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RES. DE LUCROS</b>	<b>RES. DE CAPITAL</b>	<b>LUC/PREJ. ACUMS.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	-	-	-	-	-
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	10.000,00	-	-	-	10.000,00
AUMENTO DE CAPITAL	1.051.000,00	-	-	-	1.051.000,00
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>1.061.000,00</b>	-	-	-	<b>1.061.000,00</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS**

A Sociedade Ipark Entretenimentos S/A foi fundada em 29 de fevereiro de 2012 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitada e transformada em Sociedade Anônima de Capital Fechado em Assembleia Realizada em 04 de Maio de 2012. Seu capital foi integralizado, exclusivamente, pelos sócios Everardo Ferreira Telles e Agropaulo Agroindustrial S/A., através da conferência de bens de sua propriedade, portanto não houve base tributária para nenhum um de seus Ativos, pois o valor utilizado foi o preço de aquisição sem geração de ganho de capital. O Balanço de abertura e as Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A empresa até o momento encontra-se em processo de implantação, portanto não apresenta nenhum valor referente a prejuízo operacional líquido, prejuízo de capital líquido, créditos tributários não utilizados e créditos fiscais estrangeiros, bem como quaisquer limites sobre os mesmos como também qualquer valor com referencia a ganho ou perda de diferido, decorrente de qualquer operação anterior entre sociedades. **DIRETORIA: EVERARDO FERREIRA TELLES** - CPF 013.240.713-20 - Diretor Presidente; **ANDRE VIDAL JUNIOR** - CPF 241.992.063-53 - Diretor; **CONTADOR: SEBASTIÃO MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR** CPF-245.739.903-30 CRC/CE 9828/O

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJEIRO - Pregão Presencial Nº 011.036/2013. Objeto:** Aquisição de material de limpeza, higiene, expediente, permanente, informática, consumo e outros, para atender as necessidades das diversas Secretarias do Município de Granjeiro, CONFORME Especificação em anexo. Data da Abertura: 17-07-2013, às 08h30min, os interessados poderão obter informações no horário de expediente das 08h00min às 12h00min, local Rua David Granjeiro, 104, Centro Granjeiro - CE.

**CENTRAL EÓLICA SÃO JORGE S/A** - Torna público que recebeu da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a Licença de Instalação nº 123/2013 - DICOP-GECON, válida até 20/06/2016, referente a implantação de uma Linha de Transmissão de energia elétrica de 34,5KV, com extensão de aproximadamente 13,10 Km, interligando a CGE São Jorge à Subestação SE-Faisa, no município de Trairi/CE. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.

## FIEL - FORTALEZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A.

CNPJ - 07.374.549/0001-95

## RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Fiel - Fortaleza Importação e Exportação S/A. apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)		DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)			
	2012	2011			
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
CAIXA E EQUIVALENTE			<b>FLUXOS DE CAIXA DAS</b>		
DE CAIXA Nota 4	8.017.428,15	6.615.871,62	<b>ATIVIDADES</b>		
CLIENTES Nota 3.2	11.431.020,32	11.411.707,67	<b>OPERACIONAIS</b>		
ESTOQUES Nota 3.3	4.947,13	208.967,87	RESULTADO DO EXERCÍCIO	15.475.851,25	12.549.435,71
ADIANTAMENTOS A			AJUSTES PARA CONCILIAR O		
FORNECEDORES	1.908,91	546,00	RESULTADO ÀS		
ADIANTAMENTOS PARA			DISPONIBILIDADES		
FUNCIONÁRIOS	-	542,21	GERADAS PELAS		
IMPOSTOS A RECUPERAR	372.103,64	344.812,10	ATIVIDADES		
DESPESAS ANTECIPADAS	19.214,82	29.508,57	<b>OPERACIONAIS</b>		
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>19.846.622,97</b>	<b>18.611.956,04</b>	DEPRECIACÃO		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			E AMORTIZAÇÃO	231.134,95	542.392,58
REALIZÁVEL A			<b>TOTAL</b>	<b>15.706.986,20</b>	<b>13.091.828,29</b>
LONGO PRAZO	37.213.036,84	36.291.525,16	<b>VARIAÇÕES</b>		
DEPÓSITOS JUDICIAIS	22.756,02	22.756,02	<b>NOS ATIVOS</b>		
OUTRAS CONTAS A			<b>E PASSIVOS</b>		
RECEBER Nota 5	2.000.000,00	2.000.000,00	(AUMENTO) REDUÇÃO		
PARTES RELACIONADAS			NOS ESTOQUES	204.020,74	690.348,39
Nota 6	35.190.280,82	34.268.769,14	(AUMENTO) REDUÇÃO		
<b>INVESTIMENTOS</b>	-	<b>1.947,63</b>	EM CONTAS A		
INVESTIMENTOS DIVERSOS	-	1.947,63	RECEBER DE		
<b>IMOBILIZADO Nota 7</b>	<b>3.129.397,79</b>	<b>3.653.219,85</b>	CLIENTES	(19.312,65)	3.787.498,45
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>40.342.434,63</b>	<b>39.946.692,64</b>	(AUMENTO) REDUÇÃO		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>60.189.057,60</b>	<b>58.558.648,68</b>	NOS IMPOSTOS		
<b>PASSIVO</b>			A RECUPERAR	(27.291,54)	824,50
<b>CIRCULANTE</b>			(AUMENTO) REDUÇÃO		
FORNECEDORES	6.258,66	116.540,48	EM OUTRAS CONTAS		
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	33.766,95	15.870,17	A RECEBER	9.473,05	70.678,76
OBRIGAÇÕES SOCIAIS			AUMENTO (REDUÇÃO) EM		
E TRABALHISTAS	30.194,84	1.783.252,13	FORNECEDORES	(110.281,82)	(1.349.954,94)
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>70.220,45</b>	<b>1.915.662,78</b>	AUMENTO (REDUÇÃO)		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			IMPOSTOS, CONTRIBUIÇÕES		
CAPITAL SOCIAL Nota 8.1	44.093.000,00	44.093.000,00	E PROVISÕES	(1.753.057,29)	824.575,58
RESERVAS DE LUCRO Nota 8.2	16.025.837,15	12.549.985,90	AUMENTO (REDUÇÃO)		
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO</b>			OUTRAS CONTAS		
<b>LÍQUIDO</b>	<b>60.118.837,15</b>	<b>56.642.985,90</b>	A PAGAR	17.896,78	(169.733,79)
<b>TOTAL DO PASSIVO E</b>			<b>TOTAL</b>	<b>(1.678.552,73)</b>	<b>3.854.236,95</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>60.189.057,60</b>	<b>58.558.648,68</b>	<b>DISPONIBILIDADES</b>		
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			<b>LÍQUIDAS GERADAS PELAS</b>		
			<b>ATIVIDADES</b>		
			<b>OPERACIONAIS</b>	<b>14.028.433,47</b>	<b>16.946.065,24</b>
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS</b>			<b>FLUXOS DE CAIXA DAS</b>		
<b>EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011</b>			<b>ATIVIDADES</b>		
<b>(Valores Expressos em Reais)</b>			<b>INVESTIMENTOS</b>		
	2012	2011	INVESTIMENTOS EM AÇÕES	1.947,63	-
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			BAIXAS DO IMOBILIZADO	292.687,11	6.490,56
<b>LÍQUIDA Nota 9</b>	<b>25.098.586,84</b>	<b>38.483.669,51</b>	<b>DISPONIBILIDADES</b>		
CUSTOS DOS PRODUTOS			<b>LÍQUIDAS GERADAS</b>		
VENDIDOS / SERVIÇOS	(7.264.232,21)	(18.292.442,43)	<b>PELAS ATIVIDADES</b>		
<b>LUCRO BRUTO DO</b>			<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>294.634,74</b>	<b>6.490,56</b>
<b>EXERCÍCIO</b>	<b>17.834.354,63</b>	<b>20.191.227,08</b>	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS</b>		
<b>RECEITAS E DESPESAS</b>			<b>ATIVIDADES DE</b>		
<b>OPERACIONAIS Nota 3.1</b>	<b>(2.042.005,57)</b>	<b>(6.584.092,12)</b>	<b>FINANCIAMENTO</b>		
DESPESAS			EMPRÉSTIMOS		
ADMINISTRATIVAS	(1.295.863,58)	(4.642.404,17)	A TERCEIROS	-	3.055,25
DESPESAS COM VENDAS	(670.188,79)	(1.869.354,75)	EMPRÉSTIMOS A PARTES		
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	(57.033,30)	(72.544,48)	RELACIONADAS	(921.511,68)	(14.375.767,71)
OUTRAS DESPESAS			DIVIDENDOS PROPOSTOS	(12.000.000,00)	-
(RECEITAS) OPERACIONAIS	(18.919,90)	211,28	EMPRÉSTIMOS		
<b>RESULTADO ANTES DAS</b>			COM PARTES		
<b>RECEITAS E DESPESAS</b>			RELACIONADAS	-	(1.330.000,00)
<b>FINANCEIRAS</b>	<b>15.792.349,06</b>	<b>13.607.134,96</b>	<b>DISPONIBILIDADES</b>		
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>954.577,65</b>	<b>609.871,46</b>	<b>LÍQUIDAS GERADAS</b>		
RECEITAS FINANCEIRAS	1.012.365,69	699.991,29	<b>PELAS ATIVIDADES</b>		
DESPESAS FINANCEIRAS	(57.788,04)	(90.119,83)	<b>FINANCIAMENTO</b>	<b>(12.921.511,68)</b>	<b>(15.702.712,46)</b>
<b>RESULTADO ANTES DOS</b>			<b>DEMONST. DO AUMENTO</b>		
<b>TRIBUTOS SOBRE LUCRO</b>	<b>16.746.926,71</b>	<b>14.217.006,42</b>	<b>(REDUÇÃO) NO CAIXA E</b>		
DESPESAS COM TRIBUTOS			<b>EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>1.401.556,53</b>	<b>1.249.843,34</b>
SOBRE O LUCRO Nota 3.7	(1.271.075,46)	(1.667.570,71)	NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	6.615.871,62	5.366.028,28
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>			NO FIM DO EXERCÍCIO	8.017.428,15	6.615.871,62
<b>DO EXERCÍCIO Nota 8.2</b>	<b>15.475.851,25</b>	<b>12.549.435,71</b>	<b>AUMENTO (REDUÇÃO)</b>		
<b>RESULTADO LÍQUIDO</b>			<b>NO CAIXA E EQUIVALENTE</b>		
<b>DO EXERCÍCIO por ação</b>	<b>0,351</b>	<b>0,285</b>	<b>CAIXA</b>	<b>1.401.556,53</b>	<b>1.249.843,34</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
(Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUC/PREJ ACUM.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>15.303.111,00</b>	<b>28.790.439,19</b>	-	-	<b>44.093.550,19</b>
AUMENTO DE CAPITAL	28.789.889,00	(28.789.889,00)	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	12.549.435,71	12.549.435,71
DESTINAÇÃO PROPOSTA:					
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	12.549.435,71	-	(12.549.435,71)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>44.093.000,00</b>	<b>12.549.985,90</b>	-	-	<b>56.642.985,90</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	15.475.851,25	15.475.851,25
DESTINAÇÃO PROPOSTA:					
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	15.475.851,25	-	(15.475.851,25)	-
DIVIDENDOS	-	(12.000.000,00)	-	-	(12.000.000,00)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>44.093.000,00</b>	<b>16.025.837,15</b>	-	-	<b>60.118.837,15</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011**  
(Valores Expressos em Reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Sociedade FIEL – FORTALEZA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO S/A., estabelecida na cidade de Fortaleza, estado do Ceará à Rua Dr. Joaquim Bento, 1280 – Messejana – CEP: 60.840-200, inscrita no CNPJ (MF) nº 07.374.549/0001-95, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob nire 23.2.0013278-3, por despacho de 27/03/1971 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima em 16 de março de 2012. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Comercio de bebidas; b) Bar, restaurante e cachaçaria; c) Transportes de cargas; e d) Locação de bens móveis. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. **NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** -

**3.1. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2. Contas a receber** - A sociedade tem direitos a receber referem-se as operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registradas pelos valores das notas fiscais. **3.3. Estoques** - O estoque de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **3.4. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. A Depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado, foi procedido em 2012, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar. **3.5. Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos e financiamentos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. **3.6. Provisão para férias e**

**encargos** - A sociedade constituiu mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos. **3.7. Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro presumido. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.8. Transações com Partes Relacionadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA**

	2012	2011
Caixa	23,66	144.282,17
Bancos conta movimento	5.672,71	890.929,36
Aplicações financeiras	8.010.071,88	5.580.660,09
	8.017.428,15	6.615.871,62

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	2012	2011
Banco do Brasil	8.010.071,88	604.009,33
Banco HSBC		4.976.650,76
	8.010.071,88	5.580.660,09

**NOTA 5. OUTRAS CONTAS A RECEBER** - Os saldos com os empréstimos a terceiros podem ser identificados conforme segue:

	2012	2011
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Terceiros</b>		
Telles Participações e Negócios		33.295.157,34

Agropaulo Agroindustrial S/A	9.703.243,48	973.611,80
Naturágua Águas Minerais S/A	25.487.037,34	
	35.190.280,82	34.268.769,14

Não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis. **NOTA 6. PARTES RELACIONADAS** - Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2012	2011
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Partes Relacionadas</b>		
Agropaulo Agroindustrial S/A	9.703.243,48	973.611,80
Naturágua Águas Minerais Ind. e Com. S/A	25.487.037,34	
Telles		33.295.157,34
	35.190.280,82	34.268.769,14

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 7. IMOBILIZADO**

	FIEL	AQUISIC.	EXCLUSÃO	2012
<b>Conta</b>	<b>2011</b>			
MÓVEIS E UTENS.	52.429,93	0	52429,93	0
VEÍCULOS	1.379.183,37	0	1005049,66	374.133,71
INSTALAÇÕES	3.001,87	0	3001,87	0
MÁQS.E EQUIPAMS.	539,5	0	539,5	0
AERONAVES	4.070.261,01	0	-	4.070.261,01
COMPE EQ.PERIFS.	7.241,35	0	7241,35	0
TERRAS E TERRS.	1.228.604,75	0	-	1.228.604,75
EDIFICAÇ.E OBRAS	20.440,42	0	-	20.440,42
(-)DEPR.ACUMULS.	-3.108.482,35	775.575,20	231.134,95	-2.564.042,10
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>3.653.219,85</b>	<b>775.575,20</b>	<b>1.299.397,26</b>	<b>3.129.397,79</b>

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012
Saldo inicial	6.761.702,20
Aquisições	0
Baixas	1.068.262,31
Depreciações	-2.564.042,10
	3.129.397,79

**NOTA 8. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 8.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$44.093.000,00 (quarenta e quatro milhões e noventa e três mil reais), dividido em 44.093.000 (quarenta e quatro milhões e noventa e três mil) quotas de capital de valor unitário R\$1,00 (um real), cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

Sócios:	Nº Quotas	Capital (R\$)	Part%
Telles Fundo de Investimento	42.285.630	42.285.630,00	95,901
Everardo Ferreira Telles	1.807.370	1.807.370,00	4,099
<b>Total do Capital</b>	<b>44.093.000</b>	<b>44.093.000,00</b>	<b>100,000</b>

**8.2. Reservas de Lucro** - O montante no valor R\$ 16.025.747,15 (Dezesseis milhões, vinte e cinco mil, setecentos e quarenta e sete reais e quinze centavos), corresponde aos lucros remanescente, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

**NOTA 9. RECEITA LÍQUIDA**

Receita Operacional Bruta	2012	2011
<b>(-) Deduções</b>	<b>30.852.991,57</b>	<b>47.331.337,86</b>
Impostos e taxas	5.738.221,98	8.793.153,00
Devolução de vendas	5.691,54	33.653,30
Descontos Concedidos	10.491,21	20.861,75
	25.098.586,84	38.483.669,51
EVERARDO FERREIRA TELLES - Diretor Presidente CPF 013.240.713-20, SÉRGIO KIROV FERREIRA - Diretor - CPF 026.525.363-20 Sebastião Martins de Oliveira Junior CPF-245.739.903-30 - CRC/CE 9828/O		

\*\*\* \*\*

**Ata da 80ª Reunião do Conselho de Administração da Ducoco Produtos Alimentícios S/A, realizada em 1º de Março de 2013. CNPJ nº 09.426.032/0001-28 e NIRC nº 23300005678. Data, Local e Hora:** 1º de março de 2013, na Sede da Sociedade à Av. Anastácio Braga, 2776 - Itapipoca - CE, CEP 62050-000 às 11:00 horas. **Presenças:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Foram eleitos para compor a mesa, na qualidade de Presidente, Sr. Eduardo Rosa Pinheiro e na qualidade de Secretário o Sr. Marcos Antonio Frota Rosa. **Ordem do Dia:** a) A aceitação da renúncia do Sr. Marcos Antonio Frota Rosa ao cargo de Presidente Executivo; e b) Ratificação da Composição da Diretoria. **Deliberações:** Os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, deliberam o quanto segue: a) Aceitar a renúncia do Sr. **Marcos Antonio Frota Rosa**, brasileiro, casado, economista, portador do R.G. nº 52.923.262-5, SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 060.831.883-34, residente e domiciliado na Alameda Ministro Rocha Azevedo nº 412, apto. 152, Bairro Cerqueira César, São Paulo/SP, CEP 01410-000, ao cargo de Presidente Executivo. b) Ratificar a composição da atual Diretoria assim composta, que exercerá o mandato até 30 de abril de 2015 ou até a(re) eleição e posse da nova Diretoria: - **Diretor Industrial: Mario Vital Domingues da Silva**, brasileiro, divorciado, engenheiro químico, portador do RG nº 94002543336, SSP/CE e inscrito no CPF sob o nº 198.419.064-49, residente e domiciliado na Rua Liberato Carvalho Leite, 33 Apt. 82, Bairro Vila Suzana, CEP 05630-100, São Paulo/SP. - **Diretor Financeiro: Christian Wilhelm Hirtzbruch**, alemã, casado, administrador, portador do R.N.E. nº W204082-F e inscrito no CPF sob o nº 195.797.828-73, residente e domiciliado na Rua Coronel Oscar Porto, nº 208 Apt. 252 Bloco B, Paraíso, CEP 04003-00, São Paulo - SP; e. - **Presidente Executivo, Diretor de Logística e Abastecimento e Diretor Comercial:** cargos vagos cujas atribuições e atos ficarão sob responsabilidade do Diretor Financeiro. **Dissidências:** Não houve dissidências, nem votos em contrário. **Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata, que lida e achada conforme vai assinada por todos os presentes. **Assinaturas dos Membros do Conselho de Administração:** Eduardo Rosa Pinheiro, Nelson Nogueira Pinheiro, Marta Maria Rosa Pinheiro e Marcos Antônio Frota Rosa. Confere com o original lavrado em Livro Próprio. **Eduardo Rosa Pinheiro** - Presidente. **Marcos Antonio Frota Rosa** - Secretário. **JUCEC** - Certifico o Registro em 26/04/2013, sob Nº 20130425702. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário-Geral. **JUCEES** - Certifico registro em: 03/06/2013, sob nº 20130458902. Paulo Cezar Juffo - Secretário-Geral.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá Extrato de Contratos - Extrato dos Instrumentos Contratuais.** O Governo Municipal de Tauá - CE, torna público o extrato dos Instrumentos Contratuais resultantes do PREGÃO PRESENCIAL Nº 2203.01/2013 - GOV: **OBJETO:** Aquisição de combustíveis e derivados de petróleo para abastecimento e suprimento da frota de máquinas e veículos das unidades administrativas, no perímetro de Tauá e Fortaleza, da Prefeitura Municipal de Tauá/CE. **UNIDADES ADMINISTRATIVAS - DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS** - Gabinete da Prefeita - 01.02.02.04.122.037.2.02 - Secretaria de gestão e finanças - 01.04.04.04.122.037.2.04 - Secretaria de Educação - 01.15.15.12.122.037.2.23 - 01.15.15.12.361.231.2.27 - Fundo Municipal de Saúde - 02.11.11.10.122.037.2.11 - Fundo Municipal de Assistência Social - 02.18.18.08.244.137.2.36 - Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento Urbano - 01.12.12.04.122.037.2.17 - Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos - 01.22.22.04.122.037.2.41 - Secretaria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico -01.13.13.04.122.037.2.20 - Secretaria de Segurança Pública e Proteção à Cidadania - 01.20.20.04.122.037.2.39 - Procuradoria Geral do Município - 01.03.03.04.122.037.2.03 - Secretaria de Administração - 01.17.17.04.122.037.2.30 - Secretaria de Articulação Governamental - 01.14.14.04.122.037.2.22 - Secretaria de Planejamento -01.06.06.04.122.037.2.07 - Superintendência da agência de Desenvolvimento Econômico -01.21.21.04.691.491.2.40 - Autarquia Municipal de Trânsito - 01.16.16.15.451.051.2.29 -Secretaria da Controladoria Geral - 01.10.10.04.122.037.2.10 - Secretaria de Cultura e Turismo - 01.05.05.04.122.037.2.05 - **ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.30.00 - **CONTRATADOS(AS) - VALOR GLOBAL** - JOAQUIM DE SOUSA BASTOS - ME - 4.135.512,50 (quatro milhões cento e trinta e cinco mil, quinhentos e doze reais e cinquenta centavos) - DALLAS DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA - ME - 817.082,00 (oitocentos e dezessete mil e oitenta e dois reais). **VIGÊNCIA DOS CONTRATOS:** da data da assinatura dos contratos, até 31 de Dezembro de 2013. **ASSINAM PELOS(AS) CONTRATADO(AS):** José Luciano Mota e Thyro Ferreira Ideburque Leal. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Wanja Maria dos Santos Gonçalves Araújo; Maria Lucia Galdino Vale Pereira; Matilde Gomes Cavalcante; Edgleusson Coelho Noronha; Francisca Pessoa de Carvalho Gomes; Edson de Araújo de Sousa; Francisco Alcêio Torquato; Deladier Feitoso Mariz; Maria do Socorro Almeida; Valdemar Gomes Bezerra; Márcia Maria Noronha Lima de Oliveira e Radir Soares da Rocha. **Magno Kelly Loiola de Franca - Presidente da CPL**

**HORIZONTE AVÍCOLA E INDUSTRIAL S/A - HAISA** - CNPJ - 06.564.793/0001-58 - NIRE 23300014961. Ata da Assembléia Geral Ordinária da Sociedade "HORIZONTE AVÍCOLA E INDUSTRIAL S/A - HAISA - NIRE 23300014961", Lavrado em forma de Sumário. **Data:** 17/05/2013. **Local e Data:** Sede Social na Avenida Juvenal de Castro, 885 - CEP 62.880.000, Centro - Horizonte-CE às 10:00 (dez) horas. **Presença:** Acionistas representando mais de 2/3 (dois terços) do capital social com direito a voto, conforme assinaturas apostas no livro de "Presença de Acionista". **Mesa:** José Quintão de Oliveira, Presidente e Marília Bezerra Lima Quintão, Secretária. **Convocação:** publicada na forma da lei no Diário Oficial dos dias 17/04/2013 página 287, 18/04/2013 página 150 e 19/04/2013 página 125 e no Jornal Diário do Nordeste dos dias 12/04/2013 página 67, 13/04/2013 página 55 e 14/04/2013 página 33. **Documentos Submetidos a Assembléia:** a) Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31.12.2012, todos devidamente publicados na forma da lei no Diário Oficial do dia 09/05/2013 nas páginas 87 e 88 e no Jornal Diário do Nordeste no Caderno Classificados do dia 07/05/2013 na página 55. **Deliberações:** Tomadas por unanimidade, abstendo-se de votar os legalmente impedidos: I - Aprovar, sem restrições, o Balanço Patrimonial da Sociedade, encerrado em 31.12.2012, bem como suas demonstrações financeiras que não apresentaram lucro a destinar. **Parecer do Conselho Fiscal:** Não há Conselho Fiscal Permanente nem foi instalado no presente exercício. **Dissidências:** Não houve dissidências, protestos, proposta ou declaração de votos de acionista. **Posição do Capital:** Com as alterações aprovadas pela presente Assembléia Geral, o Capital Social permanece com os valores abaixo.

Espécie Classe	Quantidade de Ações	Subscrito e Integralizado
Ordinárias	10.578.915,30	88.017.617
Preferências	261,74	1.231
Total	10.579.177,04	88.018.848

**Assinaturas:** José Quintão de Oliveira, por si e por Rochedo Construtora e Incorporadora S/A e Joli Aquicultura Ltda., Carla Bezerra Lima Quintão, Marília Bezerra Lima Quintão e Anderson Bezerra Lima Quintão. **Está conforme o original lavrado em livro próprio.** Marília Bezerra Lima Quintão - Secretária. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede - Certifico o Registro em: 14/06/2013.Sob nº:20130642835. Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

\*\*\* \*\*



**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
 (Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES.DE LUCRO	RES.DE CAPITAL	LUC/PREJ ACUM.	TOTAL
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>1.038.394,00</b>	<b>719.663,84</b>	-	-	<b>1.758.057,84</b>
AUMENTO DE CAPITAL	719.606,00	(719.606,00)	-	-	-
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	55.417,38	55.417,38
DESTINAÇÃO PROPOSTA:					
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	55.417,38	-	(55.417,38)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>1.758.000,00</b>	<b>55.475,22</b>	-	-	<b>1.813.475,22</b>
AUMENTO DE CAPITAL	1.000.000,00	-	-	-	1.000.000,00
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	(114.079,41)	(114.079,41)
REVERSÃO DA RESERVA DE LUCRO A REALIZAR	-	(55.475,22)	-	55.475,22	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>2.758.000,00</b>	-	-	<b>(58.604,19)</b>	<b>2.699.395,81</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011**  
 (Valores Expressos em Reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Sociedade BOTICÁRIO AGROPECUARIA E INDUSTRIAL S/A., estabelecida na cidade de Maranguape, estado do Ceará na Fazenda Boticário, s/n - Itapebussú - CEP: 61.980-000, inscrita no CNPJ (MF) nº 07.082.753/0001-32, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0018186-5, por despacho de 06 de novembro de 1979 na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima em 02 de Abril de 2012. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Exploração da pecuária e da agricultura; b) Transformação, industrialização e comercialização dos seus produtos. Seu prazo de duração é indeterminado.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizam a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

**NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** - **3.1. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2. Contas a receber** - A sociedade tem direitos a receber referem-se as operações mercantis de venda de produto e serviços a prazo registradas pelos valores das notas fiscais. **3.3. Estoques** - O estoque de materiais em almoxarifado destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **3.4. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. A Depreciação é calculada pelo método linear, em função da estimativa de vida útil dos bens e as taxas anuais. O Teste de impairment dos bens registrados no imobilizado, foi procedido em 2012, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 aprovado pela Deliberação CVM nº 527 de 01/11/07, foi realizado através da comparação dos valores contábeis aos valores de uso, utilizando-se para tanto o valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados por esses bens. Demonstra-se assim

que o valor do ativo imobilizado é totalmente recuperável, não havendo perda a registrar.

**4.5. Formação de Culturas Permanentes** - Culturas permanentes são aquelas que permanecem vinculadas ao solo e proporcionam mais de uma colheita ou produção. Normalmente atribuímos às culturas permanentes uma duração mínima de cinco anos. Do nosso ponto de vista basta apenas a cultura durar mais de um ano e propiciar mais de uma colheita para ser permanente. No caso da cultura de cana de açúcar, os custos necessários para a formação da cultura são considerados Ativos Permanentes - Imobilizado. Os principais custos são: adubação, formicidas, forragem, fungicidas, herbicidas, mão-de-obra, encargos sociais, manutenção, arrendamento de equipamentos, preparo do solo, serviços de terceiros, sementes, mudas, irrigação, produtos químicos, depreciação de equipamentos utilizados na cultura etc.

**4.6. Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras, contas a receber e contas a pagar, empréstimos, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares.

**4.7. Provisão para férias e encargos** - A sociedade constituiu mensalmente com base nos saldos de férias adquiridas e proporcionais, acrescidas dos respectivos encargos.

**4.8. Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

**4.9. Transações com Partes Relacionadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA**

	2012	2011
Caixa	21.483,07	11.416,83
Bancos conta movimento	2,57	13.056,91
Aplicações financeiras	181.186,69	166.856,23
	202.667,19	191.329,97

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	2012	2011
Banco Santander S/A	181.186,69	166.856,23
	181.186,69	166.856,23

**NOTA 5. IMOBILIZADO**

Conta	BOTICÁRIO			
	2011	AQUISIÇÕES	EXCLUSÃO	2012
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	16.736,76	4.190,97	0,00	20.927,73
FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS	1.429,11	0,00	0,00	1.429,11
INSTALAÇÕES	7.602,33	0,00	0,00	7.602,33
MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	143.221,21	33.877,02	0,00	177.098,23
SEMOVENTES	226.951,39	35.758,00	0,00	262.709,39
COMPUTADORES E EQUIPAM. PERIFERICOS	2.283,70	0,00	237,64	2.046,06
TRATORES E EQUIPAMENTOS	186.061,32	0,00	0,00	186.061,32
TERRAS E TERRENOS	62.151,12	0,00	0,00	62.151,12
PLANTEL DE CRIA	12.931,33	0,00	0,00	12.931,33
FUNDAÇÃO DAS PASTAGENS	81.516,05	0,00	0,00	81.516,05
EDIFICAÇÕES E OBRAS	99.697,44	0,00	0,00	99.697,44
IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	52.878,46	15.952,40	0,00	68.830,86
SALDO DA CORREÇÃO MONETÁRIA-IPC	141.467,25	0,00	0,00	141.467,25
(-)DEPRECIACIONES ACUMULADAS	-314.779,83	162,65	53.856,55	-368.473,73
(-)AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS	-1.358,60		16.303,20	-17.661,80
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>718.789,04</b>	<b>89.941,04</b>	<b>70.397,39</b>	<b>738.332,69</b>

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012
Saldo inicial	1.034.927,47
Aquisições	89.778,39
Baixas	237,64
Depreciações	386.135,53
	738.332,69

**NOTA 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 7.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 2.758.000,00 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil reais) representado por 2.758.000 (dois milhões, setecentas e cinquenta e oito mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$1,00 (um real) cada uma.

Sócios:	Nº Quotas	Capital (R\$)	Part%
Telles Fundo de Investimento	2.745.220	2.745.220,00	99,273
Everardo Ferreira Telles	12.780	12.780,00	0,727
<b>Total do Capital</b>	<b>2.758.000</b>	<b>2.758.000,00</b>	<b>100,000</b>

**7.2. Prejuízos Acumulados** - O montante no valor de R\$ 58.604,19 (Cinquenta e oito mil, seiscentos e quatro reais e dezenove centavos), corresponde ao prejuízo remanescente, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de prejuízos acumulados.

**NOTA 8. RECEITA LÍQUIDA**

	2012	2011
<b>Receita Operacional Bruta</b>	<b>3.061.552,05</b>	<b>2.976.264,20</b>
<b>(-) Deduções</b>		
Impostos e Taxas	282.348,72	210.562,11
	2.779.203,33	2.765.702,09

EVERARDO FERREIRA TELLES - Diretor Presidente - CPF 013.240.713-20  
 JOSÉ CUNHA LIMA - Diretor - CPF 002.991.703-49  
 Sebastião Martins de Oliveira Junior CPF-245.739.903-30 - CRC/CE 9828/O

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.03.11.02 - SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, GABINETE DO PREFEITO, GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CULTURA E TURISMO, ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER, MULHER, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO AGRARIO, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL, TRABALHO, EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA.** **OBJETO:** Aquisição de combustível e derivados destinados ao abastecimento da frota de veículos oficiais e agregados das diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Pacatuba. **CONTRATADA:** DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Manoel Novaes Neto. **CONTRATANTE:** SECRETARIAS DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE, GABINETE DO PREFEITO, GOVERNO E ARTICULAÇÃO POLITICA, ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS, EDUCAÇÃO, SAÚDE, ASSISTENCIA SOCIAL, CULTURA E TURISMO, ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER, MULHER, CIDADANIA E DIREITOS HUMANOS, DESENVOLVIMENTO AGRARIO, DEFESA SOCIAL E PATRIMONIAL, TRABALHO, EMPREENDEDORISMO E DESENVOLVIMENTO ECONOMICO. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Nilo Sergio Viana Bezerra, Ailkison de Sousa Santana, Stanley de Area Leão, Diva Medeiros do Carmo, Ana Maria Girão Neri, Elizangela Souza Campos, Marcília Soares Silva, Florisval Oliveira Andrade, Jaira da Costa Alcantara, João Paulo de Maria Soares, Francisco de Assis Castro Bomfim, João Paulo de Maria Soares. **VALOR GLOBAL:** R\$ 3.638.925,00 (Três milhões, seiscentos e trinta e oito mil e novecentos e vinte e cinco reais). **PRazo DE VIGÊNCIA DE CONTRATO:** a partir da data de assinatura do contrato por 12 (doze) meses. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 12 de Abril de 2013.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Assaré - Extrato de Contrato. Pregão Presencial Nº: 2013.05.21.001 - PMA. Objeto:** Contratação de Pessoa Jurídica para Fornecimento de Pneus e Câmara de Ar, para uso na Frota de Veículos e Máquinas Pertencentes ao Município de Assaré. Fundamento Legal: Lei 10.520/2002 e no couber a Lei Federal 8.666/93 e suas Alterações posteriores. Contratada: PNEUS CANTEIRO LTDA. CONTRATO Nº 05.21.001.1 - FG. VALOR DO CONTRATO: R\$ 205.750,00 (Duzentos e Cinco Mil Setecentos e Cinquenta Reais). CONTRATO Nº 05.21.001.2 - E. VALOR DO CONTRATO: R\$ 110.260,00 (Cento e Dez Mil Duzentos e Sessenta Reais). CONTRATO Nº 05.21.001.3 - S. VALOR DO CONTRATO: R\$ 29.370,00 (Vinte e Nove Mil Trezentos e Setenta Reais). CONTRATO Nº 05.21.001.4 - SAS. VALOR DO CONTRATO: R\$ 6.210,00 (Seis Mil Duzentos e Dez Reais). Dotações Orçamentárias: 0505-121220037.2.010, 0505-123610231.2.011, 0606-101220037.2.016, 0606-103020176.2.031, 0707-082430131.2.018, 0707-082440137.2.021 e 0808-041220037.2.022. Elemento de Despesas, 3.3.90.30.00. Vigência: Este Contrato terá vigência a partir de 07 de Junho de 2013 e vigorará até 31 de Dezembro de 2013 a partir da data de sua assinatura e emissão da Ordem de Compras, podendo ser prorrogado ou rescindido de acordo com as partes, sendo atualizado anualmente por Aditivo de prazo, conforme permissivo no Art. 57º parágrafo 2º da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações. **Fonte de Recurso:** Próprios do Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo Municipal de Educação, Fundo Municipal de Saúde e Fundo Geral, FUNDEB 40% e Bloco de Média e Alta Complexidade. **Assinatura pelo Contratante:** Maria Ferreira Leite, Elma Maria Luna de Fontes, Lourdes Maria Alves de Macedo Freire e Pedro Cesar Silva Lira. **Assinatura pela Contratada:** Francisco Alves de Lucena. **Data da Assinatura do Contrato:** 07 de Junho de 2013. **Assaré - Ce, 04 de Julho de 2013. Bernardinho Bezerra Neto - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE - DECRETO Nº 6027/2013 - DE 02 (DOIS) DE JULHO DE 2013.** O PREFEITO Municipal de Maranguape, ÁTILA CORDEIRO CÂMARA, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o artigo 95, inciso II, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 23/08/2006: DECRETA Art. 1º - Aposentar o(a) Senhor(a) GENEZOSA MACIEL MARQUES, brasileiro(a), casada, filho(a) de Heliodório Ferreira Maciel e Julieta Maciel Moreira, nascido(a) em 18/07/1954 (dezoito de julho de mil novecentos e cinquenta e quatro) cadastrado(a) no PASEP sob Nº 170 137 662 65, no CPF sob Nº 771 615 303 00, admitido(a) em 09/02/1981, ocupante do cargo denominado de Professor(a) de Educação Básica, Classe I, Referência I, matrícula Nº 515, lotado(a) na Secretaria de Educação do Município de Maranguape, tomando por base o artigo 2º, inciso I, alínea "c", da Lei Nº 1.481/99 (nova redação dada pela Lei Nº 1.738/2003); em consonância com os artigos 120, 121, inciso III, alínea "b", 160, 161, da Lei Nº 1.412/1998 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Maranguape; 38, da Lei Nº 1.840/05 (nova redação dada pela Lei Nº 1.906/05); 40, § 5º, da Constituição Federal; 6º, incisos I, II, III, IV, 7º, da Emenda Constitucional Nº 41/2003 e artigo 2º, da Emenda Constitucional Nº 47/2005, com proventos integrais fixados no valor mensal de R\$ 1.278,00 (hum mil, duzentos e setenta e oito reais), discriminados da seguinte forma: VENCIMENTOS - R\$ - 859,63 - ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO (ANUÊNIOS 32%) - R\$ - 275,07 - 6ª (SEXTA) PARTE - R\$ 143,30 - TOTAL - R\$ 1.278,00. Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário. **PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRE-SE. PAÇO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE, AOS 02 (DOIS) DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2013. GOTARDO BASTOS RODRIGUES - SUPERINTENDENTE/IPMM - ÁTILA CORDEIRO CÂMARA - PREFEITO DE MARANGUAPE.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará. Prefeitura Municipal de Missão Velha. Resultado de Julgamento das Propostas de Preço e Habilitação referente ao Pregão Presencial nº 023/2013-SEDUC. Objeto:** Contratação de empresa especializada em transporte escolar, para o transporte dos universitários residentes no Município de Missão Velha/CE, até os centros Universitários na Cidade do Crato/CE e Juazeiro do Norte/CE, conforme detalhamentos constantes no Edital e seus Anexos. A presente licitação, teve como vencedora a empresa Valdemir de Sousa Carvalho Transportes-ME, CNPJ: 18.033.081/0001-91, arrematou o item 01 do Anexo I do Edital, no valor Vlobal de R\$ 16.300,00 (dezesseis mil e trezentos reais), o item 02 no valor global de R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais), o item 03 no valor global de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), do item 04 no valor global de R\$ 10.397,96 ( dez mil trezentos e noventa e sete reais e noventa e seis centavos), e do item 05 no valor global de R\$ 9.000,00 (nove mil reais). O presente expediente, abre o prazo legal para interposição de recurso administrativo. Maiores informações pelo telefone/fax (88) 3542.1691. **Missão Velha/Ce, 04/07/2013. Ricardo Mendes Gomes - Pregoeiro Oficial.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS - AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº 0205072013-INSTPREV. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS, NA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, ENVIO DE DEMONSTRATIVOS E INFORMAÇÕES AO MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIAS SOCIAL, DENTRE OUTROS SERVIÇOS, JUNTO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), DESTE EDITAL. TIPO: MENOR PREÇO MENSAL. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE NO DIA 18 DE JULHO DE 2013, ÀS 11:00 HORAS, NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, ESTARÁ RECEBENDO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO. MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO FONE (883411.8414) DAS 08:00 ÀS 11:30 HORAS. A COMISSÃO.**

**SAPUPARA INDUSTRIA E COM. DE BEBIDAS S/A.**  
**CNPJ - 10.484.145/0001-69**

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a SAPUPARA INDUSTRIA E COM. DE BEBIDAS S/A. apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA

<b>BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>			<b>DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>			
	<b>2012</b>	<b>2011</b>		<b>2012</b>	<b>2011</b>	
<b>ATIVO</b>			<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>			
<b>CIRCULANTE</b>			RESULTADO DO EXERCÍCIO	(246.761,55)	1.258.661,54	
CAIXA E EQUIVALENTE			AJUSTES DE EXERCÍCIOS			
DE CAIXA Nota 4	219.520,89	464.157,72	ANTERIORES	-	516.749,15	
CLIENTES	4,00	301.611,09	AJUSTES PARA CONCILIAR O			
ESTOQUES Nota 3.2	73.470,00	74.370,00	RESULTADO ÀS DISPONIBILIDADES			
IMPOSTOS A RECUPERAR	9.093,66	417.750,69	GERADAS PELAS ATIVIDADES			
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>302.088,55</b>	<b>1.257.889,50</b>	OPERACIONAIS			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			REVERSÃO DA RESERVA			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	5.632.104,13	6.864.031,95	DE REAVALIAÇÃO	-	(285.578,73)	
DEPÓSITOS JUDICIAIS	17.886,45	17.886,45	<b>TOTAL</b>	<b>(246.761,55)</b>	<b>1.489.831,96</b>	
PARTES RELACIONADAS Nota 5	5.494.610,59	6.846.136,90	<b>VARIAÇÕES NOS ATIVOS</b>			
OUTRAS CONTAS A RECEBER Nota 6	119.607,09	8,60	<b>E PASSIVOS</b>			
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.632.104,13</b>	<b>6.864.031,95</b>	(AUMENTO) REDUÇÃO			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>5.934.192,68</b>	<b>8.121.921,45</b>	NOS ESTOQUES	900,00	-	
<b>PASSIVO</b>			(AUMENTO) REDUÇÃO EM			
<b>CIRCULANTE</b>			CONTAS A RECEBER DE CLIENTES	301.607,09	2.114.416,06	
ADIANTAMENTO DE CLIENTES	1.694,80	1.694,80	(AUMENTO) REDUÇÃO NOS			
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS	-	649.147,37	IMPOSTOS A RECUPERAR	408.657,03	(324.848,49)	
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>1.694,80</b>	<b>650.842,17</b>	(AUMENTO) REDUÇÃO EM			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			OUTRAS CONTAS A RECEBER	(119.598,49)	-	
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.259,43	33.784,14	AUMENTO (REDUÇÃO)			
OUTRAS CONTAS A PAGAR	1.259,43	33.784,14	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	(649.147,37)	430.598,47	
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>1.259,43</b>	<b>33.784,14</b>	AUMENTO (REDUÇÃO) EM			
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			OUTRAS CONTAS A PAGAR	(32.524,71)	(144.380,21)	
CAPITAL SOCIAL Nota 7.1	6.178.000,00	6.178.000,00	<b>TOTAL</b>	<b>(90.106,45)</b>	<b>2.075.785,83</b>	
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO Nota 7.2	(246.761,55)	1.259.295,14	<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(336.868,00)</b>	<b>3.565.617,79</b>	
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.931.238,45</b>	<b>7.437.295,14</b>	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>			
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>5.934.192,68</b>	<b>8.121.921,45</b>	BAIXA DO IMOBILIZADO	-	946.512,51	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>		<b>- 946.512,51</b>	
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>			<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>			
	<b>2012</b>	<b>2011</b>	DIVIDENDOS PROPOSTOS	(1.259.295,14)	-	
<b>RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS Nota 3.1</b>	<b>(272.787,15)</b>	<b>1.980.082,85</b>	EMPRÉSTIMOS A PARTES			
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(36.610,04)	(403.761,42)	RELACIONADAS	1.351.526,31		
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)			(4.464.803,24)			
OPERACIONAIS	-	2.629.671,73	<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS GERADAS PELAS ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>92.231,17</b>	<b>(4.464.803,24)</b>	
<b>RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>(272.787,15)</b>	<b>1.980.082,85</b>	<b>DEMONST. DO AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>(244.636,83)</b>	<b>47.327,06</b>	
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>26.025,60</b>	<b>(72.275,72)</b>	NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	464.157,72	416.830,66	
RECEITAS FINANCEIRAS	26.466,67	755.291,20	NO FIM DO EXERCÍCIO	219.520,89	464.157,72	
DESPESAS FINANCEIRAS	(441,07)	(827.566,92)	<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA</b>	<b>(244.636,83)</b>	<b>47.327,06</b>	
<b>RESULTADO ANTES DO TRIBUTOS SOBRE LUCROS</b>	<b>(246.761,55)</b>	<b>1.907.807,13</b>	As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis			
DESPESAS COM TRIBUTOS						
SOBRE O LUCRO Nota 3.4	-	(649.145,59)				
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO Nota 7.2</b>	<b>(246.761,55)</b>	<b>1.258.661,54</b>				
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO por ação</b>	<b>(0,040)</b>	<b>0,204</b>				
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
<b>DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>						
	<b>CAPITAL SOCIAL</b>	<b>RES. DE REAVAL.</b>	<b>RES. DE LUCROS</b>	<b>RES. DE CAPITAL</b>	<b>LUC/PREJ ACUM.</b>	<b>TOTAL</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>3.761.403,00</b>	<b>285.578,73</b>	<b>1.900.481,45</b>	<b>-</b>	<b>5.947.463,18</b>	<b>-</b>
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	516.749,15	-	-	516.749,15
AUMENTO DE CAPITAL	2.416.597,00	-	(2.416.597,00)	-	-	-
REVERSÃO DA RESERVA DE REAVALIAÇÃO	-	(285.578,73)	-	-	-	(285.578,73)
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	1.258.661,54	1.258.661,54
DESTINAÇÃO PROPOSTA:						
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	-	1.258.661,54	-	(1.258.661,54)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>6.178.000,00</b>	<b>-</b>	<b>1.259.295,14</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>7.437.295,14</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	-	(246.761,55)	(246.761,55)
DESTINAÇÃO PROPOSTA:						
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	-	-	-	-	-
DIVIDENDOS	-	-	(1.259.295,14)	-	-	(1.259.295,14)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012</b>	<b>6.178.000,00</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(246.761,55)</b>	<b>5.931.238,45</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis						
<b>NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>						
<b>NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL</b> - A Sociedade SAPUPARA INDUSTRIA E COMERCIO DE BEBIDAS S/A., estabelecida na cidade de Fortaleza, estado do Ceará à Rua Afonso Henrique, 1286 – Bairro: Messejana – CEP: 60.844-120, inscrita no CNPJ (MF) nº 10.484.145/0001-69, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0031919-1, por despacho de 14/04/1986 na forma de sociedade por						

cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima de capital fechado em 16 de março de 2012. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Industrialização, engarrafamento e comercialização de aguardente de cana de açúcar; b) Industrialização, engarrafamento e comercialização de batida de frutas; c) Locação de veículos rodoviários; e d) Transporte de cargas próprias e de terceiros.

**NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

**NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2. Estoques** - O estoque de materiais em almoxarifado, destinados ao consumo, manutenção e produtos acabados, estão avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excede o custo de realização. **3.3. Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras e contas a pagar, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. **3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15% mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.5. Empréstimos a Terceiros e Transações com Partes Relacionadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA**

	2012	2011
Caixa	484,13	5,07
Bancos conta movimento	2.911,00	267,29
Aplicações financeiras	216.125,76	463.885,36
	219.520,89	464.157,72

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado

abaixo.

	2012	2011
ABN AMRO REAL	216.125,76	463.885,36
	216.125,76	463.885,36

**NOTA 5. PARTES RELACIONADAS** - Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2012	2011
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Partes Relacionadas</b>		
Naturágua Águas Minerais Ind. e Com. S/A5.494.610,60		
Telles Participações e Negócios S/A	6.846.136,90	
	5.494.610,60	6.846.136,90

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 6. OUTRAS CONTAS A RECEBER**

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2012	2011
<b>Ativo Não Circulante</b>		
<b>Empréstimos a Terceiros</b>		
Burge Fertilizantes	119.407,09	119.407,09
	119.407,09	119.407,09

Não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO - 7.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 6.178.000,00 (seis milhões, cento e setenta e oito mil reais), representado por 6.178.000 (seis milhões, cento e setenta e oito mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma:

	Nº Quotas	Capital (R\$)	Part%
<b>Sócios:</b>			
Telles Fundo de Investimento	6.171.266	6.171.266,00	99,981
Everardo Ferreira Telles	6.734	6.734,00	0,109
<b>Total do Capital</b>	<b>6.178.000</b>	<b>6.178.000,00</b>	<b>100,000</b>

**7.2. Reservas de Lucros** - O montante no valor R\$ 246.761,42 (Duzentos e quarenta e seis mil, setecentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos). Esse valor corresponde aos prejuízos remanescente, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados. EVERARDO FERREIRA TELLES - Diretor Presidente - CPF 013.240.713-20, ANDRE VIDAL JUNIOR - Diretor - CPF 241.992.063-53. SEBASTIÃO MARTINS DE OLIVEIRA JUNIOR CPF-245.739.903-30 - CRC/CE 9828/O

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Horizonte - Extrato de Ata de Registro de Preço de Nº 028/2013.** Prefeitura Municipal de Horizonte, através da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo. **Objeto:** Registro de Preços para prestação de serviços de locação de equipamentos de infraestrutura, equipamentos diversos, serviços de decoração e serviços de segurança, destinados a realização do São João de Horizonte promovido através da Secretaria de Cultura e Turismo do município de Horizonte, conforme especificações em anexo. **Fundamentação Legal:** Pregão Presencial Nº 2013.06.10.1 Decreto Municipal Nº 012/2011 de 03/01/2011, Lei 10.520/02 e inciso II do art. 15 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e demais legislações pertinentes. **Dos Preços Registrados:** Os preços registrados são os preços unitários do **Pregão Presencial Nº 2013.06.10.1**, conforme proposta de adequação das empresas signatária desta Ata: **Francisco de Abreu Sousa – ME** vencedora com o valor global totalizando em R\$ 18.900,00 (dezoito mil e novecentos reais), referente ao lote I totalizando o valor em R\$ 16.000,00 (dezesseis mil reais) e referente ao lote II totalizando o valor em R\$ 2.900,00 (dois mil e novecentos reais) **Veneno Eventos e Sonorização LTDA – ME** vencedora com o valor global totalizando em R\$ 19.610,00 (dezenove mil seiscentos e dez reais), referente ao lote III totalizando o valor em R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) e referente ao lote IV totalizando o valor em R\$ 16.910,00 (dezesseis mil novecentos e dez reais). **Vigência:** 12 (doze) meses. **Data de Assinatura:** 27 de Junho de 2013. **Signatários:** Francimarcos Peixoto Gomes e Francisco de Abreu Sousa, Eduardo Florentino Ribeiro.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PARACURU** - A Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Paracuru, localizada na Rua Coronel Meireles, 07 – Centro, torna público a **ANULAÇÃO** do PREGÃO PRESENCIAL Nº 11.003/2013 - PRP, cujo **objeto** é a Seleção de melhor proposta para registro de preços material elétrico e hidrosanitário de interesse das diversas secretarias do Município de Paracuru-Ce, de acordo com o art. 49, da Lei nº 8.666/93. Maiores informações na sala da Comissão de Pregão, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 às 12:00 horas. **Paracuru-CE, 05 de julho de 2013. Monara Rochelly Rocha de Souza – Pregoeira Oficial.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.04.17.01 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO. OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica apta a prestar serviços de Transporte de Alunos da Rede Pública de Ensino, junto à Secretaria da Educação do Município de Irauçuba/CE. **CONTRATADA: ANC EMPREENHIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA - ME**, com o valor global de R\$ 103.168,80 (Cento e três mil cento e sessenta e oito reais e oitenta centavos), sendo R\$ 83.462,40 (Oitenta e três mil quatrocentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos), referente ao Lote I e R\$ 19.706,40 (Dezenove mil setecentos e seis reais e quarenta centavos), referente ao Lote II. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Francisco Gregório Santos Vieira Junior - Sócio. **CONTRATANTE:** Secretaria da Educação. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Francisca Muldiane Pedroza Freitas. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Até 31 de Dezembro de 2013. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0604 12 368 0009 2.053 – **Ensino Fundamental** e 0604 12 362 0009 2.040 – **Ensino Médio**, elemento de despesas 3.3.90.39.00, com recursos oriundos do FUNDEB 40% e PNATE (Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar). **ELEMENTO DE DESPESA Nº. 3.3.90.39.00. DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 07 de Maio de 2013. **Irauçuba/CE, 07 de Maio de 2013.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL N.º 0105072013-INSTPREV. **OBJETO:** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA, COM SUPORTE TÉCNICO, JUNTO AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL, DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), DESTA EDITAL. **TIPO:** MENOR PREÇO MENSAL. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE NO **DIA 18 DE JULHO DE 2013, ÀS 09:00 HORAS**, NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, ESTARÁ RECEBENDO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO. MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO FONE (883411.8414) DAS 08:00 ÀS 11:30 HORAS. A **COMISSÃO.**

## YPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A.

CNPJ - 11.775.945/0001-00

## RELATORIO DA DIRETORIA

Senhores Acionistas, No cumprimento das disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Ypetro Distribuidora de Combustíveis S/A. apresenta aos senhores o relatório de administração com seus resultados financeiros e operacionais do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, acompanhado das Notas Explicativas. A DIRETORIA.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012/ 2011 (Valores Expressos em Reais)			DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)		
	2012	2011		2012	2011
<b>ATIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
CAIXA E EQUIV.DE CAIXA Nota 4	2.128.227,23	2.127.809,41	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS</b>		
ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES	958,19	400,00	<b>ATIVIDADES</b>		
IMPOSTOS A RECUPERAR	65.858,09	74.400,00	<b>OPERACIONAIS</b>		
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>2.195.043,51</b>	<b>2.202.609,41</b>	RESULTADO DO EXERCÍCIO	105.479,56	187.013,03
<b>NAO CIRCULANTE</b>					
IMOBILIZADO Nota 5	710.931,81	637.936,43	AJUSTES PARA CONCILIAR O		
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>710.931,81</b>	<b>637.936,43</b>	RESULTADO ÀS		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>2.905.975,32</b>	<b>2.840.545,84</b>	DISPONIBILIDADES		
<b>PASSIVO</b>					
<b>CIRCULANTE</b>					
FORNECEDORES	549,70	1.055,30	GERADAS PELAS ATIVIDADES		
OBRIGAÇÕES SOCIAIS E			OPERACIONAIS		
TRABALHISTAS	33.559,34	59.976,41	<b>TOTAL</b>	<b>105.479,56</b>	<b>187.013,03</b>
<b>TOTAL CIRCULANTE</b>	<b>34.109,04</b>	<b>61.031,71</b>	<b>VARIACÕES NOS</b>		
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	15.796,77	28.924,18	<b>ATIVOS E PASSIVOS</b>		
PARTES RELACIONADAS Nota 6	15.796,77	28.924,18	(AUMENTO) REDUÇÃO NOS		
<b>TOTAL NÃO CIRCULANTE</b>	<b>15.796,77</b>	<b>28.924,18</b>	ADIANTAMENTOS A		
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
CAPITAL SOCIAL Nota 7.1	2.500.000,00	2.500.000,00	FORNECEDORES	(558,19)	(400,00)
RESERVAS DE LUCROS Nota 7.2	356.069,51	250.589,95	(AUMENTO) REDUÇÃO NOS		
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>2.856.069,51</b>	<b>2.750.589,95</b>	IMPOSTOS A RECUPERAR	8.541,91	(60.834,51)
<b>TOTAL DO PASSIVO E</b>					
<b>PATRIMONIO LIQUIDO</b>					
	<b>2.905.975,32</b>	<b>2.840.545,84</b>	AUMENTO (REDUÇÃO) EM		
As notas explicativas são parte integrante					
das demonstrações contábeis					
<b>DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO</b>					
<b>DE 2012 / 2011 (Valores Expressos em Reais)</b>					
	2012	2011	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS</b>		
<b>RECEITAS E DESPESAS</b>					
<b>OPERACIONAIS Nota 3.1</b>					
OPERACIONAIS Nota 3.1	(30.817,63)	(7.456,21)	<b>ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>		
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(30.817,63)	(7.456,21)	<b>FLUXOS DE CAIXA DAS</b>		
<b>RESULTADO ANTES DAS RECEITAS</b>			<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
<b>E DESPESAS FINANCEIRAS</b>	<b>(30.817,63)</b>	<b>(7.456,21)</b>	EMPRÉSTIMOS COM		
<b>DESPESAS E RECEITAS FINANCEIRAS</b>	<b>169.606,53</b>	<b>254.445,65</b>	CONTROLADAS	(13.127,41)	28.924,18
RECEITAS FINANCEIRAS	169.668,08	256.352,39	<b>DISPONIBILIDADES LÍQUIDAS</b>		
DESPESAS FINANCEIRAS	(61,55)	(1.906,74)	<b>GERADAS PELAS</b>		
<b>RESULTADO ANTES DOS</b>			<b>ATIVIDADES FINANCIAMENTO</b>	<b>(13.127,41)</b>	<b>28.924,18</b>
<b>TRIBUTOS SOBRE LUCROS</b>	<b>138.788,90</b>	<b>246.989,44</b>	<b>DEMONST. DO AUMENTO</b>		
DESPESAS COM TRIBUTOS			(REDUÇÃO) CAIXA E EQUIV.		
SOBRE LUCRO Nota 3.4	(33.309,34)	(59.976,41)	<b>DE CAIXA</b>	<b>417,82</b>	<b>57.721,05</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO</b>			NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	2.127.809,41	2.070.088,36
<b>EXERCÍCIO Nota 7.2</b>	<b>105.479,56</b>	<b>187.013,03</b>	NO FIM DO EXERCÍCIO	2.128.227,23	2.127.809,41
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO</b>			AUMENTO (REDUÇÃO)		
<b>EXERCÍCIO por ação</b>	<b>0,042</b>	<b>0,075</b>	<b>CAIXA E EQUIVALENTE</b>		
As notas explicativas são parte integrante					
das demonstrações contábeis					

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 / 2011**  
(Valores Expressos em Reais)

	CAPITAL SOCIAL	RES. DE LUCROS	RES. DE CAPITAL	LUCROS ACUM.	TOTAL
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	2.500.000,00	63.576,92	-	-	2.563.576,92
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	187.013,03	187.013,03
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	187.013,03	-	(187.013,03)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	2.500.000,00	250.589,95	-	-	2.750.589,95
RESULTADO DO EXERCÍCIO	-	-	-	105.479,56	105.479,56
<b>DESTINAÇÃO PROPOSTA:</b>					
RESERVA DE LUCROS A REALIZAR	-	105.479,56	-	(105.479,56)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012	2.500.000,00	356.069,51	-	-	2.856.069,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO 2012 E 2011**  
(Valores Expressos em Reais)

**NOTA 1. CONTEXTO OPERACIONAL** - A Sociedade YPETRO DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS S/A, com sede na cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, na Av. Quarto Anel Viário, s/n, KM 12,5, Parque Novo Mondubim, Quadra 100/105, bairro Pajuçara, CEP 61915-300, inscrita no CNPJ (MF) sob nº 11.775.945/0001-00, registrada na Junta Comercial do Estado do Ceará sob Nire 23.2.0130618-1, por despacho de 18 de março de 2010, na forma de sociedade por cotas de responsabilidades limitadas. Transformada em sociedade anônima de capital fechado em 02 de Janeiro de 2011. A Sociedade tem por objetivo as seguintes atividades: a) Industrialização, beneficiamento e comercialização no atacado e varejo de produtos derivados de petróleo e álcool combustível, aditivados ou não, inclusive gasolina, óleo diesel, querosene, álcool hidratado, álcool anidro, Gás Natural Veicular, biocombustíveis e outros produtos que venham a ser autorizados pela ANP – Agência Nacional de Petróleo; b) Produção e comercialização de aditivos para combustíveis utilizados para motores de combustão interna; c) Importação e exportação de matérias primas e produtos acabados necessárias ao seu processo produtivo e comercial. **NOTA 2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As Demonstrações Contábeis foram elaboradas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil que abrangem, além das disposições da legislação societária brasileira, os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, homologados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. As alterações trazidas pela Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09 à Lei nº 6.404/76 estão sendo observadas integralmente e adotadas quando aplicável. Tais alterações à Lei nº 6.404/76 atualizaram a legislação societária brasileira, possibilitaram o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitiram que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. A empresa até o momento encontra-se em processo de

implantação, portanto não apresenta nenhum valor referente a operações operacional, créditos tributários não utilizados e créditos fiscais estrangeiros, bem como quaisquer limites sobre os mesmos como também qualquer valor com referência a ganho ou perda de diferido, decorrente de qualquer operação anterior entre sociedades. **NOTA 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - 3.1. Apuração do resultado** - As receitas e despesas estão demonstradas obedecendo ao regime da competência. **3.2. Imobilizado** - Os bens do ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. **3.3. Instrumentos financeiros** - Os principais instrumentos financeiros, existentes em 31/12/12 são disponibilidades, aplicações financeiras e contas a pagar, cujos saldos estão registrados por valores que se aproximam aos de mercado, baseado em taxas e encargos de tipos de instrumentos financeiros similares. **3.4. Imposto de renda e contribuição social corrente** - O imposto de renda da pessoa jurídica e a contribuição social sobre o lucro líquido são calculados conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real. Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social. **3.5. Obrigações com Partes Relacionadas** - Estão demonstrados pelos valores de contratação.

**NOTA 4. CAIXA E EQUIVANTES DE CAIXA**

	2012	2011
Caixa	900,15	1.047,70
Bancos conta movimento	8.807,45	877,16
Aplicações financeiras	2.118.519,63	2.125.884,55
	2.128.227,23	2.127.809,41

Os saldos de aplicações financeiras são compostos como demonstrado abaixo.

	2012	2011
Banco do Brasil	2.118.519,63	2.125.884,55
	2.118.519,63	2.125.884,55

**NOTA 5. IMOBILIZADO**

Valores	2012	2011
Terras e Terrenos	500.000,00	500.000,00
Construções em Andamento	210.931,81	137.936,43
	710.931,81	637.936,43

O imobilizado apresenta a seguinte movimentação:

	2012	2011
Saldo inicial	709.358,31	633.442,33
Aquisições	1.573,50	4.494,10
	710.931,81	637.936,43

**NOTA 6 PARTES RELACIONADAS**

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	2012	2011
<b>Passivo Circulante</b>		
<b>Empréstimos com Partes Relacionadas</b>		
Agropaulo Agroindústria S.A.	15.796,77	25.140,82
Telles		3.783,36
	15.796,77	28.924,18

Para as operações de Empréstimos realizadas entre as Partes Relacionadas não ocorre a cobrança de juros, vencimentos e encargos financeiros sobre os montantes negociáveis.

**NOTA 7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

**7.1. Capital Social** - O Capital Social é de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), representado por 2.500.000 (dois milhões e quinhentas mil) ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, já totalmente integralizado em moeda corrente nacional, fica distribuído entre os sócios da seguinte forma: a) TELLES FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES - conversão de suas cotas de capital no valor de R\$ 2.450.000,00 (dois milhões, quatrocentos e cinquenta mil reais) em 2.450.000 (dois milhões, quatrocentas e cinquenta mil) ações ordinárias nominativas; e b) PAULO CAMPOS TELLES NETO - conversão de suas cotas de capital no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) em 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias nominativas. **7.2. Reservas de Lucros** - O montante no valor R\$ 356.069,51 (Trezentos e cinquenta seis mil, sessenta e nove reais e cinquenta um centavos) corresponde aos lucros remanescente, apurado acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados referentes as aplicações financeiras. **Paulo Campos Telles Neto - Diretor - Presidente. André Vidal Junior - Diretor. Sebastião Martins de Oliveira Júnior - Contador CRC-Ce 009828/0-0**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JIJOCA DE JERICOACOARA - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL 009/2013. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. Objeto:** CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA MONTAGEM E DESMONTAGEM DE EQUIPAMENTOS E ESTRUTURA FÍSICA E APRESENTAÇÃO DE BANDAS ARTÍSTICAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS ALUSIVOS AOS "FESTEJOS JUNINOS" NO MUNICÍPIO DE JIJOCA DE JERICOACOARA-CE. **Contratada:** WONICLEY ALVES FERREIRA-ME. **Assinado pelo Contratado:** WONICLEY ALVES FERREIRA. **Contratante:** SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. **Assina pela Contratante:** EDNA MARIA ARAUJO DE SOUSA. **Valor do Contratado por Secretária:** R\$ (Secretaria de Educação e Cultura). **Valor:** R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) **Valor Global do Contratado:** R\$ 287.500,00 (duzentos e oitenta e sete mil e quinhentos reais) **Vigência do Contrato:** Até 31 de Dezembro de 2013. **Dotação Orçamentária:** 0402.13.392.0536.2.015 (Secretaria de Educação e Cultura) Elemento de Despesas: 3.3.90.39.00. Data do Contrato: 01 de Julho de 2013. **Francisca Neuza da Cunha Ribeiro - Pregoeira. Jijoca de Jericoacoara - CE, 04 DE JULHO DE 2013.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VARJOTA - EXTRATO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. CONTRATANTE:** Município de Varjota, localizado à Rua: Arthur Ramos, 232, Centro, Varjota, CE, CNPJ sob o nº 07.673.114/0001-41 e no CGF sob o nº 06.920.647-3, **CONTRATADO:** Brandão Construções e Locações Ltda -ME, CNPJ de nº 10.470.695/0001-29. **FUNDAMENTO LEGAL:** Processo de licitação na modalidade Pregão Presencial Nº 13-26-SECT-PP. **OBJETO:** Contratação de empresa organizadora em eventos para prestar serviços de organização no evento do II Festival de Quadrilhas de Varjota - Arraiaras, conforme especificações contidas no Termo de Referência. **VALOR:** R\$ 41.491,00; **PRAZO:** validade do contrato 01(um) mês. **ORIGEM DOS RECURSOS:** GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ através da CASA CIVIL e da Prefeitura Municipal de Varjota na Dotação da Secretaria do Cultura Turismo e Meio Ambiente; **DATA:** Varjota-Ce, 03 de julho de 2013. **Signatários: CONTRATANTE: Rafael Castelo Branco Ximenes** Ordenador de despesa da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e **CONTRATADO: Alexandre Cardoso Brandão**, empresário, inscrito CPF: 009.823.603-20. **Varjota, 03 de julho de 2013. Prefeitura Municipal de Varjota. Rafael Castelo Branco Ximenes - Ordenador de Despesa da Secretaria Cultura Turismo e Meio Ambiente.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARETAMA - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE INSTRUMENTO CONTRATUAL. PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.04.12.01. CONTRATANTE: SECRETARIA EDUCAÇÃO, CONTRATADAS: OMEGA DISTRIBUIDORA DE PROD. ALIMENTÍCIOS LTDA, CNPJ 41.600.131/0001-97; DIAGA COM. DE ALIMENTOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME, CNPJ 41.557.349/0001-06; WERBINIA AMED DA SILVA - ME, CNPJ 07.405.331/0001-50; DURASOL COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA - EPP, CNPJ 13.020.625/0001-67 E GUANABARA INDUSTRIA COMERCIO E DISTRIBUIDORA LTDA, CNPJ 41.633.439/0001-39. **OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios destinados a merenda escolar, conforme especificações do Termo de Referência. **FUNDAMENTO LEGAL:** LEI Nº. 8.666/93 E LEI Nº. 10.520/02. **VALOR GLOBAL:** R\$ 366.398,10 (trezentos e sessenta e seis mil trezentos e noventa e oito reais e dez centavos). **VIGÊNCIA:** 15/05/2013 A 31/12/2013. **SIGNATÁRIO: CONTRATANTE:** Francisco Sergio de Freitas. **Contratadas:** Caio Italo Baima Mota, Milton Gomes de Oliveira Filho, Werbenia Amed da Silva, Gerson Ribeiro dos Santos Filho e Rogério Neyva Pinheiro Teixeira. **IBARETAMA, 15 DE MAIO DE 2013.****

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU - CE.** A Prefeitura de Tururu, torna público o **Extrato do Instrumento Contratual** resultante do **Pregão Presencial nº PP-002/2013-02. OBJETO:** Aquisição de material de expediente, suprimentos de informática, material de limpeza e higiene, utensílios de copa e cozinha e material permanente destinados a manutenção das atividades da Secretaria de Administração e Finanças do Município de Tururu. **UNID. GESTORA:** Secretaria de Administração e Finanças. **DOT. ORÇAMENTÁRIA:** 0301 04 122 0007 2.006 - 3.3.90.30.00 / 4.4.90.52.00. **VIGÊNCIA:** 31.12.2013. **ASSINATURA:** 13.05.2013. **CONTRATADA:** Jhamyson da Silva Chaves - ME. **VALOR R\$:** 41.476,70 (quarenta e um mil quatrocentos e setenta e seis reais e setenta centavos). **ASSINA P/ CONTRATADA:** Tiago da Silva Santos. **CONTRATADA:** C. P. Dias - ME. **VALOR R\$:** 57.258,45 (cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e cinco centavos). **ASSINA P/ CONTRATADA:** Wesley Batista de Melo. **CONTRATADA:** Marcia Maria Dias - ME. **VALOR R\$:** 29.277,88 (vinte e nove mil duzentos e setenta e sete reais e oitenta e oito centavos). **ASSINA P/ CONTRATADA:** Josimar Araújo de Souza. **ASSINA P/ CONTRATANTE:** Raimundo Nonato B. Bonfim. Tururu/CE, 05 de Julho de 2013. À Comissão.

\*\*\* \*\*

## ROCHEDO CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A - CNPJ (MF) nº 05.466.339/0001-00

## BALANÇO PATRIMONIAL - R\$

ATIVO	31/12/2012	31/12/2011
<b>Circulante</b>	<b>1.055.870,88</b>	<b>183.520,59</b>
Caixa e Bancos	76.312,11	23.257,27
Adiant. a Forneced.	10.562,59	43.457,50
Imp. a Recuperar	2.325,20	6.658,52
Estoque de Imóveis	945.066,78	110.147,30
Aluguel a Receber	21.604,20	
<b>Não Circulante</b>	<b>9.569.859,20</b>	<b>9.970.302,85</b>
<b>Real. a L. Prazo</b>	<b>1.241.940,00</b>	<b>1.257.331,17</b>
Clientes	1.241.940,00	1.234.867,17
Empréstimos de pessoas ligadas	-	22.464,00
Investimentos	<b>4.952.078,34</b>	<b>4.952.078,34</b>
Imobilizado	<b>3.375.840,86</b>	<b>3.760.893,34</b>
<b>Total do Ativo</b>	<b>10.625.730,08</b>	<b>10.153.823,44</b>
<b>PASSIVO</b>	<b>31/12/2012</b>	<b>31/12/2011</b>
<b>Circulante</b>	<b>54.787,03</b>	<b>113.166,13</b>
Fornecedores	20.758,76	69.171,70
Emprést. e Financiamentos		
Obrigações Sociais	4.890,02	6.677,10
Obrigações Tribut.	29.138,25	37.217,03
Obrigações Trabalhista	-	100,30
<b>Não Circulante</b>	<b>2.177.595,95</b>	<b>10.040.657,31</b>
Rec. Diferidas	<b>1.241.940,00</b>	<b>1.234.867,17</b>
Custos Diferidos (289.344,05)	-	-
Crédito de empresas ligadas	1.225.000,00	1.919.426,32
<b>Patrim. Líquido</b>	<b>8.393.347,10</b>	<b>6.886.363,82</b>
Cap. Realizado	3.649.288,00	3.649.288,00
Reserva de Capital	43.162,47	37.626,47
Res. de Lucros	3.267.952,38	3.267.952,38
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.432.944,25	(68.503,03)
<b>Total Passivo</b>	<b>10.625.730,08</b>	<b>10.153.823,44</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO - R\$		
	31/12/2012	31/12/2011
<b>Receita Bruta</b>	<b>2.031.192,85</b>	<b>1.647.404,71</b>
Receita da Venda de Imóveis	1.483.582,00	1.399.268,16
Receita de Aluguéis	547.610,85	248.136,55
Ded. da Rec. Bruta	<b>(74.161,33)</b>	<b>(65.343,78)</b>
Imp. e Contrib.	(74.161,33)	(65.343,78)
<b>Rec. Líquida</b>	<b>1.957.031,52</b>	<b>1.582.060,93</b>
Custos dos Imóveis Vendidos	7.126,28	
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.949.905,24</b>	<b>1.582.060,93</b>
Desp. Administr.	(332.318,68)	(292.609,21)
Rec. Financeiras	628,34	1.979,85
Desp. Financeiras	(5.958,83)	(11.664,28)
Desp. Tributárias	(28.467,24)	-
<b>Lucro Operac.</b>	<b>1.583.788,83</b>	<b>1.279.767,29</b>
Outras Receitas	-	2.136,58
<b>Resultado antes do IR</b>	<b>1.583.788,83</b>	<b>1.281.903,87</b>
Prov. Imp. de Renda	50.491,12	30.131,63
Prov. Cont. Social	31.850,43	22.628,90
<b>Lucro ou Prejuízo do Exercício</b>	<b>1.501.447,28</b>	<b>1.229.143,34</b>
<b>Lucro Líq. por Ações</b>	<b>0,41</b>	<b>0,34</b>
<b>Quant. de Ações no final do Exerc.</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>3.649.288,00</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2012**

**1. Contexto Operacional:** A Companhia foi constituída em 20/09/1977, com sede na cidade de Horizonte/Ce, e tem por objeto social a atividade de compra, venda, incorporação, loteamento, aluguel e administração de imóveis próprios e de terceiros, importação de insumos e de máquinas e equipamentos relacionados a atividade.

**2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:** As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, dos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** a) Os Investimentos estão demonstrados pelo método da Equivalência Patrimonial na importância de R\$ 4.952.078,34. b) O ativo imobilizado e

## DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO - R\$

	Período de 01/Jan/2012 a 31/Dez/2012	Período de 01/Jan/2011 a 31/Dez/2011
Lucro líquido do exercício	1.501.447,28	1.229.143,34
Ajuste por:		
Depreciação e Amortização	85.483,60	2.770,80
Ajuste de exercícios anteriores	0,00	-23.434,06
<b>Subtotal</b>	<b>1.586.930,88</b>	<b>1.208.480,08</b>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>-1.546.444,92</b>	<b>1.032.646,83</b>
(Aumento) redução em Contas a receber	-7.072,83	1.208.963,05
(Aumento) redução nos estoques	-547.919,48	0,00
(Aumento) redução de alugueis a receber	11.290,71	-19.112,42
(Aumento) redução de encargos e benefícios	0,00	-425,33
(Aumento) redução em outros realizáveis	22.464,00	0,00
(Aumento) redução em imp. a recuperar	4.333,32	0,00
(Aumento) redução em fornecedores	-48.412,94	-106.240,47
(Aumento) redução em obrig. sociais e tributárias	-9.966,16	0,00
(Aumento) redução em créditos de Empresas ligadas	-694.426,32	-50.538,00
(Aumento) redução de Resultado de exercícios futuros	-282.271,22	0,00
(Aumento) redução de outros exigíveis	5.536,00	0,00
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>40.485,96</b>	<b>2.241.126,91</b>
<b>Atividades de Investimentos</b>	<b>12.568,88</b>	<b>-2.219.961,59</b>
Aquisições de Imobilizado	-372.507,30	-2.219.961,59
Alienação de imobilizado	385.076,18	0,00
<b>CAIXA LÍQUIDO DAS ATIVIDADES INVESTIMENTOS</b>	<b>12.568,88</b>	<b>-2.219.961,59</b>
<b>AUMENTO (DIMINUIÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES</b>	<b>53.054,84</b>	<b>21.165,32</b>
Saldo no início do exercício	23.257,27	2.091,95
Saldo no final do exercício	76.312,11	23.257,27

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

## Período de 31/DEZ/2011 a 31/DEZ/2012 - Valores em R\$

Contas	Capital Reservas de		Reservas de		Total
	Social	Capital	Lucro	Acumulados	
<b>Saldos 31/12/2010</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>37.626,47</b>	<b>3.267.952,38</b>	<b>(1.274.212,31)</b>	<b>5.680.654,54</b>
Result. do Exercício				1.229.143,34	1.229.143,34
Ajuste de Exerc. Anteriores				(23.434,06)	(23.434,06)
<b>Saldos 31/12/2011</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>37.626,47</b>	<b>3.267.952,38</b>	<b>(68.503,03)</b>	<b>6.886.363,82</b>
Agio na Emissão de Ações		5.536			5.536,00
Resultado do Exercício				1.501.447,28	1.501.447,28
Ajuste de Exerc. Anteriores				-	-
<b>Saldos 31/12/2012</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>43.162,47</b>	<b>3.267.952,38</b>	<b>1.432.944,25</b>	<b>8.393.347,10</b>

investimento estão registrados pelo custo de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação ou amortização, as quais são calculadas pelo método linear à taxas que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens conforme descrito. c) As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios, sendo os custos reconhecidos proporcional a receita recebido no exercício. d) Os demais ativos são apropriados ao valor de realização. Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicável, acrescidos dos correspondentes encargos. e) O lucro (prejuízo) por ação é calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

	2012	2011
<b>4. Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Caixa	1.946,91	302,77
Depósito Bancários a Vista	74.365,20	22.954,50
<b>5. Estoque de Imóveis:</b> O estoque de Imóveis está composto por 52 casas residenciais a serem financiadas através da Caixa Econômica Federal no município de Pacajus/Ce, totalizando R\$ 930.696,75.		

	2012	2011
<b>6. Investimentos</b>		
Participação em controlada (Horizonte Avícola)	4.952.078,34	4.952.078,34

**7. Imobilizado:** O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada, com percentuais de depreciação aplicados consoante as normas fiscais vigentes e por meio do método linear.

	Taxa de Depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido 2012	Líquido 2011
Terrenos	-	1.200.742,30	-	1.200.742,30	970.595,00
Imóveis em Construção	-	-	-	-	385.076,18
Edifícios e Benfeitorias	4%	170.545,82	(16.991,81)	153.554,01	11.653,53
Ferramentas e Acessórios	10%	9.687,21	(8.596,45)	1.090,76	1.364,12
Móveis e Utensílios	10%	20.811,26	(14.379,66)	6.431,60	7.143,08
Máquinas e Equipamentos	10%	15.650,92	(11.966,97)	3.683,95	4.607,23
Computadores e Periféricos	20%	1.674,00	(603,72)	1.070,28	1.338,48
Edifícios e Benf./Shopping	4%	2.092.115,72	(82.847,76)	2.009.267,96	2.092.115,72
<b>Total</b>		<b>3.511.227,23</b>	<b>(135.386,87)</b>	<b>3.375.840,86</b>	<b>3.473.893,34</b>

	2012	2011
<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>		
<b>8. Créditos de Empresas e Pessoas Ligadas</b>		
Horizonte Avícola e Industrial S/A	131.000,00	597.426,32
Carla Bezerra Lima Quintão	555.000,00	787.000,00
José Quintão de Oliveira	539.000,00	535.000,00

**9. Patrimônio Líquido - 9.1. Capital Social:** Capital Social - Pertencente inteiramente aos acionistas domiciliados no País e está composto de 3.649.288 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma. **Composição Acionária**

	2012	2011
<b>Acionistas</b>		
Carla Bezerra Lima Quintão	R\$ 2.769.080,00	R\$ 2.769.080,00
José Quintão de Oliveira	R\$ 182.464,00	R\$ 182.464,00
Espólio Gerardo Matos Bezerra Lima Filho	R\$ 697.744,00	R\$ 697.744,00
<b>Total</b>	<b>R\$ 3.649.288,00</b>	<b>R\$ 3.649.288,00</b>

**9.2. Lucros ou Prejuízos Acumulados:** No exercício de 2012 a Rochedo teve lucro no valor de R\$ 1.501.447,28 que após absorver os prejuízos acumulados de exercícios anteriores no valor de R\$ 68.503,03, ficou com um saldo de R\$ 1.432.944,25.

## ROCHEDO CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A - CNPJ (MF) nº 05.466.339/0001-00

10. RECEITA LÍQUIDA	2012	2011
Receita de Vendas de Imóvel	1.483.582,00	1.399.268,16
Receitas de Aluguel	547.610,85	248.136,55
( - ) Deduções	(74.161,33)	(65.343,78)
Receita Líquida	1.957.031,52	1.582.060,93

**11. Despesas com Tributos Sobre o Lucro:** O Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a Contribuição Social são calculados com base no lucro

presumido as alíquotas de 15% IRPJ e 10% adicional e 9% CSSL e estão sujeitos a revisão e avaliação dos procedimentos adotados pelas autoridades tributárias competentes. Como os textos da legislação tributária estão geralmente sujeitos a interpretações divergentes, não é possível assegurar que em caso de fiscalização se tenha total aprovação para as práticas tributárias seguidas pela empresa. **José Quintão de Oliveira** - Diretor-presidente. **Alene Lúcia Ferreira dos Santos** - CRC-CE 12023/O-2

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2013.03.04.02.** O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte faz publicar o extrato resumido do resultado da CONCORRÊNCIA PÚBLICA a seguir: **CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2013.03.04.02. OBJETO:** Contratação de empresa especializada visando a elaboração dos projetos de Arquitetura, Urbanismo, Paisagismo, Engenharia, Trabalho Social, orçamento e compatibilização de todos os projetos para Obras de Edificações e urbanismo diversas no município de Juazeiro do Norte - Ceará. **RESULTADO DA LICITAÇÃO: DESERTA.** Por todo o exposto, eu, José Danillo Arrais de Oliveira, Presidente da Comissão de Licitação do Governo Municipal de Juazeiro do Norte, declaro **DESERTO** o certame derivado da CONCORRÊNCIA PÚBLICA nº 2013.03.04.02, pela completa ausência de interessados em contratar com a administração municipal. **Juazeiro do Norte - CE, 04 de Julho de 2013. José Danillo Arrais de Oliveira - Presidente da Comissão de Licitação - Governo Municipal de Juazeiro do Norte.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ - CPSMB - Extrato de Publicação de Instrumento Contratual** - Pregão Presencial nº 01.2013.06, Processo nº 01.2013.06. Contratante: Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturité. Contratada: **PRISMA VIGILÂNCIA LTDA-EPP**, representada por **FRANCISCO JALES VASCONCELOS CPF Nº 393.386.903-00.** Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE VIGILÂNCIA ARMADA PARA AO CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE DO MACIÇO DE BATURITÉ.** Fundamento legal: de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores; Valor de **R\$ 193.970,00 (Cento e noventa e três mil, novecentos e setenta reais).** Vigência do Contrato: 06/06/2013 a 31/12/2013. Data de Assinatura do Contrato: 06 de Junho de 2013. Signatário, pela Contratante: Sr. **EDVANDA MARIA ARAÚJO DE SOUZA** pelo Contratado: Sr. **FRANCISCO JALES VASCONCELOS.** Baturité 06 de Junho de 2013. Edvanda Maria Araújo de Souza - Ordenadora de despesa do Consórcio Público de Saúde do Maciço de Baturite - Ce.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá - Extrato de Contratos.** O Governo Municipal de Tauá - CE, torna público o extrato dos Instrumentos Contratuais resultantes da Tomada de Preços nº 1801.01/2013-GOV: **OBJETO:** Contratação da prestação de serviço de assessoria e consultoria técnica de apoio administrativo junto a Prefeitura municipal de Tauá - CE. **UNIDADES ADMINISTRATIVAS - DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS** - Secretaria de Gestão e Finanças - 01.04.04.04.122.037.2.04 - Secretaria de Educação - 01.15.15.12.122.037.2.23 - Fundo Municipal de Saúde - 02.11.11.10.122.037.2.11. **ELEMENTO DE DESPESA:** 33.90.39.00 - **CONTRATADOS(AS) - VALOR GLOBAL** - MC Assessoria e Consultoria Ltda. 25.000,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) - 25.000,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais) - 25.000,00 (vinte e cinco mil e quinhentos reais). **VIGÊNCIA DOS CONTRATOS:** até 31 de Dezembro de 2013. **ASSINAM PELOS(AS) CONTRATADO(AS):** Luiz Freitas de Carvalho Júnior. **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Wania Maria dos Santos Gonçalves Araújo; Matilde Gomes Cavalcante; Edgleusson Coelho Noronha. **Magno Kelly Loiola de França - Presidente da CPL**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará Prefeitura Municipal de Horizonte - Extrato de Termo de Anulação - Tomada de Preços Nº 2013.04.03.1.** A Comissão Permanente de Licitação do Município de Horizonte torna público a ANULAÇÃO do processo licitatório na modalidade **Tomada de Preços Nº 2013.04.03.1.** Após diligências realizadas, e em conformidade do Parecer da douta PGM, o Exmo. Sr. Ricardo Dantas Sampaio - Secretário de Infra Estrutura, decidiu pela **Anulação da Tomada de Preços Nº 2013.04.03.1**, nos termos do Art. 49, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.666/93. Portanto fica aberto o prazo recursal, conforme preceitua o artigo 109, inciso I, letra c, da Lei Federal nº 8.666/93, a partir da publicação deste extrato. **Horizonte/CE., 04 de julho de 2013. Washington Luis Soares dos Santos - Presidente da CPL.**

**ENERCE ENERGIAS RENOVÁVEIS DO CEARÁ LTDA.** - NIRE 23201143509 - CNPJ 08.836.361/0001-84 - Assembleia geral extraordinária - Edital de Convocação - Ficam as empresas sócias acionistas da ENERCE ENERGIAS RENOVÁVEIS DO CEARÁ LTDA. convocadas para se reunirem em assembleia geral extraordinária a se realizar a partir das 10:00 horas do dia 11 de julho de 2013, na sede social, localizada na Rua Santa Clara, 101, CEP 61690-990, caixa posta 96, Bairro Primavera - Caucaia - CE, conforme art. 1.073, inciso I, da Lei nº 10.406/02, com a seguinte ordem do dia: a) destituição dos atuais administradores e designação de novo administrador; b) modificação do contrato social para definir poderes de representação dos administradores; c) modificação do contrato social para incluir previsão de exclusão de sócio por justa causa; d) apreciação, discussão e deliberação sobre a destinação do imóvel denominado "terreno primavera", objeto das matrículas nºs 9.099, 22.996 e 24.335, bem como do acervo patrimonial da ENERCE. Caucaia, 03 de julho de 2013. GASPARE FERRARA - Conselheiro Administrativo da empresa sócia ENERGY AND DEVELOPMENT S R L - ENDE S.R. L., inscrita no CNPJ nº 08.754.372/0001-15.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTEIRAS - TOMADA DE PREÇO Nº 2013.05.28.1 - RECORRENTES: CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA E ASSESSORIA MUNICIPAL e CONSEP - CONSULTORIA E ESTUDOS PEDAGÓGICOS LTDA-EPP - DECISÃO:** A Comissão de Licitação do Município de Porteiras, diante das razões expostas, DECIDE: 1. Conhecer do recurso interposto pela empresa CONSULPAM - CONSULTORIA PÚBLICO-PRIVADA E ASSESSORIA MUNICIPAL, eis que demonstrados os requisitos de admissibilidade, mas, no mérito, NEGAR-LHE PROVIMENTO; Conhecer o recurso interposto pela empresa CONSEP - CONSULTORIA E ESTUDOS PEDAGÓGICOS LTDA-EPP, porque demonstrados os requisitos de admissibilidade, e, no mérito, DAR-LHE PROVIMENTO para considerá-la vencedora do certame licitatório, eis que apresentou menor proposta de preço e, depois de análise criteriosa, o preço ofertado é perfeitamente exequível. 2 - Remeter a autoridade superior para exame das razões do Presidente da Comissão de Licitação. Comissão de Licitação de Porteiras em 04.07.2013.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 00.018/2013-PP.** A Comissão Permanente de Licitação e Pregão de São Benedito-CE, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 18 de Julho de 2013, às 09:00 horas, na sala da comissão permanente de licitação e pregão, localizada à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito/CE, a sessão pública, para recebimento e abertura dos envelopes de propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação na modalidade PREGÃO do tipo PRESENCIAL Nº. 00.018/2013-PP, cujo **objeto** é a Contratação de Empresa para Serviço de Assessoramento e Consultoria no Acompanhamento dos Convênios e Programas Firmados entre a Prefeitura Municipal de São Benedito e o Governo Federal e Estadual para atender a Diversas Secretarias do Município de São Benedito/CE. A documentação do edital e seus anexos, poderá ser adquirida junto a CPLP, a partir da publicação deste aviso, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 12h. **São Benedito-CE, 04 de Julho de 2013. Djane Gonçalves Alcântara Maciel- Pregoeira do Município de São Benedito-CE.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará Prefeitura Municipal de Tauá - Extrato de Contrato. CONTRATANTE:** Fundo Municipal de Saúde. **Contratada:** Construtora Náutica Comércio e Serviços Ltda. - ME; **Objeto:** Execução dos serviços de reforma de postos de saúde em diversas localidades no Município de Tauá/Ce. **Procedimento Licitatório:** Tomada de Preços nº 0905.03/2013 - FMS; **Valor Global Contratado:** R\$ 520.866,88 (quinhentos e vinte mil, oitocentos e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos). **Prazo de Execução dos Serviços:** 60 (sessenta) dias. **Origem dos Recursos:** Governo do Estado. **Dotação Orçamentária:** 02.11.11.10.302.176.104. **Elemento de Despesa:** 44.90.51.00. **Assina pela Contratante:** Edgleusson Coelho Noronha - Ordenador de Despesas do Fundo Municipal de Saúde. **Assina pela Contratada:** Luis Orlando de Sousa Bastos. **Magno Kelly Loiola de França - Presidente da CPL**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE FARIAS BRITO - Aviso de Licitação – Pregão nº 2013.07.04.1.** A Pregoeira Oficial do Município de Farias Brito/CE, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, que estará realizando, na sede da Prefeitura, Certame Licitatório, na modalidade Pregão, do tipo Presencial, tombado sob o nº 2013.07.04.1, cujo **objeto** é a aquisição de combustível tipo óleo Diesel BS10, destinado aos veículos pertencentes às Secretarias de Educação e Assistência Social do Município de Farias Brito/CE, conforme especificações apresentadas junto ao Edital Convocatório e seus anexos, com recebimento dos envelopes de propostas de preços e de documentos de habilitação marcado para o dia 18 de julho de 2013, às 09:00 (nove) horas. Maiores informações e entrega de editais na sede da Prefeitura Municipal, sito na Rua José Alves Pimentel, nº 87, Centro, nesta Cidade de Farias Brito/CE. Informações poderão ser obtidas ainda pelo telefone (88) 3544-1223. **Farias Brito/CE, 04 de julho de 2013. Luclessian Calixto da Silva Alves – Pregoeira Oficial.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARETAMA - EXTRATO DE CONTRATO. TOMADA DE PREÇO Nº 2013.04.15.01. PARTES:** MUNICÍPIO DE IBARETAMA/SECRETARIA DE SAÚDE **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR E AS EMPRESAS: HIFARMA COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA, COM ENDEREÇO CNPJ Nº 05.243.475/0001-66, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 247.161,89 (DUZENTOS E QUARENTA E SETE MIL CENTO E SESSENTA E UM REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS); PANORAMA COM. DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACEUTICOS LTDA, CNPJ Nº 01.722.296/0001-17, NO VALOR GLOBAL DE R\$ 254.903,15 (DUZENTOS E CINQUENTA E QUATRO MIL NOVECIENTOS E TRÊS REAIS E QUINZE CENTAVOS). **VIGÊNCIA:** 15/05/2013 A 31/12/2013. **ASSINAM PELAS PARTES: CONTRATANTE:** MARIA RIVIA ELLEN SOARES DA SILCVA. **CONTRATADA:** RAIMUNDO ORLANDO CAVALCANTE FILHO E JOSÉ SALES SILVEIRA D' ALMEIDA, 15 DE MAIO DE 2013.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARETAMA - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.07.03.01.** A Comissão de Licitação do Município de Ibareta, através de sua Pregoeira, comunica aos interessados que no próximo dia 17 de Julho de 2013, às 08:00 horas, estará realizando licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo **objeto** é a Contratação de serviços de assessoria e consultoria para acompanhamento da situação e regularidade tributária e previdenciária; contratação de assessoria visando compensação de valores previdenciários recolhidos indevidamente junto a Receita Federal e assessoria e consultoria técnica em gestão pública Municipal, conforme especificações do termo de referencia. Os envelopes de Proposta e documentação de habilitação serão recebidos na sala da Comissão de licitação até as 08:15 hs. Mais informações poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, sito à Rua Pe. João Scopel, nº 55, centro, no horário de **8:00 às 17:00 horas**, nos dias úteis após esta publicação. **Ibareta, 03 de Julho de 2013. Silvania Freitas Cavalcante.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TURURU.** A Prefeitura de Tururu, torna público o **Extrato do Instrumento Contratual** resultante do **Pregão Presencial nº PP-004/2013-04. OBJETO:** Aquisição de gêneros alimentícios, material de copa e cozinha e material de limpeza e higiene destinado a manutenção da Secretaria de Saúde e da Unidade Mista de Saúde do Município de Tururu. **UNID. GESTORA:** Secretaria de Saúde. **DOT. ORÇAMENTÁRIAS:** 0501.10.301.0137.2.019 e 0502.10.302.0276.2.023 - 3.3.90.30.00. **VIGÊNCIA:** 31.12.2013. **ASSINATURA:** 03.04.2013. **CONTRATADA:** Jhamyson da Silva Chaves - ME. **VALOR R\$:** 132.369,68 (cento e trinta e dois mil, trezentos e sessenta e nove reais e sessenta e oito centavos). **ASSINA P/ CONTRATADA:** Wesley Batista de Melo. **CONTRATADA:** MMS de Lima - ME. **VALOR R\$:** 4.729,75 (quatro mil, setecentos e vinte e nove reais e setenta e cinco centavos). **ASSINA P/ CONTRATADA:** Tiago da Silva Santos. **ASSINA P/ CONTRATANTE:** Raimundo Nonato B. Bonfim. Tururu/CE, 05 de Julho de 2013. À Comissão.

\*\*\* \*\*

**M. DIAS BRANCO S.A. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS – UNIDADE FÁBRICA FORTALEZA**

Torna público que requereu à Autarquia Municipal de Meio Ambiente - AMMA, a concessão de Licença Prévia e de Licença de Instalação para a ampliação da Fábrica Fortaleza e instalação de um moinho de trigo na mesma Unidade, para a atividade de fabricação de biscoitos e moagem de trigo no Município de Eusébio-CE, situado na Rodovia BR 116, Km 18, Jabuti, no município de Eusébio-Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da AMMA no qual esta publicação é parte integrante.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA ALEGRE - Aviso de Licitação – Concorrência Pública nº 2013.07.04.1.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Alegre/CE, no uso de suas atribuições legais, torna Público para os interessados que estará realizando Licitação na Modalidade Concorrência Pública nº 2013.07.04.1, cujo **objeto** é a Contratação de serviços de locação de veículos destinados ao Transporte Escolar da Rede Pública de Ensino do Município de Várzea Alegre/CE, conforme especificações constantes no Instrumento Convocatório, com o recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e propostas de preços marcada para o dia 07 de agosto de 2013 às 09:00 (nove) horas. Maiores informações e entrega do Edital na sede da Comissão Permanente de Licitação, sito à Rua Dep. Luiz Otacílio Correia, nº 153 – Centro – Várzea Alegre/CE, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Informações poderão ainda ser obtidas através do telefone (88) 3541 – 2893. **Várzea Alegre/CE, 04 de Julho de 2013. João Pereira Lacerda – Presidente da Comissão Permanente de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Tauá - Extrato de Contrato. CONTRATANTE:** Secretaria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Contratada:** Brisanet Serviços de Telecomunicações Ltda; **Objeto:** Prestação de serviço de CONEXÃO DE LINK DE INTERNET VIA RÁDIO COM PLANO NEW BUSINESS DE 50 MEGAS BUSINESS, para atender os pontos da Prefeitura Municipal de Tauá - CE. **Procedimento Licitatório:** Pregão Presencial nº 1204.01/2013 - SEDETE; **Valor Global Contratado:** R\$ 52.500,00 (cinquenta e dois mil e quinhentos reais). **Prazo de Execução dos Serviços:** 31/12/2013. **Ori-gem dos Recur-sos:** Governo Municipal.  **Dota-ção Orçamen-tária:** 01.13.13.04.122.037.220. **Elemento de Despe-sas:** 33.90.39.00. **Assina pela Contratante:** Maria Lúcia Galdino Vale Pereira – Ordenadora de Despesas da Secretaria de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. **Assina pela Contratada:** Ermilson dos Santos Queiroz. **Magno Kelly Loiola de França - Presidente da CPL**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pentecoste – ERRATA.** No edital de Licitação Publicado dia 24 de junho de 2013 no site: Refere à Licitação na Modalidade Pregão de nº 2013.06.24.02-PP-FME, do tipo menor preço, cujo **objeto** é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORTALECER O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DOS ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS DIVERSAS ÁREAS DO CONHECIMENTO À PARTIR DO APRIMORAMENTO DA LEITURA ESCRITA E DO DESENVOLVIMENTO DA COMPÊTENCIA DISCURSIVA, VISANDO ELEVAR OS INDICADORES E A QUALIDADE DO ENSINO DO MUNICÍPIO DE PENTECOSTE, onde ler-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORTALECER O PROCESSO. Leia-se CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CAPACITAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DE EDUCAÇÃO COM O FITO DE FORTALECER. **PENTECOSTE-CE 04 DE JUNHO DE 2013. Maria Márcia Rodrigues Martins - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI.** O Prefeito Municipal de Aracati, torna público, através da Portaria nº 590/2013-GP, a nomeação dos integrantes que irão compor a Subcomissão Técnica para avaliação das propostas técnicas que serão apresentadas na Concorrência Pública nº 2405.01/2013-PMA, tipo Melhor Técnica, cujo **objeto** é a Contratação de empresa a prestar serviços de publicidade para o município, quais sejam: **01.** Luciana Dias Kritski; **02.** Luana Maria de Lima; **03.** Eliane Curvello Arruda; **04.** Silvana Góes Nogueira; **05.** Zilmara Rodrigues do Nascimento; **06.** Edvandro Gomes de Albuquerque Junior; **07.** Sandro Barreto Guimarães; **08.** Giovanni Vinci; **09.** Luiz Evelardo Soares dos Santos. O sorteio dos três integrantes dar-se-á no dia 16 de julho de 2013 às 08:30 horas na sala da Comissão Permanente de Licitação do município de Aracati-Ce, situada à Rua Santos Dumont, nº 1146, Centro. Maiores informações (0XX88) 3446-2400. **Aracati-Ce, em 01/07/2013. Francisco Ivan Silvério da Costa–Prefeito Municipal.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 017.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.09.1 datado de 09.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 017.2013**, cujo Objeto: Prestação de Serviços para fornecimento de sinal de internet 24 horas em proveito da Secretaria de Administração, **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** 09.04.2013 a 31.12.2013 **CONTRATADA:** ONLINE PROVIDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA, **VALOR GLOBAL:** R\$ 6.003,00 (Seis Mil Três Reais), **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Raimundo Farias Calaça – **Secretário de Administração**, **ASSINA PELA CONTRATADA:** Maria Naliane Andrade Araujo – Procuradora. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Milhã - Extrato de Contrato - Tomada de Preço Nº 2013.06.05.1 - PARTES:** PREFEITURA MUNICIPAL DE MILHÃ, através da Secretaria de Assistência, Trabalho, Empreendedorismo e Inclusão Social e a Proponente: ANTONIA ADRIANA LOPES DE OLIVEIRA. **OBJETO:** Contratação dos serviços técnicos especializados como psicólogo junto ao centro de referência da assistência social do município de Milhã, conforme especificações em anexo. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Conforme Tomada de Preço nº 2013.06.05.1. **VALOR:** O valor do presente contrato é R\$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais). **ORIGEM DOS RECURSOS:** Do CRAS, na seguinte dotação orçamentária: 08.02. 08.244.0042.2.074– 33.90.36.00. **VIGÊNCIA DO CONTRATO:** Até 31 de Dezembro de 2013. **DATA E ASSINATURAS:** MILHÃ, 28 de Junho de 2013. ERICA MARCIA DA SILVA - **CONTRATANTE** e ANTONIA ADRIANA LOPES DE OLIVEIRA - **CONTRATADO**.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – MUNICÍPIO DE SÃO BENEDITO – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 03.002/2013-PP.** A Comissão Permanente de Licitação e Pregão de São Benedito-CE, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 18 de Julho de 2013 às 13:00 horas, na sala da comissão permanente de licitação e pregão, localizada à Rua Paulo Marques, nº 378, Centro, São Benedito/CE, a sessão pública, para recebimento e abertura dos envelopes de propostas de preços, formalização de lances verbais e documentos de habilitação da licitação na modalidade PREGÃO do tipo PRESENCIAL Nº 03.002/2013-PP, cujo **objeto** é a Contratação de Empresa para Locação e Manutenção de Software para Secretaria de Finanças do Município de São Benedito. A documentação do edital e seus anexos, poderá ser adquirida junto a CPLP, a partir da publicação deste aviso, de segunda à sexta-feira no horário de 08h às 12h. **São Benedito-CE, 04 de Julho de 2013.** Djane Gonçalves Alcântara Maciel – Pregoeira do Município de São Benedito-CE.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Tauá - Extrato de Contrato. CONTRATANTE:** Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento Urbano. **Contratada:** Garra Construções Ltda. - ME; **Objeto:** Execução dos serviços da obra projeto rota do cordeiro no município de Tauá/Ce. **Procedimento Licitatório:** Tomada de Preços nº 0905.01/2013 - SEINFRA; **Valor Global Contratado:** R\$ 915.472,72 (novecentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e dois reais e setenta e dois centavos). **Prazo de Execução dos Serviços:** 150 (cento e cinquenta) dias. **Origem dos Recursos:** Governo Federal e Governo Municipal. **Dotação Orçamentária:** 01.12.12.04.122.038.109. **Elemento de Despesa:** 44.90.51.00. **Assina pela Contratante:** Edson Araújo de Sousa – Ordenador de Despesas da Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento Urbano. **Assina pela Contratada:** Mário Roberto de Araújo. Magno Kelly Lioila de França - Presidente da CPL

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAS – AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE:** PREGÃO PRESENCIAL N.º 0305072013-SEMED. **OBJETO:** AQUISIÇÃO DE TECIDOS, AVIAMENTOS E OUTROS MATERIAS DESTINADO AO ATENDIMENTO DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO, DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), DESTA EDITAL. **TIPO:** MENOR PREÇO POR LOTE. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE NO DIA 18 DE JULHO DE 2013, ÀS 15:00 HORAS, NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, ESTARÁ RECEBENDO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO. MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO FONE (883411.8414) DAS 08:00 ÀS 11:30 HORAS. A COMISSÃO.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI - Aviso de Julgamento – Pregão nº 2013.06.20.1.** A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Mauriti, Estado do Ceará, no uso de suas funções, torna público, para conhecimento dos interessados, que fora concluído o julgamento final do Pregão nº 2013.06.20.1, sendo o seguinte: Empresa(s) Vencedora(s) - **ALIANÇA COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALAR E SERVIÇOS LTDA**, vencedora junto ao(s) Lote(s) 01, com proposta final no valor total de R\$ 57.792,00 (cinquenta e sete mil setecentos e noventa e dois reais), sendo a referida empresa declarada habilitada por cumprimento integral às exigências do Edital Convocatório. Maiores informações na sede da Comissão de Licitação, sito na Rua Otávio Pimenta de Sousa, s/nº, 2º andar, Centro – Mauriti/CE, ou pelo telefone (88) 3552-1300, no horário de 08:00 às 12:00 horas. Mauriti/CE, 04 de julho de 2013. Maria Daylla Felinto Braga - Pregoeira Oficial do Município.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MAURITI - EXTRATO CONTRATO - DISPENSA Nº 2013.07.02.01 - Contrato nº 20130704-01, oriundo do Processo de Dispensa de Licitação nº 2013.07.02.01. Partes: o MUNICÍPIO DE MAURITI, através da sua Secretaria de Finanças e a instituição CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. Objeto:** Contratação de instituição creditícia financeira do Governo Federal para prestação de serviços de pagamento de servidores e centralização do produto da arrecadação das receitas do Município de Mauriti/CE, conforme especificações constantes no Instrumento Contratual. **Valor do Contrato: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).** **Vigência Contratual: 60 (sessenta) meses.** **Signatários – pelo Município:** Francisco Evanildo Simão da Silva – Prefeito Municipal e Abner Ferreira dos Reis Filho – Secretário Municipal de Finanças; **pelo Banco:** Cícero Fábio Tavares Leal – Gerente Geral da Agência de Mauriti. Mauriti/CE – 04 de julho de 2013.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAITINGA - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO.** A Secretaria da Infraestrutura do Município de Itaitinga torna público o extrato do PRIMEIRO Aditivo Contratual de supressão, resultante da Tomada de Preços 2105.03/2013 TP: **UNIDADE ADMINISTRATIVA:** Secretaria de Infraestrutura; **OBJETO:** Contratação de empresa para executar a construção de uma praça na localidade de Vila Nova no Município de Itaitinga - CE. **VALOR INICIAL:** R\$ 169.907,63 (Cento e sessenta e nove mil novecentos e sete reais e sessenta e três centavos). **VALOR FINAL:** R\$ 165.341,18 (Cento e sessenta e cinco mil trezentos e quarenta e um reais e dezoito centavos). **CONTRATADA:** ALÉM DO HORIZONTE CONSTRUÇÕES LTDA EPP. **ASSINA PELA CONTRATADA:** Valdir Pereira Junior. **ASSINA PELO CONTRATANTE:** ALTAMIRANDO MOREIRA CAVALCANTI. **Itaitinga - Ce, 26 de junho de 2013.** Maria Leonez Miranda de Azevedo - Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE-AVISO DE LICITAÇÃO-PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.07.04.01- GESTÃO.** A Prefeitura Municipal de Juazeiro do Norte, comunica ao Ministério Público, Ministério Público Federal, Polícia Federal e interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.07.04.01-GESTÃO, do tipo menor preço, Contratação de Pessoa Jurídica especializada em Assessoria junto aos órgãos INSS, Receita Federal, Receita Estadual e Caixa Econômica Federal juntamente a Secretaria de Gestão do Município de Juazeiro do Norte, com data de abertura para o dia 19 de Julho de 2013 às 09:00 horas, na Sede da Prefeitura Municipal, no Setor de Licitações. O Edital encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação e também pode ser obtido no Portal de Licitações do TCM: www.tcm.ce.gov.br. **Juazeiro do Norte-CE, 04 de Julho de 2013.** José Danillo Arrais de Oliveira - Pregoeiro.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IRAUCUBA - EXTRATO DE CONTRATAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2013.04.10.01 – GABINETE DO PREFEITO - OBJETO:** Contratação de Pessoa Jurídica para prestar serviços de Assessoria Jurídica junto à Prefeitura Municipal de Irauçuba, de responsabilidade do Gabinete do Prefeito. **CONTRATADA:** PIMENTA CATUNDA ADVOGADOS, com o valor global de R\$ 52.000,00 (Cinquenta e dois mil reais). **ASSINA PELA CONTRATADA:** Thales Catunda de Castro (Sócio) **CONTRATANTE:** Gabinete do Prefeito **ASSINA PELA CONTRATANTE:** Maria Erilene Mota de Souza. **VIGENCIA DO CONTRATO:** 08 (oito) meses. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 0201 04 092 0003 2.002 ELEMENTO DE DESPESAS Nº. 3.3.90.39.00 **ORIGEM DO RECURSO:** Próprio. **DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO:** 06 de Maio de 2013. **Irauçuba/CE, 06 de Maio de 2013.** Maria Erilene Mota de Souza – Chefe de Gabinete.

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Caririçu - Aviso de Licitação - Pregão Presencial Nº. 0307.02/2013-03.** O Pregoeiro do Município de Caririçu/CE Sr. Rivaldo Oliveira Férrer, torna público, para conhecimento dos interessados, que, no próximo dia 18 de julho de 2013, às 13:00h, no auditorio do Centro administrativo, localizada a rua Carlos Morais Nº 272, centro, Caririçu/CE, estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por lote, com fins à Contratação de pessoa jurídica para prestação dos serviços de implantação administrativa da unidade gestora do RPPS do município, bem como realização de treinamentos e formação de regimentos internos, tudo conforme especificações contidas no termo de referência, constante no anexo I do edital, o qual encontra-se na íntegra na sede da comissão permanente de licitação, localizada no parque recreio Paraíso, s/n, Bairro Paraíso, Caririçu/ce, no horário de 08:00h às 14:00h e no site www.tcm.ce.gov.br. **O Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RERIUTABA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013-SECULT – A Comissão de Licitação comunica aos interessados que no próximo dia 18 DE JULHO DE 2013, as 16h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013-SECULT, - cujo Objeto é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE PRODUÇÃO DE EVENTO, ESTRUTURA FÍSICA DOS SHOWS, DESTINADOS À REALIZAÇÃO DO FESTIVAL DE QUADRILHA DO MUNICÍPIO DE RERIUTABA-CE, QUE SE REALIZARÁ NOS DIAS 27 E 28 DE JULHO DE 2013. O edital completo estará à disposição dos interessados nos dias úteis após esta publicação no horário de 08h às 12h, no endereço da Prefeitura Municipal, na RUA DR. OSVALDO HONORIO LEMOS, Nº176, CENTRO. RERIUTABA-CE, 05 DE JULHO DE 2013. EDY LENNON CAMPOS ARAUJO – Pregoeiro Oficial.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 020.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.10.2 datado de 10.04.2013, resultante do Pregão Presencial N.º 020.2013, cujo Objeto: prestação de serviços técnicos para implantação e acompanhamento da controladoria interna (incluindo software específico), em proveito da Saecretaria de Educação – Ceara, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10.04.2013 a 31.12.2013 CONTRATADA: MANOEL PERCOSSI ROMÃO FILHO – ME, VALOR GLOBAL: R\$ 11.700,00 (Onze Mil Setecentas Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Maria da Graças Farias Medeiros – Secretária de Educação, ASSINA PELA CONTRATADA Manoel Percossi Romão Filho – Proprietário. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 020.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.10.1 datado de 10.04.2013, resultante do Pregão Presencial N.º 020.2013, cujo objeto: prestação de serviços técnicos para implantação e acompanhamento da controladoria interna (incluindo software específico), em proveito da Prefeitura Municipal de Tamboril – Ceara, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10.04.2013 a 31.12.2013 CONTRATADA: MANOEL PERCOSSI ROMÃO FILHO – ME, VALOR GLOBAL: R\$ 8.100,00 (Oito Mil Cem Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Raimundo Farias Calaça – Secretário de Administração, ASSINA PELA CONTRATADA: Manoel Percossi Romão Filho – Proprietário. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ – SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO – A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tauá, localizada no Centro Administrativo José Fernandes Castelo, 322, Colibris, comunica aos interessados, que no dia 22 DE JULHO DE 2013 às 09:00 HORAS, estará abrindo licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS Nº 0407.01/2013 - INFRA, cujo objeto é a Contratação da prestação de serviços de consultoria para apoio ao quadro técnico municipal na elaboração de projetos básicos de engenharia e arquitetura junto a Secretaria de Infraestrutura e Desenvolvimento Urbano do município de Tauá. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00h às 12:00hs. **Tauá-Ce, 05 de julho de 2013. Magno Kelly Loliola de França – Presidente da Comissão de Licitação.****

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Beberibe/CE comunica aos interessados que considerou DESERTA a licitação na modalidade Pregão Presencial nº. 07.02.03/2013 para aquisição de um veículo destinado ao COMUTRAN, junto a Secretaria de Planejamento, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Município, que não se realizou no dia 02/07/2013, às 16hs, na Rua João Tomaz Ferreira, nº. 42, Centro, tendo em vista não se apresentar nenhum interessado. Maiores informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de Segunda a Sexta-feira, de 08h às 12h. Patricia Campos Queiroz.

\*\*\* \*\*

**PACATUBA HORTIGRANJEIRA S/A - CNPJ – 06.625.313/0001-11 Empresa Beneficiária de Rec. Oriundos de Inc. Fiscais - Edital de Convocação - Assembléia Geral Ordinária - Comunicamos aos senhores acionistas, que se acham à disposição dos mesmos na sede social da empresa sito no Sítio Monte Alegre S/N, na Rodovia CE 060 Km 17, Pacatuba(CE) CEP. 61.800-000, os documentos de que trata o Art. 133 da Lei 6.404/76, onde poderão ser fornecidas cópias dos respectivos documentos, Ficando desde já, convocados a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária a se realizar em 03/08/2013 às 10 (dez) horas no endereço acima mencionado, a fim de deliberarem sobre os seguintes assuntos: a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o Balanço e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2012; b) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício; c) Outros assuntos de interesse social. Pacatuba, 02 de Julho de 2013. Carlos Eduardo Castro Cunha - Diretor Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE RUSSAL – AVISO DE LICITAÇÃO. MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL N.º 0405072013-SEMED. OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PARA MANUTENÇÃO DE BENS IMÓVEIS (MADEIRAS, ACESSÓRIOS E AFINS), DE RESPONSABILIDADE DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E DESPORTO ESCOLAR, DESTE MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA (ANEXO I), DESTE EDITAL. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. A COMISSÃO DE LICITAÇÃO COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE NO DIA 18 DE JULHO DE 2013, ÀS 16:30 HORAS, NA SALA DA COMISSÃO DE LICITAÇÃO, ESTARÁ RECEBENDO OS ENVELOPES DE PROPOSTA DE PREÇOS E HABILITAÇÃO. MAIORES INFORMAÇÕES ATRAVÉS DO FONE (883411.8414) DAS 08:00 ÀS 11:30 HORAS. A COMISSÃO.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Varjota - Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial Nº 13-27-SES-PP. A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Varjota torna público que no dia 17 de julho de 2013, às 10:00 horas na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Arthur Ramos, 232 Centro, Varjota – CE, receberá propostas para: OBJETO: Contratação de pessoa Física ou Jurídica para prestação de serviços para profissionais da saúde junto ao hospital e aos PSFs do Município de Varjota divididos em lotes, nas áreas especificadas no anexo I. MODALIDADE: Pregão Presencial. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa de custo no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 as 14:00 horas. **Varjota, 05 de junho de 2013. Ernesto Rodrigues de Moraes - Pregoeiro****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO – SECRETARIA DE SAÚDE. RESULTADO HABILITAÇÃO. A Comissão Permanente de Licitação torna público o resultado da TP nº 2013.06.12.001, que tem como objeto a reforma de diversos postos de saúde e hospital municipal. Empresas Habilitadas: FJ COSTA DA SILVA CONSTRUÇÃO EPP, PLANA CONSTRUÇÕES LTDA e FELIX CONSTRUÇÕES E LOCAÇÕES LTDA. Empresa inabilitada: JOSÉ LL NOGUEIRA, por não atender ao item 4.2.3 'b'. Fica concedido prazo recursal com fulcro no art. 109, I "a" da lei de licitações vigente e caso não haja interposição de recurso fica marcada a data de abertura dos envelopes "Propostas de Preços" para o dia 15 de julho de 2013 às 10h00min. Maiores informações à Av. Raimundo Simplício de Carvalho S/N – Chorozinho – CE. **04.07.2013 – À Comissão.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE AQUIRAZ - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE LICITAÇÃO. A Prefeitura Municipal de Aquiraz, através de sua Pregoeira designada, torna público que às 09h00min do dia 17 de julho de 2013 dará início ao Pregão Presencial autuado sob o nº 2013.07.03.002, que tem como objeto a Aquisição de material e utensílios de copa e cozinha destinados à Secretaria de Saúde e seus diversos setores. Informações de 08h00 às 12h00min à Rua João Lima, 259 - Centro. **Aquiraz - CE, 04/07/2013. Vânia de Souza Pinheiro – Pregoeira.****

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Chorozinho - Aviso de Licitação – Secretaria de Saúde - Pregão Presencial Nº 2013.07.02.002. O Pregoeiro Oficial do Município de Chorozinho torna público que no dia 17 de julho de 2013 às 14h00min dará início à licitação acima citada para aquisição de ambulância, conforme termo de referência. Maiores informações serão obtidas junto à Comissão de 08h00min às 12h00min, sito a Av. Raimundo Simplício de Carvalho, S/N – Vila Requeijão - Chorozinho – CE, **03.07.2013. Adson Costa Chaves – Pregoeiro****

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMÁCIA - AVISO DE LICITAÇÃO.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça 7 de setembro, 653 Centro – Palmácia – CE, torna público o EDITAL DE TOMADA DE PREÇO N° 2006.01/2013, cujo **objeto** é a Contratação de empresa de assessoria e consultoria para acompanhamento da situação de regularidade do município de Palmácia junto ao Instituto de Previdência Municipal e a Receita Federal do Brasil, e a transmissão de dados para o referido Órgão Federal, Previdência Social e Caixa Econômica Federal, conforme especificações em anexo. Que realizar-se-á no dia 22 DE JULHO DE 2013, às 10:00 HORAS. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, após esta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 as 12:00 horas. **Palmácia-CE, 05/07/2013. Rafael Macedo Bezerra – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE - FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Ivete Alcântara, 120, Centro, comunica aos interessados que no dia 22 de julho de 2013, às 14:00 horas, abrirá licitação na modalidade Pregão Presencial n° 2013.07.05.002, cujo **objeto** é a contratação de serviços de assessoria técnica, envolvendo acompanhamento das receitas previdenciárias, e consultoria no acompanhamento das aplicações financeiras para atender a Resolução 3922/2010 do Conselho Monetário Nacional, junto ao Fundo Municipal de Previdência Social do município de São Gonçalo do Amarante-Ce. O edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente ao público. **São Gonçalo do Amarante-Ce, 05 de julho de 2013. Opson Marques de Oliveira - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento as Leis n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Beberibe comunica aos interessados que considerou DESERTA a licitação na modalidade Pregão Presencial n°. 07.03.01/2013 para aquisição de 03 (três) motocicletas para o serviço de endemias com a finalidade de realização de supervisão do trabalho de campo dos agentes de endemias, nos distritos do sertão e litoral, serviço de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Beberibe/Ce, que não se realizou no dia 03/07/2013, às 10hs, na Rua João Tomaz Ferreira, n°. 42, Centro, Beberibe, Ceará, tendo em vista não se apresentar nenhum interessado. Maiores informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de Segunda a Sexta-feira, de 08h às 12h. Patricia Campos Queiroz.

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento as Leis n° 10.520/02 e 8.666/93 e suas alterações, a Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Beberibe comunica aos interessados que considerou DESERTA a licitação na modalidade Pregão Presencial n°. 04.04.01/2013 para aquisição de 03 (três) motocicletas para o serviço de endemias com a finalidade de realização de supervisão do trabalho de campo dos agentes de endemias, nos distritos do sertão e litoral, serviço de responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Beberibe/Ce, que não se realizou no dia 04/04/2013, às 10hs, na Rua João Tomaz Ferreira, n°. 42, Centro, Beberibe, Ceará, tendo em vista não se apresentar nenhum interessado. Maiores informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de Segunda a Sexta-feira, de 08h às 12h. Patricia Campos Queiroz.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N° 08030613PPADM –** O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipu-CE torna público que no dia 23 de JULHO de 2013, às 15h, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Praça Abílio Martins, S/N°, Centro, Ipu-CE, receberá propostas para Aquisição de material permanente destinado a diversas Secretarias da Prefeitura Municipal de Ipu-CE. MODALIDADE: Pregão Presencial. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa de custo no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) a partir da publicação deste aviso, no horário das 08h às 11h30min. **Ipu-CE, 04 de julho de 2013. Bruno Emanuel Fernandes – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA – AVISO DE ANULAÇÃO – TOMADA DE PREÇOS N°. 2013.05.27.02-PMNO.** A Prefeitura Municipal de Nova Olinda, torna público, para conhecimentos dos interessados, a anulação da licitação em epígrafe, nos termos do art. 49 da lei n° 8.666/93 e alterações, tendo como objeto a contratação de empresa para execução da obra de construção de pavimentação em pedra tosca na Rua Vicência Correia, no bairro Triunfo no Município de Nova Olinda. **Nova Olinda-CE, 04 de julho de 2013.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAUBAL – AVISO DE LICITAÇÃO.** A Secretaria de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Desporto da PMC, torna público o Pregão Presencial N° PP-2106.02/2013, referente à Concessão de uso de espaço público, a título oneroso, para a instalação e utilização de barracas visando a exploração de bar/lanchonete durante o arraai 2013 do município de Carnaubal, marcado para o dia 17 de Julho de 2013, na sede da PMC, localizada na Rua Presidente Médice, 167, às 10h00min. Para aquisição de cópias do edital, os interessados deverão acessar o endereço eletrônico: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes> ou dirigir-se a sede da PMC no período de 07h30min as 11h30min e de 14h00min as 17h00min em dias de expediente normal a partir da data da publicação deste aviso. **Artêmio César Isaias Fontenele Ordenador de Despesas da Secretaria de Meio Ambiente, Cultura, Turismo e Desporto.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Acaraú – Aviso de Licitação – Edital de Pregão Eletrônico N° 0407.01/2013.** O Município de Acaraú - CE, através de sua Comissão de Pregão, torna Público que no dia 18 de Julho de 2013 às 09h00min da manhã, fará abertura do certame na Modalidade de **Pregão Eletrônico**, cujo **objeto** é a Aquisição de Gêneros Alimentícios em geral, destinados a atender os Programas das Secretarias de Trabalho, Ação Social e Empreendedorismo do Município de Acaraú - Ceará. O Edital e seus anexos esta disponível após a data da Publicação na sede da Prefeitura Municipal de Acaraú – Ceará, no horário de expediente ao público de segunda a sexta feira de 08h00min às 12h00min e no site do Tribunal de Contas dos Municípios, [www.tcm.ce.gov.br/licitacoes](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes). **Acaraú-CE, 04 de Julho de 2013. Francisca Leoneide de Freitas Lima – Pregoeira da Comissão de Pregão.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 020.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.10.3 datado de 10.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 020.2013**, cujo Objeto: Prestação de Serviços para fornecimento de sinal de internet 24 horas em proveito da Secretaria de Saude, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09.04.2013 a 31.12.2013. CONTRATADA: MANOEL PERCOSSI ROMÃO FILHO – ME, VALOR GLOBAL: R\$ 11.700,00 (Onze Mil Setecentos Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Joaquim Gomes da Silva Neto – **Secretario de Saúde**, ASSINA PELA CONTRATADA: Manoel Percossi Romão Filho – Proprietário. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013 - Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tauá, localizada no Centro Administrativo José Fernandes Castelo, 322, Colibris, comunica aos interessados, que no dia 22 DE JULHO DE 2013 às 14:00 HORAS, estará abrindo licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS N° 0507.01/2013 - SEDUC, cujo **objeto** é a Contratação da prestação de serviços de consultoria para apoio ao quadro técnico municipal na elaboração projetos básicos de engenharia e arquitetura junto a Secretaria de Educação do município de Tauá. Referido EDITAL poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00h às 12:00 hs. **Tauá-Ce, 05 DE JULHO DE 2013. Magno Kelly Loiola de França – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM – AVISO DE CONVOCAÇÃO.** A Comissão de Licitação de Camocim-Ce, comunica aos Senhores (as): Mirella Rodrigues Lima, Sérgio Guimarães Pires de Castro, Danilo Sousa Dantas, Francisco Borges Cavalcante, Tiago Feitosa Viana, Adriano Monteiro Franco, Allana Layana de Carvalho Pereira, Ana Maria Freitas dos Santos, Thiago Veloso Macedo Carlos, que será realizada sessão publica para o sorteio dos nomes da equipe técnica conforme reza o artigo 10, inciso 4º da lei federal 12.232/2010, sendo o dia do sorteio 15/07/2013 às 08:00hs. **Camocim – CE, 04 de julho de 2013. Leandro Bernardino da Silva-Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GONÇALO DO AMARANTE.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Rua Ivete Alcântara, 120, Centro, comunica aos interessados que no dia 22 de julho de 2013, às 09:00 horas, abrirá licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 2013.07.05.001, cujo **objeto** é a aquisição de materiais de informática destinados a manutenção de preventiva e corretiva da Secretaria de Educação e Secretaria de Governo, do município de São Gonçalo do Amarante-Ce. O edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente ao público. **São Gonçalo do Amarante-Ce, 05 de julho de 2013. Opson Marques de Oliveira - Presidente da CPL.**

**ESTADO DO CEARÁ – MUNICÍPIO DE CAUCAIA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 06.004/2013.** A Pregoeira de CAUCAIA-Ce – torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 18 de Julho de 2013 às 08:30hrs, na sede da Comissão de Pregões da Prefeitura de CAUCAIA, localizada na Rua José da Rocha Sales, 183, Centro, CAUCAIA-CE, estará realizando licitação, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, cujo objeto é Seleção de melhor Proposta para aquisição de gases medicinais para atender as necessidades do Hospital Municipal Abelardo Gadelha Rocha, Hospital e Maternidade Santa Terezinha e Unidade de Pronto Atendimento de Caucaia, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante do Anexo I do Edital, o qual encontra-se disponível no endereço acima, no horário de 08:00hs às 12:00hs. **Ingrid Gomes Moreira - A Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 017.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.09.4 datado de 09.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 017.2013**, cujo Objeto: Prestação de Serviços para fornecimento de sinal de internet 24 horas em proveito da Secretaria de Ação Social, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09.04.2013 a 31.12.2013. CONTRATADA: ONLINE PROVIDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA, VALOR GLOBAL: R\$ 18.009,00 (Dezoito Mil Nove Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Mayara Veras Gomes Lima – **Secretária de Assistência Social.** ASSINA PELA CONTRATADA: Maria Naliane Andrade Araujo – Procuradora. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA - AVISO DE LICITAÇÃO - A Comissão de Licitação do Município de Itarema, comunica aos interessados que no próximo dia 23 de julho de 2013, às 09:00 horas, estará realizando licitação na modalidade Tomada de Preços nº 0407.01/2013, cujo objeto é a Contratação de empresa especializada na varrição, coleta e destinação final dos resíduos sólidos da Sede e das localidades de Porto dos Barcos, Almofala, Torrões e Urubu, Barra, Farol e Córrego da Volta, Olho D'água, Patos, Morro dos Patos e Carvoeiro do Município de Itarema. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, sito à Praça Nossa Senhora de Fatima nº 48, no horário de 8:00 às 12:00 horas, nos dias úteis após esta publicação. Itarema-CE, 04 de Julho de 2013. Jean Marcelo de Oliveira Sales – Pres. da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA - Aviso de Pregão nº PP-0407.02/2013 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO. OBJETO:** Aquisição de Material Médico Hospitalar, Medicamentos, destinados para atender as necessidades dos Postos de Saúde Pública Municipal, junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Itarema. CREDENCIAMENTO E RECE-BIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS: Dia 18/07/2013, às 08:30hs. INICIO DA SESSÃO: Abertura e Cadastramento das Propostas e Disputa de Preços: 18/07/2013, a partir da 08:40hs. LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – Praça Nossa Senhora de Fatima nº 48 - Centro. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, no horário de 8:00 às 12:00 horas, nos dias úteis após esta publicação. **Itarema-CE, 04 de Julho de 2013. O Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIBUA – A Comissão de Licitação, localizada na Rua Pedro Augusto, nº 53 – Centro – Guaiuba – Ce, comunica aos interessados que no dia 18 de Julho de 2013, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2013 **objeto:** Aquisição de material de Limpeza, Higiene e Descartáveis para os Programas Sociais e Secretaria de Assistência Social do Município de Guaiuba – CE, conforme termo de referência em anexo. O Edital completo estará disponível no site: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>, a partir da data desta publicação, horário de funcionamento e atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Guaiuba - Ce, 04 de Julho de 2013- Pregoeiro Oficial.****

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIBUA – A Comissão de Licitação, localizada na Rua Pedro Augusto, nº 53 – Centro – Guaiuba – Ce, comunica aos interessados que no dia 17 de Julho de 2013, às 13:00h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 033/2013 **objeto:** Aquisição de material de construção destinados as necessidades da Secretaria de Infraestrutura e Habitação Município de Guaiuba – CE, conforme termo de referência em anexo. O Edital completo estará disponível no site: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>, a partir da data desta publicação, horário de funcionamento e atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Guaiuba - Ce, 04 de Julho de 2013- Pregoeiro Oficial.****

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL – EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 020.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.10.4 datado de 10.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 020.2013**, cujo Objeto: Prestação de Serviços para fornecimento de sinal de internet 24 horas em proveito da Secretaria de Ação Social, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10.04.2013 a 31.12.2013. CONTRATADA: MANOEL PERCOSSI ROMÃO FILHO – ME, VALOR GLOBAL: R\$ 9.900,00 (Nove Mil Novecentos Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Mayara Veras Gomes Lima – **Secretária de Assistência Social.** ASSINA PELA CONTRATADA: Manoel Percossi Romão Filho – Proprietário. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL – EXTRATO DE CONTRATO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 016.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º 2013.04.03.2 datado de 03.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 016.2013**, cujo Objeto: aquisição de produtos alimentícios perecíveis IN NATURA e não perecível em proveito do Hospital Regional de Tamboril, PSF e CAPS referente ao lote VI, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03.04.2013 a 31.12.2013, CONTRATADA: FRANCILENE MARQUES BEZERRA ME, VALOR GLOBAL: R\$ 112.550,00 (Cento e Doze Mil Quinhentos e Cinquenta Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Joaquim Gomes da Silva Neto – **Secretário de Saúde,** ASSINA PELA CONTRATADA: Francilene Alves Bezerra – Proprietário. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Horizonte - Extrato de Termo de Anulação - Tomada de Preços Nº 2013.04.03.2.** A Comissão Permanente de Licitação do Município de Horizonte torna público a **ANULAÇÃO** do processo licitatório na modalidade **Tomada de Preços Nº 2013.04.03.2.** Após diligências realizadas, e em conformidade do Parecer da douta PGM, o Exmo. Sr. Ricardo Dantas Sampaio - Secretário de Infra Estrutura, decidiu pela **Anulação da Tomada de Preços Nº 2013.04.03.2,** nos termos do Art. 49, § 1º e § 2º, da Lei nº 8.666/93. Portanto fica aberto o prazo recursal, conforme preceitua o artigo 109, inciso I, letra c, da Lei Federal nº 8.666/93, a partir da publicação deste extrato. **Horizonte/CE, 04 de julho de 2013. Washington Luis Soares dos Santos – Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ASSARÉ - AVISO DE LICITAÇÃO - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 2013.07.04.001- PMA. Objeto:** Contratação de Empresa para Locação e Fornecimento de Infraestrutura, para Realização das Festas Programadas no Assaré Festeiro, Conforme Especificação no Anexo I. LOCAL DE REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sede da Prefeitura Municipal de Assaré – Rua Dr. Paiva, Nº. 415 – Centro – CEP - 63.140-000 – Assaré – CE. DATA: Dia 17 de Julho de 2013. HORA: 09:00 horas. Maiores informações e Cópia deste Edital poderão ser obtidas no endereço acima citado de Segunda-feira a Sexta-feira no horário de 08:00 horas às 12:00 horas. **Assaré – CE, 04 de Julho de 2013. Bernardino Bezerra Neto - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA - SECRETARIA DE AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2013-SEAGRI.** A Prefeitura Municipal de Ibiapina comunica aos interessados que estará recebendo até às 08:30h do dia 17 de Julho de 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Moisés Aarão s/nº – Centro – Ibiapina–Ce., a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 02/2013-SEAGRI – Contratação de Serviços Veterinários junto ao matadouro municipal. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h. **Ibiapina, 04 de Julho de 2013. Flávia Maria Carneiro da Costa – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Ereré - Aviso de Licitação.** A Comissão de Licitação deste Município torna público o Edital da Tomada de Preço nº 0407001/2013SME – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E DESPORTO, cujo **objeto** é a Contratação de empresa para executar os serviços de construção de uma escola na sede do Município de Ereré – CE, conforme Projeto Básico em anexo ao Edital. Com data de abertura marcada para o dia 22 de julho de 2013, as 09h00min na sala da Comissão de Licitação situada na Rua Padre Miguel Xavier de Moraes, 20 – Centro, Ereré – CE. **Ereré 04/07/2013. Herold Alex da Silva Andrade - Presidente da comissão de licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 017.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º **2013.04.09.2** datado de 09.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 017.2013**, cujo Objeto: Prestação de Serviços para fornecimento de sinal de internet 24 horas em proveito da Secretaria de Educação, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09.04.2013 a 31.12.2013. CONTRATADA: ONLINE PROVIDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA, VALOR GLOBAL: R\$ 18.009,00 (Dezoito Mil Nove Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Maria da Graças Farias Medeiros – **Secretária de Educação**, ASSINA PELA CONTRATADA Maria Naliane Andrade Araujo – Procuradora. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 016.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º **2013.04.03.3** datado de 03.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 016.2013**, cujo Objeto: aquisição de produtos alimentícios perecíveis IN NATURA e não perecível em proveito do Hospital Regional de Tamboril, PSF e CAPS referente ao lote VII, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03.04.2013 a 31.12.2013, CONTRATADO: JOAQUIM JOSE RIBEIRO ALVES, VALOR GLOBAL: R\$ 17.808,00 (Dezessete Mil Oitocentos e Oito Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Joaquim Gomes da Silva Neto – **Secretário de Saúde**, ASSINA PELA CONTRATADO: Joaquim Jose Ribeiro Alves. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE REDENÇÃO. A** Secretaria Municipal de Educação, através da Comissão de Licitação/Pregão, localizada na Rua Padre Angelo, 305 A - Centro, em Redenção - Ce, comunica aos interessados que no dia 18 de Julho de 2013, às 09:00 horas, abrirá licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 0507.01/2013, cujo **objeto** é a Contratação para prestação de serviços de capacitação de professores, coordenadores pedagógicos e técnicos da Secretaria de Educação do Município de Redenção, conforme especificação em anexo parte integrante deste processo. O edital poderá ser retirado na Comissão de Licitação, no endereço acima, no horário de expediente ao público. **Redenção-Ce, 05 de Julho de 2013 – Antonio Paz Romão - Presidente da CPL/Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJEIRO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 012.037/2013. OBJETO:** AQUISIÇÃO DE MATERIAL HOSPITALAR, DE LABORATÓRIO, ODONTOLÓGICO, POSTOS DE SAÚDE, PERMANENTE, MEDICAMENTOS HOSPITALAR, ATENÇÃO BÁSICA E PSICOTRÓPICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE GRANJEIRO, CONFORME ESPECIFICAÇÃO EM ANEXO. DATA DA ABERTURA: 17-07-2013, ÀS 08H30MIN, OS INTERESSADOS PODERÃO OBTER INFORMAÇÕES NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS 08H00MIN ÀS 12H00MIN, LOCAL RUA DAVID GRANJEIRO, 104, CENTRO GRANJEIRO - CE.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ- PREFEITURA MUNICIPAL DE AIUABA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 2013.07.04.001.** A Prefeitura Municipal de Aiuaba-CE, por intermédio da comissão permanente de licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital do Pregão n.º 2013.07.04.001 referente a contratação para prestação de serviços de formação inicial e continuada para aperfeiçoamento de docentes e demais profissionais do programa de educação de jovens e adultos (PEJA), bem como fornecimento de material permanente, expediente, didáticos e paradidáticos, com data de abertura para o dia 22 de Julho de 2013, às 08:00 horas. **Aiuaba – CE, 04 de Julho de 2013. Elissandra Araujo Moraes- Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 2013.07.03.01.** O Pregoeiro deste Município torna público o Edital do **PREGÃO PRESENCIAL N.º 2013.07.03.01**, cujo **Objeto** é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE MÁQUINAS MULTIFUNCIONAIS DIGITAIS, COPIADORA, IMPRESSORA, DUPLICADOR E SCANNER DIGITAL COM TECNOLOGIA DE ÚLTIMA GERAÇÃO PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE GRANJA, CONFORME DETALHAMENTO NO EDITAL. Abertura dia **19/07/2013**, às 09:30hs na Sala da CPL, no Paço Municipal. Informações: Praça da Matriz, s/n – Centro – CEP: 62.430-000, ou pelo fone (88) 3624.1155. **Granja/CE, 05/07/2013. Alexandre Barreto de Brito – Pregoeiro.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 016.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE**, torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º **2013.04.03.4** datado de 03.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 016.2013**, cujo Objeto: aquisição de produtos alimentícios perecíveis IN NATURA e não perecível em proveito do Hospital Regional de Tamboril, PSF e CAPS referente ao lote II, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 03.04.2013 a 31.12.2013, CONTRATADA: VD DE AZEVEDO ME, VALOR GLOBAL: R\$ 23.500,00 (Vinte e Três Mil Quinhentos Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Joaquim Gomes da Silva Neto – **Secretário de Saúde**, ASSINA PELA CONTRATADO: João Batista Dias Azevedo. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013. Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

#### JOCKEY CLUBE CEARENSE - JCC

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - Pelo presente edital, com base nos dispositivos estatutários e legais pertinentes, a Diretoria do Jockey Clube Cearense, por seu presidente, convoca os seus associados para se reunirem em ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA, a realizar-se no dia **09 (nove) de Julho de 2013**, em **1ª convocação, às 17:00 hs**, com a presença de, no mínimo, metade mais um dos associados (maioria simples) ou, não havendo número suficiente na 1ª convocação, ficam convocados para a AGE em **2ª convocação, às 18:00 hs**, com a presença de qualquer número de sócios, na mesma data acima citada, na sede administrativa, localizada na Rua Marcos Macêdo, 1333 - Salas 1601 e 1602 - Aldeota, com fim de apreciar e deliberar sobre o seguinte assunto: Prestações de contas do ano de 2012. Fortaleza, 01 de Julho de 2013. **CARLOS ANTÔNIO MARTINS - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Ipu - Aviso de Licitação - Edital de Pregão Presencial N.º 05020713PPHOSP.** O Pregoeiro da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ipu torna público que no dia 19 de julho de 2013, às 09:00h, na sala da Comissão de Licitação, localizada à Praça Abílio Martins, S/N, Centro, Ipu, CE, receberá propostas para Aquisição de gêneros alimentícios destinados a Autarquia Municipal Hospital Dr. José Evangelista Oliveira. MODALIDADE: Pregão Presencial. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa de custo no valor de R\$ 20,00 (vinte reais) a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 11:30 horas. **Ipu, 04 de julho de 2013. Bruno Emanuel Fernandes - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE INDEPENDÊNCIA - ERRATA – PREGÃO PRESENCIAL N.º 2506.2/13-SMS.** O Município de Independência-CE, torna público aos interessados, alteração no Edital do pregão que irá ocorrer no dia 08 de julho de 2013 às 09:00horas, cujo **objeto** é o fornecimento dos serviços técnicos especializados de saúde para atendimento das demandas a cargo da Secretaria Municipal de Saúde de Independência, No item 5.5.1 HABILITAÇÃO subitem IV - QUALIFICAÇÃO TÉCNICA, para exclusão dos itens b e c. As demais especificações do Edital permanecem inalteradas e o edital completo poderá ser obtido na Comissão Permanente de Licitação na Rua do Cruzeiro, 244, Centro, no horário das 8:00 às 12:00h, nos dias úteis. **Independência - CE, 05 de julho de 2013.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará - Prefeitura Municipal de Pacatuba - Aviso de Licitação - Pregão Presencial N.º 2013.06.28.01 – Secretaria de Saúde do Município de Pacatuba.** A Prefeitura Municipal de Pacatuba comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade Pregão Presencial n.º 2013.06.28.01, do tipo menor preço para a Aquisição de medicamentos para atender as demandas da Secretaria de Saúde do Município de Pacatuba, com data de abertura para o dia 18 de julho de 2013, às 09:00 hs, na sede da Prefeitura Municipal de Pacatuba, na Rua Coronel João Carlos n.º 345 - Centro. O Edital encontra-se disponível na sala da Comissão de Licitação e também pode ser obtido no Portal de Licitações do TCM: [www.tcm.ce.gov.br](http://www.tcm.ce.gov.br). **Pacatuba - CE, 03 de julho de 2013. Maria Rosália Barros Cavalcante – Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAIPICOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL N.º 13.15.15/PP.** O Município de Itaipococa, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que no dia **18/07/2013, às 15h**, estará realizando licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo objeto é Aquisição de material permanente hospitalar destinado à Secretaria de Saúde deste município. Referido EDITAL poderá ser adquirido pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Itaipococa-CE, 05 de julho de 2013. Roniel da Silva Soares, Pregoeiro.**

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL - EXTRATO DE CONTRATO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 017.2013 – A PREFEITURA MUNICIPAL DE TAMBORIL-CE** torna público o Extrato do Instrumento Contratual N.º **2013.04.09.3** datado de 09.04.2013, resultante do **Pregão Presencial N.º 017.2013**, cujo Objeto: Prestação de Serviços para fornecimento de sinal de internet 24 horas em proveito da Secretaria de Saúde, VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09.04.2013 a 31.12.2013. CONTRATADA: ONLINE PROVIDOR DE ACESSO A INTERNET LTDA. VALOR GLOBAL: R\$ 12.006,00 (Doze Mil Seis Reais), ASSINA PELA CONTRATANTE: Joaquim Gomes da Silva Neto – **Secretário de Saúde**, ASSINA PELA CONTRATADA: Maria Naliane Andrade Araujo – Procuradora. **Tamboril-CE, 03 de Julho de 2013 - Elizalto Furtado de Melo – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAREMA - Aviso de Pregão nº PP-0407.01/2013 - MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL MENOR PREÇO. OBJETO:** Contratação de serviços de execução para a realização do I Arraiá das Férias junto a Secretaria de Cultura do Município de Itarema. CREDENCIAMENTO E RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ESCRITAS: Dia **17/07/2013**, às 09:00hs. INÍCIO DA SESSÃO: Abertura e Cadastramento das Propostas e Disputa de Preços: **17/07/2013**, a partir da 09:10hs. LOCAL: Sala de reuniões da Comissão Permanente de Licitação – Praça Nossa Senhora de Fátima nº 48 - Centro. O Edital completo poderá ser adquirido na Sede da Prefeitura, no horário de **8:00 às 12:00 horas**, nos dias úteis após esta publicação. **Itarema-CE, 04 de Julho de 2013. O Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**Estado do Ceará – Prefeitura Municipal de Itapajé – Aviso de Revogação de Licitação.** O Pregoeiro do Município de Itapajé comunica aos interessados que o Pregão Presencial 005/2013-SETAS, cujo **Objeto** é Aquisição de equipamentos e suprimentos de informática destinados a Secretaria do Trabalho e Ação Social do Município de Itapajé, será Revogado após decorrido o prazo de 05 dias úteis para assegurar o contraditório “ó” a ampla defesa, a ser contado a partir desta publicação, conforme determina o Art. 49, § 3º, combinado com, o Art. 109, Inc I, Alínea c, ambos da Lei de Licitações. Maiores informações na Comissão de Licitação, no Endereço à Rua Major Joaquim Alexandre, 140, Centro. **Itapajé-CE, 04 de Julho de 2013. Wedser de Sousa Pinheiro, Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 13-2506.01/2013- EXTRATO DE CONTRATO- OBJETO –** Locação de Imóvel para atender as necessidades da Secretaria da Saúde do Município de Quixeramobim – **CONTRATANTE:** Secretaria da Saúde. **CONTRATADA:** Maria das Graças de Araújo Lopes **VALOR DO CONTRATO:** R\$ 21.600,00 (vinte e um mil e seiscentos reais) **VIGÊNCIA:** até 31 de Dezembro de 2013. **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** 13.01.10.122.0100.2.0.36 **ELEMENTO DE DESPESAS:** 33.90.36.00. Assina pela Contratante: a Sra. Secretária Ana Amélia Leitão de Farias. Data da Assinatura: 28/06/2013. José Luiz Cordeiro Saldanha-Presidente da CPL.

\*\*\* \*\*

**PREFEITURA DE QUIXERAMOBIM/CE – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13.008/2013 - PP.** O Pregoeiro do Município – torna público para conhecimento dos interessados que, no próximo dia 19 de julho de 2013 às 14:30h, na sede da Comissão de Licitações da Prefeitura, localizada à Rua Dr. Álvaro Fernandes, 36/42, Centro, estará realizando licitação, cujo objeto: **registro de preço para futuras e eventuais contratações de serviço de locação de concentradores de oxigênio-5l, para atender as necessidades da atenção básica, junto a secretaria da saúde deste município**, tudo conforme especificações contidas no TERMO DE REFERÊNCIA constante dos Anexos do Edital, o qual se encontra disponível no endereço acima, no horário de 08:00h às 14:00h. José Luiz Cordeiro Saldanha.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AVISO DE TOMADA DE PREÇOS Nº 01/2013-SOURB.** A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ubajara comunica aos interessados que estará recebendo até às 09:00h do dia 24 de Julho de 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua José Rufino Pereira nº 100 - Centro - Ubajara - Ceará, a documentação de habilitação e propostas de preços para a Tomada de Preços nº 01/2013-SOURB - Contratação dos Serviços de Roçagem Manual de estradas vicinais. O edital poderá ser obtido junto a Comissão, no endereço acima, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h, de segunda a sexta-feira. Ubajara, 04 de Julho de 2013. Carla Maria Oliveira Timbó - Presidente da Comissão de Licitação.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBAJARA - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS - AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 12/2013-SEAF.** A Prefeitura Municipal de Ubajara comunica aos interessados que estará recebendo até às 09:00h do dia 17 de Julho de 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua José Rufino Pereira nº 100 - Centro - Ubajara - Ceará, a proposta de preços e documentação de habilitação para o Pregão Presencial nº 12/2013-SEAF - Contratação dos Serviços de Conectividade IP - Internet Protocol. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h e das 14:00h às 17:00h. Ubajara, 04 de Julho de 2013. Carla Maria Oliveira Timbó - Pregoeira.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA – AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 13.22.22/PP –** O Município de Itapipoca-CE, por meio de seu Pregoeiro, torna público aos interessados, que no dia **19/07/2013, às 09h**, estará realizando licitação na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO POR LOTE, cujo Objeto é Aquisição de equipamentos de informática e mobiliários destinados ao Pólo da UAB – Universidade Aberta do Brasil e para as Coordenadorias da Secretaria de Educação e Cultura deste Município. Referido EDITAL poderá ser adquirido pelo portal do TCM-CE: [http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por\\_municipios](http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/index.php/licitacao/por_municipios). **Itapipoca-CE, 05 de julho de 2013. Roniel da Silva Soares, Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ – PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMÁCIA - AVISO DE LICITAÇÃO.** A Comissão Permanente de Licitação, localizada na Praça 7 de setembro, 653 Centro – Palmácia – CE, torna público o EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 2506.01/2013, cujo **objeto** é a Contratação de serviços de orientação e consultoria em elaboração de atos administrativos bem como elaboração de pareceres técnicos sobre as consultas formuladas pelos Gestores Municipais, conforme especificações em anexo. Que realizar-se-á no dia 22 DE JULHO DE 2013, às 14:00 HORAS. Referido edital poderá ser adquirido no endereço acima, após esta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00 as 12:00 horas. **Palmácia-CE, 04/07/2013. Rafael Macedo Bezerra – Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACAJUS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.07.03.001 - Objeto:** Aquisição de oxigênio medicinal para auxiliar em tratamento de pacientes do Hospital Municipal José Philomeno Gomes Figueredo e às ambulâncias em atendimento no Município de Pacajus. Início da sessão de abertura: Dia 17/07/2013 a partir das 14:00h. Local de retirada do Edital e informações: Rua Guarany, 600 - Centro, das 8:00 às 12:00h, mediante apresentação de 01 CD ou Pendrive, ou através do site: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes>. **PREGOEIRO OFICIAL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Acarape, localizada na Rua José Cristino, S/N – Centro - CE, torna público que o Pregão Presencial Nº 2606.04/2013, cujo **Objeto** é a PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, MANUTENÇÃO PREVENTIVA/CORRETIVA E LAVAGEM COMPLETA DOS VEÍCULOS AUTOMOTIVOS VINCULADOS A PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARAPE-CE, foi REVOGADO, na forma do Art. 49 da Lei Nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Acarape-Ce, 05 de Julho de 2013. Janaina Souza Rodrigues - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GRANJA – AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.07.03.02.** O Pregoeiro deste Município torna público o Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 2013.07.03.02, cujo **Objeto** é CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE FESTIVAL DE QUADRILHAS NO MUNICÍPIO DE GRANJA, CONFORME DETALHAMENTOS NO EDITAL. Abertura dia **18/07/2013**, às 09:30hs na Sala da CPL, no Paço Municipal. Informações: Praça da Matriz, s/n – Centro – CEP: 62.430-000, ou pelo fone (88) 3624.1155. **Granja/CE, 05/07/2013. Alexandre Barreto de Brito – Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMOCIM - AVISO DE RETIFICAÇÃO.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Camocim torna público a Retificação da inexigibilidade Nº 2013.06.10.002 **Onde se Lê:** RF Comunicação e Promoção Ltda. **Leia-se:** Real Produções e Eventos LTDA. **Prefeitura Municipal de Camocim - CE, 04 de julho de 2013. Leandro Bernardino da Silva – Presidente da Comissão de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAPINA - SECRETARIA DE SAÚDE - AVISO DE CREDENCIAMENTO Nº 02/2013-SESA.** A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Ibiapina comunica aos interessados que estará recebendo até às 10:00h do dia 23 de Julho de 2013, na sala de reuniões da Comissão de Licitação, sito à Rua Moisés Aarão s/nº - Centro - Ibiapina-Ce., a documentação e propostas para o Credenciamento nº 02/2013-SESA - Serviços médicos especializados e plantonistas. O edital poderá ser obtido junto à Comissão, no endereço supracitado nos dias úteis, das 8:00h às 12:00h. **Ibiapina, 04 de Julho de 2013. Flávia Maria Carneiro da Costa - Presidenta da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAIBUBA** - A Comissão de Licitação, localizada na Rua Pedro Augusto, nº 53 - Centro - Guaiuba - Ce, comunica aos interessados que no dia 17 de Julho de 2013, às 09:00h, estará abrindo licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2013 **objeto:** Aquisição de oxigênio medicinal destinado ao Hospital Municipal Dom Aloisio Lorscheider do Município de Guaiuba - CE, conforme termo de referência em anexo. O Edital completo estará disponível no site: <http://www.tcm.ce.gov.br/licitacoes/>, a partir da data desta publicação, horário de funcionamento e atendimento ao público, de 08:00 às 12:00h. **Guaiuba - Ce, 04 de Julho de 2013. Pregoeiro Oficial.**

\*\*\* \*\*

DESTINADO(A)